

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

GESTOR DO INSTITUTO:

REITOR DO IFS
Ailton Ribeiro de Oliveira

RESPONSÁVEIS PELO ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO AO TCU:

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Fernando Augusto de Jesus Batista

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Sílvia Letícia Abreu de Oliveira

ARACAJU, MARÇO DE 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, DN 134/2013 – TCU, DN 154/2016–TCU, Portaria TCU 59/2017 e das orientações da Auditoria Interna.

Nome da subunidade responsável pela coordenação do Relatório de Gestão:
PRODIN/REITORIA/IFS

Unidades:

Campus Aracaju, Campus São Cristóvão, Campus Lagarto, Campus Estância, Campus Itabaiana, Campus Nossa Senhora da Glória, Campus Tobias Barreto e Campus Propriá.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BSC – Balanced Score Card
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCOM – Coordenadoria de Comunicação
CEFETSE – Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
CGU – Controladoria Geral da União
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPGF – Cartão Corporativo do Governo Federal
CPF – Cadastro de Pessoa Física
DELC – Departamento de Licitações e Contratos
DN – Decisão Normativa
DIAE – Diretoria de Assistência Estudantil
DIPOP – Diretoria de Planejamento Obras e Projetos
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FAPITEC – Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
FIC – Formação Inicial e Continuada
IFS – Instituto Federal de Sergipe
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPA – Plano Plurianual
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPEX – Pró-Reitoria de Extensão
RAE – Reunião de Análise Estratégica
RPC – Renda Per Capita
SECEX-SE – Secretaria de Controle Externo de Sergipe
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica
SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SM – Salário Mínimo
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	15
Quadro 2 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas do IFS	21
Quadro 3 - Ação 20 RG.....	29
Quadro 4 – Ação 20 RL	30
Quadro 5 – Ação 2994	31
Quadro 6 – Ação 6380	32
Quadro 7 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	33
Quadro 8 – Informações sobre a realização das receitas em 2016	34
Quadro 9 – Informações sobre a realização das receitas em 2015	35
Quadro 10 – Despesas por modalidade de contratação	36
Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa	37
Quadro 12 – Concessão de suprimento de fundos.....	39
Quadro 13 – Utilização de suprimento de fundos	39
Quadro 14 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos.....	39
Quadro 15 – Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005	40
Quadro 16 – Terminologia para os indicadores	52
Quadro 17 – Percentual de renda per capita (Campus Aracaju).....	53
Quadro 18 – Percentual de renda per capita (Campus Lagarto).....	53
Quadro 19 – Percentual de renda per capita (Campus São Cristóvão).....	53
Quadro 20 – Percentual de renda per capita (Campus Itabaiana).....	54
Quadro 21 – Percentual de renda per capita (Campus Glória).....	54
Quadro 22 –Percentual de renda per capita (Campus Estância).....	54
Quadro 23 –Percentual de renda per capita (Campus Propriá)	55
Quadro 24 –Percentual de renda per capita (Campus Tobias Barreto)	55
Quadro 25 –Percentual de renda per capita consolidado do IFS	55
Quadro 26 – Titulação do Corpo Docente –2012.....	56
Quadro 27 – Titulação do Corpo Docente –2012.....	57
Quadro 28 – Titulação do Corpo Docente –2014.....	58
Quadro 29 – Titulação do Corpo Docente –2015.....	59
Quadro 30 – Titulação do Corpo Docente 2016.....	60
Quadro 31 – Estrutura Organizacional da Audint	67
Quadro 32 – Relatórios e as Notas de Auditoria da Audint	68
Quadro 33 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares instaurados	71
Quadro 34 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares julgados	71
Quadro 35 – Força de Trabalho da UPC	73
Quadro 36 – Distribuição da lotação efetiva	74
Quadro 37 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	74
Quadro 38 – Despesas com pessoal	75
Quadro 39 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da Reitoria	76
Quadro 40 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Aracaju	77
Quadro 41 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Estância	77
Quadro 42 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Glória.....	78
Quadro 43 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Itabaiana	78
Quadro 44 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Lagarto	78
Quadro 45 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Propriá.....	79
Quadro 46 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus São Cristóvão	79
Quadro 47 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus T. Barreto	80
Quadro 48 – Veículos da Reitoria	81
Quadro 49 – Despesas associadas à manutenção da frota da Reitoria	82
Quadro 50 – Gestão da frota de veículos da Reitoria.....	82
Quadro 51 – Veículos do campus Aracaju	82
Quadro 52 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Aracaju	83
Quadro 53 – Gestão da frota de veículos do Campus Aracaju	83
Quadro 54 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância	83
Quadro 55 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Estância	83
Quadro 56 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância	83
Quadro 57 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória.....	84

Quadro 58 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Nossa Senhora da Glória	84
Quadro 59 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória.....	84
Quadro 60 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana.....	84
Quadro 61 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Itabaiana	85
Quadro 62 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana.....	85
Quadro 63 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto.....	85
Quadro 64 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Lagarto.....	86
Quadro 65 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto.....	86
Quadro 66 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão.....	86
Quadro 67 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus São Cristóvão.....	87
Quadro 68 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão.....	87
Quadro 69 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto.....	87
Quadro 70 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Tobias Barreto	87
Quadro 71 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto.....	88
Quadro 72 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá.....	88
Quadro 73 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Propriá.....	88
Quadro 74 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá.....	88
Quadro 75 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	91
Quadro 76 – Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	93
Quadro 77 – Quantidade de imóveis locados de terceiros.....	93
Quadro 78 – Contratos de projetos, obras e serviços de engenharia concluídos em 2016.....	107
Quadro 79 – Contratos de projetos, obras e serviços de engenharia em desenvolvimento em 2016	108
Quadro 80 – Objetivos Táticos TI x Objetivos Estratégicos Institucionais e do SISP.....	109
Quadro 81 – Agenda de Reuniões Ordinárias 2016	110
Quadro 82 – Principais Sistemas de Informação do IFS.....	112
Quadro 83 – Treinamentos efetivamente realizados no exercício 2016.....	129
Quadro 84 – Força de Trabalho de TI.....	130
Quadro 85 – Objetivos Táticos x Projetos de TI.....	134
Quadro 86 – Principais sistemas de informações.....	138
Quadro 87 – Dados dos registros de atendimentos por e-mail.....	148
Quadro 88 – Procedimento de dados abertos.....	149
Quadro 89 – Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU.....	154
Quadro 90 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.1.....	154
Quadro 91 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.2.....	155
Quadro 92 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5.....	156
Quadro 93 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6.....	157
Quadro 94 – Visão gerencial das recomendações do OCI.....	157
Quadro 95 – Despesas com publicidade legal.....	159
Quadro 96 – Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	159
Quadro 97 – Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio	160
Quadro 98 – Ocorrências de restrição na Reitoria.....	167
Quadro 99 – Ocorrências de restrição no Campus Aracaju.....	168
Quadro 100 – Ocorrências de restrição no Campus Estância.....	168
Quadro 101 – Ocorrências de restrição no Campus Nossa Senhora da Glória	169
Quadro 102 – Ocorrências de restrição no Campus Itabaiana.....	170
Quadro 103 – Ocorrências de restrição no Campus Lagarto.....	171
Quadro 104 – Ocorrências de restrição no Pronatec	172
Quadro 105 – Ocorrências de restrição no Campus Propriá	172
Quadro 106 – Ocorrências de restrição no Campus São Cristóvão.....	173
Quadro 107 – Ocorrências de restrição no Campus Tobias Barreto	174
Quadro 108 – Declaração do contador.....	176
Quadro 109 – Balanço financeiro – ingressos e dispêndios	177
Quadro 110 – Receitas e despesas.....	178
Quadro 111 – Balanço financeiro - Ativo e passivo.....	181
Quadro 112 – Balanço financeiro – Fluxos de caixas	183
Quadro 113 – Balanço financeiro – Patrimônio Líquido	186
Quadro 114 – Contratado D.....	195
Quadro 115 – Contratado E.....	196
Quadro 116 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos: origem do orçamento executado	198
Quadro 117 – Restos a Pagar não Processados (inscrites e reinscrites) por grupo de despesa.....	199

Quadro 118 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar não Processados.....	199
Quadro 119 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados	200
Quadro 120 – Restos a Pagar Processados inscritos – Percentual Executado.....	201
Quadro 121 – Restos a pagar processados inscritos (Executados x A executar) – Por UG	202
Quadro 122 – Receitas correntes.....	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Matriz de Avaliação Estratégica do IFS.....	20
Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo.....	50
Tabela 3 – Indicadores de Desempenho Administrativo (2012-2016), em R\$ de 2016.....	51
Tabela 4 – Balanço financeiro – Variações patrimoniais quantitativas.....	187
Tabela 5 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição	190
Tabela 6 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante	190
Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor	191
Tabela 8 – Provisões – Composição.....	192
Tabela 9 – Provisões a Curto Prazo - por Unidade Gestora	192
Tabela 10 – Provisões a Curto Prazo – Discriminação	192
Tabela 11 – Provisões de Longo Prazo por unidade gestora.....	193
Tabela 12 – Provisões a Longo Prazo – Composição	193
Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Composição.....	193
Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.....	194
Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Por Contratado	194

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do IFS.....	17
Figura 2 – Fluxograma dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio.....	18
Figura 3 – Mapa Estratégico do IFS.....	19
Figura 4 – Subestação no campus Aracaju, obra de reforma elétrica.....	94
Figura 5 – Rede elétrica aérea no campus São Cristóvão.....	95
Figura 6 – Bloco didático 04 no campus São Cristóvão	95
Figura 7 – Parte do sistema de abastecimento de água do campus São Cristóvão	96
Figura 8 – primeira etapa do plano de urbanização no campus São Cristóvão	96
Figura 9 – Primeira etapa do plano de urbanização no campus São Cristóvão.....	97
Figura 10 – Campus Nossa Senhora do Socorro.....	97
Figura 11 – Canteiro de obras da 2ª etapa da urbanização do campus São Cristóvão.....	98
Figura 12 – Canteiro de obras dos Alojamentos e Posto Médico do campus São Cristóvão	99
Figura 13 – Perspectiva artística do alojamento do campus São Cristóvão	99
Figura 14 – Canteiro de obras da reforma e revitalização dos sanitários do campus Lagarto.....	99
Figura 15 – Perspectiva artística da reforma do ginásio poliesportivo do campus Lagarto	100
Figura 16 – Canteiro das obras de reforma do ginásio poliesportivo do campus Lagarto	100
Figura 17 – Canteiro de obras do campus Nossa Senhora da Glória	101
Figura 18 – Canteiro de obras do campus Itabaiana.....	101
Figura 19 – Canteiro de Obras do Centro de Treinamento de Cães-guia no campus São Cristóvão	102
Figura 20 – Canteiro das obras de ampliação e reestruturação do campus Aracaju.....	102
Figura 21 – Concepção artística da ampliação e reestruturação do campus Aracaju.....	103
Figura 22 – Perspectiva artística de projeto padrão dos campi Socorro, Propriá, T. Barreto e Poço Redondo.....	103
Figura 23 – Execução de serviços no canteiro de obras do campus Tobias Barreto	104
Figura 24 - Canteiro de obras do campus Propriá.....	104
Figura 25 – Canteiro de obras do campus Poço Redondo.....	104
Figura 26 – Projeto de um refeitório para o campus São Cristóvão.....	105
Figura 27 – Projeto de urbanização e paisagismo dos jardins entre pavilhões do campus Aracaju	106
Figura 28 – Concepção artística do arquivo central para o IFS.....	107
Figura 29 – Números de Chamados 2015-2016.....	132
Figura 30 – Chamados por Grupo – Exercício 2016.....	132
Figura 31 – Gráfico Chamados por Grupo – Exercício 2016.....	133
Figura 32 – Gráfico Chamados Abertos por Status – Exercício 2016.....	133
Figura 33 - Gráfico Tempo de Solução de Chamados – Exercício 2016	133
Figura 34 – Sensibilização sobre práticas de sustentabilidade	143
Figura 35 – Poste para aproveitamento de energia solar.....	144
Figura 36 – Projeto de reaproveitamento de água.....	144
Figura 37 – Evento “Diálogos ambientais” realizado na semana do meio ambiente/2016	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita por natureza em 2016.....	35
Gráfico 2 – Relação Candidato/Vaga (RCV)	42
Gráfico 3 – Evolução da Relação Candidato vaga por campus do IFS	42
Gráfico 4 – Relação Ingresso/ Aluno Matriculado (RIM).....	43
Gráfico 5 – Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado por Campus do IFS.....	44
Gráfico 6 – Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM).....	45
Gráfico 7 – Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado por Campus do IFS	45
Gráfico 8 – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)	46
Gráfico 9 – Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes por campus do IFS	47
Gráfico 10 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	48
Gráfico 11 – Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) por campus do IFS	48
Gráfico 12 – Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAD).....	49
Gráfico 13 – Evolução da Relação Aluno por Docente por campus do IFS	49
Gráfico 14 – Evolução dos indicadores solicitados (2012-2016), valores reais.....	51

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. VISÃO GERAL.....	12
2.1 Finalidades e Competências.....	12
2.1.1 Finalidades e características	12
2.1.2 Competências institucionais.....	12
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	13
2.3 Ambiente de atuação.....	13
2.4 Organograma	15
2.5 Macroprocessos Finalísticos	17
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	19
3.1 Planejamento Organizacional	19
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	20
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento	27
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos.....	27
3.3 Desempenho Orçamentário.....	27
3.3.1 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade	29
3.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	33
3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos	34
3.3.4 Informações sobre a realização das receitas.....	34
3.3.5 Informações sobre a execução das despesas	36
3.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias e cartões de pagamento.....	38
3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	39
3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	39
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	62
4.1 Descrição das estruturas de governança	62
4.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	65
4.2.1 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna	65
4.2.2 Sobreposição de carga horária – Pronatec.....	69
4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	70
4.4 Gestão de riscos e controles internos	71
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	73
5.1 Gestão de Pessoas	73
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	73
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	75
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	76
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	76
5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	80
5.2.1 Gestão da frota de veículos	80
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações sobre veículos.....	88
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	88
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	92
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	92
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	94
5.2.6.1 Serviços concluídos em 2016.....	94
5.2.6.2 Serviços em desenvolvimento em 2016.....	97
5.2.6.3 Investimentos do IFS no âmbito de obras e serviços de engenharia.....	107
5.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	108

5.3.1	Principais sistemas de informações	138
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	142
5.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços.....	146
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	148
6.1	Canais de acesso do cidadão	148
6.2	Carta de serviços ao cidadão.....	149
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	149
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	150
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	151
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	152
7.1	Desempenho financeiro no exercício.....	152
7.2	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	152
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	153
7.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	153
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	154
8.1	Tratamento das Determinações e Recomendações do TCU	154
8.1.1	Visão geral das determinações e recomendações do TCU	154
8.1.2	Forma de acompanhamento das deliberações do TCU	154
8.1.3	Determinações e recomendações de acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores	154
8.1.4	Determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual	156
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	157
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	158
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993.....	158
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	158
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	159
8.7	Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	159
9	INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958-1994	160
	ANEXOS E APÊNDICES	162
	Anexo 1 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	163
	Anexo 2 - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	164
	Anexo 3 - Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	165
	Anexo 4 - Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	166
	Anexo 5 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	167
	Anexo 6 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	176
	Anexo 7 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	177

1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como principal objetivo relatar as ações desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe durante o exercício de 2016, bem como apresentar seus indicadores institucionais, consolidando as informações dos Campi que constituem o IFS, de modo que esse relatório está estruturado conforme regramento e normas estabelecidos na IN TCU 63/2010, DN 134/2013–TCU, DN 154/2016–TCU, Portaria TCU 59/2017 e instruções estabelecidas no âmbito do sistema e-contas do TCU.

Os Institutos Federais, balizados na Lei 11.892/2008, possuem um modelo educacional que permite ações que buscam atender as necessidades locais e regionais, formando jovens e adultos mais preparados para a práxis, especialmente na resolução de problemas reais.

A atual gestão tem pautado seus atos no cumprimento dos objetivos estratégicos e metas traçadas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, na Lei nº 9.394/96 e sua legislação complementar, em consonância com as políticas emanadas pelo MEC, através da SETEC, ao passo que a integração dos gestores do IFS tem propiciado êxito no processo de gestão, graças ao empenho cotidiano da equipe.

Quanto ao ensino, em 2016 a instituição ofertou 31 cursos técnicos e 13 cursos superiores, distribuídos entre seus 8 campi. Nesse ínterim, o ano de 2016 passa a entrar na história deste Instituto pelo início de mais um nível de ensino: a pós-graduação stricto-sensu, através do Mestrado Profissional em Gestão do Turismo.

No quesito Gestão de Pessoas, houve um quantitativo relevante de ingresso dos servidores em diversos programas de mestrado, devido aos convênios firmados com diversas Universidades, tanto para qualificação dos docentes quanto dos técnicos-administrativos.

Nas ações de Pesquisa e Extensão foram realizadas duas Semanas Nacionais de Ciência e Tecnologia (SNCT) em 2016 e Semana de Extensão do IFS (SEMEX). Ressalta-se ainda, o cadastro de 76 grupos de pesquisas, além do lançamento do primeiro periódico do IFS, a Revista Expressão Científica, bem como a publicação de vários livros e em formato virtual (e-books).

Nos principais investimentos destacaram-se a ampliação do acervo bibliográfico, as obras e serviços de engenharia e a ampliação de equipamentos e serviços de TI.

Para realizar de forma mais acertada os investimentos na área de biblioteca o Instituto conta com uma Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB)com ação sistêmica junto aos campi que, por sua orientação foram investidos R\$ 2.112.456,93 em 2016, dos quais o maior vulto R\$ 1.513.360,86 em acervo bibliográfico, base de dados e assinatura de periódicos e mais R\$ 557.096,07 para aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos, devido a iminente entrega já no início de 2017, da sede definitiva do campus Itabaiana e do início, também em sede definitiva do campus Socorro.

Especificamente sobre o investimento em obras e serviços de engenharia, enfatizamos a continuidade da ampliação e aperfeiçoamento dos campi da pré-expansão (Aracaju, São Cristóvão e Lagarto). Em decorrência da segunda etapa do Programa de Expansão, foi retomada a obra da sede definitiva do campus Glória, estando em vias de entrega a sede definitiva do campus Itabaiana. Na terceira etapa da Expansão, destaca-se a retomada das obras dos campi Propriá, Tobias Barreto e Poço Redondo, bem como a iminente entrega, prevista para o início de 2017, do campus Socorro.

No âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação, o IFS dispõe de uma Diretoria Sistêmica que possui em sua estrutura 10 (dez) coordenações diretamente subordinadas e atua de forma vinculada nas 09 (nove) Coordenadorias instaladas na Reitoria e seus campi. Em 2016 intensificou suas ações no desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e inovação através do fortalecimento das parcerias educacionais com grandes players do mercado, a exemplo da Microsoft Corporation através dos programas “Office 365 Education e Microsoft Imagine” e a Google Inc. que disponibiliza o programa “Google G SuiteEducation”, trazendo como alguns de seus principais benefícios: E-mail acadêmico para docentes e estudantes do IFS, incluindo armazenamento ilimitado e e-mails através do Gmail; Plataforma Google Sala de Aula que permite que os professores criem e recolham tarefas em formato digital; 1 TB de espaço em nuvem através do

Microsoft Onedrive; Office Online para ter acesso a todos os documentos armazenamento na cloud a partir de qualquer dispositivo; Desenvolvimento de aplicativos iOS, Android e Windows Phone com Xamarin para Alunos; entre outros.

Neste contexto, caracterizado pela inovação tecnológica com enfoque no ensino, pesquisa e extensão foram provisionados investimentos sob supervisão da DTI na ordem de R\$ 6.534.602,10, destacando-se dentre os inúmeros projetos a implantação do cabeamento estruturado com rede de alto desempenho na sede definitiva do campus Itabaiana, na nova obra a ser inaugurada do campus Socorro e na reestruturação do campus Lagarto, existente há 20 anos, totalizando R\$ 1.407.477,20.

Destaca-se também a aquisição de Switches de Rede de Alto Desempenho também para os campi Socorro, Lagarto e Itabaiana (R\$ 448.472,00) permitindo igualar o campus Lagarto às modernas instalações das novas obras, ampliando a velocidade da rede de computadores, passando de 100Mbps para 1Gbps a 10Gbps.

Outro importante investimento foi a aquisição de 500 Microcomputadores DELL Optiplex 7040SFF, na monta de R\$ 2.202.430,00, permitindo principalmente a revitalização/estruturação de mais de 15 novos e modernos laboratórios de informática com suporte a virtualização avançada de desktop distribuídos em todos os campi do IFS.

Ainda em benefício da comunidade estudantil iniciamos a primeira fase de implantação do novo sistema acadêmico integrado SIGAA com investimento na primeira etapa de R\$ 602.387,00, que também suprirá as recomendações apontadas pela CGU e TCU. O novo sistema acadêmico permitirá o acompanhamento diário, integrado e automatizado das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS, a possibilidade de virtualização de serviços do registro escolar com emissão pelo próprio estudante de Histórico parcial, comprovação de vínculo entre outros.

Este sistema permitirá também a publicação de notícias e tarefas, lançamento de notas, o cadastro eletrônico dos Planos Individuais de Trabalhos – PIT e dos Relatórios Individuais de Trabalho – RIT dos docentes, o registro de aulas online e em modo off-line, bem como a disponibilização de plataforma mobile com recursos avançados para docentes e estudantes.

Ademais, prezamos pelo recorrente esforço no aprofundamento do diálogo do IFS com a comunidade interna e externa, englobando seus servidores, discentes, os setores organizados da sociedade, o setor produtivo e as esferas públicas municipais, estadual e federal. Nesse ínterim, destacamos a reformulação do Sítio de Internet do IFS, buscando ampliar a transparência e acessibilidade; e a criação do Portal de Egressos, um importante instrumento para acompanhamento dos ex-alunos e de sua inserção no mercado de trabalho.

Quanto às dificuldades encontradas no exercício pontuamos principalmente a emissão, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Portaria 67, de 1º de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União, em sua seção 1, pág. 86, de 02 de março de 2016, que limitou as despesas que seriam empenhas com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, além de suspender algumas outras contratações e aquisições, ambas descritas em seus Anexos I e II. Ocorre que apesar da edição da portaria em março, o estabelecimento do Limite e orientações sobre a aplicação das diretrizes da portaria MP 67/2016, no âmbito do MEC foram informados para cada instituição apenas no dia 10 de agosto através do Ofício-Circular nº 11/2016/CHEFIAGAB/SE/SE-MEC, o que obrigou a instituição em realizar uma força tarefa de redução contratual e replanejamento do investimento de seus recursos.

Mesmo assim, observa-se que os investimentos foram muitos, os quais qualificamos como qualitativos pois trouxeram avanços e melhorias para toda a comunidade tendo em vista que todas essas ações desenvolvidas em 2016 foram voltadas não somente para a ampliação das vagas e dos cursos, mas também para a melhoria da qualidade dos cursos ofertados e dos serviços prestados.

Aracaju, 20 de fevereiro de 2017.

Prof. Ailton Ribeiro de Oliveira
Reitor do IFS

2. VISÃO GERAL

2.1 Finalidades e Competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em relação à oferta educacional, o IFS, como as demais instituições federais congêneres, apresenta uma característica ímpar, traduzida pela flexibilidade curricular, e pela verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, articulada com a graduação tecnológica, com as especializações e com a pós-graduação.

O IFS, a exemplo das demais instituições de ensino que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, de acordo com a Lei nº 11.892/2008, tem por finalidades e características:

2.1.1 Finalidades e características

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Sergipe;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

2.1.2 Competências institucionais

I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. Ministrando em nível de educação superior:

- a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS foi criado pela Lei 11.892/2008, que além de ser regido pela lei retromencionada, conta ainda com um Estatuto e um Regimento Geral que regulam seu funcionamento e gestão.

A Portaria 331/2013/MEC dispõe sobre a estrutura organizacional (multicampi) dos Institutos Federais, e teve seu anexo alterado pela Portaria 505/2014/MEC, estabelecendo assim 8 (oito) campi para o IFS. Em 2016, através da Portaria nº 378, de 09/05/2016 foi autorizado o funcionamento do campus Nossa Senhora do Socorro, totalizando assim 09 (nove) campi em funcionamento na estrutura organizacional do IFS.

2.3 Ambiente de atuação

O ambiente de atuação do Instituto Federal de Sergipe das áreas fins de Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Inovação.

• ENSINO

O ensino como principal atividade fim do IFS se desenvolve nos seguintes níveis:

a) Educação Superior

Curso de Pós-Graduação de Formação de professores para Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na modalidade Jovens e Adultos (PROEJA) – visa especializar educadores para a prática da investigação, da docência e da gestão do PROEJA, enfatizando a construção de saberes e procedimentos pedagógicos mais adequados à aprendizagem dos jovens e adultos em ambientes de educação formal. Busca-se também a produção de conhecimentos teórico-práticos sobre o PROEJA, a fim de aperfeiçoá-lo e consolidá-lo enquanto prática educativa socialmente inclusiva.

Curso de Licenciatura em Matemática, Química e Física - objetivam atender demanda reprimida nos vestibulares que reflete na carência de docentes dessas áreas nos sistemas de ensino do Estado de Sergipe. Esses cursos têm como objetivos principais formar educadores nas áreas de matemática, física e química capazes de compreender o papel da física, da matemática e da química na sociedade e suas implicações para a prática educativa.

Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo, Saneamento Ambiental, Automação Industrial, Agroecologia, Laticínios, Alimentos e os Cursos de Bacharelado em Engenharia Civil e Sistemas de Informação - formam profissionais e especialistas em nível superior que recebem uma educação direcionada para atendimento aos diversos segmentos da atividade produtiva e de prestação de serviços, em constante evolução tecnológica. Os conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos aliam-se à sua aplicação, de modo a intervir diretamente no mundo do

trabalho, transformando-os em processos, projetos, produtos e serviços com o intuito de solucionar problemas reais, ajudar o setor produtivo a reduzir seus custos, proporcionar capacidade de participação no mundo globalizado e alavancar a economia local.

b) Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio - oferecidos somente a alunos que concluíram o ensino fundamental, sendo cursos planejados de modo a conduzirem o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

Cursos Técnicos Subseqüentes ao Nível Médio - oferecidos somente alunos que concluíram o ensino médio.

c) PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

Através da adesão ao PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos, a Instituição contempla através de cursos nos eixos tecnológicos Controle e Processos Industriais, Hospitalidade e Lazer e infra-estrutura, uma demanda de inclusão de um segmento social, expropriado de escolaridade em idade regular e conseqüentemente da possibilidade de uma formação profissional que possibilite inserção no mundo do trabalho.

d) Formação Inicial e Continuada

Numa perspectiva de oferta de educação continuada, são oferecidos programas de treinamento e cursos de capacitação voltados para a qualificação e requalificação profissional de jovens e adultos, em diversas áreas de atuação, independentemente de escolaridade, mas buscando através de convênios e parcerias articulando e fomentando a elevação do grau de escolaridade do estudante. São cursos de duração variada, de 32 a 600 horas, oferecidos de acordo com a demanda dos indivíduos ou de entidades públicas ou privadas. Os alunos desses cursos recebem certificação de participação e aproveitamento.

• PESQUISA

A pesquisa no Instituto Federal de Sergipe, anteriormente incipiente, foi estimulada de forma que se buscou o incremento da mesma através de manutenção do PIBIC, PIBITI e da criação de outros novos programas, tais como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Junior – PIBIC Jr., Programa Institucional de Apoio a Pesquisa ao Técnico Administrativo – PPTAE, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa do Convênio IFS/Petrobras – PAP, Programa de Bolsas de Apoio ao Registro de Inovação Tecnológica.

Além das bolsas ofertadas para discentes, docentes e servidores técnicos administrativos, a PROPEX disponibilizou auxílio financeiro para o desenvolvimento de cada projeto aprovado, seja através de edital institucional ou oriundo de agências de fomento a pesquisa (CAPES, CNPq e FAPITEC). O apoio também se dá pela liberação do servidor a ida a eventos científicos, com passagens e diárias em trechos nacionais e internacionais, através de publicação e atendimento a solicitação de compras de equipamentos e materiais outros que permitiram a conclusão do trabalho com êxito.

• EXTENSÃO

As ações voltadas à extensão, articulada com o ensino e a pesquisa, surgem através do olhar criterioso junto às comunidades dos territórios do estado de Sergipe no intuito de se construir um diagnóstico seguido do preparo para aplicação do projeto em parceria com as comunidades locais utilizando-se métodos para se buscar conhecer os problemas visando no futuro próximo apresentar

soluções para alguns dos problemas da localidade, mantendo-se o caráter científico, gerando conhecimento, despertando para a questão empreendedora e formando multiplicadores. Desta forma contribuímos para que cada comunidade assistida tenha um acesso mais fácil ao mercado de trabalho, bem como condições de gerar renda, consequentemente melhorar a qualidade de vida.

O IFS vem buscando estimular e incrementar a extensão através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX e da criação de outros novos programas, tais como: Programa Institucional de Cursos de Extensão, Programa Institucional de Pré-Incubação de Empreendimentos Inovadores e Empresas-juniors, Programa Pré-Música de Iniciação Musical, e estas ações nos permitiram um aumento significativo no número de projetos apoiados e de bolsas ofertadas.

• INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A inovação tecnológica do IFS nasceu através do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe (NIT-IFS) e que tem como missão fortalecer o relacionamento do IFS com a comunidade, envolvendo órgãos de governo, setor produtivo e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades de inovação tecnológica para a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região Nordeste e do País.

Para tanto, o NIT-IFS atuou em todos os Campi executando a disseminação da cultura de inovação no IFS; orientando a sensibilização de alunos, professores e pesquisadores da Instituição para a PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação); e promovendo a capacitação da equipe para atuar na área de gestão e PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação).

2.4 Organograma

O quadro 1 mostra informações sobre as áreas/subunidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento das atribuições finalísticas do IFS com suas respectivas competências, no qual busca expressar o papel da área ou subunidade no contexto dos objetivos estratégicos e da missão do IFS.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

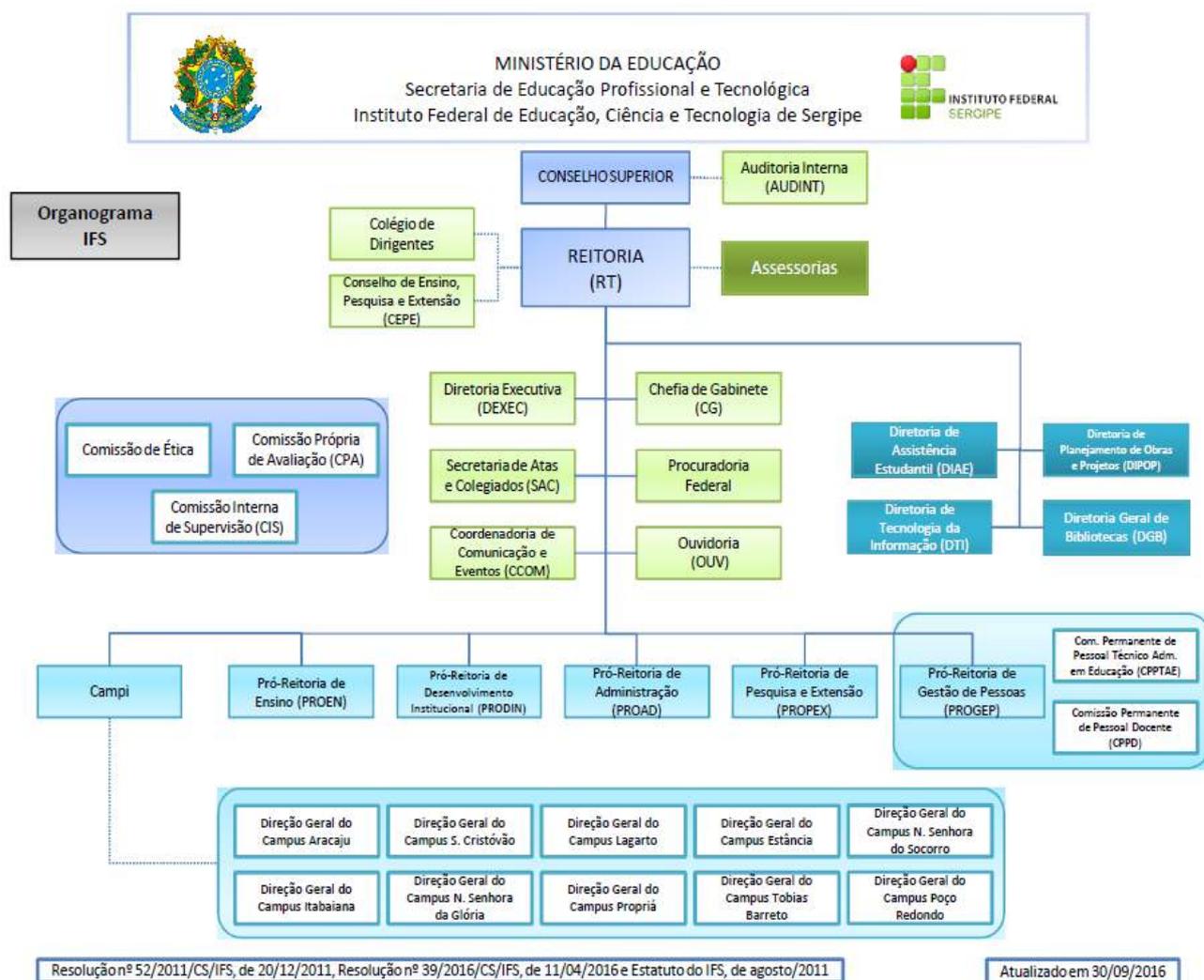
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Pró-Reitoria de Administração	Planejamento estratégico	Sérgio Sávio Ferreira da Conceição	Pró-reitor	01/01/2016 a 04/01/2016
		Celso Tavares dos Santos	Pró-reitor	04/01/2016 a 05/10/2016
		Fernando Augusto de Jesus Batista	Pró-reitor	05/10/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Ensino	Planejamento estratégico	Alberto Acirole Bomfim	Pró-reitor	01/01/2016 a 22/03/2016
		Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga	Pró-reitora	22/03/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão	Planejamento estratégico	Ruth Sales Gama de Andrade	Pró-reitora	01/01/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Planejamento estratégico	Diego Rodrigues	Pró-reitor	01/01/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planejamento estratégico	Silvia Letícia de Abreu Oliveira	Pró-reitora	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Assistência Estudantil	Planejamento estratégico e tático	Daniele Barbosa de Souza Almeida	Diretora	01/01/2016 a 04/10/2016
		José Franco de Azevedo	Diretor	04/10/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos	Planejamento estratégico e tático	Marcus Paulo Rosa Barbosa	Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria da Tecnologia da Informação	Planejamento estratégico e tático	José Augusto Andrade Filho	Diretor	01/01/2016 a 15/02/2016
		Fernando Lucas de Oliveira Farias	Diretor	15/02/2016 a 31/02/2016
Diretoria de Educação a Distância	Planejamento estratégico e tático	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga	Diretora	01/01/2016 a 22/03/2016
		Saulo Eduardo Galilleo Souza	Diretor	22/03/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral de Bibliotecas	Planejamento estratégico e tático	Kelly Cristina Barbosa	Diretora	15/05/2016 a 31/12/2016
Coordenadoria de Comunicação Social e Eventos	Planejamento estratégico e tático	Isabella Leandra Santana de Almeida	Coordenadora	01/01/2016 a 28/07/2016
		Fernando Sérgio dos Santos Santana	Coordenador	28/07/2016 a 01/09/2016
		Alecsandra Azevedo de Souza Camelo	Coordenadora	01/09/2016 a 31/12/2016
Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivos	Planejamento estratégico e tático	Nadine Passos Conceição D' Oliveira	Coordenadora	01/01/2016 a 22/02/2016
		Dulce Elizabeth Lima de Sousa	Coordenadora	22/02/2016 a 31/12/2016
Campus Aracaju	Planejamento estratégico, tático operacional	Elber Ribeiro Gama	Diretor Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Campus São Cristóvão	Planejamento estratégico, tático operacional	Alfredo Cabral Franco	Diretor Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Campus Lagarto	Planejamento estratégico, tático operacional	José Osman dos Santos	Diretor Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Campus Itabaiana	Planejamento estratégico, tático operacional	José Rocha Filho	Diretor Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Campus Estância	Planejamento estratégico, tático operacional	Sonia Pinto de Albuquerque Melo	Diretora Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
Campus Glória	Planejamento estratégico, tático operacional	Adelson dos Santos Fonseca	Diretor Geral	01/01/2016 a 08/06/2016
		José Henrique Dias Santos	Diretor Geral	08/06/2016 a 31/12/2016
Campus Propriá	Planejamento estratégico, tático operacional	Danielle Amaral Menéndez	Diretora Geral Pró-Tempore	01/01/2016 a 31/12/2016
Campus Tobias Barreto	Planejamento estratégico, tático operacional	José Franco de Azevedo	Diretor Geral Pró-Tempore	01/01/2016 a 12/02/2016
		José Sérgio Filgueiras Costa	Diretor Geral Pró-Tempore	19/02/2016 a 31/12/2016
Campus Nossa Senhora do Socorro	Planejamento estratégico, tático operacional	Alberto Aciole Bomfim	Diretor Geral Pró-Tempore	22/03/2016 a 31/12/2016

Fonte: Diário Oficial da União (DOU) e Boletim de Serviços/IFS

A seguir, através da figura 1, está caracterizado o organograma mais recente da gestão do IFS, elaborado em 2016:

Figura 1 – Organograma do IFS



Fonte: Elaborado em consonância com normativos internos

O organograma foi construído com base em documentos institucionais, como a Resolução nº 51/2011/CS/IFS, a Resolução nº 39/2016/CS/IFS e o Estatuto do IFS.

2.5 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos são processos que, com suas operações, agregam valor diretamente para o cidadão e a comunidade. Estão envolvidos na geração e na prestação de serviços e transferência para os usuários.

O IFS tem como negócio principal os serviços de ensino, atrelado à pesquisa, extensão e inovação tecnológica dispostos no círculo central e integrados, conforme visto na Figura 2.

Desse modo o processo ensino/aprendizagem está ligado aos demais processos, à medida que os cidadãos crescem através da pesquisa e inovação tecnológica, e no alcance do IFS à comunidade com os cursos e programas de extensão.

Todos estes processos têm suas entradas a partir das necessidades (requisitos, expectativas e preferências) dos cidadãos e comunidade, e através da visão estratégica do Reitor pela Governança Pública assegurando o seu desempenho e o cumprimento de sua Missão, para alcance de sua visão, pautados nos valores definidos pelo IFS.

Figura 2 – Fluxograma dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio



Fonte: PDI 2014-2019

Os Macroprocessos e os principais processos finalísticos e de Apoio estão relacionados na Figura 2. Para o ano de 2016 não houve descrição detalhada dos Macroprocessos Finalísticos e nem das principais atividades, produtos e serviços gerados, principais beneficiários e os nomes das subunidades diretamente responsáveis pelo desenvolvimento dos macroprocessos. Somente ocorreu a construção do Fluxograma mostrando os Macroprocessos Finalísticos quando da elaboração do planejamento estratégico. Está prevista uma revisão do planejamento estratégico para 2017, no qual serão discutidos com os gestores os pontos citados conforme proposta disponibilizada no e-contas.

Vale ressaltar que a instituição não realizou o mapeamento de seus processos, estando previsto para 2017 elaborar um manual de processos mapeados da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que servirá de projeto-piloto para que as demais áreas e setores da instituição possam realizar o mapeamento de seus processos.

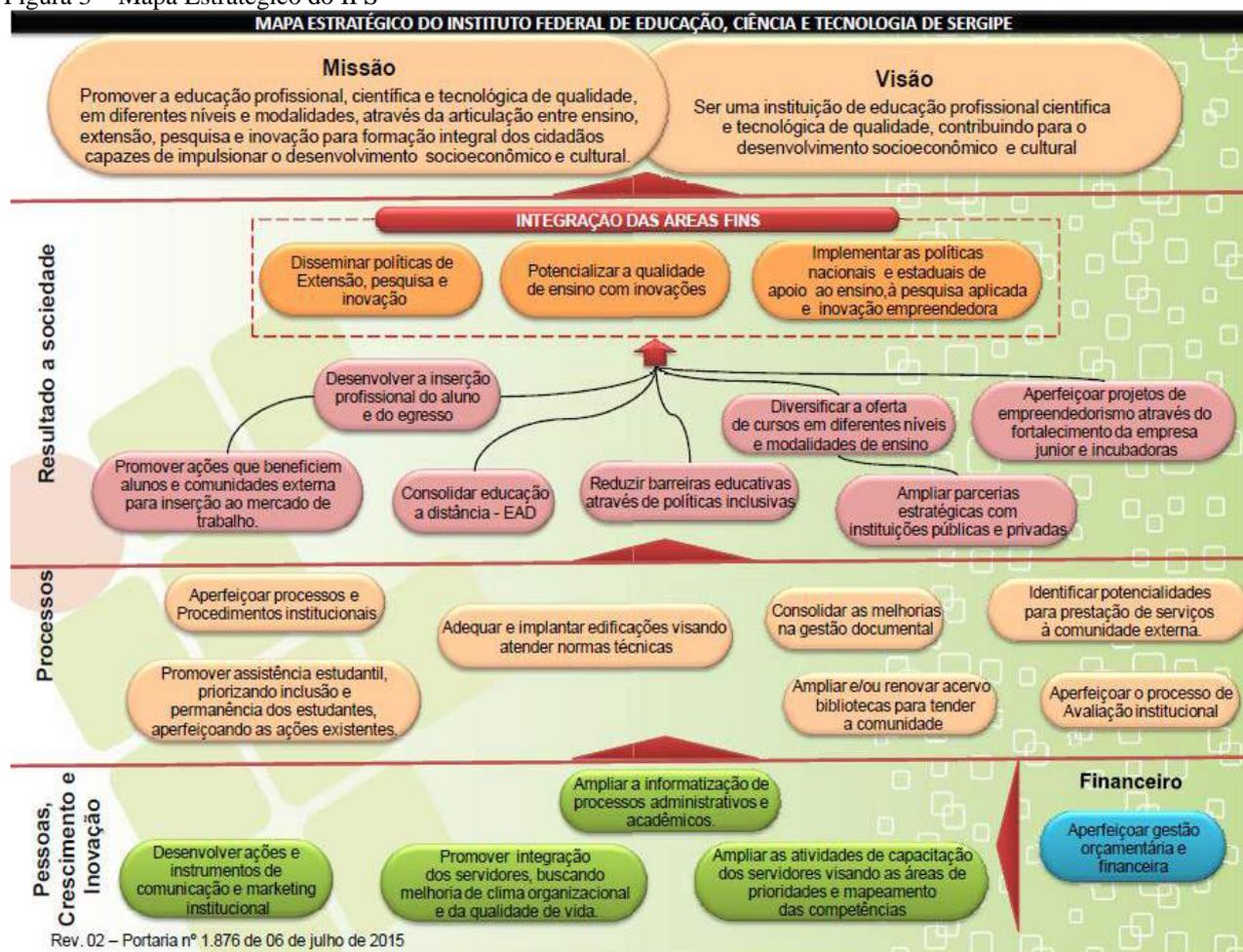
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

O IFS é composto por unidades com gestão interdependentes e que são integrados através de planejamento estratégico que está contido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI com vigência de 2014 a 2019.

O planejamento estratégico do IFS está sintetizado no Mapa Estratégico conforme visto na Figura 3. A instituição adotou a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) para elaboração do planejamento estratégico mostrando o encadeamento dos objetivos estratégicos através das perspectivas do BSC para o alcance da sua missão e visão.

Figura 3 – Mapa Estratégico do IFS



Fonte: PDI 2014-2019

A ideia é buscar, através do planejamento, a melhoria contínua da instituição, visando garantir a realização das prioridades acadêmicas e administrativas, com eficiência e eficácia, bem como viabilizar a alocação de recursos para efetivação dos projetos e atividades, observando princípios legais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a economicidade, além de subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

As estratégias foram contextualizadas através da análise do ambiente realizada a partir da matriz de avaliação estratégica conforme Tabela 1, onde foram elencados os pontos fortes e pontos fracos (ambiente interno) e as oportunidades e ameaças (ambiente externo).

Tabela 1- Matriz de Avaliação Estratégica do IFS

Pontos fortes	Pontos fracos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Grande número de programas e ações voltadas para a assistência estudantil 2. Quadro de servidores altamente qualificados 3. Formação de grande número de profissionais qualificados para o mercado de trabalho 4. Parcerias com instituições públicas e privadas 5. Política de incentivo à qualificação dos servidores 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instalações insuficientes para atender a demanda 2. Relacionamentos interpessoais desgastados 3. Política de comunicação e marketing institucional 4. Fluxo dos processos operacionais 5. Evasão estudantil
Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias com outros órgãos públicos e privados 2. Valorização da educação profissional na atual conjuntura política nacional 3. Prioridades nos programas de formação de profissionais do governo federal 4. Recursos financeiros disponibilizados 5. Integração IFS x sociedade civil organizada 6. Demanda de profissionais qualificados para o mundo do trabalho 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concorrência com estabelecimentos de ensinos privados na execução dos programas de governo 2. Projetos estruturantes para reforma e/ou ampliações dos campi 3. Desproporcionalidades entre o número de alunos e recursos para assistência estudantil 4. Política de interiorização dos servidores 5. Carência de servidores técnicos administrativos 6. Morosidade nos processos de contratação de professores e TAE

Fonte: PRODIN

A análise foi feita através de reunião com os dirigentes do IFS, e a partir dos resultados foram estabelecidos os objetivos estratégicos elencados no plano estratégico do IFS.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A seguir, no quadro 2 estão descritos os objetivos e as metas estabelecidas para o período de vigência do planejamento estratégico do IFS, que está compreendido entre os anos de 2014 a 2019. Vale ressaltar que os indicadores estratégicos do IFS passaram por ajustes no ano de 2016 em virtude da prestação de contas no qual a Controladoria Geral da União (CGU) recomendou um aprimoramento dos indicadores da Instituição.

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas do IFS¹

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas					Iniciativas
			2015	2016	2017	2018	2019	
Resultados a Sociedade	1. Disseminar políticas de extensão, pesquisa e inovação	1. Número de envolvidos nos projetos de pesquisa, extensão e inovação	1202	719	735	751	768	1.1 Ampliar os programas extensão, pesquisa aplicada e inovação já existentes para servidores, docentes e discentes; 1.2 Acompanhar o número de projetos aprovados em agências de fomento e órgãos externos.
	1. Disseminar políticas de extensão, pesquisa e inovação	2. Número de projetos de pesquisa, extensão e inovação	240	248	257	266	275	2.1 Ampliar os programas de extensão já existentes para servidores, docentes e discentes; 2.2 Acompanhar o número de projetos aprovados em agências de fomento e órgãos externos; 2.3 Ampliar os programas de pesquisa aplicada e inovação já existentes para servidores, docentes e discentes.
	2. Potencializar a qualidade de ensino com inovações	3. Número de eventos para potencializar a qualidade do ensino	*1	*1	*1	*1	*1	3.1 Planejar os eventos observando o calendário acadêmico (*Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão); 3.2 Promover os eventos destinados ao ensino, pesquisa, extensão e inovação; 3.3 Divulgar e mobilizar a comunidade acadêmica para participar dos eventos
	3. Promover ações que beneficiem alunos e comunidades externas para inserção ao mercado de trabalho	4. Número de cursos de extensão para inserção ao mercado de trabalho	20	21	22	23	24	4.1 Firmar parcerias IFS/Instituições públicas e privadas com atuação na região dos Campi a partir das vocações e arranjos produtivos; 4.2 Ampliar o Programa de cursos de extensão para a comunidade externa e interna.
	4. Consolidar educação a distância – EAD	5. Número de Pólos da EAD implantados	3	2	1	-	-	5.1 Interiorizar os pólos da EAD; 5.2 Realizar análise SWOT para os ambientes internos e externos para a implantação dos pólos de EAD; 5.3 Estruturar o planejamento estratégico da EAD.

¹NOTA EXPLICATIVA: Os indicadores estratégicos do IFS passaram por ajustes no ano de 2016 em virtude da prestação de contas no qual a CGU recomendou um aprimoramento dos indicadores da instituição.

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas					Iniciativas
			2015	2016	2017	2018	2019	
	5. Reduzir barreiras educativas através de políticas inclusivas	6. Percentual de alunos matriculados em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	Manter 2014	+5	+10	+ 15	+ 20	6.1 Ofertar cursos de FIC; 6.2 Divulgar cursos visando à ampliação das matrículas.
Resultados a Sociedade	6. Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino	7. Número de cursos de Pós-Graduação	03	03	04	05	06	7.1 Implantar Regulamento Acadêmico para os cursos de pós-graduação; 7.2 Implantar cursos de pós-graduação Lato Sensu; 7.3 Implantar cursos de pós-graduação Stricto Sensu na modalidade MINTER e/ou DINTER
		8. Número de cursos ofertados com foco na verticalização do ensino	4	8	8	8	8	8.1 Ofertar cursos com foco na verticalização; 8.2 Fazer consulta ao PDI antes da abertura de novos cursos; 8.3 Aprovar o Projeto Pedagógico de cada curso junto ao Conselho Superior; 8.4 Ofertar cursos que viabilizem; a verticalização observando os Arranjos Produtivos Locais (APL).
	7. Ampliar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas	9. Número de Convênios com Instituições Públicas e Privadas	23	27	31	36	42	9.1 Firmar convênios para possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas e troca de conhecimento entre IFS e instituições públicas federais, estaduais e municipais; 9.2 Firmar convênios para possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas e troca de conhecimento entre IFS e instituições de ensino nacionais e internacionais.
	8. Aperfeiçoar projetos de empreendedorismo através do fortalecimento da empresa Junior e incubadoras	10. Número de projetos de pré-incubação de empresas juniores e empreendimentos	10	12	14	16	18	10.1 Ampliar os programas de pré-incubação de empresas juniores e empreendimentos já existentes para servidores e discentes; 10.2 Acompanhar o número de projetos aprovados.
	9. Desenvolver a inserção profissional do aluno e do egresso	11. Número de eventos para inserção profissional do aluno e egresso	2	2	2	2	2	11.1 Promover eventos destinados a inserção profissional do aluno e do egresso.

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas					Iniciativas
			2015	2016	2017	2018	2019	
Processos	10. Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais	12. Número de projetos para modernização dos processos e procedimentos da gestão	2	3	3	4	4	12.1 Promover o I Encontro de Agentes de Planejamento; 12.2 Realizar a “Oficina de Elaboração de Indicadores peracionais”.
	11. Promover assistência estudantil do IFS, priorizando inclusão e permanência dos estudantes, aperfeiçoando as ações existentes	13. Número de Regulamento e/ou Normas do PRAAE reformuladas	1	2	2	3	3	13.1 Executar a adequação e a reformulação de Projetos do PRAAE/IFS; 13.2 Reformulação do PRAAE/IFS em suas linhas de ações; 13.3 Reformulação da Instrução Normativa 01DIAE/2014 e dos Editais do PRAAE.
		14. Número de projetos adequados e reformulados	1	2	3	3	4	14.1 Projeto “Semana do Acolhimento do IFS” com execução dos <i>campi</i> ; 2.2 Projeto” Partilhando Saberes”.
		15. Quantidade de campi supervisionados e acompanhados	1	2	2	3	3	15.1 Supervisionar e acompanhar as ações dos <i>campi</i> relativas ao PRAAE nas suas linhas de ações.
	12. Adequar e implantar edificações existentes visando atender normas técnicas	16. Percentual de compleição das obras de construção da I etapa dos novos campi.	25	100	-	-	-	16.1 Proporcionar a infraestrutura necessária para seu funcionamento atendendo as normas de acessibilidade e sustentabilidade; 16.2 Realizar licitação para construção dos novos <i>campi</i> .
		17. Percentual de compleição de obras nos campi em funcionamento.	15	70	85	100	15	17.1 Realizar levantamento dos espaços que deverão ser reestruturados e adequados; 17.2 Montar infraestrutura com equipamento e matérias conforme as áreas reestruturadas; 17.3 Atender, sempre que possível, as demandas da comunidade acadêmica.
	13. Promover o acesso e a disseminação da informação, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais das bibliotecas	18. Número de projetos de incentivo a cultura local, de produção literárias e a leitura	8	12	15	16	16	18.1. Promover apresentações culturais de cunho temático, saraus poéticos, musicais e teatro; 18.2 Promover lançamentos de livros, exposições temáticas, concursos de poesias, discussões literárias e produção científica institucional; 18.3 Proporcionar espaços de leitura para os usuários; 18.4 Implantar o projeto “Clube do Livro”;

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas					Iniciativas
			2015	2016	2017	2018	2019	
								18.5 Implantar ações como a “Bibliotroca”, o Clube de Xadrez e o BiblioCine, promovendo a interação entre a biblioteca e o usuário.
		19. Número de recursos tecnológicos de apoio às bibliotecas	3	2	2	2	4	19.1. Realizar assinaturas digitais para os livros digitais, E-books; 19.2 Promover auto-atendimento na circulação de materiais bibliográficos; 19.3 Proporcionar acesso à internet através dos laboratórios da biblioteca.
		20. Percentual de acessibilidade aos usuários com deficiências físicas das bibliotecas	25	30	40	40	50	20.1 Estruturar as bibliotecas com espaços para usuários portadores de necessidades especiais; 20.2 Promover a inclusão através da implantação de sistemas/TI para usuários especiais; 20.2 Adquirir instrumentos audiovisuais e de locomoção motora aos usuários das bibliotecas
	14.Consolidar as melhorias na gestão	21. Percentual de atividades arquivísticas padronizadas nos arquivos centrais	20%	40%	60%	80%	100%	21.1 Realizar levantamento das atividades arquivísticas; 21.2 Elaborar modelos padronizados para as atividades de rotinas arquivísticas; 21.3 Divulgar os modelos padronizados com os arquivistas dos Campi; 21.4 Monitorar a efetividade dos modelos padronizados.
Processos	14.Consolidar as melhorias na gestão	22. Número de orientações técnicas para dos demais campi	2	4	6	8	10	22.1 Elaborar normativos para orientações técnicas sobre os arquivos; 22.2 Publicar no site do IFS os normativos de orientações; 22.3 Divulgar nos campi os normativos técnicos do arquivo.
	15. Identificar potencialidades para prestação de serviços à comunidade externa	23. Número de projetos e ou/cursos de extensão	13	15	17	19	21	23.1 Ampliar os programas de curso de extensão à comunidade externa.
		24. Percentual de projetos de ação social e culturais	06	08	10	12	14	24.1 Promover a realização de projetos sociais e culturais à comunidade externa.

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas					Iniciativas
			2015	2016	2017	2018	2019	
	16. Aperfeiçoar o processo de avaliação institucional	25. Percentual de execução do PDI 2014-2019	20	40	60	80	100	25.1 Revisar o PDI 2014-2019 anualmente para avaliação e atualização; 25.2 Realizar análise SWOT para os ambientes internos e externos.
Pessoas, Crescimento e Inovação	17. Desenvolver ações e instrumentos de comunicação e marketing institucional	26. Número de instrumentos de comunicação criados	3	2	3	2	3	26.1 Criação de canal no <i>Instagram</i> ; 26.2 Criação de canal no <i>Youtube</i> ; 26.3 Implementação de e-mail marketing voltado para públicos específicos.
		27. Número de projetos de comunicação e marketing	37	20	30	35	40	27.1 Confecção do jornal institucional Conexão IFS; 27.2 Publicação Carta de Serviço ao Cidadão; 27.3 Campanhas dos processos seletivos do IFS (presencial e EAD); 27.4 Campanha do novo e-mail institucional; 27.5 Confecção de campanhas e peças gráficas para ações implementadas nos campi. Exemplos: “Maio Amarelo – incentivo ao uso de capacete”, “Divulgação do seguro de vida dos alunos do instituto”, “Qualidade de vida para servidores”, entre outros; 27.6 Campanhas para o dia do servidor, bem como datas comemorativas, como dia do professor, dia das mães.
	17. Desenvolver ações e instrumentos de comunicação e marketing institucional	27. Número de projetos de comunicação e marketing	37	20	30	35	40	27.7 Desenvolvimento de projeto para o novo site institucional, juntamente com a DTI; 27.8 Cobertura jornalística e fotográfica de eventos importantes para instituição.
	18. Promover integração dos servidores, buscando melhorias do clima organizacional e da qualidade de vida	28. Percentual de implantação dos programas de prevenção de acidentes e saúde	20	40	60	80	100	28.1 Implantar a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho (CHST); 28.2 Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) nos Campi e Reitoria; 28.3 Elaborar regulamento para as comissões.
	19. Ampliar a informatização de processos administrativos e acadêmicos	29. Percentual de execução orçamentária de TI	60	80	85	90	95	29.1 Monitorar e agir corretivamente na execução orçamentária de TI; 29.2 Elaborar relatórios de acompanhamento da execução orçamentária de TI.

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Indicador	Metas					Iniciativas
			2015	2016	2017	2018	2019	
		30. Percentual de ações estratégicas do PDTIC	60	80	85	90	95	30.1 Monitorar e agir corretivamente no plano de ações estratégicas do PDTIC; 30.2 Elaborar relatórios de acompanhamentos de execução das ações.
		31. Percentual de projetos constantes do PDTIC	50	70	80	90	95	31.1 Monitor e controlar a execução dos projetos constantes do PDTIC; 31.2 Elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos.
	20. Ampliar atividades de capacitação dos servidores visando as áreas de prioridades do IFS e mapeamento das competências	32. Percentual de servidores capacitados	10	30	40	50	80	32.1 Elaborar “Plano de Capacitação do IFS”; 3.2 Promover treinamentos em atividades administrativas para novos e antigos servidores; 32.3 Promover cursos de capacitação para os docentes nas áreas pedagógicas e técnicas; 32.4 Incentivar os servidores a participarem de grupos de trabalho e atividades diferentes das que atuam
Pessoas, Crescimento e Inovação	20. Ampliar atividades de capacitação dos servidores visando as áreas de prioridades do IFS e mapeamento das competências	32. Percentual de servidores capacitados	10	30	40	50	80	32.5 Organizar ‘Encontros’ de profissionais de áreas afins para troca de experiências 32.6 Realizar levantamento de capacitação dos servidores 32.7 Promover capacitação interna buscando a troca de experiências e a multiplicação de conhecimentos.
		33. Percentual de servidores qualificados	10	30	40	50	80	33.1 Elaborar editais de seleção para bolsas de qualificação 33.2 Realizar levantamento de parceiros visando à qualificação dos servidores.
Financeira	21. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	34. Percentual de execução orçamentária	20	40	60	80	90	34.1 Monitorar e acompanhar a execução orçamentária a fim de racionalizar os recursos.

Fonte: PDI 2014-2019

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento

O planejamento estratégico do IFS foi elaborado para o período de 2014 a 2019 contendo os objetivos estratégicos, missão e visão conforme citado nos itens acima. A instituição possui um planejamento estratégico previsto para cinco anos, sendo executado e revisto anualmente para atendimento da sua missão e visão.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento estratégico da instituição, contido no PDI 2014-2019, está desdobrado no Plano de Desenvolvimento Anual – PDA, que é o documento de planejamento anual para cumprimento das metas previstas no planejamento estratégico. Através da execução anual do PDA é que são verificados os resultados e alcance das metas ano a ano.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

A execução dos planos de indicadores, metas e iniciativas são acompanhadas através de relatórios semestrais e/ou Reuniões de Análise das Estratégicas (RAE's) onde são apresentados o status das metas e ações de cada campus, Pró-Reitorias, Diretorias sistêmicas e Coordenadorias Sistêmicas com suas dificuldades para que o gestor e seu *staff* tomem as devidas correções e ações nos desvios para o alcance das metas propostas. Nesta reunião, os gestores apresentam algumas práticas de gestão ou padrões de trabalhos que possam ser empregados em outras áreas, com o apoio do sistema GEPLANES para monitoramento e análise dos dados.

3.3 Desempenho Orçamentário

Os recursos orçamentários destinados ao IFS no OFSS são destinados a despesas com pessoal (salários e benefícios), sobre as quais a UPC não tem gestão direta e os destinados ao custeio e investimento para o seu funcionamento durante o exercício. As ações de gestão direta foram as de custeio e investimento que garantiram o seu funcionamento, e estão detalhadas em quadros apresentados alhures. Quanto a estas ações, a análise é a que segue:

a) Ação 20RG – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Nesta ação estava prevista o valor total de R\$ 11.618.150,00, dividida em R\$ 7.959.613,00 de emendas parlamentares e R\$ 3.658.537,00 propriamente no orçamento dito do IFS, dos quais foi empenhado o valor total disponível em 2016 de R\$ 4.108.537,00 (destrinchados em R\$ 3.658.537,00 previstos na LOA e R\$ 450.000,00 referente a emenda parlamentar número 36910008), sendo assim o IFS empenhou 100% de todo o orçamento disponível nessa ação.

Seguem informações acerca das obras relativas à ação de Expansão, discriminadas por obra:

- Itabaiana (Expansão II): Executado em 2016: 24,71%; Executado Acumulado: 88,5%; Dificuldades: Necessidade de adequação dos projetos e orçamentos licitados para a realidade/necessidades da obra;
- N. Sra. da Glória (Expansão II): Executado em 2016: 0,00%; Executado Acumulado: 0,00%; Dificuldades: Essa obra teve seu contrato rescindido por inexecução parcial do objeto por 04 (quatro) vezes, sendo licitada novamente em outubro/2016. A Ordem de Serviço referente ao contrato atual só foi assinada em 12/12/2016. De acordo com o novo contrato, a obra está com 0,00% de execução, porém considerando o percentual físico-financeiro dos contratos anteriores (rescindidos), está com um total de mais de 60% executado;

- N. Sra. do Socorro (Expansão III): Executado em 2016: 23,90%; Executado Acumulado: 89,02%; (Obs: existe um saldo de aproximadamente 7% que será suprimido do contrato, referente a quantitativos não executados). Dificuldades: Necessidade de adequação dos projetos e orçamentos licitados para a realidade/necessidades da obra;

- Tobias Barreto (Expansão III): Executado em 2016: 15,94%; Executado Acumulado: 15,94%; Dificuldades: Essa obra teve seu contrato inicial rescindido por inexecução parcial do objeto, sendo licitada novamente em dezembro/2015. Porém, a Ordem de Serviço referente ao contrato atual só foi assinada em 29/08/2016, pois o IFS estava aguardando recurso para empenho da obra. Com isso, o início da retomada teve de ser postergado, atrasando ainda mais o início dos serviços. De acordo com o novo contrato, a obra está com 15,94% de execução, porém considerando o percentual físico-financeiro do contrato anterior (rescindido), está com um total de, aproximadamente, 50% executado;

- Poço Redondo (Expansão III): Executado em 2016: 3,00%; Executado Acumulado: 3,00%; Dificuldades: Essa obra teve seu contrato inicial rescindido por inexecução parcial do objeto, sendo licitada novamente em dezembro/2015. Porém, a Ordem de Serviço referente ao contrato atual só foi assinada em 05/09/2016, pois o IFS estava aguardando recurso para empenho da obra. Com isso, o início da retomada teve de ser postergado, atrasando ainda mais o início dos serviços. De acordo com o novo contrato, a obra está com cerca de 3,00% de execução;

- Propriá (Expansão III): Executado em 2016: 0,00%; Executado Acumulado: 0,00%; Dificuldades: Essa obra teve seu contrato inicial rescindido por inexecução parcial do objeto, sendo licitada novamente em outubro/2016. Sua Ordem de Serviço está condicionada a liberação judicial, uma vez que aguarda a realização de perícia no local, solicitada judicialmente pela empresa ora contratada. Com isso, o início da retomada teve de ser postergado, atrasando ainda mais o início dos serviços. De acordo com o novo contrato, a obra está com 0,00% de execução, porém considerando o percentual físico-financeiro do contrato anterior (rescindido), está com um total de mais de 20% executado;

- Emenda Individual: Emenda Parlamentar no valor de R\$ 450.000,00 foi executada na pavimentação do campus São Cristovão e encontra-se com 95% da obra concluída e previsão de entrega para 26/01/2017.

b) 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional

Esta ação teve dotação orçamentária inicial de R\$ 37.005.984,00 e final de R\$ 41.504.487,00, diferença proveniente das alterações orçamentárias número 67025/SIOP que permutou o valor de R\$ 3.160.000,00 da ação de assistência para a ação de funcionamento (grupo de despesa 4) e número 63843/SIOP que permutou o valor de R\$ 1.700.000,00 da ação de capacitação para a ação de funcionamento (grupo de despesa 4). Ressalta-se que houve um alto desempenho na execução desta despesa (98,71%).

c) 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

Esta ação teve dotação orçamentária inicial de R\$ 9.284.225,00 e final de R\$ 6.124.225,00, diferença proveniente da alteração orçamentária número 67025/SIOP que permutou o valor de R\$ 3.160.000,00 da ação de assistência para a ação de funcionamento (grupo de despesa 4). Com execução de 96,55%, esta ação contempla recursos para dispêndios com fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando.

Outras dificuldades enfrentadas pela UPC na execução do orçamento e os reflexos no cumprimento de seus objetivos: Estudantes beneficiários com mais de um auxílio/bolsa devido ao perfil socioeconômico favorecer essa concessão; Atraso no calendário letivo devido aos movimentos paredistas anteriores; Calendário letivo diferenciado entre os Campi.

Diante das justificativas apresentadas concluiu-se que o Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE) tem sido de grande importância para a permanência com êxito dos educandos do IFS, nos seus diversos Campi.

3.3.1 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Os quadros a seguir demonstram as informações sobre a execução das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme comentado na seção 3.3:

a) Ação 20RG – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 3 - Ação 20 RG

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo:	Atividade		
Título	EXPANSAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Objetivo	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.			Código	0019		
Programa	Educação de qualidade para todos		Código	2080	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	26423 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo:	() PAC	() Brasil sem miséria	() Outras	
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0028 - Sergipe	11.618.150,00	11.618.150,00	4.108.537,00	418.537,33	248.060,93	170.476,40	3.689.999,67
Execução Física							
Nº do subtítulo / localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0028 - Sergipe	Obra viabilizada para a sociedade e em pleno funcionamento conforme SIMEC		Obra entregue	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0028 - Sergipe	37.192.272,18	13.667.241,37	12.307.168,83	Obra viabilizada para a sociedade e em pleno funcionamento conforme SIMEC	Obra entregue	1	

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

b) Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional

Quadro 4 – Ação 20 RL

Identificação da Ação							
Código	20RL				Tipo:	Atividade	
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Objetivo	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Garantir a gestão e o funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.				Código	0019	
Programa	Educação de qualidade para todos	Código	2080	Tipo:	Temático		
Unidade Orçamentária	26423 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC)	<input type="checkbox"/> Brasil sem miséria	<input type="checkbox"/> Outras	
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0028 - Sergipe	37.005.984,00	41.504.487,00	40.970.221,69	25.375.270,70	24.704.395,71	670.874,99	15.594.950,99
Execução Física							
Nº do subtítulo / localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0028 - Sergipe	Número de matrículas realizadas no exercício conforme SIMEC		Número de matrículas	15.343	15.343	14.533	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0028 - Sergipe	15.433.984,67	8.313.301,77	2.403.298,84	Número de matrículas realizadas no exercício conforme SIMEC	Número de matrículas		

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

c) Ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 5 – Ação 2994

Identificação da Ação							
Código	2994				Tipo:	Atividade	
Título	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA						
Objetivo	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.			Código	0019		
Programa	Educação de qualidade para todos		Código	2080	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	26423 -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC)	<input type="checkbox"/> Brasil sem miséria	<input type="checkbox"/> Outras	
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0028 - Sergipe	9.284.225,00	6.124.225,00	5.913.306,22	3.863.647,33	3.773.235,10	90.412,23	2.049.658,89
Execução Física							
Nº do subtítulo / localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0028 - Sergipe	Número de benefícios concedidos conforme SIMEC		Número de benefícios concedidos	3.000	3.000	5.368	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0028 - Sergipe	4.018.500,15	3.020.325,25	800.354,49	Número de benefícios concedidos conforme SIMEC	Número de benefícios concedidos		

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

d) Ação 6380 – Fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 6 – Ação 6380

Identificação da Ação							
Código	6380			Tipo:	Atividade		
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Objetivo	Suporte para implementação da expansão/reestruturação por meio da modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a manutenção/melhoria da qualidade da oferta de educação profissional, científica e tecnológica; Apoio a programas e projetos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, inclusive de educação do campo e de elevação de escolaridade de Jovens e adultos, por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;				Código	0582	
Programa	Educação profissional e tecnológica	Código	2031	Tipo:	Temático		
Unidade Orçamentária	26423 -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo:	<input type="checkbox"/> PAC)	<input type="checkbox"/> Brasil sem miséria	<input type="checkbox"/> Outras	
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0028 - Sergipe	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo / localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0028 - Sergipe	-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0028 - Sergipe	2.310,00	-	2.310,00	0,00	0,00	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

A ação 6380 não foi executada em 2016, estando inscrita em restos a pagar.

3.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores

O pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores impacta fortemente a gestão financeira devido à dificuldade de recebimento de sub-repasses enviados pelo órgão superior (MEC), que normalmente ocorre nos três primeiros meses do exercício, causando transtornos na gestão das contas a pagar relativas às despesas empenhadas no fim do exercício de prestação de contas.

A permanência de restos a pagar relativos aos exercícios de 2009 e 2010 decorre de processos que se encontram em discussão judicial. Já o relativo ao exercício de 2012 corresponde a empenho de despesa relativa à assistência médica-odontológica do servidor que deverá ser cancelado por inexistência de débito junto à instituição prestadora do serviço (GEAP).

Quanto aos empenhos dos demais exercícios, foi aberto processo com levantamento das informações e solicitada análise aos setores demandantes no âmbito da UG 158134 – IFS/Reitoria e encaminhado relatórios às demais UG para que fizessem o mesmo procedimento, com vistas a cancelar os empenhos que não tivessem razão para permanecerem com saldo inscrito em restos a pagar.

Após estas análises, restaram alguns empenhos que não se chegou a uma definição quanto ao cancelamento de saldo por falta de informação segura. Inclusive alguns saldos de valor irrisórios em comparação com o valor original empenhado também remanesceram devido à falta de certeza quanto à exigibilidade de pagamento.

No final do exercício (2016) foi criada comissão com para a elaboração de minuta de norma interna para a gestão de restos a pagar, o que certamente minimizará a incidência de inscrição indevida, principalmente em relação a valores irrisórios, bem como, e principalmente, implicará em uma gestão eficiente de restos a pagar, passando a envolver o setor solicitante, as áreas de gestão de compras e de contratos e os gestores financeiros de todas as unidades gestoras do Instituto.

No que se refere à prorrogação de vigência dos saldos, considerando-se que se trata de empenhos de fonte de recurso destinada à educação (fonte 0112), conclui-se que não existe inscrição em restos a pagar cuja vigência não tenha sido prorrogada.

Quadro 7 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	10.184.269,29	10.128.648,82	34.877,95	20.742,52	
2014	1.907.388,51	1.876.172,14	9.335,00	21.881,37	
2013	371.081,21	197.793,55	3.100,00	170.187,66	
2012	170.898,21	169.358,45	1.539,76	0,00	
2011	1.828,75	1.828,75	-	0,00	
2010	245.272,25	10.499,14	-	234.773,11	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	27.097.417,31	20.197.129,23	20.172.172,54	2.070.270,78	4.854.973,99
2014	22.050.402,32	5.075.819,86	5.075.819,86	11.089.276,24	5.885.306,22
2013	10.856.324,43	1.333.002,02	1.333.002,02	3.924.335,11	5.598.987,30
2012	1.190.620,64	543.428,12	543.428,12	278.783,67	368.408,85
2011	435.151,04	-	-	435.151,04	0,00
2010	100.149,42	-	-	-	100.149,42
2009	90.544,41	-	-	-	90.544,41

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

O IFS possui um Termo de Cooperação firmado junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visando vagas no curso de mestrado profissional em Gestão Pública. Neste sentido, foi descentralizado o valor total de R\$ 57.600,00, conforme nota de crédito 2016NC000045, para a UFRN (153103/15234) a fim de atender despesas com o custeio das vagas no curso mencionado.

O Termo de Cooperação foi firmado com o objetivo de qualificar os servidores e no médio prazo terá impacto qualitativo nos recursos humanos do Instituto, fazendo com que este tenha profissionais mais qualificados e possa auxiliar nos projetos do IFS, principalmente no tocante às suas atividades fins.

O plano de execução do Termo de Cooperação objeto dessa descentralização contempla mecanismos de acompanhamento, como visitas programadas, contato permanente com a gestão do PPGP/UFRN, ou seja, ações de controle que permitem avaliar continuamente a relação estabelecida e mitigar eventuais impropriedades na execução.

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

O quadro 8 retrata a situação da realização das receitas em 2016:

Quadro 8 – Informações sobre a realização das receitas em 2016

Unidade Orçamentária		UG Executora		Fonte Recursos Detalhada		Saldo Atual (R\$)
26423	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	152420	INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS N.Sª DA GLORIA	0250026423	OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL	320,00
		158134	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	0250026423	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	1.860,00
				0250026423	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	689,50
				0250026423	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	273.625,00
				0250026423	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	3.480,97
				0250026423	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	-
				0250026423	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	-
		158392	INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS SAO CRISTOVAO	0250026423	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	1.891,40
				0250026423	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	120,00
		158393	INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS ARACAJU	0250026423	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	6.009,88
				0250026423	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	647,70
		158394	INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS LAGARTO	0250026423	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	550,94
		TOTAL ARRECADADO PELA UPC				

Fonte: Tesouro Gerencial, 03/02/2017

Comparativamente, o quadro 9 retrata a situação das receitas geradas pelo IFS em 2015:

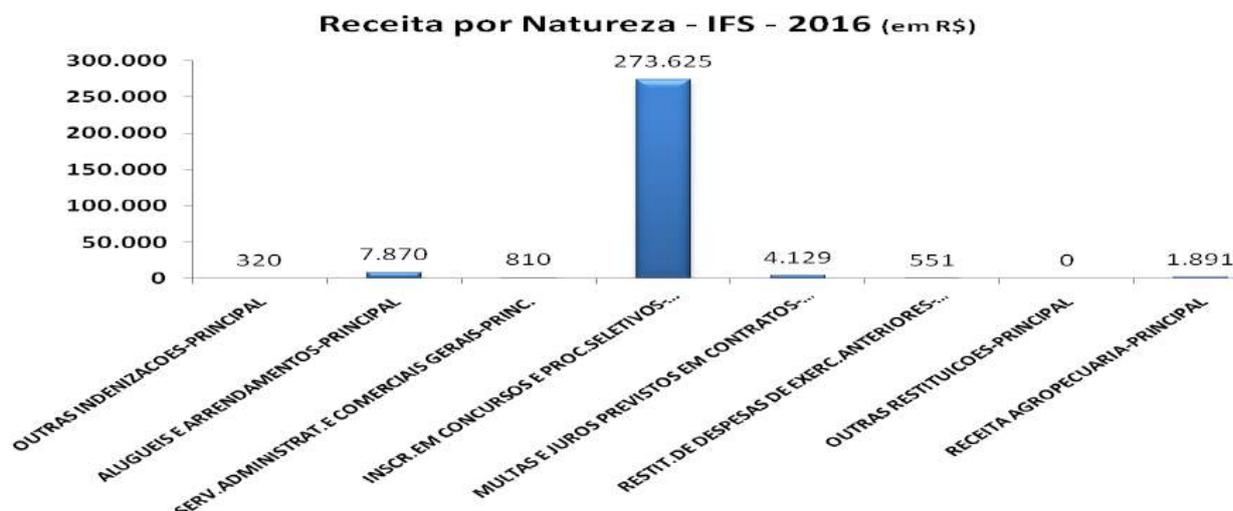
Quadro 9 – Informações sobre a realização das receitas em 2015

Unidade Orçamentária		UG Executora		Fonte Recursos Detalhada		Saldo Atual (R\$)
26423	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	152420	INST. FED. DE SERGIPE/CAMP US N.Sª DA GLORIA	0250026423	REC.DIRET.ARREC.- INST.FED.ED.CIEN.TEC. SERGIPE	-
		158134	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	0250026423	REC.DIRET.ARREC.- INST.FED.ED.CIEN.TEC. SERGIPE	256.034,75
		158392	INST. FED. DE SERGIPE/CAMP US SAO CRISTOVAO	0250026423	REC.DIRET.ARREC.- INST.FED.ED.CIEN.TEC. SERGIPE	8.291,98
		158393	INST. FED. DE SERGIPE/CAMP US ARACAJU	0250026423	REC.DIRET.ARREC.- INST.FED.ED.CIEN.TEC. SERGIPE	3.397,72
		158394	INST. FED. DE SERGIPE/CAMP US LAGARTO	0250026423	REC.DIRET.ARREC.- INST.FED.ED.CIEN.TEC. SERGIPE	175,00
TOTAL ARRECADADO PELA UPC						267.899,45

Fonte: Tesouro Gerencial, 03/02/2017

Houve um leve incremento das receitas em 2016 comparativamente a 2015, muito em razão da arrecadação referente aos processos seletivos na UPC, conforme pode ser visualizado no gráfico 1, referente ao exercício 2016:

Gráfico 1 - Receita por natureza em 2016



Fonte: Tesouro Gerencial, 03/02/2017

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

a) Despesas por modalidade de contratação

Quadro 10 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	45.288.925,79	18,58	36.678.784,82	16,49	20.812.651,43	9,83	13.913.810,84	7,51
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	1.498.657,53	0,62	117.682,80	0,05	194.883,62	0,09	5.045,67	0,00
c) Concorrência	11.746.085,55	4,82	14.583.846,96	6,56	743.441,34	0,35	696.453,44	0,38
d) Pregão	32.044.182,71	13,14	21.977.255,06	9,88	19.874.326,47	9,39	13.212.311,73	7,13
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	6.187.774,38	2,53	7.275.717,35	3,27	4.276.836,35	2,02	3.022.383,11	1,63
h) Dispensa	4.782.601,57	1,96	5.773.450,46	2,59	3.360.909,60	1,59	2.561.346,76	1,38
i) Inexigibilidade	1.405.172,81	0,57	1.502.266,89	0,68	915.926,75	0,43	461.036,35	0,25
3. Regime de Execução Especial	2.632,63	0,00	-	-	2.632,63	0,00	-	-
j) Suprimento de Fundos	2.632,63	0,00	-	-	2.632,63	0,00	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	171.397.459,64	70,31	156.070.631,87	70,17	171.348.655,64	80,97	154.011.373,24	83,19
k) Pagamento em Folha	171.047.269,18	70,17	155.500.356,35	69,92	170.998.532,86	80,80	153.477.834,31	82,90
l) Diárias	350.190,46	0,14	570.275,52	0,25	350.122,78	0,17	533.538,93	0,29
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	222.876.792,44	91,44	200.025.134,04	89,94	196.440.776,05	92,82	170.947.567,19	92,33
6. Total das Despesas da UPC	243.743.670,61	100	222.407.044,37	100	211.627.726,88	100	185.125.357,77	100

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

b) Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	112.261.409,74	102.460.625,58	112.261.409,74	102.460.625,58	-	-	112.247.772,67	100.471.132,72
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	24.452.606,36	22.618.047,10	24.452.606,36	22.618.047,10	-	-	24.452.606,36	22.616.912,75
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	22.622.477,99	20.632.728,02	22.622.477,99	20.632.728,02	-	-	22.587.378,74	20.600.833,19
Demais elementos do grupo	11.710.775,09	9.788.955,65	11.710.775,09	9.788.955,65	-	-	11.710.775,09	9.788.955,65
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	13.112.926,52	13.109.897,56	11.919.609,83	11.406.382,87	1.193.316,69	1.703.514,69	11.917.087,55	8.864.232,92
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.162.017,98	7.233.071,11	5.635.558,11	5.083.622,49	1.526.459,87	2.149.448,62	5.601.707,46	4.326.755,16
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.253.402,61	7.802.518,54	3.324.272,34	3.551.397,57	2.929.130,27	4.251.120,97	3.190.279,11	2.712.545,40
AUXILIO-ALIMENTACAO	5.856.502,02	4.596.655,10	5.856.502,02	4.596.655,10	-	-	5.856.502,02	4.596.655,10
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.920.511,66	4.295.904,47	1.753.709,29	3.843.618,28	-	-	1.672.129,29	2.452.788,43
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.578.186,13	2.720.250,80	2.578.186,13	2.720.250,80	-	-	2.578.186,13	2.716.970,80
Demais elementos do grupo	7.885.946,72	7.063.626,87	5.515.749,70	5.075.901,43	3.536.999,39	2.440.011,63	5.142.611,66	3.647.861,35
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OBRAS E INSTALACOES	15.054.451,68	17.116.789,52	1.674.288,73	1.636.714,80	13.380.162,95	15.480.074,72	984.442,08	811.623,94
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.410.770,42	490.177,04	1.640.402,94	184.881,86	6.770.367,48	305.295,18	1.542.842,78	96.324,35
Demais elementos do grupo	3.461.685,69	2.477.797,01	2.213.861,53	1.709.845,51	1.247.824,16	767.951,50	2.143.405,94	1.421.766,01

Fonte: Tesouro Gerencial, 27/01/2017

No que tange às Dispensas e Inexigibilidades de licitações, observa-se do valor exposto a predominância das contratações para fornecimento de água, energia elétrica, locação de imóveis e publicação na imprensa nacional. Essas contratações classificam-se como de necessidade permanente para funcionamento da instituição.

As demais contratações ocorreram por necessidade e conveniência da Administração, sem expressivo percentual em relação ao valor supracitado. Há de se enaltecer que todas ocorreram em constância com os preceitos Legais.

No que tange as despesas correntes, as limitações impostas pela Portaria nº 67, de 1º de março de 2016 do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, afetou de maneira significativa o planejamento do IFS, sobre tudo no que diz respeito aos itens relacionados a Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, os quais representam um montante significativo do orçamento do IFS.

A publicação de tal Portaria obrigou o instituto a rever seu planejamento orçamentário no tocante a todos os itens mencionados na portaria, a saber: I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, II - Locação de Imóveis, III - Locação de Máquinas e Equipamentos, IV - Locação de Veículos, V - Locações de Mão de Obra e Terceirização, VI - Serviços de Consultoria, VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos, VIII - Serviços de Limpeza e Conservação, IX - Serviços de Telecomunicações, X - Vigilância Ostensiva e XI - Diárias e Passagens.

Há que se considerar ainda que na ação de Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica teve uma alteração orçamentária no montante de R\$ 3.160.000,00, permutando esse valor para a ação de funcionamento no grupo de investimento, tendo em vista uma reavaliação das necessidades vigentes à época.

3.3.6 Suprimentos de fundos, contas bancárias e cartões de pagamento

No IFS, somente o Campus Aracaju executou despesa utilizando-se a excepcionalidade de suprimento de fundos. A gestão na utilização de suprimento de fundos pelo IFS/Campus Aracaju é de forma coerente e em caráter excepcional para atendimento de despesas na contratação de prestação de serviços ou pequenas compras, através do Cartão Corporativo do Governo Federal – CPGF. Já se tornou um instrumento muito útil e adotado pelo Campus, com observância à legislação que normatizam sua utilização e orientações internas pertinentes, onde todo suprido é orientado a ler a legislação e observar às normas, para que não realizem aquisições de material permanente e que antes de qualquer compra de material de consumo façam consulta ao almoxarifado e sempre que possível pesquisa de preços.

No exercício de 2016 foram realizadas 6 (seis) concessões de suprimento para 2 (dois) servidores portadores de cartões, que totalizaram R\$ 30.000,00, dois quais foram efetivamente realizadas despesas no total de R\$ 2.632,63, sendo: R\$ 150,00 por saque e R\$ 2.482,63 por fatura.

Um dos benefícios constatados foi o controle e a transparências que se tornou mais fácil, podendo ser realizadas consultas no portal do COMPRANSNET-CSF, a onde o suprido detalha todas as despesas com as notas fiscais relacionadas, como também é permitido que o ordenador mantenha o controle antecipadamente dos limites que serão autorizados no SIAFI, utilizando-se do sistema Web do Banco do Brasil.

O acompanhamento é feito mediante análise das prestações de contas e demais lançamentos contábeis, com ajustes de saldo e reclassificação das despesas para os subitens específicos, visto que são inicialmente contabilizados no subitem 96 (pagamentos antecipados) e posteriormente encaminhados ao ordenador de despesas para aprovação e homologação.

Com a utilização dos sistemas se tornou mais fácil o acompanhamento das prestações de contas, de forma que no IFS/Campus Aracaju não existem pendências de prestação de contas de suprimento de fundos.

Quadro 12 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	6	30.000,00	5.000,00
2015	15 8393	IFS/Campus Aracaju	-	-	6	40.000,00	5.000,00

Fonte: SIAFI 2016

Quadro 13 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	1	150,00	2.482,63	2.632,63
2015	158393	IFS/Campus Aracaju	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2016

Quadro 14 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158393	IFS/Campus Aracaju	339030	01	1.293,11
			39	927,62
		339039	19	408,48
			36	3,42
TOTAL				2.632,63

Fonte: SIAFI 2016

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho dos processos finalísticos são cadastrados no GEPLANES (Software do planejamento estratégico), que permite um acompanhamento através do sítio do IFS.

Os sistemas que são utilizados como fonte de dados para cálculo dos indicadores são o SISTEC, alimentado pelos campi, além do Tesouro Gerencial e o SIAPE. Devido ao atraso do ano letivo pode ter ocorrido que alguns campi não tenham atualizado o SISTEC a tempo da coleta dos dados do MEC.

3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Em conformidade com o que determinou o Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.267/2005, de 12 de dezembro de 2005, quanto aos indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), são apresentados a seguir os resultados obtidos pelo IFS, bem como a análise da medição de desempenho.

Quadro 15 – Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$	10,71	12,30	15,41	2,40	12,77
	Relação Ingresso/Aluno	$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matriculas atendidas}} \times 100$	24,80%	16,14%	28,02%	22,55%	38,77%
	Relação Concluinte/Aluno	$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matriculas atendidas}} \times 100$	4,47%	14,24%	6,77%	4,93%	3,77%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$	30,78%	34,27%	39,30%	33,33%	25,26%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matriculas atendidas}} \times 100$	39,49%	45,55%	6,53%	37,54%	36,83%
	Relação de Alunos/Docentes Em Tempo Integral	$RAD = \frac{\text{Aluno - equivalente}}{\text{Docentes equivalentes}}$	22,88*	31,37*	13,40	26,65	27,49
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$GCA = \frac{\text{GASTOT}}{\text{Matriculas atendidas}}$	16.141,55	12.862,31	12.108,89	9.192,30	8.508,18
	Percentual de Gastos com Pessoal	$GCP = \frac{\text{GASPES}}{\text{TOTGAS}} \times 100$	81,0%	82,2%	76,9%	77,2%	80,6%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$GOC = \frac{\text{GASOUC}}{\text{TOTGAS}} \times 100$	11,9%	11,9%	14,7%	15,1%	12,9%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$GCI = \frac{\text{GASINV}}{\text{TOTGAS}} \times 100$	2,2%	1,9%	3,9%	3,0%	2,1%
Socio-econômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$MRF = \frac{\text{FaixasM}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	3585	2527	NI	NI	NI
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$TCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	3,95	3,63	3,86	3,28	3,73

*Considera o conceito de Aluno-Equivalente, não podendo ser diretamente comparável aos demais valores da série

Fonte: SISTEC, Tesouro Gerencial, SIAPE

- **Indicadores acadêmicos**

Para análise e interpretação dos indicadores de Ensino seguiram-se as orientações da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de consultas específicas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, tendo como objetivo cumprir a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, que exige a padronização na forma de cálculo e de obtenção dos dados.

É importante ressaltar que durante a coleta de dados, alguns campi ainda estavam com o período letivo 2016 em andamento, esse fato se deu devido o atraso no calendário acadêmico dos campi, decorrente dos movimentos parciais ocorridas nos anos anteriores.

As informações foram coletadas previamente no mês de janeiro de 2017 pelo sistema SISTEC, definido como fonte oficial para coleta de dados para cálculo da matriz orçamentária, sendo apresentada pela SETEC.

Os dados são alimentados pelos Campi e solicitados os devidos ajustes, para que este relatório possa ser o mais fidedigno possível.

- a) Relação Candidato/ Vaga (RCV)**

De acordo com o Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, este indicador mede a consonância entre oferta de vagas em relação à procura do público.

- **Método de cálculo:**

$$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$$

- **Definições:**

Inscritos= Número de inscrições para vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (SISU, vestibular, processo seletivo,...) por curso e campus.

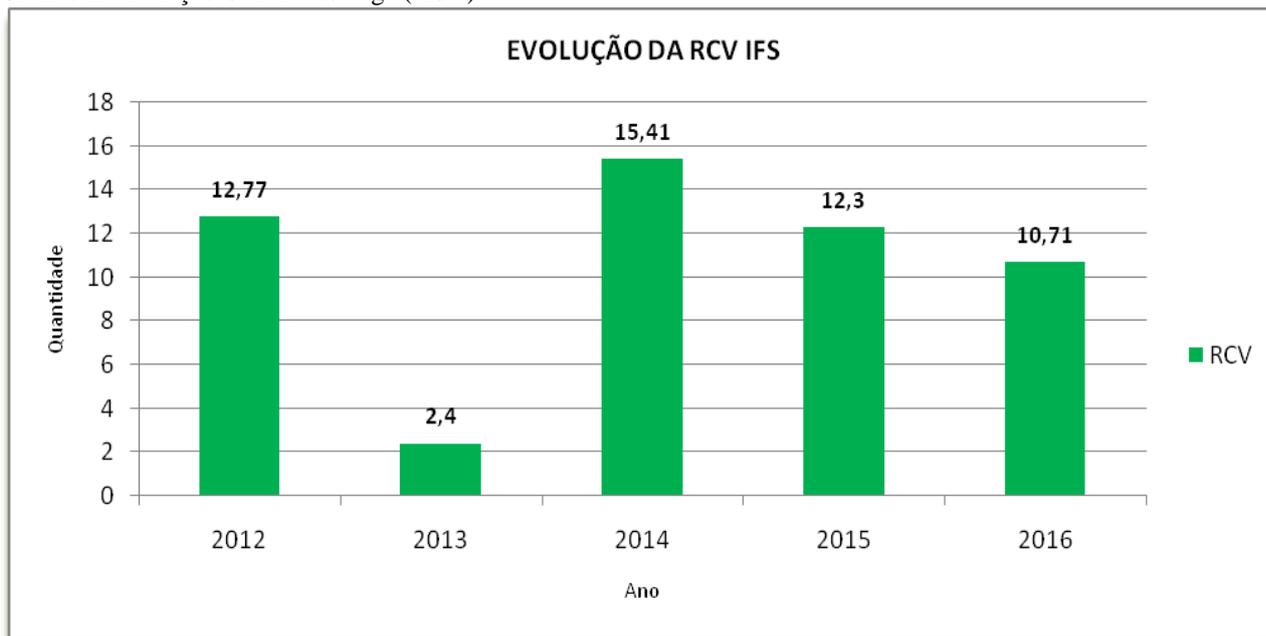
Vagas para ingresso= Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise por meio de vestibular, processo seletivo e outras formas de ingresso.

No gráfico 2 se destaca a relação candidato/vaga no IFS por ano, fornecendo, assim, um panorama da evolução deste indicador como um todo. Nota-se que o RCV teve um crescimento de 50,4% em 2016, apesar da ocorrência da greve no ano de 2015, atrasando significativamente o ano letivo, pois durante a elaboração do relatório em questão, todos os campi encontravam-se cursando o período 2016.1.

Ressalta-se que o aumento do RCV em 2014 é oriundo principalmente das inscrições nos cursos de nível superior através do SISU, já que o IFS propiciou 50% das vagas para a inscrição de candidatos através deste Sistema de Seleção Unificada do MEC, fator que não foi contabilizado no ano de 2013.

Vale ressaltar que o IFS vem realizando esforços para melhorar este indicador através da reestruturação dos trabalhos de divulgação dos processos seletivos, por meio de comissões específicas compostas por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e coordenadores de curso, realizados nos campi.

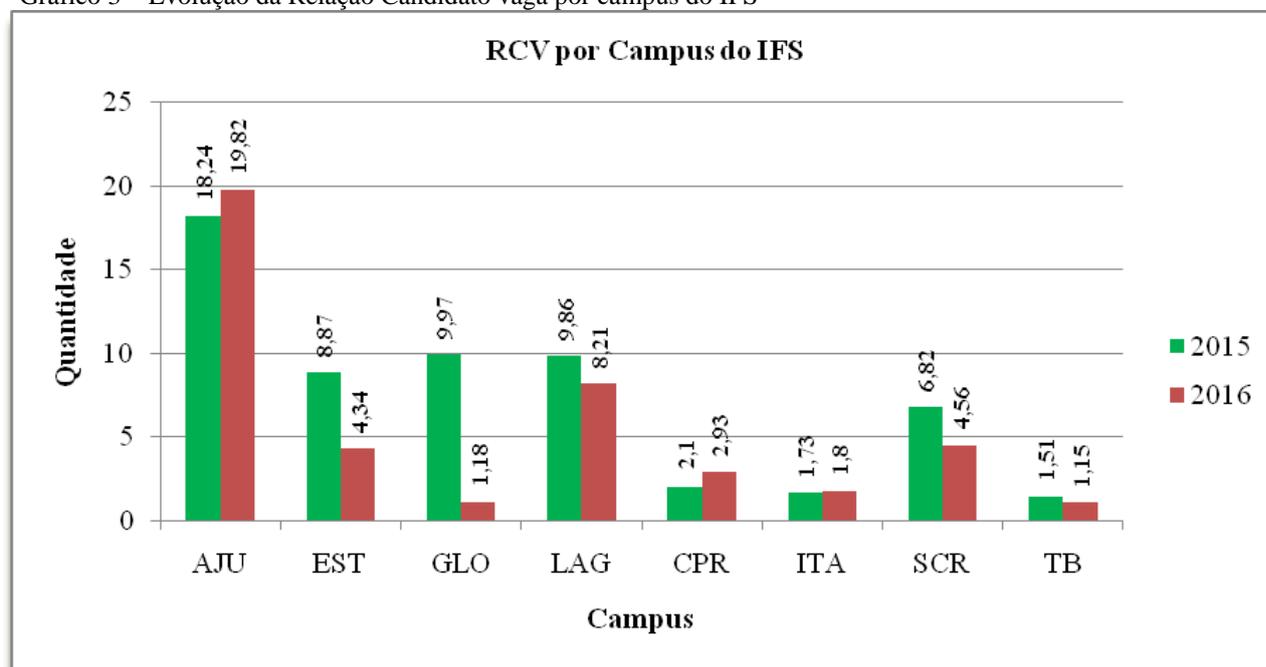
Gráfico 2 – Relação Candidato/Vaga (RCV)



Fonte: SISTEC

Do gráfico 3 se depreende que o Campus Aracaju foi o que mais se destacou neste indicador no ano de 2015 e 2016, seguido pelo Campus Lagarto.

Gráfico 3 – Evolução da Relação Candidato vaga por campus do IFS



Legenda: AJU: Campus Aracaju; EST: Campus Estância; GLO: Campus Glória; LAG: Campus Lagarto; CPR: Campus Propriá; ITA: Campus Itabaiana; SCR: Campus São Cristóvão; TB: Campus Tobias Barreto

Fonte: SISTEC

b) Relação Ingresso/ Matrículas Atendidas (RIM)

Este indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente. Analisa também a capacidade da oferta de vagas da Instituição.

- **Método de cálculo:**

$$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$$

- **Definições:**

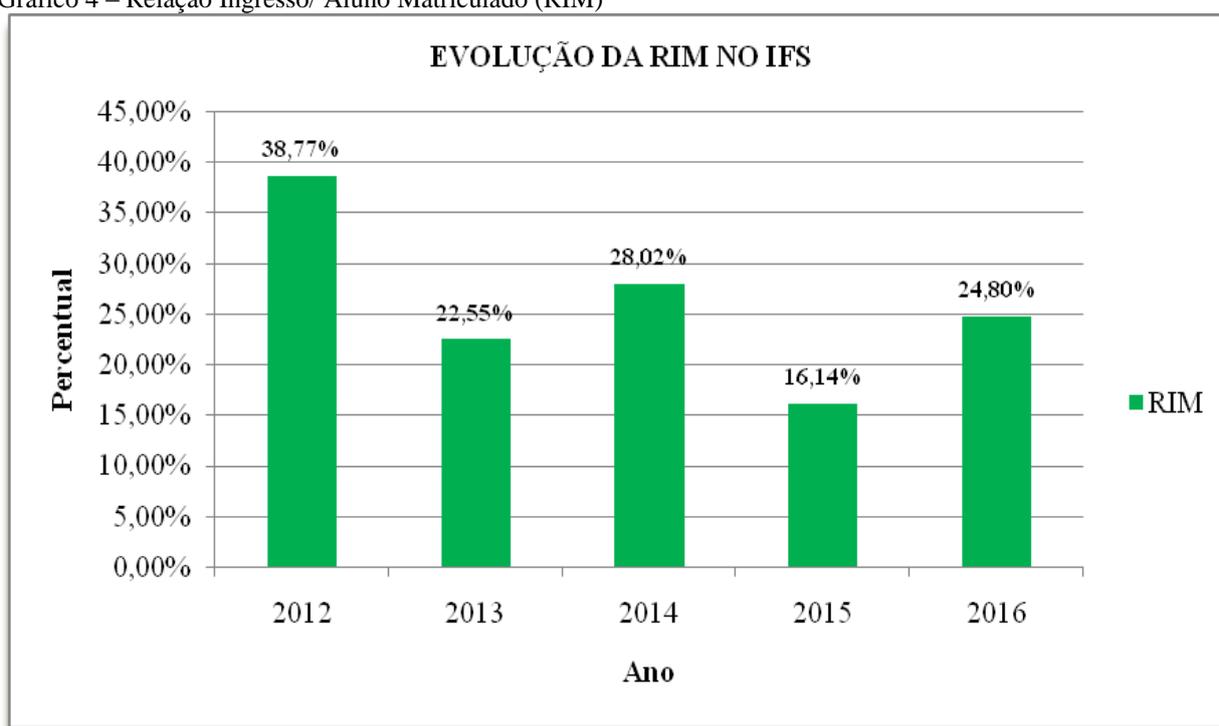
Ingressantes= Total de alunos ingressantes (novas matrículas), por quaisquer formas de ingresso (SISU, vestibular, processo seletivo,...), nos meses de referência do intervalo de análise.

Matrículas atendidas= Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

No gráfico 4, percebe-se que houve uma recuperação do RIM em relação a 2013, em virtude da abertura de dois novos campi. No exercício 2015, esse indicador apresentou decréscimo devido a diversos fatores, tais como: elevada taxa de retenção e desequilíbrio entre ano letivo e ano civil, decorrente das greves recentes.

Apesar do desequilíbrio do ano letivo, observa-se que em 2016 houve uma recuperação do indicador, devido ao maior conhecimento dos moradores das cidades circunvizinhas sobre os campi do IFS, resultado da intensificação na divulgação dos processos seletivos, bem como os ótimos resultados das avaliações dos cursos superiores do IFS realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES).

Gráfico 4 – Relação Ingresso/ Aluno Matriculado (RIM)

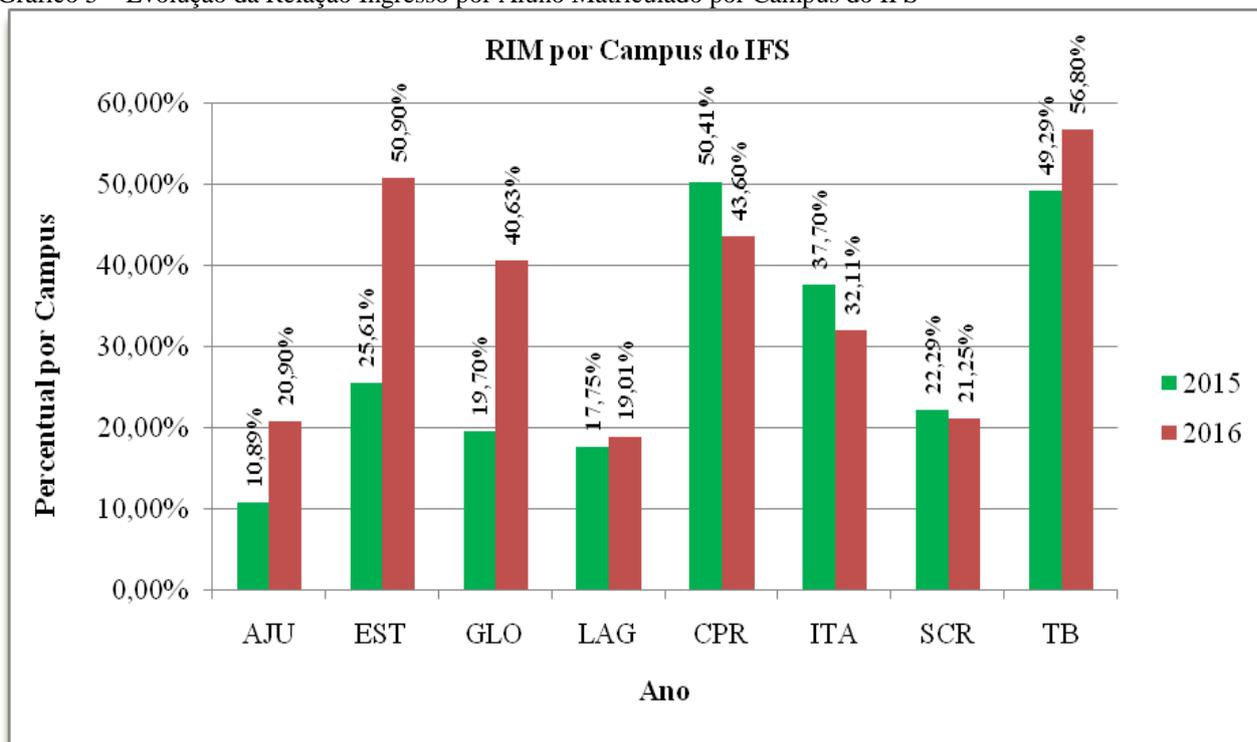


Fonte: SISTEC

Pela análise do gráfico 5 se percebe que o RIM é inversamente proporcional ao tempo de consolidação, ou seja, aqueles com maior tempo de existência apresentaram RIM menor.

Isso se justifica porque são campi que estão em processo de expansão e receberam, ou estão prestes a receber, sua sede definitiva de funcionamento. Nesse contexto se enquadram Estância, Propriá, Itabaiana e Tobias Barreto.

Gráfico 5 – Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado por Campus do IFS



Legenda: AJU: Campus Aracaju; EST: Campus Estância; GLO: Campus Glória; LAG: Campus Lagarto; CPR: Campus Propriá; ITA: Campus Itabaiana; SCR: Campus São Cristóvão; TB: Campus Tobias Barreto

Fonte: SISTEC

c) Relação Concluintes / Aluno Matriculado (RCM)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito escolar, quantifica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

- **Método de cálculo:**

$$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$$

- **Definições:**

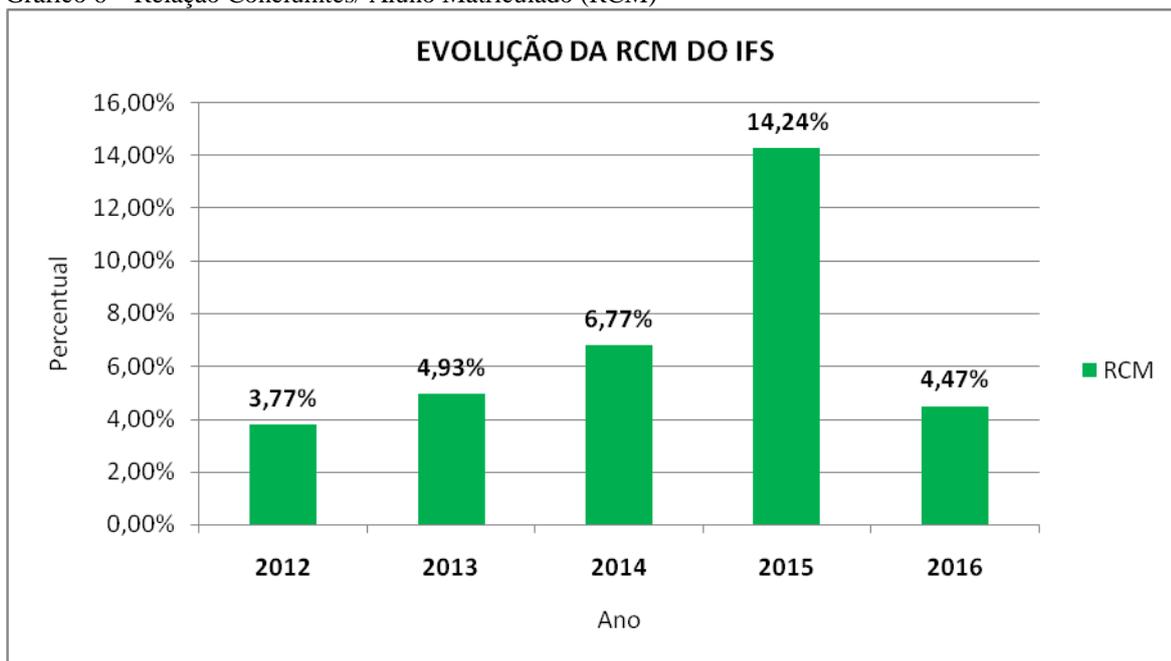
Concluintes= Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Matrículas atendidas= Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

Percebe-se no gráfico 6 que o percentual de alunos que concluem o curso vem aumentando. No entanto, em 2016, devido a grande diferença entre ano letivo e civil, houve um decréscimo no indicador, pois o ano letivo 2016 iniciou no final do ano civil 2016, devido às greves no período de 2015, prolongando, assim, a permanência dos alunos além do prazo definido para extração dos dados do SISTEC.

Além disso, alguns campi não atualizaram o status dos alunos no SISTEC no tempo requerido, impactando no valor do indicador.

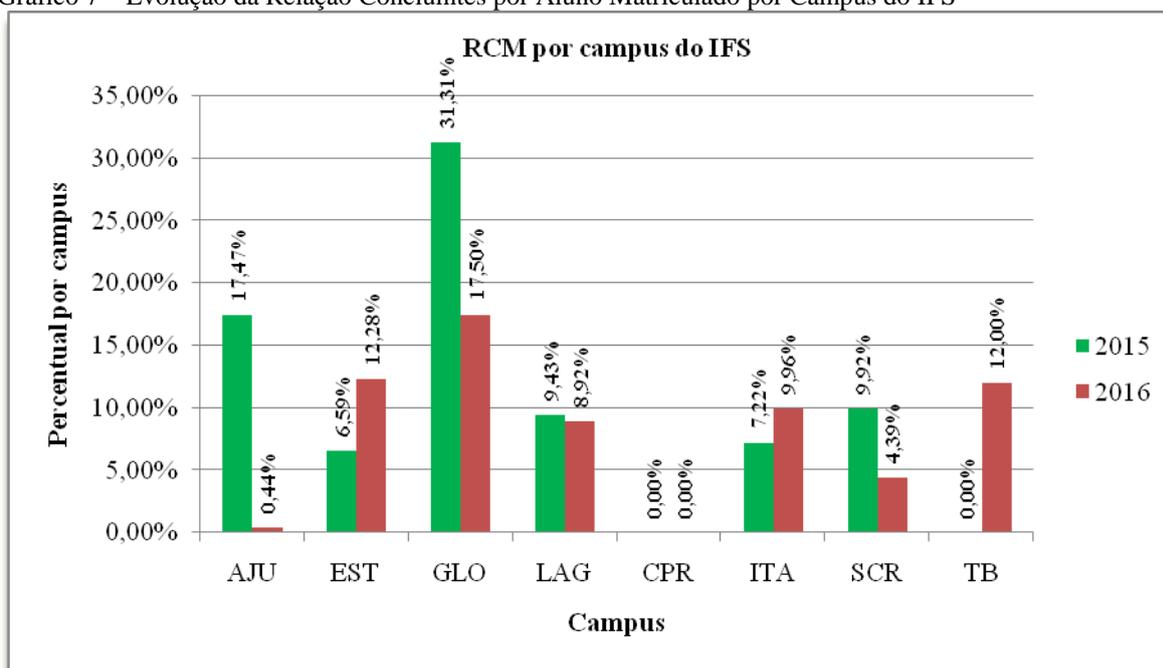
Gráfico 6 – Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM)



Fonte: SISTEC

Percebe-se no gráfico 7 que em 2015 havia campi novos que ainda não apresentavam concluintes, pois iniciaram suas atividades em 2014, Campus Tobias Barreto e Propriá. Além disso, com o atraso no calendário acadêmico, em virtude das greves, o período previsto para conclusão ficou comprometido, a exemplo do Campus Aracaju. Cabe ainda ressaltar que a melhoria do índice nos campi Glória e Itabaiana em relação aos demais se justifica pelo fato dos mesmos não terem aderido à greve de 2014, estando atualmente com o calendário letivo mais próximo ao civil, apresentando assim maior número de concluintes.

Gráfico 7 – Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado por Campus do IFS



Legenda: AJU: Campus Aracaju; EST: Campus Estância; GLO: Campus Glória; LAG: Campus Lagarto; CPR: Campus Propriá; ITA: Campus Itabaiana; SCR: Campus São Cristóvão; TB: Campus Tobias Barreto

Fonte: SISTEC

d) Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (concluído, evadido, desligado, transferido externo).

- **Método de cálculo:**

$$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$$

- **Definições:**

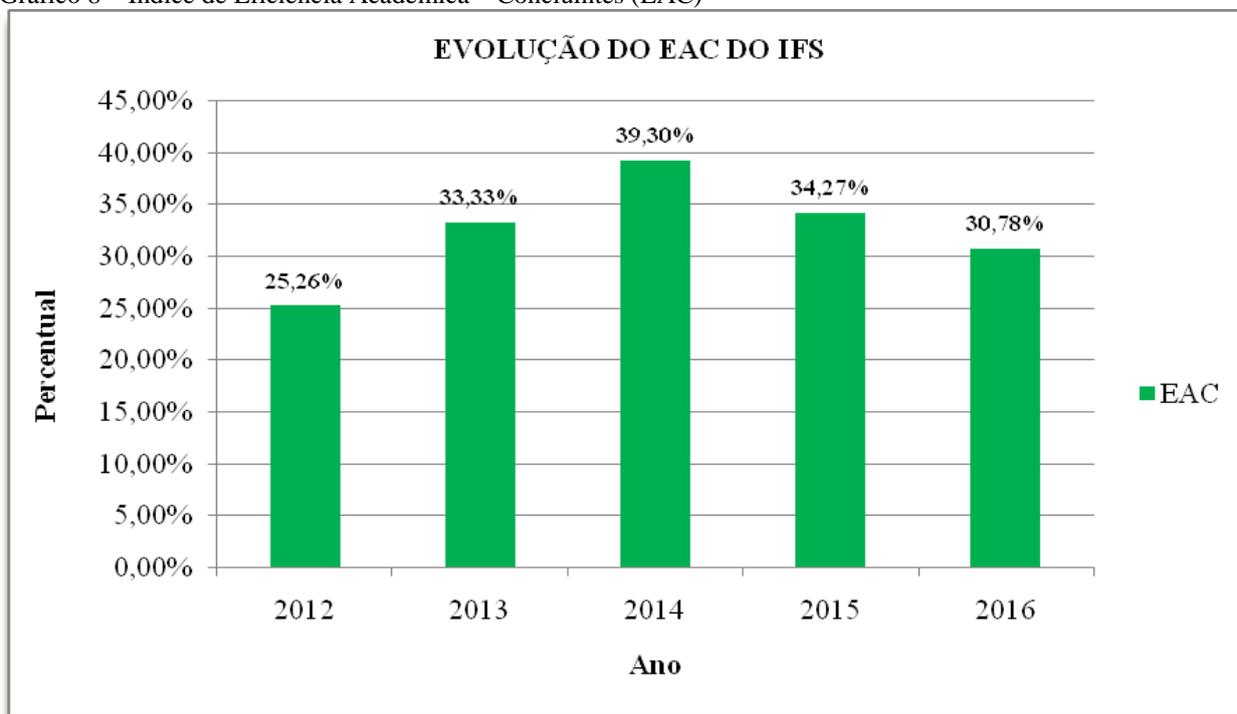
Concluintes= Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Finalizados= Referem-se às matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter se transferido, desligado-se, concluído ou evadido.

De modo similar à análise dos demais indicadores, o decréscimo em 2015 e 2016, em relação a 2014, pode ser resultado da diferença entre ano letivo e ano civil nos campi, decorrente das greves anteriores, prolongando a permanência dos alunos além do prazo definido para extração dos dados do SISTEC, interferindo no índice de eficiência acadêmica.

O aumento do índice do campus Aracaju pode se justificar pela atualização de dados do SISTEC, que estavam bastante defasados. Já em relação à redução do índice do campus Glória, supomos que a chegada de um campus da Universidade Federal neste município tenha contribuído para a redução da procura de vagas nesse campus.

Gráfico 8 – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

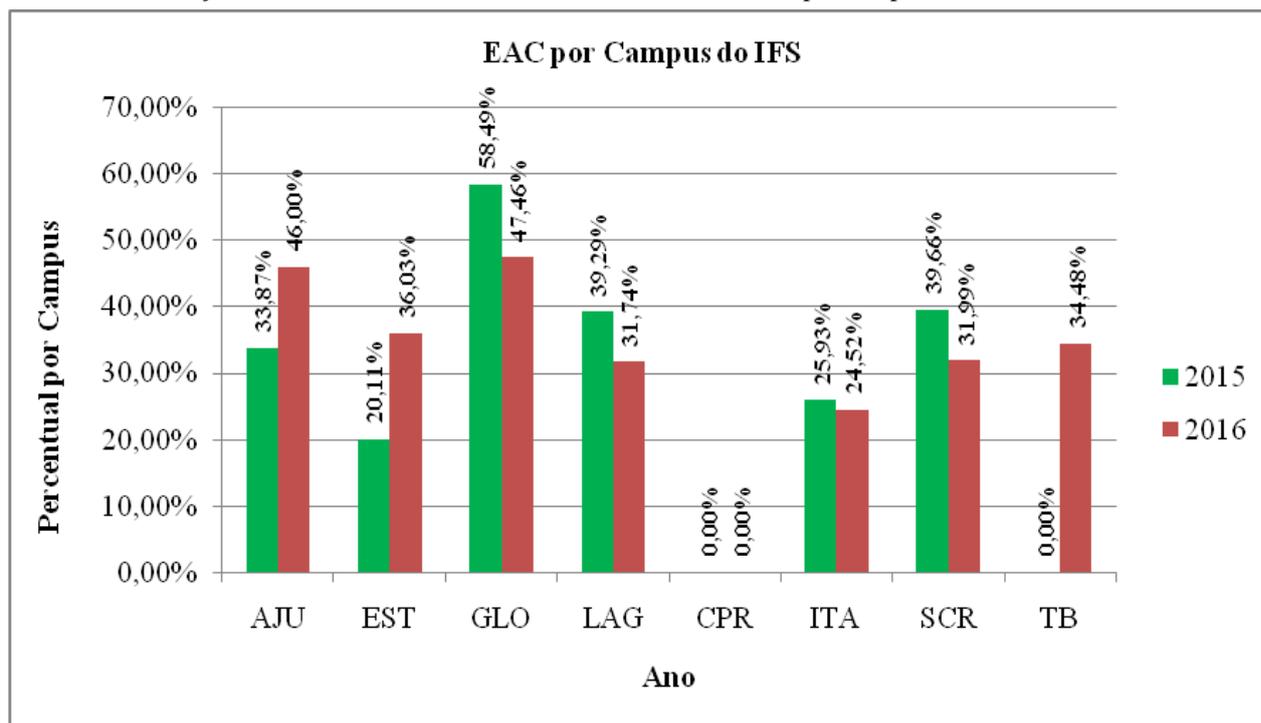


Fonte: SISTEC

Pela análise do gráfico 9, nota-se que não foi possível calcular o indicador em 2015 em alguns campi, a exemplo de Tobias Barreto e Propriá, pela falta de quantitativo de concluintes, por se tratar de campus com início das atividades em 2014.

Cabe mencionar que durante a elaboração do Relatório de Gestão em questão, o ano letivo de 2016 encontrava-se em andamento, acarretando, assim, um decréscimo neste indicador.

Gráfico 9 – Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes por campus do IFS



Legenda: AJU: Campus Aracaju; EST: Campus Estância; GLO: Campus Glória; LAG: Campus Lagarto; CPR: Campus Propriá; ITA: Campus Itabaiana; SCR: Campus São Cristóvão; TB: Campus Tobias Barreto

Fonte: SISTEC

e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto.

- **Método de cálculo:**

$$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$$

- **Definições:**

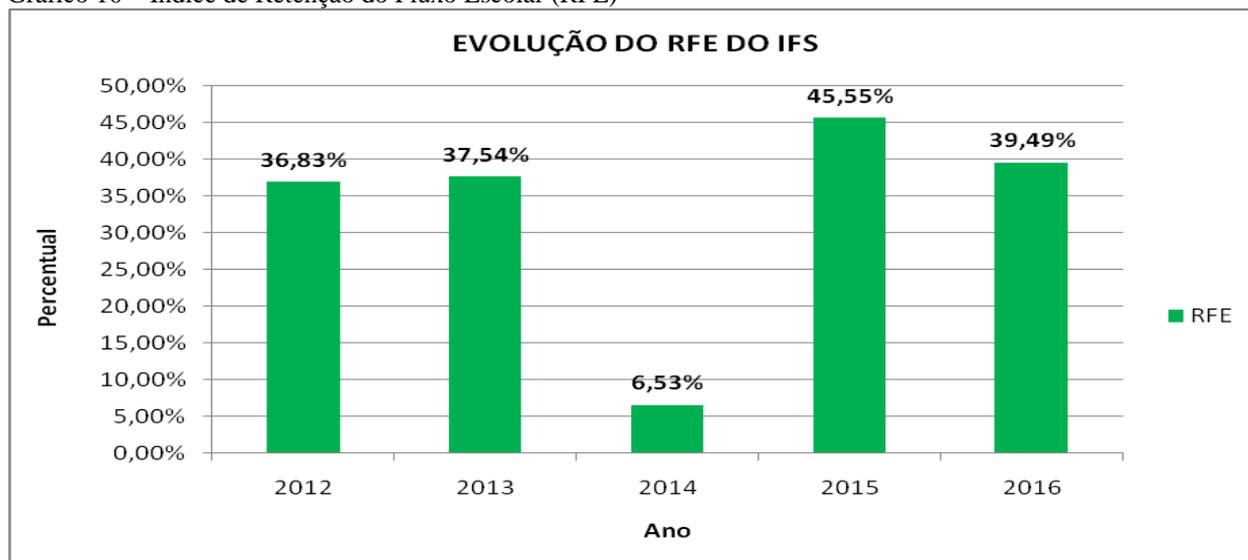
Retidos= Número de alunos que permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso.

Matrículas atendidas= Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

Observando a evolução histórica dos resultados do indicador, através do gráfico 10, nota-se que houve uma melhora em seu desempenho, com uma queda de 13% em relação a 2015.

A redução no resultado do indicador justifica-se pelas ações sócio-pedagógicas e adoção de estratégias desenvolvidas pelos campi em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino, a saber: a criação da comissão permanente de monitoramento do Plano estratégico Institucional de Permanência e Êxito, (res. N° 28/2016/CS/IFS, de 19/02/2016), que desenvolve diversas ações como, por exemplo: formação pedagógica de professores, fortalecimento de monitorias, entre outras apontadas como necessárias pela comunidade acadêmica; atendimento individualizado do aluno, que é regulamentado pelo Regulamento de Encargos Docentes (RED, Resolução n° 96/2014/CS de 27 de fevereiro de 2015).

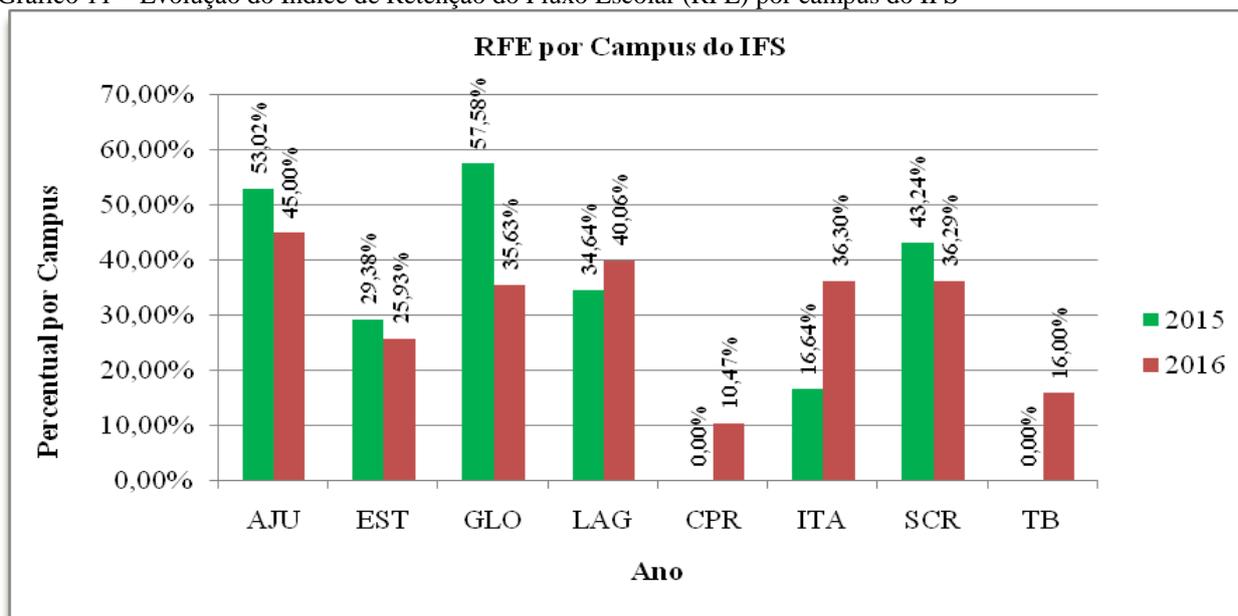
Gráfico 10 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)



Fonte: SISTEC

Ao se analisar o gráfico 11, observa-se uma redução significativa nos percentuais de retenção de fluxo escolar nos campi Aracaju, Estância, Glória e São Cristóvão.

Gráfico 11 – Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) por campus do IFS



Legenda: AJU: Campus Aracaju; EST: Campus Estância; GLO: Campus Glória; LAG: Campus Lagarto; CPR: Campus Propriá; ITA: Campus Itabaiana; SCR: Campus São Cristóvão; TB: Campus Tobias Barreto

Fonte: SISTEC

f) Relação de Alunos por Docente (RAD)

Este indicador mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho.

- Método de cálculo:

$$RAD = \frac{\text{Aluno - equivalente}}{\text{Docentes equivalentes}}$$

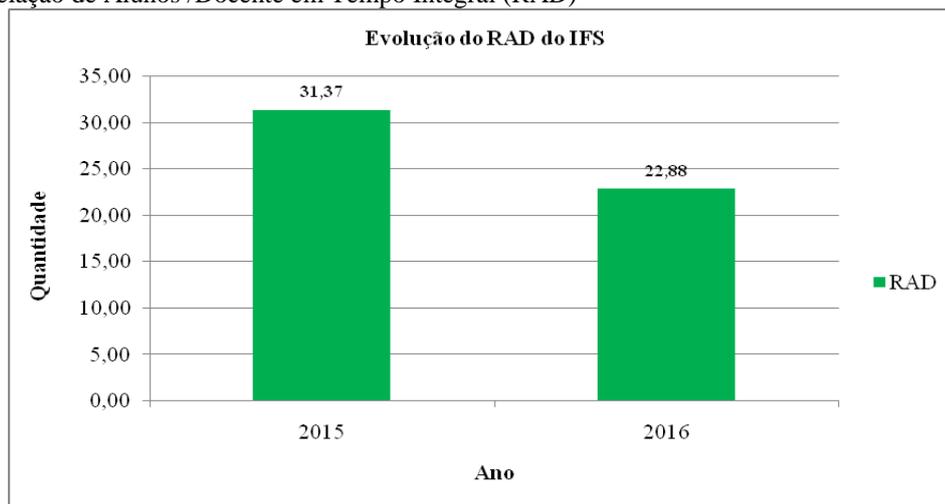
- **Definições:**

Aluno-Equivalente = Aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Docentes equivalentes= Professores da Carreira do Magistério ou de EBTT. Para todos os professores efetivos ou temporários, considerar 1,0 (um) se for contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva; e como 0,5 (meio) se for contratado em regime de 20 (vinte) horas.

Ao se observar o gráfico 12 nota-se que foi inserido apenas os indicadores a partir de 2015, pois a metodologia de cômputo do RAD sofreu alterações, passando a ser calculado pelo conceito de aluno-equivalente, impossibilitando sua comparação com anos anteriores.

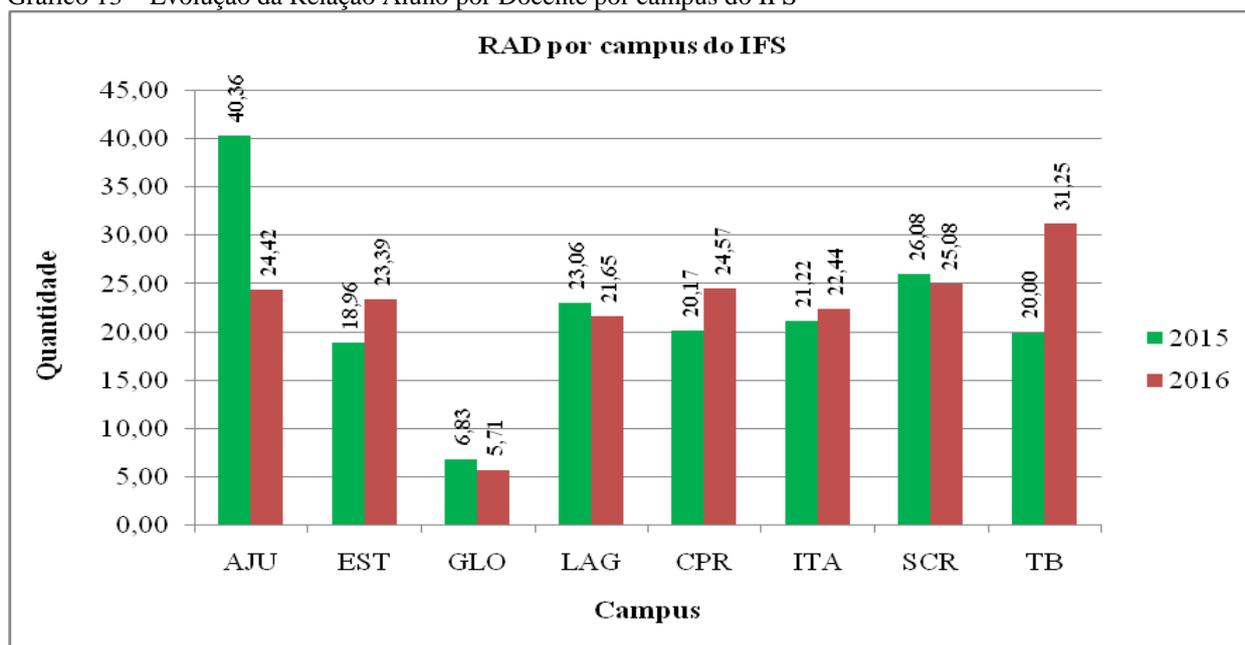
Gráfico 12 – Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAD)



Fonte: SISTEC

Observa-se, pela análise do gráfico 13, que em alguns campi os índices ficaram superiores a média obtida pelo IFS em 2016. Houve uma queda acentuada nesse índice no campus Aracaju, certamente justificada pela decisão institucional de se modificar a data de ingresso dos alunos do Integrado, de 26 de setembro de 2016 para 02 de janeiro de 2017.

Gráfico 13 – Evolução da Relação Aluno por Docente por campus do IFS



Legenda: AJU: Campus Aracaju; EST: Campus Estância; GLO: Campus Glória; LAG: Campus Lagarto; CPR: Campus Propriá; ITA: Campus Itabaiana; SCR: Campus São Cristóvão; TB: Campus Tobias Barreto

Fonte: SISTEC

Somente em janeiro de 2017 os alunos foram incluídos no SISTEC. Essa decisão foi uma tentativa de ajuste dos calendários pós-greves, portanto não afetou os campi de Glória e Itabaiana, que não aderiram, como também, Propriá e Tobias Barreto que não possuem cursos Integrados.

• Indicadores Administrativos

Os resultados dos indicadores administrativos da UPC estão sintetizados na Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2012-2016), valores correntes. Há de se considerar que tais resultados foram atualizados. A seguir são apresentadas as fórmulas de cálculo, padronizadas através do acórdão 2.267/2005/TCU:

$$a) \text{ Gasto Corrente por Aluno (GCA): } GCA = \frac{GASTOT}{\text{Matriculas Atendidas}}$$

$$b) \text{ Gastos com Pessoal (GCP): } GCP = \frac{GASPES}{TOTGAS} \times 100$$

$$c) \text{ Gastos com Outros Custeios (GOC): } GOC = \frac{GASOUC}{TOTGAS} \times 100$$

$$d) \text{ Gastos com Investimentos (GCI): } CGI = \frac{GASINV}{TOTGAS} \times 100$$

A tabela 2 mostra os valores nominais referentes aos tipos de gastos realizados pelo Instituto Federal de Sergipe do ano 2012 ao ano 2016, além dos indicadores de desempenho administrativo, calculados de acordo com a orientação prevista no Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT (BRASIL, 2016, p. 21-23).

Tabela 2 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	R\$ 6.625,81	R\$ 7.557,21	R\$ 10.345,33	R\$ 12.217,02	R\$ 16.141,55
Gasto Total da Instituição <i>GASTOT = 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6</i>	R\$ 78.032.138	R\$ 101.153.320	R\$ 133.423.713	R\$ 154.740.774	R\$ 173.570.134
1. Total de Gastos (TOTGAS)	R\$ 104.754.165	R\$ 132.397.003	R\$ 168.105.074	R\$ 188.779.913	R\$ 211.196.442
2. Gastos com Investimentos (<i>inv</i>)	R\$ 2.171.384	R\$ 3.989.335	R\$ 6.554.996	R\$ 3.531.442	R\$ 4.672.832
3. Gastos com Precatórios (<i>pre</i>)	R\$ 1.657.251	R\$ 1.582.524	R\$ 1.503.185	R\$ 876.339	R\$ 980.161
4. Gastos com Inativos (<i>ina</i>)	R\$ 17.107.528	R\$ 19.555.784	R\$ 20.473.506	R\$ 22.618.047	R\$ 24.452.606
5. Gastos com Pensionistas (<i>pen</i>)	R\$ 5.785.865	R\$ 6.116.039	R\$ 6.149.675	R\$ 7.013.310	R\$ 7.520.709
6. Apoio à Form. Prof. e Tecn. (<i>2ORW</i>)	R\$ 0				
% Gastos com Pessoal (GCP)	80,6%	77,2%	76,9%	82,2%	81,0%
Gastos com Pessoal (<i>GASPES</i>)	R\$ 84.432.172	R\$ 102.217.197	R\$ 129.189.801	R\$ 155.202.895	R\$ 171.108.796
% Gastos com Outros Custeios (GOC)	12,9%	15,1%	14,7%	11,9%	11,9%
Gastos com Outros Custeios <i>GASOUC = (1) - (2) - (3)</i>	R\$ 13.535.277	R\$ 19.994.230	R\$ 24.632.633	R\$ 22.439.069	R\$ 25.204.762
1. Total Gastos com Custeio (TOTCUS)	R\$ 18.150.610	R\$ 26.190.470	R\$ 32.360.276	R\$ 30.045.576	R\$ 35.414.814
2. Gastos com Benefícios (<i>ben</i>)	R\$ 4.576.696	R\$ 6.178.803	R\$ 7.701.369	R\$ 7.584.017	R\$ 10.193.126
3. Gastos com PASEP (<i>pasep</i>)	R\$ 38.636	R\$ 17.437	R\$ 26.274	R\$ 22.490	R\$ 16.926
% Gastos com Investimentos (GCI)	2,1%	3,0%	3,9%	1,9%	2,2%
Gastos com Investimentos (<i>GASINV</i>)	R\$ 2.171.384	R\$ 3.989.335	R\$ 6.554.996	R\$ 3.531.442	R\$ 4.672.832
Matriculas Atendidas	11.777	13.385	12.897	12.666	10.753

Fonte: Tesouro Gerencial

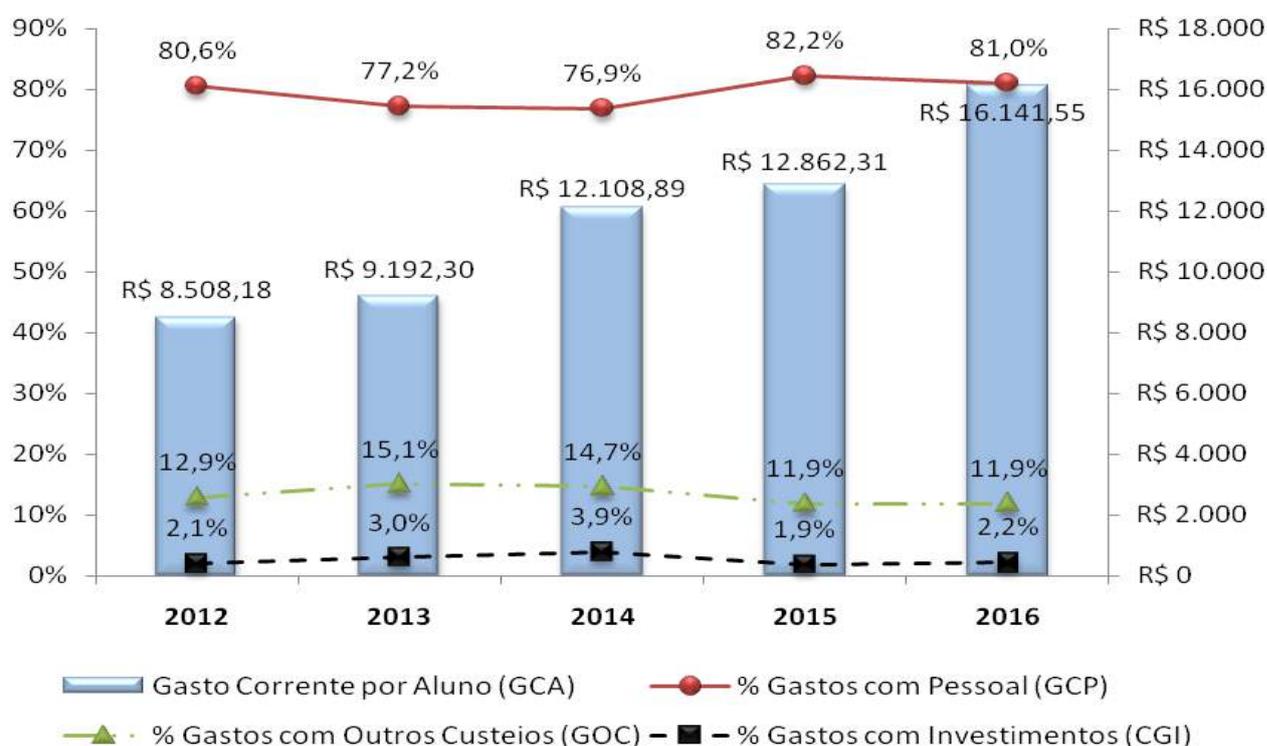
Os valores da tabela 2 estão expressos em termos correntes (nominais). Por exemplo, o valor correspondente ao Gasto Corrente por Aluno no ano de 2012 está expresso em R\$ daquele ano e, portanto, desconsideram a defasagem monetária ocorrida no período. Desse modo, a fim de estabelecer a comparação dos valores em termos reais, isto é, em R\$ de 2016, os valores deste indicador na tabela 2 foram corrigidos de acordo com o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) ². Os valores corrigidos estão expostos na tabela 3 e no gráfico 14, todos com base em unidades monetárias de 2016.³

Tabela 3 – Indicadores de Desempenho Administrativo (2012-2016), em R\$ de 2016

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	R\$ 8.508,18	R\$ 9.192,30	R\$ 12.108,89	R\$ 12.862,31	R\$ 16.141,55
% Gastos com Pessoal (GCP)	80,6%	77,2%	76,9%	82,2%	81,0%
% Gastos com Outros Custeios (GOC)	12,9%	15,1%	14,7%	11,9%	11,9%
% Gastos com Investimentos (GCI)	2,1%	3,0%	3,9%	1,9%	2,2%

Fonte: Tesouro Gerencial, SISTEC e IPEADATA

Gráfico 14 – Evolução dos indicadores solicitados (2012-2016), valores reais



Fonte: Tesouro Gerencial, SISTEC e IPEADATA

Nota-se um crescimento dos gastos correntes por aluno, que em 2015 era equivalente a R\$ 12.862,31 para R\$ 16.141,55 em 2016. Isso ocorreu por conta da combinação de dois fatores: elevação das despesas correntes e, principalmente, redução do número de matrículas atendidas no exercício de 2016.

² IGP-DI - geral - centrado - fim período - índice (ago. 1994 = 100). Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). Elaboração do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA): calculado a partir da média geométrica dos valores dos meses corrente e seguinte da série original do IGP-DI. Atualizado em 15/02/2017. Índices utilizados: dez/2012 (504,0559); dez/2013 (532,1254); dez/2014 (552,9889); dez/2015 (614,7842); Ago/2016 (647,2565).

³ Este exercício nos possibilita efetivamente comparar o quanto os recursos despendidos nos anos anteriores representariam de forma equivalente no exercício de 2016. Em outras palavras, podemos avaliar o “custo” médio do aluno em 2012 e nos demais anos em termos das unidades monetárias do exercício de 2016, ou seja, em R\$ de 2016.

Por outro lado, em termos proporcionais, os gastos com pessoal, com outros custeios e com investimentos não sofreram variações significativas, apresentando em 2016 patamares semelhantes aos observados no exercício de 2015.

Para efeitos de melhor entendimento, a descrição dos indicadores está apresentada no Quadro 16, a seguir:

Quadro 16 – Terminologia para os indicadores

Variável	Descrição
Gasto Total da Instituição (GASTOT)	Gasto Total da Instituição, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica
Total de Gastos da Instituição (TOTGAS)	Total de gastos da Instituição
Gastos com Investimentos (<i>inv</i>)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos
Gastos com Precatórios (<i>pre</i>)	Todos os gastos associados às naturezas de despesa 319091 - Sentenças Judiciais e 339091 - Sentenças Judiciais
Gastos com Inativos (<i>ina</i>)	Todos os gastos associados à natureza de despesa 319001 - Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar
Gastos com Pensionistas (<i>pen</i>)	Todos os gastos associados à natureza de despesa 319003 - Pensões do RPPS e do Militar
Gastos com Apoio à Formação Profissional e Tecnológica (20RW)	Todos os gastos associados à Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica
Matrículas Atendidas	Todas as matrículas que estiveram "em curso" por pelo menos um dia no período analisado
Gastos com Pessoal (GASPES)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais
Gastos com Outros Custeios (GASOUC)	Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e PASEP
Total de Gastos com Custeio (TOTCUS)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes
Gastos com Benefícios (<i>ben</i>)	Todos os gastos associados às ações 00M1, 2004, 2010, 2011 e 2012
Gastos com PASEP (<i>pasep</i>)	Todos os gastos associados à natureza de despesa 339147 - Obrig.Tribut. e Contrib-op.Intra-Orcamentarias
Gastos com Investimentos (GCI)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos

Fonte: Tesouro Gerencial; Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT

- **Indicador sócio-econômico: Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar**

Este indicador mede a capacidade de inclusão social da instituição.

- **Método de cálculo:**

$$MRF = \frac{\text{FaixasM}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$$

- **Definições:**

FAIXASM = Contagem dos alunos matriculados

Alunos matriculados = Todas as matrículas que estiveram em curso por pelo menos um dia no período analisado

Nos quadros 17 a 24 estão apresentados os dados dos percentuais de renda per capita dos campi do IFS, cuja consolidação dos dados do IFS encontra-se no quadro 25.

Quadro 17 – Percentual de renda per capita (Campus Aracaju)

Renda per capita (RPC)	2012		2013		2014		2015		2016	
	Nº Alunos	%								
RPC < 0,5 SM	980	44,45	577	54,34	671	60,56	543	48,53	724	47,15
0,5 SM < RPC < 1 SM	527	23,90	342	32,20	220	19,85	252	22,52	382	24,88
1 SM < RPC < 1,5 SM	260	11,79	113	10,64	94	8,48	134	11,97	200	13,02
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	247	11,20	30	2,82	61	5,51	105	9,38	130	8,46
2,5 SM < RPC < 3 SM	79	3,58	-	-	22	1,99	32	2,86	39	2,56
RPC > 3 SM	112	5,08	-	-	40	3,61	53	4,74	60	3,93
Amostragem	2.205	100	1.062	100	1.108	100	1.119	100	1.536	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 18 – Percentual de renda per capita (Campus Lagarto)

Renda per capita (RPC)	2012		2013		2014/1		2015		2016	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	-	-	387	71,53	276	71,69	170	69,67	24	21,43
0,5 SM < RPC < 1 SM	398	32,51	110	20,33	84	21,82	51	20,90	47	41,97
1 SM < RPC < 1,5 SM	310	25,33	33	6,11	18	4,67	17	6,97	20	17,86
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	210	17,16	11	2,03	07	1,82	01	0,41	13	11,61
2,5 SM < RPC < 3 SM	175	14,30	-	-	-	-	01	0,41	08	7,13
RPC > 3 SM	131	10,70	-	-	-	-	04	1,64	-	-
Amostragem	1.224	100	541	100	385	100	244	100	112	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 19 – Percentual de renda per capita (Campus São Cristóvão)

Renda per capita (RPC)	2012		2013		2014		2015		2016	
	Nº Alunos	%								
RPC < 0,5 SM	246	49,70	346	80,65	312	47,85	-	-	335	54,21
0,5 SM < RPC < 1 SM	102	20,61	70	16,32	212	32,52	-	-	139	22,49
1 SM < RPC < 1,5 SM	41	8,28	09	2,10	74	11,35	299	56,95	84	13,59
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	19	3,84	04	0,93	21	3,22	159	30,28	32	5,18
2,5 SM < RPC < 3 SM	37	7,47	-	-	14	2,15	35	6,67	16	5,59
RPC > 3 SM	50	10,10	-	-	19	2,91	32	6,10	12	1,94
Amostragem	495	100	429	100	652	100	525	100	618	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 20 – Percentual de renda per capita (Campus Itabaiana)

Renda per capita (RPC)	2012		2013		2014		2015		2016	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	-	-	114	63,33	04	33,33	12	4,69	52	8,80
0,5 SM < RPC < 1 SM	102	31,68	49	27,22	-	-	121	47,27	265	44,84
1 SM < RPC < 1,5 SM	31	9,63	16	8,89	03	25,00	83	32,42	193	32,66
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	111	34,47	01	0,56	05	41,67	15	5,86	35	5,92
2,5 SM < RPC < 3 SM	41	12,73	-	-	-	-	09	3,51	12	2,03
RPC > 3 SM	37	11,49	-	-	-	-	16	6,25	34	5,75
Amostragem	322	100	180	100	12	100	256	100	591	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 21 – Percentual de renda per capita (Campus Glória)

Renda per capita (RPC)	2012		2013		2014		2015		2016	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	-	-	105	75,54	57	73,08	33	67,35	21	28
0,5 SM < RPC < 1 SM	60	56,07	25	17,99	08	10,26	11	22,45	38	50,67
1 SM < RPC < 1,5 SM	26	24,30	07	5,04	11	14,10	02	4,08	01	1,33
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	16	14,95	02	1,43	02	2,56	03	6,12	13	17,33
2,5 SM < RPC < 3 SM	02	1,87	-	-	-	-	-	-	-	-
RPC > 3 SM	03	2,81	-	-	-	-	-	-	02	2,67
Amostragem	107	100	139	100	78	100	49	100	75	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 22 – Percentual de renda per capita (Campus Estância)

Renda per capita (RPC)	2012		2013		2014		2015		2016	
	Nº Alunos	%								
RPC < 0,5 SM	98	34,88	73	59,35	473	69,15	152	63,60	318	62,72
0,5 SM < RPC < 1 SM	54	19,22	39	31,71	133	19,44	53	22,18	139	27,42
1 SM < RPC < 1,5 SM	40	14,23	10	8,13	39	5,70	19	7,95	27	5,33
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	20	7,12	01	0,81	14	2,05	11	4,60	18	3,55
2,5 SM < RPC < 3 SM	38	13,52	-	-	24	3,51	01	0,42	-	-
RPC > 3 SM	31	11,03	-	-	01	0,15	03	1,25	05	0,98
Amostragem	281	100	123	100	684	100	239	100	507	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 23 – Percentual de renda per capita (Campus Propriá)

Renda per capita (RPC)	2014		2015		2016	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	16	26,67	21	22,10	15	15
0,5 SM < RPC < 1 SM	31	51,67	51	53,68	73	73
1 SM < RPC < 1,5 SM	09	15	12	12,64	09	9
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	02	3,33	06	6,32	02	2
2,5 SM < RPC < 3 SM	01	1,67	02	2,10	-	-
RPC > 3 SM	01	1,67	03	3,16	01	1
Amostragem	60	100	95	100	100	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 24 – Percentual de renda per capita (Campus Tobias Barreto)

Renda per capita (RPC)	2014/2		2015*		2016	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	-	-	-	-	18	38,30
0,5 SM < RPC < 1 SM	03	2,22	03	37,50	21	44,68
1 SM < RPC < 1,5 SM	71	52,60	01	12,50	06	12,76
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	56	41,48	02	25	01	2,13
2,5 SM < RPC < 3 SM	03	2,22	02	25	01	2,13
RPC > 3 SM	02	1,48	-	-	-	-
Amostragem	135	100	08	100	47	100

Fonte: Q-Acadêmico

Quadro 25 – Percentual de renda per capita consolidado do IFS

Renda per capita (RPC)	2015 (consolidado)		2016 (consolidado)	
	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
RPC < 0,5 SM	931	36,84	1.507	42,04
0,5 SM < RPC < 1 SM	539	21,33	1.104	30,79
1 SM < RPC < 1,5 SM	566	22,40	540	15,06
1,5 SM < RPC < 2,5 SM	300	11,87	244	6,81
2,5 SM < RPC < 3 SM	80	3,17	76	2,12
RPC > 3 SM	111	4,39	114	3,18
Amostragem	2.527	100	3.585	100

Fonte: Q-Acadêmico

Os dados apresentados foram coletados do Q-Acadêmico e foram revisados. Salientamos que não representam a renda per capita da totalidade dos estudantes regularmente matriculados neste Instituto, sendo assim os números absolutos apresentam uma constatação: parcela significativa de nosso público possui renda relativamente baixa, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que apresentam renda menor que ½ salário mínimo.

Diante da situação é imprescindível a intervenção através de ações (concessão de auxílios e/ou bolsas) que possibilitem ao estudante permanecer na instituição com êxito e qualidade.

- **Indicador de gestão de pessoas: Índice de Titulação do Corpo Docente**

Este indicador mede o índice de atualização do corpo docente.

- **Método de cálculo:**

$$TCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$$

- Definições:**

G=Graduação; A=Aperfeiçoamento; E=Especialização; M=Mestrado; D=Doutorado

A seguir, nos quadros 26 a 30 são apresentados os resultados deste indicador nos anos de 2012 a 2016.

Quadro 26 – Titulação do Corpo Docente –2012

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	10	1	57	112	31	211
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	10	2	171	448	155	786
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 786/211 = 3,72						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	25	35	9	72
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	75	140	45	263
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 263/72 = 3,65						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	14	44	17	78
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	42	176	85	306
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 306/78 = 3,92						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	5	7	2	14
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	15	28	10	53
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 53/14 = 3,78						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	6	11	0	20
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	18	44	0	65
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 65/20 = 3,25						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	0	9	0	9
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	0	36	0	36
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 36/9 = 4,00						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 1509/404 = 3,73						

Fonte: Relatório de Gestão 2013 do IFS

Quadro 27 – Titulação do Corpo Docente –2012

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	28	0	57	110	31	226
Peso	01	2	03	004	05	–
Quantidade x Peso	28	0	171	440	115	794
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 794/226 = 3,51						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	16	0	28	39	09	92
Peso	01	2	03	04	05	–
Quantidade x Peso	16	0	84	156	45	301
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 301/92 = 3,27						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	8	0	15	44	17	84
Peso	1	2	03	04	05	–
Quantidade x Peso	8	0	45	176	85	314
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 314/84 = 3,73						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	6	0	07	08	03	24
Peso	1	2	03	04	05	–
Quantidade x Peso	6	0	21	32	15	74
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 74/24 = 3,08						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	7	0	06	11	0	24
Peso	1	2	03	04	5	–
Quantidade x Peso	7	0	18	44	0	69
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 69/24 = 2,87						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	1	23	1	26
Peso	1	2	3	04	5	–
Quantidade x Peso	1	0	3	92	5	101
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 101/26 = 3,88						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 1653/476 = 3,28						

Fonte: Relatório de Gestão 2013 do IFS

Quadro 28 – Titulação do Corpo Docente –2014

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	53	121	39	216
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	159	484	195	841
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 841 / 216 = 3,89						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	7	15	1	23
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	21	60	5	86
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 86 / 23 = 3,73						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	24	1	26
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	96	5	104
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 104 / 26 = 4						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	8	20	3	31
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	24	80	15	119
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 119 / 31 = 3,83						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	2	25	46	10	85
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	4	75	184	50	315
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 315 / 85 = 3,70						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	2	0	2	4
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	6	0	10	16
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 16 / 4 = 4						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	12	45	20	80
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	36	180	100	319
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 319 / 80 = 3,98						
Campus Tobias Barreto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	2	0	3
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	8	0	11
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 11 / 3 = 3,66						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 1811 / 468 = 3,86						

Fonte: PROGEP/IFS

Quadro 29 – Titulação do Corpo Docente –2015

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	11	0	47	125	43	226
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	11	0	141	500	215	867
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 867 / 226 = 3,83						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	4	26	1	32
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	12	104	5	122
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 122 / 32 = 3,81						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	3	23	4	31
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	9	92	20	122
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 122 / 31 = 3,93						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	9	20	7	37
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	27	80	35	143
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 143 / 37 = 3,86						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	7	0	29	46	12	94
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	7	0	87	184	60	338
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 338 / 94 = 3,59						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	2	1	1	6
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	6	4	5	17
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 17 / 6 = 2,83						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	5	0	12	48	22	87
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	5	0	36	192	110	343
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 343 / 87 = 3,94						
Campus Tobias Barreto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	2	3	0	7
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	6	12	0	20
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 20 / 7 = 2,85						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 1972 / 542 = 3,63						

Fonte: PROGEP/IFS

Quadro 30 – Titulação do Corpo Docente 2016

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	5	0	46	124	46	221
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	5	0	138	496	230	869
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 869 / 221 = 3,93						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	2	26	3	32
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	6	104	15	126
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 126 / 32 = 3,94						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	0	2	17	6	26
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	0	6	68	30	105
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 105 / 26 = 4,04						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	7	22	8	37
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	21	88	40	149
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 149 / 37 = 4,03						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	1	1	25	45	12	84
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	1	2	75	180	60	318
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 318 / 84 = 3,78						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	1	3	1	4
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	3	12	5	22
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 22 / 4 = 5,5						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	3	0	9	41	26	79
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	3	0	27	164	130	324
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 324 / 79 = 4,10						
Campus Tobias Barreto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	3	5	0	8
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	9	20	0	29
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 29 / 8 = 3,62						
Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 1942 / 491 = 3,95						

Fonte: PROGEP/IFS

O índice obtido em 2016 aponta, por meio do peso multiplicado, que a média de titulação do corpo docente da UPC é de 3,95.

Visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo docente para, dessa forma, elevar o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, a instituição tem buscado valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado e doutorado.

Além disso, para que a totalidade dos docentes eleve a titulação num curto espaço de tempo, o IFS vem estabelecendo tratativas com instituições para implementação de grupos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional.

Resultados positivos já estão sendo colhidos, pois comparando o exercício de 2015 ao de 2016 o índice de titulação do corpo docente aumentou em todos os campi.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

O sistema de governança no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS é composto por instâncias externas de governança; externas de apoio à governança; instâncias internas de governança e internas de apoio à governança.

As instâncias externas de governança atuam de forma independente e autônoma na fiscalização, controle e regulação da governança no IFS. Exercem esse papel, por exemplo, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, e o Ministério Público Federal.

As instâncias externas de apoio à governança respondem pela comunicação de disfunções identificadas, bem como avaliações independentes. Com atuação correlata de apoio à missão do IFS, cita-se o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

O Conselho é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Criado em março de 2009, após a instituição a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a publicação da Lei nº 11.892/2008, o Conif foi consolidado a partir da extinção do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – Concefet.

O órgão atua no desenvolvimento de atividades de promoção de estudos e projetos, de natureza interdisciplinar e interinstitucional, por meio de eventos como congressos, conferências, seminários e encontros; no incentivo ao intercâmbio de informações e experiências entre as instituições que o compõem e de igual forma com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão, entidades culturais, científicas e tecnológicas nacionais e estrangeiras. Também se articula com os diversos entes públicos e a sociedade civil organizada nas esferas federal, estadual e municipal.

As instâncias internas de governança no IFS são as que respondem pela definição ou avaliação das estratégias e políticas no órgão, de forma que aquelas atendem ao interesse público, devendo agir nos casos em que desvios sejam identificados. São instâncias internas de governança no IFS:

a) Conselho Superior – CS

O Conselho Superior é o órgão máximo do IFS, instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, de caráter consultivo e deliberativo sobre os assuntos estratégicos da instituição. Tem em sua composição representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal.

Em atendimento ao Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2012 de 27.11.2012, assinado entre o IFS e o MPF, e ao Termo de Audiência realizada em 27.10.2015, constantes no Processo Judicial nº 0004377-92.2013.4.05.8500 (3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe), o Conselho Superior do IFS tem a seguinte composição: o Reitor, que o preside, 7 (sete) docentes e seus suplentes, 01 (um) servidor técnico-administrativo e seu suplente, 01 (um) discente e seu suplente; 01 (um) representante dos Egressos e seu suplente, 01 (um) docente e seu suplente; 01 (um) representante docente, do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e seu suplente; e 01 (um) representante e 01 (um) suplente dos Diretores Gerais de campus, eleitos por seus pares, na forma regimental.

b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), consubstanciado no Art.7º da Resolução nº 52/2011 do Conselho Superior e instituído pela Resolução nº 86/2014/CS/IFS, é órgão normativo e consultivo de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFS para todos os níveis e modalidades de ensino.

Tem em sua composição o Pró-Reitor de Ensino, que o presidirá; o Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão; Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes; representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente; um (a) pedagogo (a), representando as equipes pedagógicas dos campi; um Diretor de Desenvolvimento de Ensino, ou equivalente, representando os gestores de ensino dos campi; e um Diretor de Pesquisa e Extensão, ou equivalente, representando os gestores de pesquisa e extensão dos campi.

c) Colégio de Dirigentes – CD

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O órgão se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 50 % (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus membros.

As instâncias internas de apoio à governança por sua vez, realizam entre outras ações a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, informando à alta administração, eventuais disfunções identificadas. No IFS, são exemplos de estruturas internas de apoio à governança:

d) Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é órgão normativo e consultivo instituído por meio da Portaria nº 3.143/2016 (retificada pela Portaria nº 3.493; esta, retificada pela Portaria nº 3.528), para prestar assessoramento à Reitoria no que tange à adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no IFS, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 01/2016/MP/CGU. É composto pelo Reitor, que o preside, Pró-Reitores, Diretores e/ou Coordenadores Sistêmicos, Diretores-Gerais dos Campi e o Ouvidor do IFS.

e) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, é a instância de natureza deliberativa responsável pela discussão das demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhada às diretrizes e aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O CGTIC, criado pela Portaria nº 1.039 de 28/04/2014, tem por competência promover a eficiência e eficácia no âmbito do IFS, com aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da adoção de uma política de acompanhamento, execução de projetos e diretrizes que envolvam padrões de integração, qualidade e segurança de informações, aquisição de equipamentos e materiais, infraestrutura e serviços destinados à Tecnologia da Informação e Comunicação.

f) Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), diretamente subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, é responsável por assessorar, propor, emitir, manter, acompanhar, receber, requerer, comunicar, registrar, apresentar atividades de ética nas áreas de pesquisa e extensão.

O CEP é a instância colegiada que abrange os cursos de pós-graduação, graduação, Tecnólogos, Técnicos Subseqüentes, Integrados e Proeja de assessoramento ao Colégio de Dirigentes do IFS, e tem caráter interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar, autônomo, normativo, consultivo, deliberativo e educativo. (RESOLUÇÃO Nº 74/2014/CS).

g) Comissão de Processos Administrativos Disciplinares – CPAD

A CPAD, criada no IFS através da Portaria/IFS nº 0287 de 03 de fevereiro de 2012 é a instância instituída para viabilizar o Sistema de Correição de que dispôs o Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005 que regulamentou dispositivos da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituiu o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

h) Comissão Interna de Supervisão - CIS

A Comissão Interna de Supervisão é a instancia de apoio à governança de pessoas no IFS, que supervisiona o Plano de Carreira dos Cargos Técnico administrativos em Educação, respondendo pelo acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da implementação do Plano de Carreira no órgão.

i) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivos – COPAD/IFS

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – COPAD, órgão de caráter permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, criada pela Resolução nº 44/2015/CS/IFS, em conformidade com a Resolução nº 7 de 20 de maio de 1997 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

O órgão, composto por um relator, um servidor representante de cada Pró-Reitoria e um servidor com formação em contabilidade do quadro de pessoal da instituição (Resolução nº 1/2016/CS/IFS), tem por finalidade promover a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo IFS; garantir o acesso às informações contidas nos documentos, e orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito do – IFS, visando estabelecer prazos de guarda e destinação final de documentos de arquivo.

j) Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, prevista no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, de natureza autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados, é a instância responsável pela condução do processo de auto-avaliação institucional, da sistematização e prestação das informações decorrentes da Avaliação Nacional da Educação Superior no IFS.

A comissão tem por competências avaliar de forma global e integrada as dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais; garantir publicização de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, bem como oportunizar a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo e sociedade civil organizada no processo de auto-avaliação institucional.

k) Comissões Permanentes do Conselho Superior – CPCS

As comissões permanentes do Conselho Superior, consubstanciadas no Art. 64 do Regimento Interno do Conselho Superior e constituídas por meio da Resolução nº 23/2013/CS, são instâncias responsáveis pelo estudo e esclarecimento do Conselho, nos assuntos que forem submetidos a sua deliberação.

São constituídas de 3 (três) membros titulares, dentre eles, preferencialmente, um representante de cada segmento da Comunidade Escolar, eleitos pelo Conselho Superior, entre os

seus integrantes, na primeira sessão de cada ano, admitida a recondução, tendo a seguinte denominação:

- Comissão de ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos;
- Comissão de Legislação, Normas, Regimentos e Recursos;
- Comissão de Orçamento, Finanças e Regência Patrimonial;
- Comissão de Desenvolvimento Institucional e Integração Instituição-Sociedade.

l) Ouvidoria

A Ouvidoria, atualmente exercida por servidor nomeado pelo Reitor por meio da Portaria 2.486 de 08/09/2015, é a instância de apoio à governança que tem por finalidade dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição. Em função das finalidades de sua atuação e em observância à Instrução Normativa nº 01/2016/MP/CGU que instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles, o Ouvidor do IFS compõe o referido Comitê.

m) Unidade de Auditoria Interna - AUDINT

A Unidade de Auditoria Interna do IFS, instituída em consonância com o Decreto nº 3.591/2000, é órgão sistêmico subordinado funcionalmente ao Conselho Superior, conforme disposto no § 3º do art. 15 do referido Decreto e no item 8 do Capítulo X da Instrução Normativa nº 01/2001 Secretaria Federal de Controle Interno, e vinculado administrativamente à Reitoria.

A missão da unidade consiste em assessorar a alta administração, adotando uma abordagem independente, sistemática e disciplinada avaliando os processos de controle, gerenciamento de riscos e governança corporativa, buscando adicionar valor à gestão. Suas finalidades e objetivos, organização, prerrogativas, competências e atribuições específicas se encontram definidos no Regimento Geral do setor, aprovado pela Resolução nº 29/2015/CS/IFS.

4.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna do IFS é órgão sistêmico, subordinada funcionalmente ao Conselho Superior do IFS e vinculada administrativamente à Reitoria. Tem como finalidades básicas, fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como desenvolver ações preventivas para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto. Sua atuação é regida pelas normas constantes no Regime Interno da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução nº 29/2015 - Conselho Superior, de 27 de fevereiro de 2015.

4.2.1 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna

No que se refere às informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, seguem abaixo os tópicos com os dados relativos a cada tema:

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão;

A atuação da Auditoria Interna é regulamentada pelo Regimento Interno da Auditoria, aprovado pela Resolução nº 29/2015 - Conselho Superior, de 27 de fevereiro de 2015, disponível em: <http://www.ifs.edu.br/audint>.

Além deste, o Estatuto do IFS, na seção IV, Capítulo II, Título II traz o registro da definição e forma de funcionamento da Auditoria Interna, disponível em: http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho_superior/estatuto/ESTATUTO_atualizado_conforme_Termo_de_Audi%C3%A0ncia.pdf.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

A aprovação do Regimento Interno da Auditoria que, dentre outras coisas, estabeleceu formalmente as responsabilidades da auditoria interna e contribuiu sobremaneira para a independência e objetividade nos trabalhos. Neste ponto, o referido regimento garante a independência e objetividade na medida em que:

- Subordina funcionalmente a Auditoria ao Conselho Superior – órgão máximo do IFS;
- Garante que a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Chefe da unidade de Auditoria Interna seja sempre submetida à aprovação do Conselho Superior, garantindo assim que as auditorias sejam realizadas de forma mais independente;
- Assegura aos membros da unidade de Auditoria Interna, quando no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, o acesso irrestrito aos ambientes organizacionais, registros de pessoal, informações, sistemas, títulos, documentos, valores e processos;
- Assegura ao Chefe da Auditoria o livre acesso aos órgãos colegiados do IFS;
- Elenca como atribuições da Chefia da Auditoria a possibilidade de informar ao Gestor e ao Conselho Superior, quando for o caso, situações que configurem prejuízo à independência, à imparcialidade ou denotem conflitos de interesses dos membros da unidade da Auditoria Interna, quando da realização de trabalhos de auditoria;
- Veda aos auditores internos, dentre outras coisas, a realização de atividades que possam caracterizar participação nos atos de gestão, respeitando assim o princípio da segregação de funções, garantindo a independência nos trabalhos da auditoria;
- Traz como procedimentos éticos que a conduta dos servidores da unidade de Auditoria deve manter uma atitude de independência que assegure a imparcialidade de seu julgamento, nas fases de planejamento, execução e emissão de sua opinião, assim como nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional;

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Nos termos do Art. 8º do Regimento Interno da Auditoria Interna do IFS “*a Auditoria Interna funcionará de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi.*”

Os trabalhos desenvolvidos pela Audint para atendimento das ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2016, no decorrer do exercício, foram realizados de forma centralizada.

Ressalte-se que, a Reitoria do Instituto, acatando pleito da Chefia da Auditoria, autorizou o exercício provisório das auditoras lotadas nos Câmpus Nossa Senhora da Glória, Lagarto e Itabaiana, na Audint/Reitoria, de forma centralizada, até o final de 2016.

Deve-se frisar que a centralização da equipe contribuiu de forma relevante para o aprimoramento dos trabalhos, trazendo mais agilidade, eficácia e eficiência à equipe.

Por fim, registramos que mesmo sem auditores lotados em todos os Câmpus, mais uma vez durante o exercício, a equipe sistêmica da auditoria realizou os trabalhos em todo o Instituto.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

Quanto à estrutura física, a sede provisória da Auditoria, durante todo o exercício de 2016, permaneceu localizada na Rua Francisco Portugal, nº 150, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, (Prédio alugado pelo IFS para funcionamento do Pronatec, além de outros setores administrativos da Reitoria), em vista das reformas da nova sede da Reitoria e do câmpus Aracaju, ainda não concluídas. Desta forma, na nova sede administrativa, em construção, prevêm-se melhorias das instalações físicas ocupadas pela auditoria interna, com a estrutura adequada para a realização de suas atividades.

Quanto à estrutura organizacional, conforme art. 7º do seu Regimento Interno, a Auditoria Interna é composta pela Chefia da Auditoria, três coordenadorias (de Administração e Planejamento, de Execução das Ações de Controle e de Acompanhamento das Ações de Controle), Equipe Técnica e Equipe de Apoio.

Cumprir registrar, que embora prevista na estrutura organizacional do regimento interno do setor, no exercício 2016 a Auditoria Interna não contou com a Equipe de Apoio, conforme preconiza o art. 12 de seu regimento, sendo suas atribuições abarcadas pelos demais membros (equipe técnica, coordenadores e chefia) da equipe, fechando o exercício 2016 de acordo com o quadro 31:

Quadro 31 – Estrutura Organizacional da Audint

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	SERVIDOR	LOTAÇÃO/ ATUAÇÃO	CARGO	FORMAÇÃO
Chefia da Auditoria	Giulliano Santana Silva do Amaral ⁴	Reitoria/ Reitoria	Auditor	Direito e Administração
Coordenadoria de Execução das Ações de Controle	Helanne Cristianne da Cunha Pontes	Estância/ Reitoria	Auditor	Ciências Contábeis
Coordenadoria de Administração e Planejamento	Raquel da Silva Oliveira Estácio ⁵	Lagarto/ Reitoria	Auditor	Ciências Contábeis
Coordenadoria de Acompanhamento das Ações de Controle	William de Jesus Santos	Reitoria/ Reitoria	Auditor	Direito
Equipe Técnica	Wenia Ventura de Farias Caldas	Glória/ Reitoria	Auditor	Direito
Equipe Técnica	Rosangela de Moraes	Itabaiana/ Reitoria	Auditor	Direito
Equipe de Apoio	-	-	-	-

Fonte: AUDINT

Todavia, cumpre registrar as alterações que ocorreram na estrutura da Auditoria Interna no tocante aos recursos humanos, durante o exercício 2016:

⁴ Em 21 de outubro, o auditor Giulliano Santana Silva do Amaral foi nomeado para Chefia da Auditoria Interna do IFS (Portaria nº 3017/2016), função anteriormente ocupada por Fernando Augusto de Jesus Batista.

⁵ Em 3 de novembro, a auditora Raquel da Silva Oliveira Estácio foi designada para a função de Coordenadoria de Administração e Planejamento – CAP da Auditoria Interna (Portaria nº 3144/2016), função anteriormente ocupada por Giulliano Santana Silva do Amaral.

- Em 29 de abril, foi nomeada a auditora Rosangela de Moraes e entrou em exercício no início de junho de 2016 (Portaria nº 1122/2016);
- Em 4 de outubro, houve a interrupção do afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* da auditora Maria Alvina de Araújo Gomes para assumir a função de Chefe de Departamento de Gestão de Riscos – DGR, setor subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN. (Portarias nº 2787 e 2789/2016);
- Em 5 de outubro, o auditor Fernando Augusto de Jesus Batista foi exonerado da função de Chefe da Auditoria Interna para assumir a função de Pró-reitor de Administração - PROAD do IFS. (Portarias nº 2796 e 2799/2016).

Quanto à escolha do titular, conforme está estabelecido no art. 9º do Regimento Interno da auditoria, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Chefe da unidade de Auditoria Interna deverá ser submetida à aprovação do Conselho Superior, sendo posteriormente encaminhada à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU, conforme § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000. Estabelece, ainda, o Regimento Interno que a função de Chefe da Auditoria será ocupada por um servidor do quadro institucional ocupante do cargo efetivo de Auditor estável, facultado, quando da ausência, renúncia expressa ou indisponibilidade deste, que a indicação recaia sobre servidor estável ocupante de cargo de nível superior, compatível com os requisitos de ingresso para o cargo de Auditor, além dos requisitos constantes nos arts. 1º ao 4º da Portaria da CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

Quanto ao posicionamento, a Unidade de Auditoria Interna do IFS é órgão sistêmico, subordinada funcionalmente ao Conselho Superior, órgão máximo do IFS, de caráter consultivo e deliberativo, e vinculada administrativamente à Reitoria, conforme art. 5º do Regimento Interno da Auditoria e alínea “a”, inciso I do art. 7º do Estatuto do IFS.

e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

As recomendações decorrentes das constatações de auditoria interna em cada ação de controle realizada são consolidadas no Relatório de Auditoria respectivo. Ao término dos trabalhos, o referido documento é encaminhado, via memorando (enumerados no quadro a seguir), em meio digital, à autoridade superior do IFS (membros do Conselho Superior – órgão máximo do IFS) e aos dirigentes máximos das unidades gestoras auditadas, bem como à CGU, a fim de que a gestão apresente as providências adotadas ao cumprimento de cada recomendação e a Controladoria tenha conhecimento dos trabalhos realizados pela Audint, mormente quanto ao seu plano anual de trabalho.

No quadro a seguir são apresentados os Relatórios e as Notas de Auditoria que foram executados pela Auditoria Interna no exercício 2016 e que resultaram em recomendações à gestão, conforme quadro 32:

Quadro 32 – Relatórios e as Notas de Auditoria da Audint

Relatório/ Nota	Assunto	Documento formal de envio e ciência à Alta Administração
01/2016	PRONATEC	Memorando nº 048/2016/AUDINT/IFS
02/2016	Reajuste de Aluguéis dos Prédios do IFS	Memorando nº 061/2016/AUDINT/IFS
03/2016	Avaliação dos Registros Contábeis e Financeiros	Memorando nº 086/2016/AUDINT/IFS
04/2016	Avaliação dos Controles Internos Administrativos adotados na conformidade dos Registros de Gestão	Memorando nº 090/2016/AUDINT/IFS
05/2016	Processos Administrativos Disciplinares	Memorando nº 109/2016/AUDINT/IFS
06/2016	Avaliação dos Registros Acadêmicos	Memorando nº 117/2016/AUDINT/IFS
07/2016	Avaliação dos Controles Internos Administrativos adotados nas atividades de Registros Acadêmicos	Memorando nº 001/2017/AUDINT/IFS

Fonte: AUDINT

Dessa forma, acontece a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna.

Quanto à aceitação dos riscos pela não implementação das recomendações, a gestão assume-os, baseada em pareceres e/ou outros documentos que sustentem a divergência do seu entendimento sobre as circunstâncias fáticas, situação em que a Auditoria Interna procede à baixa das respectivas recomendações, não mais fazendo constar nos monitoramentos posteriores.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Em regra, o resultado das ações de controle realizadas pela Audint tem sido levado ao conhecimento do Conselho Superior (órgão máximo do Instituto), da gestão das unidades gestoras – Reitor e Diretores Gerais de Campus – bem como das Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e setores objeto da ação, por meio dos relatórios de auditoria. Os referidos documentos fornecem dados para a tomada de decisões, adoção das providências que julgarem pertinentes, bem como para correção das inconsistências detectadas.

Além disso, normalmente o teor do documento alerta para os riscos decorrentes da não observância às normas, leis, procedimentos etc, com base em posicionamentos do órgão de controle interno (CGU) e jurisprudência do órgão de controle externo (TCU), similar ao evidenciado, e que são registradas no conteúdo das constatações.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

O regimento prevê o funcionamento da Auditoria Interna de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi, sendo facultada à Reitoria a implantação de estruturas nos campus, considerando as particularidades quanto à localização geográfica em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.

Ressalta-se que durante o exercício 2016, embora houvessem três auditoras lotadas nos campus Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória, o gestor máximo do instituto, acatando pleito da auditoria, autorizou o exercício provisório na Audint/Reitoria de forma centralizada, contribuindo de forma positiva e relevante para o aprimoramento dos trabalhos, trazendo mais agilidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade às atividades desenvolvidas pela equipe.

No tocante ao reposicionamento na estrutura da entidade cabe informar que permanece inalterada, ou seja, desde 2015 a Auditoria Interna encontra-se subordinada funcionalmente ao Conselho Superior do IFS, nos termos do art. 5º do Regimento Interno da Auditoria.

4.2.2 Sobreposição de carga horária – Pronatec

A Auditoria Interna do IFS realizou em setembro de 2013 uma auditoria especial que teve como objeto avaliar a adequação dos procedimentos adotados pelo IFS na gestão dos recursos humanos envolvidos na implementação de cursos vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), cujos resultados dos trabalhos foram apresentados no Relatório de Auditoria nº 03/2013.

Essa auditoria teve como objetivos: Analisar a atuação do Instituto Federal de Educação – IFS quanto ao cumprimento de orientações, critérios e procedimentos aplicáveis ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), na seleção, remuneração e atuação de colaboradores contemplados como a bolsa-formação; Verificar a existência de regulamentação interna (procedimentos, instrução normativa, resolução etc) que estabeleça os critérios de seleção, designação e avaliação da atuação dos bolsistas do PRONATEC e sua conformidade com a legislação aplicável; Avaliar a observância de critérios relevantes previstos para concessão de

Bolsa-Formação nos editais de seleção/concessão em relação à legislação aplicável; Avaliar a adequação da publicidade dos horários de trabalho dos bolsistas envolvidos na implementação da bolsa-formação; Avaliar a eficácia e efetividade de atividades desenvolvidas por colaboradores em relação às suas competências; Avaliar a regularidade dos pagamentos das bolsas em relação à documentação necessária à instrução dos processos.

Ressalta-se que durante a ação de controle foi constatada sobreposição de carga horárias dos servidores do IFS que atuavam no Pronatec, além de outras constatações, cujas recomendações tem sido objeto de monitoramento contínuo com o intuito de identificar se os problemas foram resolvidos e se as medidas estão sendo adotadas no sentido de eliminar as deficiências apontadas na auditoria.

Ademais, para o cumprimento da determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário a Audint inseriu no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017, ação de auditoria nº 3.3 na ÁREA 03 – GESTÃO OPERACIONAL/FINALÍSTICA, com o objetivo de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, com cronograma para ser executado até dezembro/2017, bem como, após a conclusão desta ação de auditoria, os resultados apurados e as providências adotadas serão informadas no Relatório de Gestão Anual do IFS.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No tocante a o Sistema de Correição o Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005, regulamentou dispositivos da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituiu o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Também institui as Corregedorias– Seccionais que exercem suas atribuições em um órgão ou entidade da Administração Pública Federal e estão subordinadas as Corregedorias – Setoriais. No âmbito do IFS através da Portaria /IFS nº 0287 de 03 de fevereiro de 2012, foi criada a Coordenadoria de Comissão de Processos Administrativos Disciplinares (CPAD), que vinculada administrativamente a Reitoria, tem como funções:

- Orientar os trabalhos de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, quando solicitado pelos presidentes das Comissões;
- Elaborar modelos de expedientes utilizados nas comissões;
- Sugerir ao Reitor membros para compor a comissão de inquérito de Processo Administrativo Disciplinar
- Acompanhar e cobrar das comissões processantes o cumprimento dos prazos processuais;
- Dar parecer técnico sobre os atos formais dos processos antes do julgamento, de acordo com solicitação do Reitor
- Encaminhar os processos administrativos disciplinares e sindicância, até 30 (trinta) dias a partir do ato instaurador, para o Coordenador-Adjunto do Sistema CGU-PAD realizar o cadastro e posterior baixa dos processos administrativos no Sistema;
- Outras atribuições que estejam inerentes ao direito disciplinar.

O IFS está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1. 043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, tendo em vista que fora nomeado Coordenador-adjunto do sistema CGU-PAD, através da Portaria nº 179, de 22/01/2009 – CGU, e o cadastramento dos processos disciplinares ocorreram tempestivamente.

Em 2016, foram instaurados 14 processos e julgados 19 processos, conforme os quadros 33 e 34, a seguir:

Quadro 33 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares instaurados

ANO	SINDICÂNCIA	PAD	RITO SUMÁRIO	TOTAL
2016	13	1	0	14

Fonte: CGU-PAD/CPAD

Quadro 34 – Quantitativo de Procedimentos Disciplinares julgados

ANO	SINDICÂNCIA	PAD	RITO SUMÁRIO	TOTAL
2016	15	4	0	19

Fonte: CGU-PAD/CPAD

4.4 Gestão de riscos e controles internos

A gestão estratégica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS no propósito de impulsionar a sistemática de gestão de riscos e controles internos no órgão vem desenvolvendo ações no sentido de promover a sua institucionalização.

Inicialmente, o órgão instituiu sua Política de Gerenciamento de Riscos por meio da Deliberação nº 05/CD/IFS em março de 2015, em observância a recomendação contida no Acórdão 3.455/2014 – TCU - Plenário, no sentido de desenvolver e formalizar, com base em metodologia adequada sua política de gestão de riscos, ainda que por etapas sucessivas.

Para viabilizar a implementação da Política foram constituídos comitês de gestão de riscos na Reitoria e nos Campi (Portarias nº 1593 e 1594 de 01/6/2015 atualizadas pelas Portarias nº 3169 e 3168 de 24/11/2015, respectivamente) para atuação no biênio 2015-2016, sendo que, até a atualização dos comitês, as ações desenvolvidas ocorreram de forma esporádica.

Em decorrência de mudanças na estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN e na equipe condutora das iniciativas, a temática gestão de riscos no órgão foi retomada no segundo semestre de 2016, impulsionada pela criação do Departamento de Gestão de Riscos – DGR por meio da Portaria nº 2788 de 04/10/2016, unidade organizacional subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN.

Buscou-se com a sua criação dar continuidade às iniciativas iniciadas e dar suporte aos direcionamentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/2016/MP/CGU que trata do dever de órgãos e entidades do Poder Executivo federal adotarem medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança.

Em atendimento ao estabelecido no art. 23 da IN nº 01/2016/MP/CGU, institui-se o Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC por meio da Portaria nº 3143 de 07/11/2016, revogando os comitês de gestão de riscos vigentes, (retificada pela Portaria nº 3493, esta retificada pela Portaria nº 3528). De natureza normativa e consultiva, o órgão responde pelo assessoramento à Reitoria no que tange à adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos no âmbito IFS.

A Política de Gerenciamento de Riscos (Deliberação nº 05/CD/IFS em março de 2015) até então vigente, atualizada no corrente exercício em conformidade com os ditames da IN nº 01/2016/MP/CGU será submetida à apreciação do CGRC na primeira reunião ordinária do colegiado, prevista para realização em 31/01/2017.

Destaca-se que, em consonância com o disposto na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão atualizada, a ser apreciada pelo CGRC, a adoção de boas práticas de gestão de riscos no IFS será incentivada por meio de processo de gestão de riscos, a ser implementado, mantido, monitorado e revisado, devendo ser compatível com a missão e os objetivos estratégicos do órgão e observar princípios, objetivos, estrutura do Modelo de Gestão de Riscos e responsabilidades específicas.

Embora boas práticas de controles sejam realizadas no IFS, especialmente com a utilização de sistemas de gestão como GEPLANES (Gestão e Planejamento), SIGRH (Sistema de Gestão de

Recursos Humanos), SIGADM (Administração e Comunicação) e SIPAC (Administrativo), as iniciativas estão dispersas nas estruturas de gestão e carecem de uma metodologia norteadora para as diversas práticas operacionais do órgão.

A estrutura de controles internos da gestão de que trata a Política, permitirá programar, manter, monitorar e revisar os controles internos, em todos os níveis, unidades e dependências do IFS, devendo priorizar a integração de atividades, tarefas, planos, ações, políticas, sistemas e recursos disponíveis, tendo por base o gerenciamento de riscos, os princípios, objetivos, e responsabilidades específicas.

A retomada das iniciativas relacionadas à gestão de riscos no IFS no segundo semestre do exercício também resgatou uma ação de capacitação planejada na temática gestão de riscos no setor público ainda no exercício anterior, numa atuação conjunta da unidade de auditoria Interna do IFS com a PRODIN. A capacitação, na modalidade *in company*, foi realizada em dezembro de 2016, extensiva a 32 servidores lotados em diferentes áreas e setores do órgão.

Desse modo, a gestão estratégica do IFS tem buscado resgatar iniciativas, adequá-las às demandas externas dos órgãos de controle, para estimular boas práticas de gestão de riscos e controles internos, ainda incipientes no órgão de forma sistemática.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP é o setor que coordena as políticas e os programas de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Instituto Federal de Sergipe.

O levantamento de necessidades de contratação de pessoal é efetuado diretamente com os Diretores dos Campi, Diretores Sistêmicos e Pró-Reitores, uma vez que estes é que podem definir fielmente a necessidade real de suas unidades.

Em relação à contratação docente, desde o ano de 2015, há a realização de um estudo, inicialmente conduzido pela a PROEN e a PRODIN, que equaliza os pedidos de contratação e a real necessidade de pessoal, com base nos planos de trabalho e de aulas da unidade.

Em relação à capacitação de pessoal, o IFS está em vias de aprovação do Plano Anual de Capacitação, com vistas ao atendimento das recomendações emanadas pelos órgãos de controle.

Os procedimentos de verificação de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, bem como de infração ao regime de Dedicção Exclusiva se dão no cruzamento dos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego solicitando informações da RAIS do ano-base correspondente.

O IFS, detectando indícios de acumulação indevida de cargos ou infração ao Regime de Dedicção Exclusiva nos termos da Lei 8.112/90, deverá proceder a instauração de procedimento administrativo de rito sumário para apuração do ilícito, garantindo a ampla defesa e o contraditório.

Não se aplica a terceirização irregular de cargos no âmbito da UPC, uma vez que só há contratação de pessoal terceirizado nas áreas em que os cargos foram extintos ou estejam em extinção, como vigilância, limpeza e conservação e serviços de apoio administrativo, a exemplo de vigilância e recepção.

A unidade possui plano de gestão de pessoas, com objetivos, metas e indicadores gerenciais, que são acompanhados por dois softwares, o GEPLANES, para a gestão estratégica, que é utilizado na fase de elaboração do planejamento estratégico, na execução, acompanhamento e gestão das metas e indicadores traçados, disponível em: https://geplanes.ifs.edu.br:8443/geplanes_bsc/sgm/Index e o SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, disponível em: <http://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/public/home.jsf>.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho da UPC é demonstrada através do quadro 35. Registra-se que houve um ingresso de 88 novos servidores durante o ano de 2016, com 41 egressos no mesmo exercício.

Quadro 35 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1553	1082	52	34
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1553	1082	52	34
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1540	1069	52	34
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	7	1	0

2. Servidores com Contratos Temporários	164	44	36	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	3	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	1724	1129	88	41

Fonte: PROGEP

Os servidores do IFS estão lotados conforme o quadro 36. Na área fim registra-se um total de 540 servidores, ao passo que na área meio o IFS possui 589 servidores.

Quadro 36 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	586	496
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	586	496
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	578	491
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	44
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	589	540

Fonte: PROGEP

A estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas pode ser visualizada no quadro 37. Em relação às funções gratificadas registra-se um total de 236 lotações, ao passo que em cargos de comissão efetivamente verifica-se o quantitativo de 73 servidores listados com tal atribuição.

Quadro 37 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	74	73	40	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	74	73	40	16
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	67	66	39	15
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	0	1
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	326	236	117	72
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	321	231	117	72
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	5	5	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	400	309	157	88

Fonte: PROGEP

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

O quadro 38 abaixo compõe o demonstrativo de despesas com pessoal.

Quadro 38 – Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	101.919.553,61	42.048.899,91	12.115.544,00	4.552.565,21	969.740,85	709.826,76	8.893.113,82	1.305.123,90	909.723,59	173.424.091,65
	2015	93.837.844,96	37.814.099,51	10.500.431,87	8.368.713,53	5.748.205,57	2.577.086,64	62,70	0,00	1.965.370,53	160.811.815,31
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PROGEP

Obs.: Não é possível extrair do SIAPE as rubricas das despesas elencadas por situação do servidor. Diante disso, optamos por extrair o total global das despesas e lançá-las em uma única situação funcional, qual seja, a de servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão. A exceção é o caso dos servidores em contrato temporário, que possuem rubrica específica para o pagamento dos vencimentos e vantagens fixas.

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O passo inicial para o trabalho de levantamento e mapeamento dos riscos institucionais proposto pela comissão responsável por conduzir os trabalhos de implementação da Política de Gerenciamento de Riscos no IFS se deu pela instituição de comitês de gestão de riscos, conforme portarias nº 3.168 e 3.169 de 24/11/2015.

A gestão de riscos na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), contudo, no exercício de 2016, ocorreu com a adoção de atividades específicas de controles internos, como a formalização de procedimentos para subsidiar a execução de alguns processos nas suas unidades operacionais sendo promovidas de modo gradativo.

Para impulso às iniciativas de levantamento e mapeamento de riscos na PROGEP assim como nas diversas áreas de gestão do IFS, percebeu-se durante o exercício, a necessidade de mais capacitação em função do conhecimento incipiente da metodologia de gerenciamento de riscos de que trata a política de gestão de riscos vigente, tanto em termos práticos quanto em nível conceitual. Nesse sentido, foi promovida uma capacitação *in company* no mês de dezembro extensiva a 32 servidores lotados em diferentes áreas e setores do órgão, cujas ações deverão ser impulsionadas nos próximos exercícios.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A seção dispõe da contratação de pessoal na reitoria e nos campi do IFS, estando apresentada a prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos através dos quadros de 39 a 47.

Quadro 39 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da Reitoria

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe						
UG/Gestão: 158134/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância armada (Campus Aracaju, Anexo I da Reitoria, Campus Itabaiana, Campus Tobias Barreto e Campus Propriá)	16.207.888/0001-78	01/07/2011	31/07/2016	Fundamental	(E)
2013	Vigilância armada (Reitoria)	16.207.888/0001-78	14/01/2013	14/01/2017	Fundamental	(P)
2014	Vigilância armada (Anexo II da Reitoria, Campus Propriá, Campus Tobias Barreto, e no Campus Poço Redondo)	16.207.888/0001-78	26/11/2014	25/11/2017	Fundamental	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	17/12/2014	16/12/2017	Fundamental	(P)
2016	Vigilância armada (Anexo I da Reitoria)	16.207.888/0001-78	01/08/2016	31/08/2017	Fundamental	(A)
2016	Limpeza, asseio e conservação (Reitoria, anexo I e anexo II)	09.282.163/0001-89	22/04/2016	21/04/2017	Fundamental	(A)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Reitoria

Quadro 40 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Aracaju

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe / Campus Aracaju						
UG/Gestão: 158393/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio Administrativo	07.044.888/0001-03	14/12/2014	13/12/2017	Diversos	(P)
2016	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	29/02/2016	28/02/2017	Fundamental	(A)
2016	Vigilância Armada e Desarmada	16.207.888/0001-78	01/08/2016	31/07/2016	Não especificado	(A)
2013	Limpeza, asseio e conservação	07.737.340/0001-49	26/02/2013	26/02/2016	Fundamental	(E)
2011	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	01/08/2011	31/07/2016	Não especificado	(E)
2011	Instalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de refrigeração	02.627.183/0001-03	01/12/2011	13/12/2016	Não especificado	(E)
2016	Manutenção preventiva, corretiva e instalação em aparelhos de refrigeração	09.132.121/0001-61	14/12/2016	13/12/2017	Não especificado	(A)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Aracaju

Quadro 41 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Estância

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe / Campus Estância						
UG/Gestão: 152426/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	17/12/2014	17/12/2017	Médio	(P)
2014	Limpeza, asseio e conservação	14.782.495/0001-62	23/09/2016	23/03/2017	Fundamental	(P)
2014	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	25/09/2014	25/09/2017	Médio	(P)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Estância

Quadro 42 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Glória

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Nossa Senhora da Glória						
UG/Gestão: 152420/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	29/12/2014	29/12/2017	Fundamental / Médio	(P)
2015	Vigilância	16.207.888/0001-78	26/11/2015	26/11/2017	Fundamental	(P)
2015	Limpeza e conservação	09.282.163/0001-89	05/08/2015	05/08/2017	Fundamental	(P)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 43 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Itabaiana

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Itabaiana						
UG/Gestão: 152430/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
04/2016	Vigilância armada e desarmada	16.207.888/0001-78	01/08/2016	01/08/2017	Médio	(A)
02/2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	16/12/2014	16/12/2017	Médio e Fundamental	(P)
03/2016	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	07/07/2016	07/07/2017	Fundamental	(A)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Itabaiana

Quadro 44 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Lagarto

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Lagarto						
UG/Gestão: 158394/26423						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza, anseio e conservação	02.627.183/0001-03	16/12/2013	15/12/2017	Fundamental	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	03/11/2014	02/11/2017	Fundamental	(P)
2012	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	04/05/2012	04/05/2017	Fundamental	(P)
2017	Manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de refrigeração	09.379.897/0001-80	02/01/2017	02/01/2018	Ensino técnico	(A)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Lagarto

Quadro 45 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus Propriá

Unidade Contratante						
Unidade Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Propriá						
UG/Gestão: 154681/26423						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	06/11/2015	05/11/2017	Fundamental	(P)
2016	Vigilância armada	16.207.888/0001-78	01/08/2016	31/07/2017	Fundamental	(A)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Propriá

Quadro 46 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus São Cristóvão

Unidade Contratante						
Unidade Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus São Cristóvão						
UG/Gestão: 158392/26423						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância armada e desarmada com apoio veicular	16.207.888/0001-78	27/09/2016	27/09/2017	Fundamental	(A)
2015	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	03/08/2015	02/08/2017	Fundamental	(P)
2015	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	08/01/2015	08/01/2018	Alfabetizado/ Fundamental/ Médio	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	02/09/2014	01/09/2017	Alfabetizado/ Fundamental	(P)
2014	Apoio administrativo	07.044.888/0001-03	15/08/2014	14/08/2017	Alfabetizado/ Fundamental	(P)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus São Cristóvão

Quadro 47 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do Campus T. Barreto

Unidade Contratante						
Unidade Contratante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Tobias Barreto						
UG/Gestão: 154679/26423						
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Limpeza, asseio e conservação	09.282.163/0001-89	01/04/2016	31/03/2017	Fundamental	(A)

Legenda: Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Campus Tobias Barreto

O Instituto Federal de Sergipe, no tocante a estágio, orienta-se pela Lei nº 11.788/2008. Além disso, possui o Regulamento Interno de Estágios dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, aprovado pela Resolução 46/2015/CS/IFS e o Regulamento para a Realização de Estágio Não Obrigatório, aprovado pela Resolução nº 21/2013/CS/IFS.

No IFS, a Coordenadoria Geral de Estágio (CGE) está subordinada a Diretoria de Assistência Estudantil (DIAE) e tem o apoio operacional dos Núcleos de Apoio ao Estágio (NAE) em cada campus. Estes atuam em parceria com a Coordenação, sem estarem diretamente subordinados a ela.

No exercício anterior não houve contratação de novos estagiários no IFS. Porém alguns Termos de Compromisso de Estágio assinados em 2014 ainda estavam vigentes, perfazendo assim, um total de 13 (treze) estagiários ativos no Instituto no decorrer de 2016.

Estes estudantes estagiaram no Instituto por um período médio de 10 (dez) meses. O valor da bolsa paga aos 04 (quatro) alunos do ensino superior 20h era de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais), aos 03 (três) alunos do ensino superior de 30h era de R\$ 520,00 (quintos e vinte reais) e aos 06 (seis) estudantes do ensino médio 20h era de R\$ 203,00 (duzentos e três reais). Estes estagiários estavam distribuídos na Reitoria e nos *campi*, atuando em conformidade com a área de atuação do seu curso e sendo supervisionados por profissionais com a mesma formação.

Em 31/07/2016 todos os 13 (treze) contratos ativos de estágio não obrigatório no IFS já haviam sido encerrados. Desde então, por motivos de redução orçamentária, o IFS vem ofertando apenas Estágio Obrigatório. Essa modalidade de estágio não acarreta pagamento de bolsa.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão da frota de veículos

A frota de veículos da instituição é essencial no atendimento das necessidades precípuas da Reitoria, das Pró-reitorias, dos *Campi* e demais subunidades.

Para cumprimento das atividades institucionais e do apoio logístico, seja nos *Campi* situados nos diversos municípios do estado ou frente às demandas relativas a expansão da rede federal de ensino profissional, atendendo aos programas Pronatec, Mulheres Mil e Profucionário.

Toda utilização de transporte institucional é controlada e documentada, necessitando de autorização da chefia de transportes, presentes nos *Campi* e na Reitoria.

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos do IFS: Resolução nº 43/2011/CS do IFS, de 11 de novembro de 2011 (aprova as normas para uso de veículos oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe); Decreto 6.403, de 17 de março de 2008; Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (SLTI/MPOG);

Decreto nº 99.658/90; Decreto nº 1.305/94; Resolução 231 de 15 de março de 2007 – CONTRAN; Resolução 241 de 22 de junho de 2007 – CONTRAN; Controles Internos de Inspeção de saída de veículos e Controle de Manutenção da Frota.

Essas normas são utilizadas por todas as unidades do IFS na gestão e no uso da frota e a resolução 43/2011/CS está disponível em: http://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

Não há veículos locados no âmbito do IFS, dessa forma os critérios utilizados para justificar as aquisições são baseados na economicidade e satisfação das necessidades constatadas, tendo em vista a maior autonomia possibilitada pela aquisição, não ficando à mercê de terceiros, reduzindo os riscos de interrupção dos serviços por questão financeira da contratada (terceiros que podem a qualquer momento apresentar restrições no SICAF, e demais certidões trabalhistas), o que resultaria na necessidade de rescisão e nova contratação, acarretando assim em perda de tempo e prejuízo para o IFS. Outro critério da escolha da aquisição é possibilitar maior poder de mobilização, uma vez que viagens urgentes podem ser realizadas imediatamente pelo Órgão.

Em relação à política de controle da prestação eficiente e econômica dos serviços de transportes, ampara o IFS na Resolução nº 43/2011/CS que regulamenta as normas para uso de veículos oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Através de contrato com terceiros a UPC utiliza sistemas informatizados para o abastecimento de combustível e manutenção dos veículos. O IFS também dispõe de um sistema (SIPAC – Módulo Transportes) para o gerenciamento da frota de veículos.

a) Veículos da Reitoria

Os veículos de transporte coletivo que a Reitoria dispõe são utilizados para as atividades fim, como o transporte de servidores para realização das suas atividades institucionais e alunos para participarem de visitas técnicas, seminários, congressos. Os veículos de carga são utilizados principalmente na atividade meio, como transporte de material entre os campi, além de transportar servidores para atividades externas. Os veículos de passeio são utilizados principalmente para a entrega de documentos nas instituições bancárias, fornecedores e entrega e coleta de documentos entre os Campi ou ainda no descolamento de servidores ou discentes para atividades exclusivamente institucionais. Já o veículo de transporte institucional (de representação) é de uso exclusivo do Reitor, no atendimento dos compromissos e atividades institucionais.

Quadro 48 – Veículos da Reitoria

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	Van Executiva Boxer	OES 3668	22383	12.079	6
Carga leve	Caminhonete Pick-Up 2.0 4x4 - GL L200	IAI-0793	15662	2.679	9
	Caminhonete Amarok	OEM-8401	24949	14.821	4
	Caminhonete Amarok	OEM-8441	24950	17.179	4
	Caminhonete hilux CD 4X4	NVJ-8721	20907	23.597	6
Transporte de Pessoal	Ford Fiesta Sedan 1.6 flex	OEM-0162	23181	10.218	5
	DoblôEssence 1.8	NVJ-6207	20898	9.587	6
	DoblôEssence 1.8	NVJ-6247	20899	12.130	6
Representação	Vectra Sedan Elegance	NVI 0682	17753	6.895	7
Média				12.132	6

Fonte: PROAD/CMT

Quadro 49 – Despesas associadas à manutenção da frota da Reitoria

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	45.884,41
Reparo/manutenção	5.678,56
Seguro	15.999,99
TOTAL	67.562,97

Fonte: PROAD/CMT

Quadro 50 – Gestão da frota de veículos da Reitoria

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	01	210,45	6.895	0	7	1	0
Transporte	08	5.468,11	102.290	0	6	8	0
Agrícola	0	0	0	0	0	0	0
Total	09	5.678,56	109.185	0	6	9	0

Fonte: PROAD/CMT

b) Veículos do Campus Aracaju

A frota de veículos do Campus Aracaju é constituída por 04 (quatro) veículos: 01 ônibus, 01 Van, 01 Pick up e 01 Fiesta. Sendo que o ônibus já tem 11 anos de uso.

Consideram-se as demandas para visitas técnicas e micro estágios, principalmente levando em consideração o curso de Gestão de Turismo, onde a Unidade de Ensino é obrigada a proporcionar uma quantidade determinada de horas de micro estágios, senão o discente não consegue fechar a carga horária e assim receber seu diploma.

Configura-se como importante uma frota nova e em quantidade adequada, mas nos últimos anos, o campus não teve êxito na renovação. Em 2016 por conta do Decreto nº 8.540 de 09 de outubro de 2015 não foi possível conseguir orçamento suficiente para nova aquisição e também não foi realizada licitação visando a locação de veículo.

Diante do cenário posto e dos recursos limitados, o Campus continuou com a frota de veículos, apesar de antiga, mas com uma manutenção preventiva e corretiva adequada de forma a possibilitar o atendimento máximo possível das demandas dos cursos.

Para 2017 solicitou-se um estudo orçamentário para aquisição de pelo menos um micro ônibus, o que amenizaria o atendimento aos pedidos de visitas técnicas e micro estágios.

Quadro 51 – Veículos do campus Aracaju

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	ÔNIBUS	IAC-1508	30016340	21637	10
Carga leve	VAN	IAN-2060	30016744	6989	9
Transporte de Pessoal	L-200	IAI-0783	30017358	7908	7
	FIESTA	OEO-2332	30023901	4493	3
Média				10.256,75	7,25

Fonte: Campus Aracaju

Quadro 52 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Aracaju

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	34.194,91
Reparo/manutenção	12.462,49
Seguro	1.166,67
TOTAL	47.824,07

Fonte: Campus Aracaju

Quadro 53 – Gestão da frota de veículos do Campus Aracaju

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	4	47.824,07	41.027	-	7.25	4	-
Agrícola	0	-	-	-	-	-	-
Total	4	47.824,07	41.027	-	-	4	-

Fonte: Campus Aracaju

c) Veículos do Campus Estância

Quadro 54 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	Ônibus Max Bus OH1628L	OEJ-8408	010045040	14.141	6
Carga leve	Caminhonete Hilux CD 4X4	NVJ-8711	060011436	15.246	4
Transporte de Pessoal	Logan Expression 1.0 16V	OEO-5804	060011861	16.512	3
Média				15.299,66	4,33

Fonte: Campus Estância

Quadro 55 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Estância

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	24.977,86
Reparo/manutenção	-
Seguro	3.529,08
TOTAL	28.506,94

Fonte: Campus Estância

Quadro 56 – Gestão da frota de veículos do Campus Estância

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	0	-	-	-	-	-	-
Transporte	3	-	15.299,66	-	4,33	3	-
Agrícola	0	-	-	-	-	-	-
Total	3	-	15.299,66	-	-	3	-

Fonte: Campus Estância

d) Veículos do Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 57 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	0	-	-	-	-
Carga leve	0	-	-	-	-
Transporte de Pessoal	Microônibus Marcopolo/Volare	NVK-7957	5252000469828	7.621	6
	Van Peugeot/Box Marimar	OES-9868	70014658	13.251	6
	Caminhonete Toyota Hilux CD 4x4	NVJ-8731	60008758	17.334	6
Média				12.735	6

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 58 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Nossa Senhora da Glória

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	16.270,19
Reparo/manutenção	4.091,50
Seguro	1.301,30
TOTAL	21.662,99

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 59 – Gestão da frota de veículos do Campus Nossa Senhora da Glória

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	0	-	-	-	-	-	-
Transporte	3	16.270,19	38.206	-	6	3	-
Agrícola	0	-	-	-	-	-	-
Total	3	16.270,19	38.206	-	6	3	-

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

e) Veículos do Campus Itabaiana

A frota de veículos do Campus Itabaiana permite o alcance dos objetivos a que se dispõe, pois é através dela que podem ser cumpridas atividades institucionais e de apoio logístico relativas às demandas administrativas e do setor de ensino.

Os veículos de transporte do Campus Itabaiana são utilizados para atividades fim como o transporte de servidores para realização de atividades institucionais e o transporte de alunos para participação em visitas técnicas, seminários e congressos. O veículo de carga leve é utilizado também em atividades meio como transporte de materiais entre os campi e entrega de documentos em instituições bancárias e agências de correios, por exemplo.

Quadro 60 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	Van Boxer Peugeot	OES-5738	050013062	15.924	6
Carga leve	Caminhonete Hilux CD 4x4	NVJ-9551	050012456	13.213	6
Transporte de	-	-	-	-	-

Pessoal					
Média				14.568,50	6

Fonte: Campus Itabaiana

Quadro 61 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Itabaiana

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	9.879,31
Reparo/manutenção	2.972,56
Seguro	2.299,99
TOTAL	15.151,86

Fonte: Campus Itabaiana

Quadro 62 – Gestão da frota de veículos do Campus Itabaiana

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	0	0,00	0	-	0	0	0
Transporte	2	15.151,86	29.137	-	6	2	0
Agrícola	0	0,00	0	-	0	0	0
Total	2	15.151,86	29.137	-	6	2	0

Fonte: Campus Itabaiana

f) Veículos do Campus Lagarto

A gestão da frota de veículos leva em consideração a otimização dos recursos e o uso eficiente dos mesmos. A utilização de veículos sofreu impacto no campus, tanto do aumento dos combustíveis quanto das limitações orçamentárias. Ressalta-se a importância da frota de veículos no que consiste em atender as necessidades da comunidade do IFS em viagens a serviços da administração, visitas técnicas dos alunos e docentes, entre outros usos.

Desde 2014, analisa-se a disponibilidade de recursos para aquisição de novos veículos, considerando a ampliação da oferta de cursos no IFS Campus Lagarto, que conta com cursos técnicos integrado, subsequente e superior.

No ano de 2016 foram realizados cerca de 13 serviços de manutenção veicular. O custo operacional de manutenção (somatório das despesas de manutenção + abastecimento/quilometragem da frota) apresenta a estimativa de R\$ 0,89/km rodado. A média anual de quilômetros rodados é de 8.412,66 km/ano.

Quadro 63 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	Van Executiva Boxer	IAN- 2070	0005887/40054250	2.116	10
	Ônibus Mercedes-Benz	OEJ-8468	0008393/40056756	17.385	07
	Micro-Ônibus Agrale Neobus	HZ T-4713	0003933/40052304	3.398	16
Carga leve	Caminhonete Pick-Up Bandeirante Toyota	HZ O-4780	002002/40050527	0	20
	Caminhonete Hilux CD 4X4	NVJ-9561	0008394/40056757	16.901	06
Transporte de Pessoal	Gol Volkswagen Flex 1.6	IAE-8382	005886/40054249	10.676	10
Média				8412,6	11,5

Fonte: Campus Lagarto

Quadro 64 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Lagarto

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	30.608,89
Reparo/manutenção	19.203,11
Seguro	6.400,41
TOTAL	56.212,41

Fonte: Campus Lagarto

Quadro 65 – Gestão da frota de veículos do Campus Lagarto

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	0	0,00	0	0	0	0	0
Transporte	6	R\$19.203,11	50.476	-	11,5	6	0
Agrícola	0	0,00	0	0	0	0	0
Total	6	R\$19.203,11	50.476	-	11,5	6	0

Fonte: Campus Lagarto

g) Veículos do Campus São Cristóvão

A frota de veículos desempenha um papel importante no atendimento das demandas do Campus São Cristóvão, visto que atende, em especial, às viagens técnicas ao Pólo de Cristinápolis – SE e às demandas de funcionamentos das aulas no período noturno. O plano de substituição da frota está por ser aprovado no planejamento do Campus em 2017.

Os veículos são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das atividades administrativas, estando dispostos no quadro 66:

Quadro 66 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	Peugeot Boxer 2.8 Furgão DIES/ TB DIES.CURTO/MÉD	AXR-9982	20077056	18.923	4
	MARCOPOLOVOLARE (Executivo W9) (diesel) Micro-ônibus	NVK-3682	20072857	13.076	6
	Mercedes-Benz Ônibus / O-400R	HZG-5877	20066275	5.615	22
	Mercedes-Benz Ônibus OH1628L O-500	OEJ-8448	20073522	16.231	7
Carga leve	Caminhonete MitsubishiL200 Triton HPE 3.2 CD TB Int.DieselAut	OEP-8742	20076287	23.428	4
	GM – Chevrolet Montana Sport 1.4 Econoflex 8V 2p	OES-9031	20076987	4.238	4
	Caminhonete GM - ChevroletS10 Blazer Colina 2.8 TDI 4x4 Diesel	NVK-2180	20072845	1.148	7
	Caminhonete GM - ChevroletS10 Blazer Colina 2.8 TDI 4x4 Diesel	NVK-2160	20072844	5.207	7
	Renault Kangoo Express Hi-Flex 1.6 16V	NVK-5552	20072858	1.910	7
Carga média	Caminhão VOLKSWAGEN7-100 2p (diesel)	HZQ-8661	20073180	1.437	18
	Caminhão Ford baú Cargo 816/S	OEM-5144	20075921	3.478	5
Transporte de	Ford Fiesta Sed. 1.6 8V Flex 4p	NVG-8433	20073179	3.254	6

Pessoal	Ford Focus Sedan 2.0 16V/ 2.0 16V Flex 4p	NVK-2524	20073321	16.945	6
Máquinas Agrícolas	Trator Ford TL85E	-	16322	-	6
	Trator Ford 8030	-	15809	-	7
	Trator Ford TL85 Gabinado	-	18984	-	4
	Roçadeira Costal STIHL manual a gasolina motor 3,12cv, 3,0 HP FS220	-	20073519	-	-
Média				-	7,5

Fonte: Campus São Cristóvão

Quadro 67 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus São Cristóvão

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	83.640,54
Reparo/manutenção	55.198,59
Seguro	-
TOTAL	138.839,13

Fonte: Campus São Cristóvão

Quadro 68 – Gestão da frota de veículos do Campus São Cristóvão

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	0	0	0	0	0	0	0
Transporte	13	47.242,59	114.890	0	7,92	13	0
Agrícola	03	7.956,00	0	-	5,66	03	0
Total	16	55.198,59	114.890	-	6,79	16	0

Fonte: Campus São Cristóvão

h) Veículos do Campus Tobias Barreto

O Campus Tobias Barreto possui apenas 1 (um) veículo, que se destina ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas. E este é essencial para o cumprimento satisfatório de todas essas necessidades, além de dar a celeridade que os processos exigem, sem resultar em prejuízos ao campus.

Quadro 69 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	-	-	-	-	-
Carga leve e Transporte de Pessoal	L200 4X4	IAI0793	010044373	2.698 km	7

Fonte: Campus Tobias Barreto

Quadro 70 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Tobias Barreto

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	1.140,63
Reparo/manutenção	0,00
Seguro	1.495,00
TOTAL	2.635,63

Fonte: Campus Tobias Barreto

Quadro 71 – Gestão da frota de veículos do Campus Tobias Barreto

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	1	0,00	2.698	126	7	1	-
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	0,00	2.698	126	7	1	-

Fonte: Campus Tobias Barreto

i) Veículos do Campus Propriá

Quadro 72 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá

Categoria de uso	Especificação	Placa	Patrimônio	Quilometragem Anual	Idade
Coletivo	Fiat Doblô Essence 1.8 Flex	NVJ-6247	20899	101.160	5
Carga leve	-	-	-	-	-
Transporte de Pessoal	-	-	-	-	-

Fonte: Campus Propriá

Quadro 73 – Despesas associadas à manutenção da frota do Campus Propriá

Despesas Envolvidas	Valor (R\$)
Combustível	5.201,49
Reparo/manutenção	1.339,00
Seguro	2.000,00
TOTAL	8.540,49

Fonte: Campus Propriá

Quadro 74 – Gestão da frota de veículos do Campus Propriá

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	1	8.540,49	12.110	0	5	1	0
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	8.540,49	12.110	0	5	1	0

Fonte: Campus Propriá

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações sobre veículos

A UPC não possui plano de substituição da frota que aborde a destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no IFS e sua qualidade comportam quatro fases: Cadastro no SPIUnet, Avaliação, Contabilização e Depreciação, explicadas a seguir.

I. Cadastro no SPIUnet

No IFS, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

Os setores contábeis dos Campi e da Reitoria se responsabilizam pela inclusão dos dados no SPIUnet e a atualização dos valores é feita exclusivamente pelo SPIUnet, que aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Cada campus fornece e atualiza as informações sobre seus próprios imóveis ou sobre imóveis de propriedade da União que estejam sob a sua responsabilidade.

Os imóveis locados de terceiros para uso da Administração Pública Federal também são cadastrados no SPIUnet pela UG locatária. Uma vez cadastrados os imóveis, gera-se um RIP imóvel, que corresponde ao cadastro do imóvel no total e resulta da soma dos RIPs de utilização.

No SPIUnet, o RIP Imóvel contém as informações referentes ao imóvel e o RIP Utilização contém as informações referentes às benfeitorias do imóvel. No SIAFI, aparece o RIP Utilização, chamado de “Conta Corrente” com o seu respectivo valor, localizado no campo “Valor da Utilização”.

II. Avaliação

Para avaliar um imóvel, precisa-se ter em mãos informações oficiais sobre o valor do terreno e o valor das benfeitorias, em separado e essa atualização se com as informações do RIP e toma por base o Laudo de Avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal.

III. Contabilização

Para verificar se os valores do SPIUnet estão de acordo com o SIAFI, os setores de contabilidade acessam o menu “Consulta”, em seguida “Contabilização SIAFI” e depois a verificação no “Balancete” da UG no SIAFI. Compara-se, então, se o valor contido no SPIUnet, no campo Valor enviado ao SIAFI, é igual ou diferente do contido no balancete no SIAFI na conta 1.4.2.1.1.1.10.00 – Imóveis de Uso Especial.

IV. Depreciação

O cálculo da depreciação de Bens Imóveis é feito automaticamente pelo SPIUNet e registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

a) Patrimônio imobiliário na cidade de Aracaju

No campus Aracaju, o cronograma dos registros da depreciação, ocorreram de janeiro de 2016 a dezembro de 2016, com contabilização dos registros nas contas 333110200 – Depreciação de Bens Imóveis, em contrapartida à conta de Depreciação Acumulada 12381.02.00, que totalizaram no exercício R\$ 60.869,03D e Acumulado R\$ 65.475,08C.

Os custos totais de manutenção do imóvel do Campus Aracaju para o exercício 2016 ficaram em:

- Contratações de serviços e mão de obra no total de R\$ 573.753,82, dos quais: R\$ 565.435,87 com limpeza e conservação do bem imóvel e R\$ 8.317,95 manutenção dos bens imóveis;
- Compras de materiais de consumo no valor de R\$ 134.438,43(Sessenta e seis mil, oitenta e oito reais, quinze centavos), dois quais: R\$ 21.946,43 com material para manutenção de bens

imóveis/instalações; R\$ 44.141,72 com materiais elétricos e R\$ 68.350,28 com materiais de limpeza e conservação.

O imóvel do Campus Aracaju possui o RIP 3105 00123.500-5, está localizado na Cidade de Aracaju/SE, na Avenida Engenheiro Gentil Tavares, Nº 1166, Bairro Getulio Vargas, CEP: 49055-260.

b) Patrimônio imobiliário na cidade de Estância

No Campus Estância, o terreno em que a unidade de ensino está localizada possui 55.000,00 m^2 , sendo que 3.662,46 m^2 equivalem a área construída. De acordo com a avaliação da Caixa Econômica Federal o valor do imóvel resta configurado em R\$ 4.050.000,00 (Quatro milhões e cinquenta mil reais).

O imóvel do Campus Estância está situado na Rua Café Filho, nº 260, bairro Dr. Valter Cardoso Costa, Estância, Sergipe. As coordenadas geográficas decimais para Google Maps são: - 11.2359637325, -37.4229543151.

No Campus Estância, referente aos materiais para manutenção do imóvel, o Almoxarifado do Campus possui um valor de R\$ 5.264,74 (Cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) de saldo, sendo que ao longo do ano de 2016 houve uso de R\$ 1.609,10 (mil, seiscentos e nove reais e dez centavos) pelo setor de Manutenção para reparos na estrutura do prédio.

c) Patrimônio imobiliário na cidade de Nossa Senhora da Glória

A obra do Campus Glória localiza-se no Povoado Piabas, zona rural, S/N, Nossa Senhora da Glória/SE. CEP: 49680-000. O Cadastro foi realizado no SPIUnet, com base em Laudo de Avaliação da Caixa nº 6991.7121.000314095/2015.01.01.01, datada de 27/04/2015. Segundo relatório da Caixa o valor do terreno é de R\$ 202.082,79 e o valor da edificação é de R\$ 4.426.691,18, sendo o valor total do imóvel a soma destes dois, totalizando o montante de R\$ 4.628.773,97 (quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos).

O Campus Glória ainda está em fase de obras, sob responsabilidade da Reitoria, através de sua Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos, por isso as únicas despesas sob responsabilidade da sede própria em 2016 foram: Vigilância: R\$ 310.593,11 e Energia: R\$ 1.674,78.

d) Patrimônio imobiliário na cidade de Itabaiana

O imóvel disponibilizado para gestão do Campus Itabaiana está cadastrado no SPIUnet sob o RIP 3157 00039.500-1, estando localizado na Fazenda Grande, s/n, Bairro São Cristóvão, Itabaiana/SE. Vale destacar que o laudo de avaliação deste imóvel está válido. A sede definitiva encontra-se ainda em construção, não havendo, dessa forma, despesa de manutenção para o Campus no exercício de 2016.

e) Patrimônio imobiliário na cidade de Lagarto

O Prédio do IFS Campus Lagarto possui em torno de 21 anos de existência, localiza-se na Estrada da Barragem n.425, Povoado Carro Quebrado, Distrito Industrial da Cidade de Lagarto. Cabe lembrar que devido a alterações em nomenclaturas de ruas da cidade, esta estrada atualmente é denominada Rua Cauby, Bairro Jardim Campo Novo, como constam em documentos.

O Campus Lagarto possui área de 22.600 m^2 conforme registro do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Lagarto e sistema SPIUnet. A equipe diretiva é responsável pela gestão do patrimônio e manutenção de sua estrutura.

O referido campus possui ainda dois imóveis (terrenos) doados pelos poderes municipal e

estadual, que encontram-se em fase de transcrição imobiliária. Ressalta-se que o terreno doado pela Prefeitura Municipal de Lagarto possui escritura de doação lavrada pelo 1º Tabelionato local datada de 28 de novembro de 2013 em favor do IFS. Este imóvel localiza-se a alguns metros de distância do Campus Lagarto, possuindo 4.580,62m².

O outro imóvel (terreno) doado pelo Estado localiza-se na Rua João Inês, Bairro Libórios, na cidade de Lagarto. Possui cerca de 67.335,09m² e também encontram-se em fase de transcrição imobiliária.

Salienta-se que os dois imóveis (terrenos) doados ao Campus Lagarto ainda serão citados no sistema SPIUnet.

f) Patrimônio imobiliário na cidade de Propriá

Em relação ao Campus Propriá, existe um terreno no qual a sede definitiva está sendo construída. A unidade funciona em sede provisória, através de prédio alugado junto à Diocese de Propriá.

g) Patrimônio imobiliário na cidade de São Cristóvão

O Campus São Cristóvão possui apenas um imóvel, localizado no Povoado Quissamã, Município de São Cristóvão.

h) Patrimônio imobiliário na cidade de Tobias Barreto

O Campus Tobias Barreto funciona provisoriamente na antiga escola Estadual Albano do Prado Franco, endereço Rodovia Gov. Antônio Carlos Valadares, Conjunto Irmã Dulce, s/n. A obra, da sede definitiva, foi reiniciada e está em andamento, no Complexo habitacional Julieta Barreto Menezes, s/n, na Zona de Expansão, bairro Fazenda Concórdia, Tobias Barreto/SE, CEP 49300-000. O terreno, recebido em doação pela prefeitura do Município de Tobias Barreto, possui 123.592,87 m², sendo que 2.727 m² equivalem a área construída. De acordo com a avaliação da Caixa Econômica Federal, o valor do terreno é o de R\$ 8.250.000,00.

De forma geral a gestão do IFS não adota abordagem de riscos quanto à imóveis formalizada em plano. Contudo foi realizado um treinamento no período de 05 a 09/12/2016 (Curso de Gestão de Risco no Setor Público), ministrado pela ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público.

Quadro 75 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
BRASIL	Sergipe	Σ	Σ
	Aracaju	1	1
	Lagarto	1	1
	São Cristóvão	1	1
	Estância	1	1
	Itabaiana	1	1
	Glória	1	1
	Tobias Barreto	1	1
	Nossa Senhora do Socorro	1	1
	Poço Redondo	1	1
	Propriá	1	1

Subtotal Brasil	10	10
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	10	10

Fonte: COPAT/Reitoria

O sítio da rede mundial de computadores onde é feito o acompanhamento dos imóveis é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, SPIUNet, e as informações podem ser acessadas pelo link: <http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp>.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

No IFS, o Campus Aracaju apresenta duas situações de cessão de espaço físico, sendo a primeira com a Caixa Econômica Federal (CEF), CNPJ 00.360.305/0001-04 (área de 127,16m²) e a segunda com a firma Wbiranilton L. de Araújo – ME, CNPJ 40.811.101/0001-67 (área de 56,13m²).

A cessão com a Caixa Econômica Federal foi realizada pela Inexigibilidade N° 46/2014, processo n° 23290.000789/2013-17, Termo de Contrato N.º 15/2014, tendo por finalidade de uso serviços bancários que atende alunos, servidores e também a comunidade externa. O prazo da cessão foi de 24 meses, com vigência até o dia 23/12/2016. O espaço cedido fica localizado na 1ª entrada lateral da Rua Estância, abaixo do Almojarifado, com área total de 127,16m². O espaço foi totalmente reformado pela própria CEF ao custo aproximado de R\$ 200.000,00, segundo informação repassada pela própria CEF, foram instalados sanitários, pisos, forros e divisórias, refeita toda a instalação elétrica. Instalações que no futuro ficarão para a cedente. A cessionária realiza o pagamento das despesas com água e energia elétrica que consome, existe no local medidores de energia e água para verificar o consumo. É relevante destacar que a CEF funcionava inicialmente no prédio administrativo (1º bloco), o qual foi demolido por conta da obra de construção do novo Teatro, Prédio Administrativo e Biblioteca, obra que ainda está em execução.

A cessão com a firma Wbiranilton L. de Araújo – ME, foi realizada pelo Pregão Eletrônico n° 04/2015, processo n° 23290.001472/2014-71, resultando no Contrato n° 04/2015, tem por objeto o fornecimento de refeições prontas e lanches. O espaço cedido fica localizado na cantina, pavimento térreo do prédio Leyda Régis no IFS/Campus Aracaju, com área total de 56,13m². A indenização pelo uso custa a cessionária o valor mensal de R\$ 422,56. O benefício da cessão visa principalmente atender aos alunos considerados carentes que tem acesso a duas refeições (almoço e jantar) subsidiado pela Administração dentro dos limites orçamentários, mas também atende aos demais alunos que podem pagar e assim não precisam se deslocar para áreas externas do Campus com riscos diversos (acidente de trânsito, assaltos, etc.). A cessionária realiza o pagamento das despesas com água e energia elétrica que consome. Além disso, existe no local medidores de energia e água para verificar o consumo.

Além disso, o Campus São Cristóvão do IFS celebrou um Contrato de direito de uso de parte de sua propriedade com a Universidade Federal de Sergipe, na qual o terreno mede 181 hectares, cuja demarcação caracteriza o Campus Rural da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O IFS fechou o exercício de 2016 com 5 (cinco) imóveis locados de terceiros, sendo 3 (três) deles localizados na cidade de Aracaju/SE, 1 (um) na cidade de Itabaiana/SE e 1 (um) na cidade de Propriá/SE, conforme quadro 76.

Quadro 76 – Bens Imóveis Locados de Terceiros

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Aluguel	
				Valor (mensal)	Data da Avaliação
158134	3105.00237.500-5	Locação de Terceiros	Muito Bom	65.034,44	16/09/2015
158134	3105.00239.500-6	Locação de Terceiros	Regular	67.308,09	13/11/2015
158134	3105.00241.500-7	Locação de Terceiros	Bom	5.177,07	12/11/2015
152430	3157.00041.500-2	Locação de Terceiros	Regular	15.680,65	09/05/2016
154681	—	Locação de Terceiros	Regular	10.000,00	05/02/2016

Fonte: COPAT/PROAD

Considerando a grande reforma por que passa o Campus Aracaju, cujas instalações foram demolidas parcialmente, dando lugar a construção de um novo prédio, mais moderno e amplo, a Reitoria, a Diretoria de Obras e o Programa Pronatec que ocupavam espaços naquele campus tiveram que buscar alternativas para continuarem suas atividades, e tendo sido consultado o Gestor de imóveis da união no estado de Sergipe e não logrando êxito, seguindo os trâmites legais e não encontrando imóvel único que atendesse demanda deveras grandiosa, a gestão optou pelo aluguel de três prédios na cidade de Aracaju, abrigando a Reitoria no primeiro, a Diretoria de Obras no segundo e o programa Pronatec no terceiro, evitando assim prejuízos de gestão que pudessem comprometer a atividade fim.

O quarto imóvel locado situa-se na cidade de Itabaiana e abriga o Campus provisório do Instituto instalado naquela localidade. Como os demais imóveis locados, antes de optar pela locação do referido imóvel, fora verificada a disponibilidade de imóvel da União na região, todavia não havia disponibilidade.

Por fim, o quinto e último imóvel, no exercício 2016, foi na cidade de Propriá. A princípio a Prefeitura Municipal de Propriá custeava as despesas com a locação, contudo a partir de 2016 tais despesas passaram a ser custeadas pelo IFS, uma vez que os serviços não poderiam ser descontinuados, o que causaria um prejuízo incalculável para os alunos daquela localidade.

Há de se ressaltar que os custos com manutenção e reparo dos imóveis são de responsabilidade dos locadores, salvo prejuízos ou danos advindos por culpa da administração.

Quadro 77 – Quantidade de imóveis locados de terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros	
		Exercício 2016	Exercício 2015
BRASIL	Sergipe	Σ	Σ
	Aracaju	3	3
	Lagarto	0	0
	São Cristóvão	0	0
	Estância	0	0
	Itabaiana	1	1
	Glória	0	0
	Tobias Barreto	0	0
	Nossa Senhora do Socorro	0	0
	Poço Redondo	0	0
	Propriá	1	0
Subtotal Brasil		5	4
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	4

Fonte: COPAT/PROAD

5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

O IFS vem desenvolvendo várias ações para adaptar os espaços existentes herdados dos antigos CEFET Aracaju, UNED/Lagarto e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão às demandas atuais do ensino nas mais diversas modalidades que oferta.

Em decorrência dos Programas de Expansão da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico, o IFS concluiu as obras de construção da sede do campus Estância, conta com obras de novas sedes para as atividades de ensino e administração nos *campi* Nossa Senhora da Glória e Itabaiana, ambos provenientes da etapa II desse Plano e, em decorrência da etapa III desse Plano, deu início às obras de construção de novos *campi* nas cidades de Tobias Barreto, Propriá, Nossa Senhora do Socorro (obra essa concluída) e Poço Redondo.

5.2.6.1 Serviços concluídos em 2016

a) Readequação das instalações elétricas dos *campi* Aracaju e São Cristóvão

Diante das reformas e construções de novas instalações para os *campi* de Aracaju e São Cristóvão, visando tanto a segurança da comunidade como também a disponibilidade adequada de energia para que todas as atividades nas sedes dos IFS sejam plenamente desenvolvidas, tornou-se indispensável readequar as instalações elétricas desses *campi* por meio das seguintes obras:

- Implementação de uma nova subestação abrigada de 1500kVA, aumentando os 500kVA até então disponíveis no campus Aracaju, bem como a construção de uma rede aérea compacta para atendimento de cargas destinadas a equipamentos de ar condicionado em torno de 150kVA;
- Instalação de 13 novos transformadores e quadros elétricos no campus São Cristóvão, assim como substituição de outros quadros existentes, provocando aumento na carga instalada e aumento da confiabilidade no sistema;

Figura 4 – Subestação no campus Aracaju, obra de reforma elétrica



Fonte: Acervo IFS

Figura 5 – Rede elétrica aérea no campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

b) Construção do Bloco Didático IV (aulas teóricas e laboratórios) do campus São Cristóvão

O aumento do número de alunos e professores do campus São Cristóvão demandou uma maior quantidade de espaços didáticos, tanto de salas de aulas quanto de laboratórios, para garantir um adequado atendimento à comunidade. Para atender a essa demanda de forma adequada, e permitir que os alunos pudessem fazer a interligação entre a teoria e a prática aprimorando, assim, seus conhecimentos técnicos, um novo bloco didático com 20 salas de aulas (com capacidade para 45 alunos cada) e 08 laboratórios (com ambientes de pesquisa, práticas, e instrumental) foi entregue à comunidade no segundo semestre de 2016.

Figura 6 – Bloco didático 04 no campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

c) Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água do campus São Cristóvão

Visando oferecer à comunidade um abastecimento de água de qualidade, o IFS promoveu uma ampla reforma no sistema de abastecimento do campus São Cristóvão que contou, entre outros serviços, com a substituição de tubulações e equipamentos, além da melhoria da qualidade do tratamento da água fornecida. Os serviços foram concluídos em dezembro de 2016.

Figura 7 – Parte do sistema de abastecimento de água do campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

d) Execução da 1ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no campus São Cristóvão

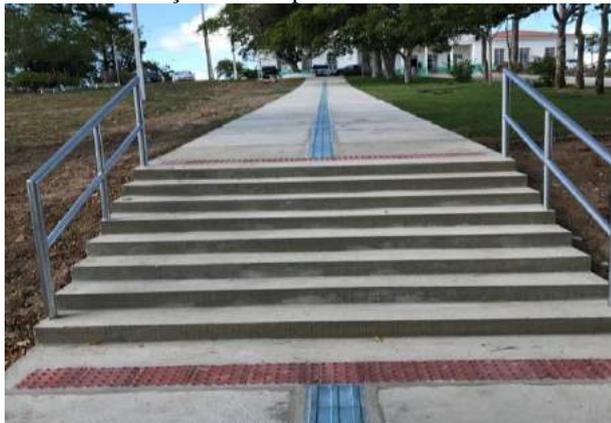
Para garantir a adequada locomoção da comunidade do campus São Cristóvão, a Dipop deu início a um plano em três etapas que visa garantir a construção de pavimentos, calçamentos e passeios para que os principais edifícios desse campus - uma fazenda com cerca de 800 hectares- sejam interligados. A expectativa é requalificar o campus e, na medida do possível, adotar preceitos da NBR9050 que fomentem maior acessibilidade e melhorem o deslocamento da comunidade. Nessa primeira etapa, concluída em dezembro de 2016, foram interligados o edifício da Administração Central ao Bloco Didático IV.

Figura 8 – primeira etapa do plano de urbanização no campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

Figura 9 – Primeira etapa do plano de urbanização no campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

e) Construção da primeira etapa do campus do município de N. Sra. do Socorro

Fruto do Plano de Expansão III da Rede Federal de Educação Tecnológica, o primeiro bloco do campus Nossa Senhora do Socorro ofertará à comunidade espaços didáticos em 05 salas de aulas e dois laboratórios, ampla biblioteca, auditório, espaços administrativos e de apoio ao ensino, bem como terraplanagem, cercamento e a urbanização da porção frontal do campus. As obras já foram concluídas e a previsão é que suas atividades pedagógicas tenham início no primeiro trimestre de 2017.

Figura 10 – Campus Nossa Senhora do Socorro



Fonte: Acervo IFS

5.2.6.2 Serviços em desenvolvimento em 2016

Como as atividades de engenharia são contínuas e se estendem em um longo curso de tempo, a Administração mantém hoje diversas obras e serviços necessários para garantir a adequada estruturação e expansão de seus *campi*. Isso promove o incremento e aprimoramento dos espaços físicos para as atividades administrativas e de ensino do IFS. Dessa feita, dentre as ações iniciadas em anos anteriores e que continuaram em desenvolvimento durante 2016 destacam-se:

a) Contratação de equipe técnica multidisciplinar para fiscalizar obras e projetos de engenharia e arquitetura do IFS

Uma equipe multidisciplinar foi contratada com o objetivo de subsidiar os representantes da Administração na fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia em todos os *campi* do IFS, o que conferiu maior celeridade e qualidade a essas tarefas. Entre os serviços que essa equipe desenvolve elencamos: verificar/avaliar a qualidade técnica dos projetos, orçamentos e especificações contratadas; elaborar orçamentos e especificações técnicas das obras e serviços; fiscalizar qualitativa e quantitativamente obras e serviços e, quando necessário, elaborar outros documentos técnicos como laudos e relatórios. Essas atividades são executadas sob a supervisão e orientação dos servidores engenheiros e arquitetos do IFS que atuam como fiscais de cada contrato, estando relacionadas com as atividades técnicas necessárias para o andamento de obras e serviços de engenharia no IFS.

b) Execução da 2ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no campus São Cristóvão

Dando sequência ao plano de reurbanização do campus São Cristóvão, através da construção de pavimentos, calçamentos e passeios, essa segunda etapa, iniciada em dezembro de 2016, interligará, entre outros, o edifício da Administração Central aos Blocos didáticos da Agroindústria, Aviário, e Alojamentos, ensejando significativa melhoria no deslocamento da comunidade.

Figura 11 – Canteiro de obras da 2ª etapa da urbanização do campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

c) Construção dos alojamentos feminino e masculino, posto médico e guarita do campus São Cristóvão

A criação de novos cursos de níveis técnicos e superiores no campus São Cristóvão incrementou o número de alunos internos e semi-internos que precisam de um local adequado para permanecerem durante a semana, gerando uma demanda por novos espaços de alojamentos feminino e masculino.

Destaca-se que as condições dos atuais espaços de alojamento não atendem de forma adequada às necessidades do campus. Além disso, o referido campus possui uma equipe de profissionais da área de saúde (médica, odontólogo, psicóloga e enfermeira) para atendimento dos discentes; contudo tais profissionais não contam com uma infraestrutura adequada às suas necessidades, o que interfere negativamente no andamento dos trabalhos.

Com intuito de melhorar as condições de atendimento médico aos alunos, fez-se necessário construir um posto médico que comportasse as áreas adequadas para cada finalidade.

Por fim, tendo em vista a questão prioritária de segurança de todo o campus, também se previu a construção de uma guarita na entrada da unidade, aprimorando, assim, o controle de acesso.

Figura 12 – Canteiro de obras dos Alojamentos e Posto Médico do campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

Figura 13 – Perspectiva artística do alojamento do campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

d) Reforma e revitalização dos sanitários do campus Lagarto

Visando melhorar o conforto da comunidade, essa obra revitalizará os sanitários do campus Lagarto, construído no início da década de 1990 e que, desde então, nunca passou por serviços que promovessem uma melhoria de suas instalações sanitárias. As obras tiveram início em dezembro de 2016 e devem ser concluídas ainda no primeiro semestre de 2017.

Figura 14 – Canteiro de obras da reforma e revitalização dos sanitários do campus Lagarto



Fonte: Acervo IFS

e) Reforma do ginásio poliesportivo do campus Lagarto

Essa obra foi licitada em 2015, mas a empresa vencedora do certame não veio a concluir o objeto. Desse modo, uma nova licitação foi realizada e ensejou novo contrato assinado em 2016 e com previsão de conclusão em 2017. Entre os principais serviços dessa obra destacam-se a revitalização do telhado metálico desse ginásio, oxidado em grande parte, troca do piso de madeira (material inadequado à maioria dos esportes praticados no campus) por material emborrachado, e requalificação total de fachadas visando a obtenção de melhores índices de conforto térmico.

Figura 15 – Perspectiva artística da reforma do ginásio poliesportivo do campus Lagarto



Fonte: Acervo IFS

Figura 16 – Canteiro das obras de reforma do ginásio poliesportivo do campus Lagarto



Fonte: Acervo IFS

f) Complementação/conclusão da construção do campus Nossa Senhora da Glória

O IFS licitou novamente as obras de conclusão do campus N. Sra. da Glória, mas a empresa vencedora do certame veio a rescindir seu contrato alegando problemas financeiros. A Dipop tem atuado, desde então, no sentido de mitigar o impacto social da postergação da inauguração desse campus e, mediante novo certame ocorrido em 2016, espera que essas obras venham a término até 2018. Quando concluído, esse campus atenderá à carência de ensino de cursos técnicos e tecnológicos da região em que se insere.

Figura 17 – Canteiro de obras do campus Nossa Senhora da Glória



Fonte: Acervo IFS

g) Complementação/conclusão da construção do campus Itabaiana/SE

As obras para a conclusão do campus Itabaiana tiveram reinício em janeiro de 2014 e sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2017. Esse campus possui quatro blocos que abrigam as funções de: administração, biblioteca, laboratórios e salas de aula, além da guarita, área de convívio com lanchonete, subestação elétrica, casa de lixo, bloco de serviços e estacionamento para veículos, motos e ônibus.

O bloco de administração possui 1.507,16m² de área. Nesse bloco estão salas destinadas à administração do campus, além de banheiros, copas, miniauditório, circulações e áreas verdes. O bloco da biblioteca possui 829,46m². Já o bloco de laboratórios possui área de 1.591,40m² e dispõe de 13 salas de laboratórios, banheiros, circulações e áreas verdes. O bloco destinado a salas de aulas possui área de 1.296,55m², 12 salas de aula, banheiros, circulações e áreas verdes.

Figura 18 – Canteiro de obras do campus Itabaiana



Fonte: Acervo IFS

h) Construção do Centro de Treinamento de Cães-guia no campus São Cristóvão

Essa obra é de suma importância, pois oferecerá às pessoas com deficiência visual o direito de se deslocarem com segurança e autonomia pelas ruas, locais públicos e demais ambientes da cidade com o auxílio de um cão-guia.

O projeto segue um modelo desenvolvido no campus IFS Camboriú/SC, campus piloto entre a Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico na oferta desse tipo de instrução.

A ação faz parte do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*, que tem o objetivo de implantar centros nas cinco regiões do País, contemplando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe no município de São Cristóvão/SE.

Ali o estudante aprenderá a formar cães-guia e deverá desenvolver aptidão para viabilizar o processo de união entre o cão-guia e o deficiente visual.

A área do Centro de Treinamento de Cães-guia será de 22.279,99m², e as construções ali desenvolvidas observam a NBR9050/2004 de acessibilidade. A estrutura do Centro contará com administração, unidade de adoção, canil, clínica veterinária, convivência, unidade de isolamento, maternidade, posto de observação, unidade de treinamento, estacionamento e casa de lixo.

Figura 19 – Canteiro de Obras do Centro de Treinamento de Cães-guia no campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

i) Obras de ampliação e reestruturação do campus Aracaju

A construção da nova sede da Administração, Biblioteca, Minitatro, Estacionamentos, Guaritas e Urbanização do campus Aracaju, visa uma total renovação desse campus, que, hoje, tem na escassez de área útil um impeditivo para a abertura de novos cursos, laboratórios, bibliotecas, bem como diversos entraves administrativos decorrentes de insuficiente espaço para locar seu pessoal.

Figura 20 – Canteiro das obras de ampliação e reestruturação do campus Aracaju



Fonte: Acervo IFS

Figura 21 – Concepção artística da ampliação e reestruturação do campus Aracaju



Fonte: Acervo IFS

j) Serviços de topografia no campus São Cristóvão

Com o objetivo de cadastrar as feições do campus subsidiando a atividade de projetos ou mesmo de conferência de área para fins fundiários, os serviços de topografia são imprescindíveis, pois fornecerão informações essenciais para nortear as construções no campus São Cristóvão.

k) Construção da 1ª etapa do campus Tobias Barreto

Partindo de um Projeto de Arquitetura Padrão, mas ciente da necessidade de adaptá-lo criticamente às peculiaridades geopolíticas e sociais de cada um dos novos municípios-sede, o IFS elaborou projetos complementares de engenharia que permitissem adequar o modelo aos sítios em que fossem implantados.

A diversidade de usos e formas de ocupação, no conjunto das cidades sede que congrega, é um desafio que o IFS tem de equacionar, também, mediante revitalizações, expansões e construções de edifícios.

No município de Tobias Barreto-SE, o projeto padrão da SETEC foi adaptado e implantado, permitindo a licitação da construção do primeiro bloco de biblioteca e didático-administrativo, bem como a urbanização, terraplanagem da porção frontal e o cercamento com muro de todo o campus.

O primeiro contrato para a construção da primeira etapa desse campus foi rescindido pela contratada e uma nova licitação veio a curso e tendo por objetivo concluir essas obras.

Figura 22 – Perspectiva artística de projeto padrão dos campi Socorro, Propriá, T. Barreto e Poço Redondo



Fonte: Acervo Proad IFPR, 2012

Figura 23 – Execução de serviços no canteiro de obras do campus Tobias Barreto



Fonte: acervo Dipop

l) Construção da 1ª etapa do campus Propriá

Também resultado do Plano de Expansão III da Rede Federal de Educação Tecnológica, no campus Propriá a implantação do projeto padrão da SETEC foi adaptada e, nessa etapa inicial, foi licitada a construção do primeiro bloco de biblioteca e didático-administrativo, bem como a terraplanagem, cercamento e urbanização de larga porção do campus. O primeiro contrato para a construção da primeira etapa desse campus também foi rescindido, e uma nova licitação permitiu recontratar essas obras que devem ser retomadas o quanto antes.

Figura 24 - Canteiro de obras do campus Propriá



Fonte: Acervo IFS

m) Construção da 1ª etapa do campus do município de Poço Redondo

Também fruto do Plano de Expansão III da Rede Federal de Educação Tecnológica, no campus Poço Redondo a implantação do projeto padrão da SETEC foi adaptada. A primeira etapa de obras prevê o bloco de biblioteca e didático-administrativo, bem como a terraplanagem e urbanização de larga porção do campus.

Figura 25 – Canteiro de obras do campus Poço Redondo



Fonte: Acervo IFS

n) Projeto da 3ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no campus São Cristóvão

A terceira etapa do plano de reurbanização do campus São Cristóvão, através da construção de pavimentos, calçamentos e passeios, a segunda etapa, iniciada em dezembro de 2016, permitirá acesso de veículos e pedestres aos setores da Estação de tratamento de água, ao centro de treinamento de Cães-Guia e ao bloco de Suinocultura, entre outros.

o) Projeto de reforma elétrica interna dos setores do campus São Cristóvão

Esse serviço pretende adequar as instalações internas dos setores didáticos e administrativos do campus São Cristóvão que, mesmo após a recente obra que incrementou sua capacidade energética, ainda conta com seus circuitos terminais subdimensionados para atender a demanda de equipamentos. A previsão é licitar esse serviço ainda em 2017.

p) Projeto de um refeitório para o campus São Cristóvão

Esse projeto visa disponibilizar uma ampla infraestrutura para preparo e serviço de refeições aos estudantes do campus São Cristóvão, único do IFS que conta com regime de internato para seu alunado. A proposta prevê espaços para câmaras frigoríficas, estoque e recepção de gêneros alimentícios, salão de alimentação e, numa porção posterior do edifício, espaços para setores da manutenção do campus. Ainda não há previsão para a licitação desse edifício.

Figura 26 – Projeto de um refeitório para o campus São Cristóvão



Fonte: Acervo IFS

q) Projeto de posto de medição para o campus Estância

Esse serviço pretende executar a construção de um cubículo de medição atendido em 13,8kV, implementação de rede aérea em média tensão, adição de transformadores e quadros elétricos, visando atender a demanda de carga do Campus, tendo em vista a necessidade de instalação de novos equipamentos nos laboratórios, assim como climatização de ambientes. A previsão é licitar esse serviço ainda em 2017.

r) Projeto de coleta e utilização de águas pluviais do campus Estância

Comprometido com a sustentabilidade do uso das edificações, esse projeto prevê a coleta das águas pluviais dos telhados do campus Estância, às quais serão estocadas e destinadas à rega de jardins e outras funções distintas do consumo humano. A previsão é licitar esse serviço ainda em 2017 e ter sua implementação após seis meses de início das obras.

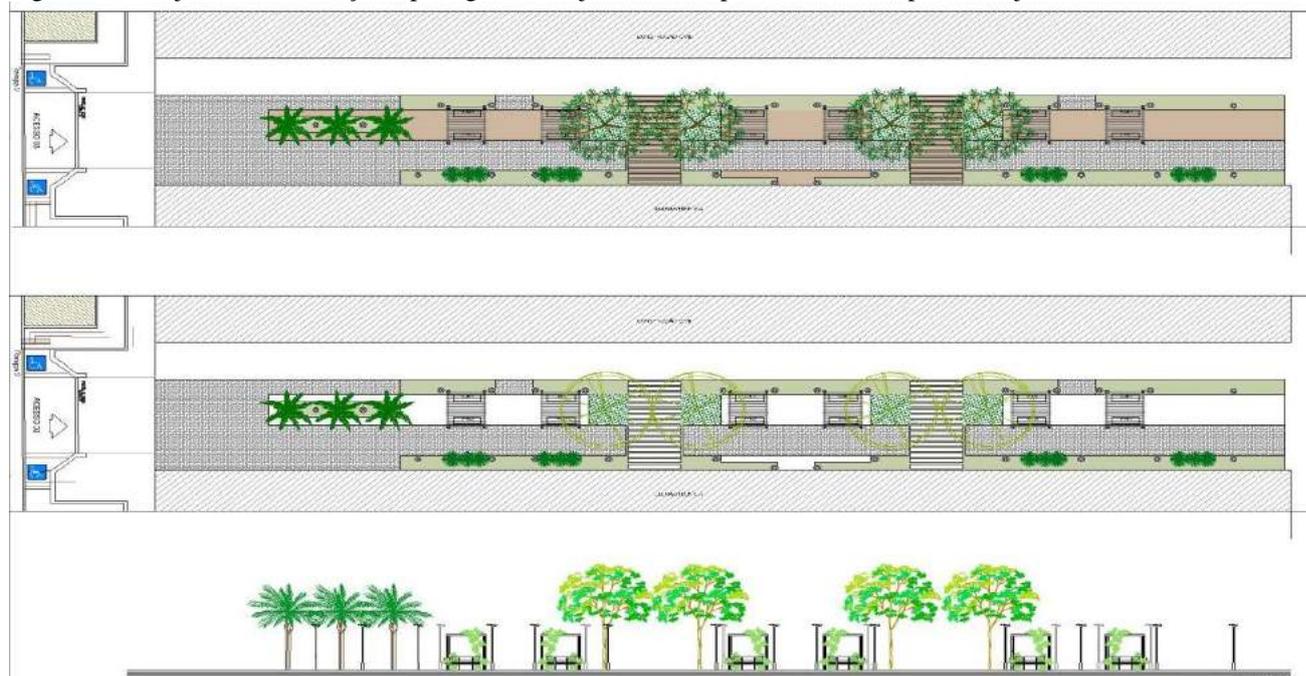
s) Projeto de reforma elétrica dos circuitos terminais dos setores do campus Aracaju

Uma vez licitado, esse serviço adequará as instalações internas dos setores didáticos e administrativos do campus Aracaju que, mesmo após a recente obra que incrementou sua capacidade energética em cerca de 1000kVA, ainda conta com seus circuitos terminais subdimensionados para atender a demanda de novos equipamentos adquiridos pelo campus. A previsão é licitar esse serviço ainda em 2017.

t) Projeto de urbanização e paisagismo dos jardins entre pavilhões do campus Aracaju

Essa ação pretende requalificar os espaços entre os pavilhões do campus Aracaju promovendo o plantio de espécimes vegetais que incrementem a qualidade da ambiência e do conforto térmico à comunidade desse campus que, diariamente, recebe mais de quatro mil usuários (entre estudantes e trabalhadores) em seus três turnos de funcionamento. A previsão é licitar esse serviço ainda em 2017.

Figura 27 – Projeto de urbanização e paisagismo dos jardins entre pavilhões do campus Aracaju



Fonte: Acervo IFS

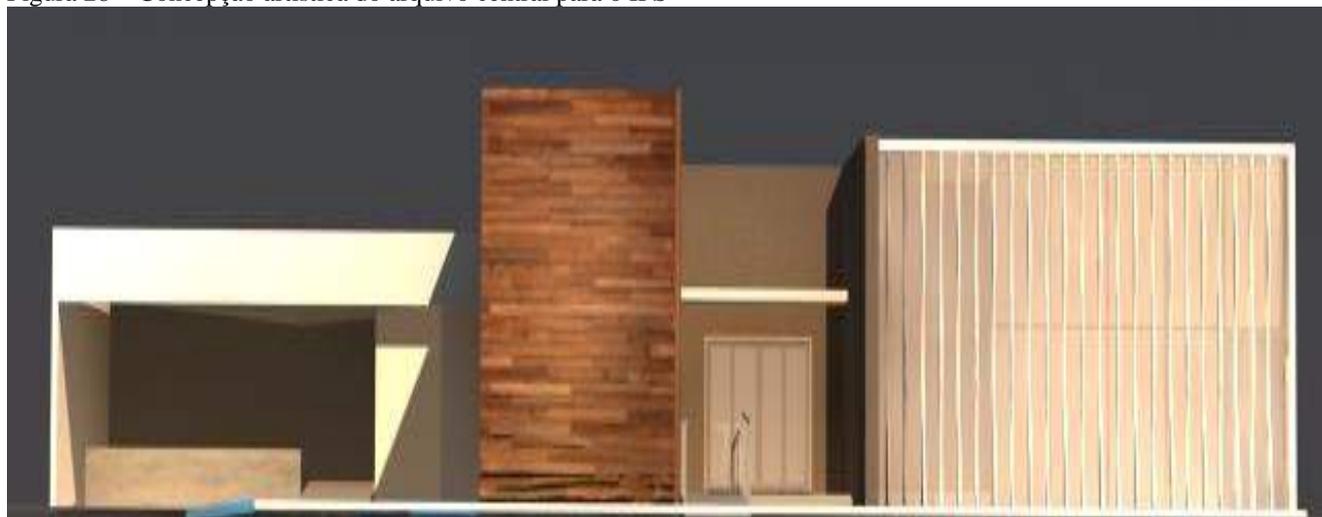
u) Projeto de reforma elétrica do campus Lagarto

Tendo em vista a obsolescência e precariedade dos equipamentos da subestação existente do Campus Lagarto, aliado a necessidade de reforma nas instalações elétricas internas para atendimento de novas cargas, esse serviço visa executar um cubículo de medição, rede aérea em média tensão, substituição do transformador, quadros de distribuição gerais e parciais. Com esta reforma, o Campus passará a contar com seis (06) transformadores, potência total de 987,5 kVA, em oposição aos atuais 500 kVA do transformador existente. A previsão é licitar esse serviço ainda em 2017.

v) Projeto de um arquivo central para o IFS

Esse projeto visa a construção de um arquivo central que armazene toda a documentação do IFS, hoje subdividida em arquivos setoriais, em muitos casos subdimensionados, nos diversos campi da instituição. O projeto situou esse equipamento no campus São Cristóvão por ser o de maior área – cerca de 800 hectares – do IFS, e prevê, entre outros, setores de armazenamento, triagem, conservação e restauro dos documentos que narram a história dessa instituição centenária. As obras ensejadas por esse projeto ainda não têm perspectiva de licitação.

Figura 28 – Concepção artística do arquivo central para o IFS



Fonte: Acervo IFS.

5.2.6.3 Investimentos do IFS no âmbito de obras e serviços de engenharia

Quadro 78 – Contratos de projetos, obras e serviços de engenharia concluídos em 2016

Item	Projeto, Obra ou Serviço	Valor (R\$)
1.1	Readequação das instalações elétricas dos campi Aracaju e São Cristóvão.	3.660.024,29
1.2	Construção do Bloco Didático IV (aulas teóricas e laboratórios) do campus São Cristóvão	5.977.870,47
1.3	Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água do campus São Cristóvão	1.634.452,52
1.4	Execução da 1ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no campus São Cristóvão	615.072,94
1.5	Construção da primeira etapa do campus do município de N. Sra.do Socorro	6.295.095,91
Total investido (R\$)		18.182.516,13

Fonte: DIPOP/IFS

Quadro 79 – Contratos de projetos, obras e serviços de engenharia em desenvolvimento em 2016

Item	Projeto, Obra ou Serviço	Valor total do contrato (R\$)
2.1	Contratação de equipe técnica multidisciplinar para fiscalizar obras e projetos de engenharia e arquitetura do IFS (exercício 2016)	2.756.325,32
2.2	Execução da 2ª etapa da urbanização com pavimentação, passeios e arruamentos no campus São Cristóvão	1.410.028,38
2.3	Construção dos alojamentos feminino e masculino, posto médico e guarita do campus São Cristóvão	6.696.524,94
2.4	Reforma e revitalização dos sanitários do campus de Lagarto	277.650,24
2.5	Reforma do ginásio poliesportivo do campus Lagarto	748.942,12
2.6	Complementação/conclusão da construção do campus de Nossa Senhora da Glória	3.809.146,55
2.7	Complementação/conclusão da construção do campus de Itabaiana/SE	6.929.653,20
2.8	Construção do Centro de Treinamento de Cães-guia no campus São Cristóvão	5.589.757,22
2.9	Obras de ampliação e reestruturação do campus Aracaju	29.129.404,43
2.10	Serviços de topografia no campus São Cristóvão	121.000,00
2.11	Construção da 1ª etapa do campus Tobias Barreto	4.233.837,71
2.12	Construção da 1ª etapa do campus de Propriá	6.568.216,74
2.13	Construção da 1ª etapa do campus do município de Poço Redondo	6.590.410,35
Total investido (R\$)		74.860.897,20

Fonte: DIPOP/IFS

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC é o instrumento de gestão que contém o diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, visando atender às necessidades tecnológicas e de informação do Instituto Federal de Sergipe - IFS, para o período 2014-2019.

Na construção do PDTIC foram observados além das diretrizes estabelecidas por diversas instruções normativas, leis, recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2019) e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI (2014-2015)⁶ do SISP.

O PDTIC define como a área de TI, representada pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos.

⁶ “A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planejamentos de Tecnologia da Informação, inclusive em atendimento ao que determina o Art. 3º. da Instrução Normativa (IN) SLTI/MP nº 04, de 12 de novembro de 2010”

“Art. 3º Em consonância com o art. 4º do Decreto nº 7.579, de 2011, o Órgão Central do SISP elaborará, em conjunto com os Órgãos Setoriais e Seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP.”

Objetivos Táticos de TI alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI/IFS e EGTI/SISP

Quadro 80 – Objetivos Táticos TI x Objetivos Estratégicos Institucionais e do SISP

OBJETIVOS TÁTICOS TI	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<p>1 - Consolidar a Expansão Do IFS Descrição: Garantir a disponibilidade de Infraestrutura de TI, adequadas às demandas decorrentes da Expansão.</p>	Ampliar a informatização de processos administrativos e acadêmicos (PEI/IFS).
<p>2 - Melhorar os processos de apoio Descrição: Prover soluções de TI que permitam a automatização e modernização da organização agregando valor na consecução de seus objetivos institucionais.</p>	
<p>3 - Aprimorar a Formação Continuada dos Servidores e Gestores de TI Descrição: Desenvolver as competências dos profissionais de TI para o melhor desempenho de suas atribuições, e aperfeiçoamento de competências para novos desafios profissionais, seja no aspecto técnico ou gerencial, visando o atendimento das demandas Institucionais.</p>	<p>Aprimorar quali-quantitativamente os quadros de pessoal de gestão de TI (EGTI 2014-2015); Ampliar as atividades de capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades e mapeamento das competências (PEI/IFS).</p>
<p>3 - Aprimorar e fortalecer a gestão orçamentária de TI Descrição: Adotar boas práticas de gestão orçamentária, aprimorando o acompanhamento do planejamento e Execução dos do orçamento de TI.</p>	<p>Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; Aprimorar e institucionalizar a gestão orçamentária e financeira de TIC (EGTI 2014-2015).</p>
<p>5 - Aperfeiçoar a Governança de TI Descrição: Fortalecer o alinhamento da TI às estratégias e objetivos do IFS, fomentando o uso de boas práticas de governança que permitam a TI agregar valor ao negócio com riscos aceitáveis.</p>	Fortalecer a governança de TI (EGTI 2014-2015).
<p>5 - Fortalecer a gestão de TI com base nas melhores práticas compartilhadas no SISP Descrição: Adotar boas práticas de gestão de TI, aperfeiçoando os processos de trabalho visando a melhoria continua dos resultados.</p>	<p>Fortalecer a governança de TI (EGTI 2014-2015); Aperfeiçoar processos e Procedimentos institucionais (PEI/ IFS)</p>
<p>6 - Fortalecer a padronização do ambiente de Tecnologia da Informação, com base nos padrões de governo definidos no e-MAG e e-PING Descrição: Fortalecer a padronização do ambiente de Tecnologia da Informação, com base nos padrões definidos no e-MAG e e-PING, priorizando condições para o uso destes padrões.</p>	Melhorar a prestação de serviços públicos, a transparência das informações e a participação social pelo uso efetivo das TIC (EGTI 2014-2015)
<p>7 - Garantir a segurança das informações Descrição: Efetivar a Política de Segurança da Informação conforme novas diretrizes da política de segurança da informação nacional implantado pelo Governo Federal – decreto n. 8.135 de 04 de novembro de 2013.</p>	<p>Garantir níveis satisfatórios de segurança da informação para sistemas governamentais (EGTI 2014-2015); Aperfeiçoar processos e Procedimentos institucionais (PEI/ IFS)</p>

Fonte: DTI

O PDTIC 2014-2019 vigente está na versão 2.2, conforme Deliberação N° 02/2016/CGTIC/IFS de 03 de maio de 2016, contando com aderência total ao modelo do SISP.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2014-2019 encontra-se disponível no link: <http://www.ifs.edu.br/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdtic>.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de TIC - CGTIC - foi criado em abril de 2014, através da Portaria N° 1.039 de 28/05/2014, como um órgão colegiado de natureza deliberativa, composto por membros das áreas finalísticas e de Tecnologia da Informação do IFS, com o objetivo de promover a entrega de valor por meio da TI e do uso estratégico da informação no Instituto.

Atribuições:

- Definir prioridades para os projetos e ações de TI;
- Auxiliar na tomada de decisão em relação aos recursos orçamentários para a viabilização da implementação dos planos;
- Deliberar sobre as estratégias, planos e políticas de TI para o IFS.

Composição:

- Reitor (Presidente)
- Coordenador Geral de Protocolo e Arquivos
- Diretores Geral dos Campi Aracaju, Estância, Glória, Itabaiana, Lagarto, Propriá, São Cristóvão, Socorro e Tobias Barreto
- Diretor de Assistência Estudantil
- Diretor de Educação a Distância
- Diretor de Planejamento de Obras e Projetos
- Diretor de Tecnologia da Informação
- Diretor Geral de Bibliotecas
- Pró-Reitor de Administração
- Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
- Pró-Reitor de Ensino
- Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
- Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão

As reuniões do CGTIC são realizadas em conjunto a reunião do colégio de dirigentes do IFS. As principais deliberações e calendário de reuniões, no ano de 2016, poderão ser consultadas através dos links: http://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf e https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/visualizar_reunioes.jsf.

Quadro 81 – Agenda de Reuniões Ordinárias 2016

Reunião	Dia	Mês	Reunião	Dia	Mês
1ª	25	Janeiro	7ª	22	Julho
2ª	26	Fevereiro	8ª	26	Agosto
3ª	30	Março	9ª	23	Setembro
4ª	28	Abril	10ª	21	Outubro
5ª	25	Maiο	11ª	29	Novembro
6ª	27	Junho	12ª	22	Dezembro

Fonte: DTI

Principais decisões tomadas pelo Comitê gestor de TI – CGTIC no exercício 2016:

- Deliberação N°01/2016/CGTIC/IFS – Aprova o Regulamento de Uso do E-mail Institucional do IFS;
- Deliberação N° 02/2016/CGTIC/IFS – Inclusão no PDTIC 2014-2019 do projeto de Implantação do Sistema Acadêmico SIGAA e descontinuidade do Q-Acadêmico;
- Deliberação N° 03/2016/CGTIC/IFS – Aprova Força Tarefa com designação de servidores para realização de laboratórios de usabilidade com os potenciais usuários do SIGAA, no âmbito do IFS no período de 09 a 11/05/2016.
- Deliberação N° 04/2016/CGTIC/IFS – Aprova a IN 01/2016/DTI que dispõe sobre a requisição e o gerenciamento de serviços de TI no IFS;
- Deliberação N° 05/2016/CGTIC/IFS – Aprova a Adesão às parcerias Educacionais “Google for Education, Office 365 Education e Microsoft DreamSpark”;
- Deliberação N° 06/2016/CGTIC/IFS – Aprova a IN 02/2016/DTI que dispõe sobre a política de armazenamento de arquivos digitais na rede de computadores do IFS;
- Deliberação N° 07/2016/CGTIC/IFS – Aprova a IN 03/2016/DTI que dispõe sobre a Política para utilização dos recursos disponibilizados através dos programas “Google for Education, Office 365 Education e Microsoft DreamSpark ou Microsoft Imagine” no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS;
- Deliberação N° 08/2016/CGTIC/IFS – Aprova o novo catálogo de serviços de TI da IN 01/2016/DTI que dispõe sobre a requisição e o gerenciamento de serviços de TI no Instituto Federal de Sergipe.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade

O quadro 82, a seguir, contém a descrição dos principais sistemas de informação da UPC.

Quadro 82 – Principais Sistemas de Informação do IFS

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S1	Boletim de Serviços (Antigo)	Disponibilizar informações institucionais em nosso website (Resoluções, Deliberações, Portarias, Diárias, Suprimentos de fundo, ...).	OUIDORIA/PROGEP/PROAD/PROEN	Fernando Fontes Santos (1673146)/ Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390)/Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)/Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736)	MÉDIA
S2	Boletim de Serviços (Novo)	Disponibilizar informações institucionais em nosso website (Resoluções, Deliberações, Portarias, Diárias, Editais, Suprimentos de fundo, Instrução Normativa,).	OUIDORIA/PROGEP/PROAD/PROEN	Fernando Fontes Santos (1673146)/Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390)/Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)/Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553) Carlson Santana Cruz (2157307)	MEDIA
S3	Geplanes	Auxiliar na Gestão Estratégica utilizando-o na fase de elaboração do planejamento estratégico da instituição através do acompanhamento dos indicadores e metas aferindo o que foi planejado e efetivamente executado conforme período especificado.	PRODIN	Silvia Letícia Abreu de Oliveira (1679827) Juciana Karla Melo Lima (1842158)	Carlson Santana Cruz (2157307) Demair de Sá Ramos (1953293)	BAIXA
S4	Intranet	Disponibilizar Espaço de acesso para sistemas e serviços da internet do Instituto Federal de Sergipe (PRAAE, Publicações, ...) e links de acesso para serviços do governo federal (Servidor Público, SiapENET, Transparência Pública).	DTI	Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MEDIA
S5	CPA	Permitir a criação de formulários personalizados para realização de pesquisas junto à comunidade do IFS, avaliação analítica e sintética das questões e geração de gráficos ilustrativos.	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	BAIXA
S6	Egressos	Realizar o acompanhamento dos egressos da instituição através do armazenamento dos seus dados para contato (nome, e-mail, telefone e link para currículo lattes) permitindo aos usuários gerar relatórios dos egressos por curso, nível do curso, atividade, empresa, entre outros.	PRODIN	Silvia Letícia Abreu de Oliveira (1679827)	Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553) Carlson Santana Cruz (2157307)	BAIXA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S7	PRAAE	Administrar o processo de recrutamento dos candidatos ao PRAAE, assim como, fornecer relatórios dos candidatos por edital – CAE e candidatos por Edital – Serviço Social	DIAE	José Franco de Azevedo (3279877)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	BAIXA
S8	Publicações	Gerenciar a submissão de eventos, artigos e projetos	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)	Fausto Bernard Melo Soares (1643126) Rodrigo Fontes Cruz (2894266)	MEDIA
S9	Moodle	Ambiente Virtual de Aprendizagem (EAD)	EAD	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	ALTA
S10	Ocomom	Sistema de abertura e gerenciamento de chamados para suporte ao usuário, assim como, gestão do inventário de hardware da instituição permitindo relacionado os bens por campi e apurar estatísticas por tipo de equipamento	DTI	Carlson Santana Cruz (2157307)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736)	MEDIA
S11	Sistema Integrado de Bibliotecas (Pergamum)	Automatizar as rotinas de uma biblioteca, permitindo o gerenciamento da catalogação dos acervos bibliográficos em MARC 21, renovação, empréstimo e devolução de livros	DGB	Salim Silva Souza (1891546)	Carlson Santana Cruz (2157307)	ALTA
S12	Periódicos Eletrônicos (OJS)	Sistema de divulgação dos Periódicos do IFS	DGB	Kelly Cristina de Oliveira (1890903)	Carlson Santana Cruz (2157307)	MEDIA
S13	Q-Acadêmico	Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do instituto: - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de Alunos de uma turma.	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Fernando Henrique Vieira Trindade (2157349) Danilo Bezerra da Silva (1944585)	ALTA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
		<ul style="list-style-type: none"> - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Emissão de declarações, carteiras de identificação, certificados e diplomas. - Gestão avançada de usuário, papéis e permissões; <ul style="list-style-type: none"> - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Configurar e gestão de Censo Superior; - Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso. - Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários. - Estatísticas por Indicadores, Sexo, Faixa Etária, Forma de Ingresso, ... 				
S14	Q-Seleção	<p>Sistema para gerenciamento de processos seletivos da instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inscrição de Candidatos; - Configuração de Questionários sócio-econômico; - Gerenciar e Administrar Provas por Curso; - Distribuição de Salas para os candidatos inscritos; - Processamento de provas em várias etapas; - Processamento de Provas Objetivas e Discursivas permitindo interpretar as folhas de respostas dos candidatos, corrigindo-as e atribuindo o total de pontos por disciplina. - Avaliação da Qualidade da prova emitindo relatórios de avaliação que identificam o grau de dificuldade, grau de discriminação e as alternativas plausíveis e as não-plausíveis. - Gerenciamento de Fiscais/Aplicadores de Prova. - Impressão de etiquetas para identificar cartões-respostas, as provas discursivas, etiquetas de carteira, os pacotes de provas e a identificação dos usuários. - Relatórios de mapas de salas, lista de frequência, atas de prova, relação de candidatos para mural, entre outros. 	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Fernando Henrique Vieira Trindade (2157349) Carlson Santana Cruz (2157307)	ALTA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S15	Questionário (Limesurvey)	Captar dados de alunos evadidos interessados no reingresso à instituição. O questionário atualmente possui 28 perguntas cadastradas no banco de questões que visam coletar dados acerca dos dados pessoais, curso, contato, motivo trancamento ou abandono do curso, interesse do discente em retornar a instituição entre outros.	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Thiago Dias Bispo (3639242) Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA
S16	- Questionário (Exibição de estatísticas)	Software para exibição de estatísticas do questionário anterior relacionando os dados coletados analiticamente e sinteticamente por campi.	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Thiago Dias Bispo(3639242) Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA
S17	Redmine	Gerenciar projetos e defeitos. Administração de múltiplos projetos e equipes. Permite criar tickets, definir tempo de trabalho para eles e atribuir à atividade para uma determinada pessoa. Permitindo que a pessoa designada seja notificada por e-mail informando detalhes sobre a atividade que ela deverá realizar.	DTI	José Augusto Andrade Filho (2163526) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553) Manuela Iris dos Santos (1087418)	Carlson Santana Cruz (2157307) Danilo Bezerra da Silva (1944585) José Eduardo Nascimento Figueiredo (2247221)	MEDIA
S18	SIGAA - >Ouvidoria	Automatizar as rotinas da ouvidoria da Instituição permitindo gerenciar o recebimento de críticas, denúncias, elogios, fornecendo informações e conhecendo as necessidades existentes. Disponibilizar relatórios geral de manifestações, listando os encaminhamentos, respostas fora ou dentro do prazo, entre outras informações. Gerar relatório de manifestações por categoria do solicitante. Gerar relatório de manifestações por status, assunto, não respondidas, unidade responsável, entre outros.	Ouvidoria	Fernando Fontes Santos (1673146) Aline de Oliveira Góes (1635971)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S19	SIGAdmin	Administrar e gerenciar os 3 sistemas integrados (SIGAA, SIGRH e SIPAC); Gerenciar entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: Usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerencia de sites e portais, dentre outras funcionalidades.	PROAD e PROGEP	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390)	Carlson Santana Cruz (2157307) Danilo Bezerra da Silva (1944585) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S20	SIGRH-> Cadastro	Gerenciar informações pessoais e funcionais dos servidores e pensionistas da Instituição. Cadastrar os servidores e seus dependentes, atualizar as informações importadas através da Fita Espelho do SIAPE, informar ausências, adicionais, designações, ocorrências funcionais, auxílio transporte, progressões e capacitações para os servidores, entre outras funcionalidades.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S21	SIGRH-> Férias	Permitir o gerenciamento das informações relacionadas às marcações de férias dos servidores da Instituição. Neste módulo é possível cadastrar, consultar, alterar, homologar ou suspender as férias dos servidores, assim como, gerar um calendário de bloqueio de férias e emitir relatórios gerenciais.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S22	SIGRH-> Auxílios/Solicitações	Permitir o gerenciamento das solicitações eletrônicas feitas pelos servidores da Instituição. Realizar solicitações de auxílio escolar, auxílio alimentação e do auxílio transporte, acompanhar o andamento, visualizar e alterar as solicitações eletrônicas.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S23	SIGRH-> Plano de Saúde	Permitir o gerenciamento das informações relacionadas às adesões a Planos de Saúde e ressarcimentos para os servidores (ativos e inativos) e pensionistas da Instituição. Efetuar solicitações de adesão e de ressarcimento para os beneficiários da Instituição, incluir ou remover os seus dependentes e agregados, desativar solicitações, autorizar as solicitações e emitir relatórios.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S24	SIGRH-> Banco de Vagas	Realizar o acompanhamento das vagas da instituição, realizando o controle de ocupação, vacância, distribuição e redistribuição das vagas institucionais, e servindo de ponto de partida para o controle dos concursos para o provimento de novas vagas e vagas que se tornaram vacantes pelo desligamento dos servidores ocupantes.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S25	SIGRH-> Concursos	Gerenciar o processo de provimento das vagas da Instituição. Gerenciar os editais, as vagas e os candidatos dos tipos de provimentos disponíveis.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S26	SIGRH-> Administração de Pessoal	Modernizar e desburocratizar as atividades da área de pessoal, simplificando os procedimentos administrativos, facilitando a gestão de pessoal e oferecendo um serviço com maior qualidade, presteza e rapidez mediante uma interface integrada para gerenciamento dos módulos do SIGRH.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S27	SIGRH-> Assistência ao servidor	Gerar relatórios sobre informações funcionais dos servidores. Gerenciar os exames médico ocupacional, informando os locais onde serão realizados, as pessoas envolvidas e emitindo cartas de convocação.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S28	SIGRH-> Dimensionamento	Permitir que o usuário tenha acesso ao organograma detalhado, força de trabalho em cada unidade, informando bolsistas, servidores e terceirizados, localizar servidores, informar a atribuição de cada setor, os processos de trabalho e a geração dos relatórios de dimensionamento.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S29	SIGRH-> Gestão por Competências	Realizar a avaliação do servidor por competência mediante o gerenciamento de escalas de avaliação, competências/mediadores, fatores, peso avaliação, assim como, visualização de relatórios de desempenho individual, servidores com auto avaliação e não avaliados pela chefia imediata, entre outros.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S30	SIGRH-> Frequência	Permitir o gerenciamento das informações relacionadas ao controle da frequência e da escala de trabalho dos servidores ativos da Instituição. Efetuar o cadastro das escalas dos servidores e emitir relatórios de frequência e das escalas.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S31	SIGRH-> Comissões	Gerenciar as comissões que julgam as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares (PADs). Auxiliando no acompanhamento dos processos e os seus prazos. Permitindo cadastrar, alterar e designar membros da comissão. Prorrogar prazo e redesignar comissão. Relatórios de correição, interessados por processos, processos por comissão.	Reitoria	Aline de Oliveira Góes (1635971) Fernando Fontes Santos (1673146)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S32	SIGRH-> Colegiados	Gerenciar os conselhos superiores de uma instituição, seus componentes e suas competências. Sendo possível administrar conselhos superiores, câmaras de conselho superior, membros de conselhos/câmaras, tipos de representações, tipos de modificações de resoluções, reuniões e relatórios gerenciais (Declaração de comparecimento em reuniões, folha de comparecimento, mapa de conselheiros, relatório de término de mandato, declaração de membro, declaração de membro com titularidade, mandato de conselheiros por conselho e representação.	Reitoria	Monica Shenia Oliveira Santos (1550878) Marta Barbosa Ferreira (1911466)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S33	SIGRH-> Financeiro	Permite o gerenciamento das funções rotineiras associadas ao financeiro dos servidores ativos, inativos e pensionistas da instituição. Efetuar o pagamento de adicional noturno, hora-extra, pagamento de cursos e concursos, entre outros.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S34	SIGRH-> Aposentadoria	Permitir a coletar de diversas informações sobre aposentadoria dos servidores, através de consultas e relatórios, assim como, simplificar as operações que envolvem as aposentadorias gerenciadas pelo DSDP.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Luiz Gustavo Costa de Oliveira da Silva (1951606)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307)	BAIXA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
		Fornecendo a possibilidade de consultar previsões de aposentadoria, cadastrar encerramento de aposentadoria, gestão de portarias, requerer contagem de tempo especial, recadastramento de pensionistas e relatórios (aposentados, previsão por unidade, relatório analítico de previsão de aposentadoria, recadastramento de aposentados, situação do recadastramento de aposentados, entre outros).			Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	
S35	SIGRH-> Capacitação	Permite gerenciar as atividades de capacitação interna e externa da instituição, incluindo o registro de instrutores internos e externos, turmas, relatórios de consolidação de turmas, inscrições de alunos de turmas, emissão de certificados de capacitação, entre outras. Emitir relatórios de participação em curso de capacitação, avaliação de impacto, certificado de cursos, módulos, consultar certificados emitidos, mapa de frequências, relatórios de inscritos, listagem de atividades adicionadas, levantamento de necessidade de capacitação, entre outras.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336)	Danilo Bezerra da Silva (1944585) Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S36	SIPAC-> Atas e Registro de Preços	Informatizar o registro de preços de materiais adquiridos ou a serem adquiridos pela instituição. Permitir o gerenciamento de atas, relatórios de empenhos, adesões de atas, entre outros.	PROAD	Reinaldo Santos Oliveira Júnior (1842453) Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S37	SIPAC-> Boletim de Serviços	Disponibilizar de forma prática e dinâmica, a solicitação e autorização para publicação de informativos e boletins de serviços da instituição.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Sílvia Letícia de Abreu de Oliveira (1679827)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S38	SIPAC-> Restaurante Universitário	Permitir gerenciar a vendas de refeições no restaurante da unidade, disponibilizando relatório de vendas por emissão de bilhetes, recarga de cartões, demonstrativo de receitas e refeições servidas (Relatório diário, financeiro, mensal, por horário, por refeição, ...).	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Alfredo Franco Cabral (48956)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S39	SIPAC-> Compras/Licitações	Automatizar as rotinas relacionados ao processo de compras da instituição, incluindo cadastro processo de compra/licitação, gestão de IRP, gerenciamento de requisições de serviços/obras, cotação de materiais, relatórios de pesquisa de preços de materiais para licitação e compras por unidade, modalidade de licitação, modalidade de licitação e fornecer, gráficos de DL ou IN por Inciso, entre outros.	PROAD	Reinaldo Santos Oliveira Júnior (1842453) Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S40	SIPAC-> Protocolo	Auxiliar na gestão documental da instituição, abrangendo o controle de processos, documentos e memorando eletrônicos com informações de registro, conteúdo, tramitações e despachos. Registrar os processos de protocolo, documentos e memorandos eletrônicos, auxiliar operações básicas de autuação, despacho, tramitação entre unidades e arquivamento.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Nadine Passos Conceição de Oliveira (2153428)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S41	SIPAC-> Auditoria e Controle Interno	Gerenciar as demandas do setor de Auditoria Interna (Audit), que estão relacionados diretamente aos relatórios de mudanças do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria Geral da União). Tais relatórios contém notificações e constatações relativas aos setores da instituição, indicando adequações e mudanças a serem realizadas em seus procedimentos.	PROAD	Giulliano Santana Silva do Amaral (1948929)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S42	SIPAC-> Catálogo de Materiais	Permitir o cadastro de materiais, solicitar um cadastro de material. Atender, negar ou retornar solicitações.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Regis Renner Vasconcelos Malta Júnior (1801640)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S43	SIPAC-> Contratos	Gerenciar atividades relacionadas aos contratos da instituição e prestadores de serviços e de materiais. Contemplando detalhes contratuais, documentação, controle de movimentação e de pagamento e relatórios de balancetes dos contratos, contratos a vencer, contratos por unidade, previsão de despesas, contratos de receitas por unidade, GRU por contratos, entre outros.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Ana Paula Maria da Silva (1134483)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S44	SIPAC-> Patrimônio	Gerenciar o registro dos materiais permanentes da instituição, permitindo o controle sobre a localização, movimentação, desfazimento e ajustes contábeis sofridos pelos bens.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S45	SIPAC-> Transportes	Prover uma melhor gestão do uso e manutenção da frota de veículos da instituição, permitindo gerenciamento acerca dos condutores, veículos, características, manutenção, deslocamentos, além dos custos decorrentes de taxas, impostos e multas.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Ider de Santana Santos (1111970)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S46	SIPAC-> Liquidação de Despesas	Gerenciar todo fluxo de negociações do processo de Liquidação de Despesa, desde a criação do processo de licitação até serem realizadas notificações aplicadas ao fornecedor, consulta de atrasos, prazos e pronunciamentos, registro de ocorrências pela entrega de produtos de baixa qualidade, penalidades e/ou multas e operações que indicam que o fornecedor tenha cumprido suas obrigações com sucesso para com o contratante quanto à entrega de produtos e realização de serviços.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Celso Tavares dos Santos (279144)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA
S47	SIPAC-> Projetos	Responsável pela gestão financeira dos projetos da instituição bem como o controle de convênios com terceiros	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S44	SIPAC-> Infraestrutura	Auxiliar a diretoria de planejamento, obras e projetos (DIPOP) na criação, análise e acompanhamento de obras, de manutenção, de projetos, de planilhas orçamentárias e de requisições de serviços.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Marcus Paulo Rosa Barbosa (1642842)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	MEDIA
S44	SIPAC-> Bolsas	Fornecer suporte a gestão da frequência mensal dos bolsistas ao local de trabalho, cadastrar pagamentos, gestão de dados bancários, folha de pagamento, geração de relatório de bolsas por curso, bolsas fora do prazo, bolsas por unidade e tipo, fonte de recurso, entre outros.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) José Franco de Azevedo (3279877)	Carlson Santana Cruz (2157307) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	BAIXA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S45	Sistema de Cadastro de Fiscal	Sistema de gerenciamento de recrutamento de Fiscal do processo seletivo	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Thiago Dias Bispo (3639242) Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA
S46	Sistema de remoção interna	Sistemas para registro de interesse em remoção interna pelos servidores do quadro efetivo da instituição.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336)	Thiago Dias Bispo (3639242) Ícaro Carlos Andrade Costa (2152402)	BAIXA
S47	Website Institucional do IFS	Fornecer informações institucionais (Notícias, Serviços, Estrutura Administrativa, Concursos, Calendários, Relatórios de Gestão, Documentos, Serviços, Sistemas,...)do Instituto Federal de Sergipe.	CCOM	Geraldo Bulhões Bittencourt Filho (2155854) Thiago Guimarães Estácio (2843517) Alexsander Acioli Palmeira (0984116)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	ALTA
S48	Website Institucional do Campus Aracaju	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações, Acompanhamento de PCMs e SSs,...) do Campus Aracaju	ASCOM Campus Aracaju	Marineide Bonfim Bastos (1081107)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S49	Website Institucional do Campus Estância	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Estância	ASCOM Campus Estância	Carole Ferreira da Cruz (2158644)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S50	Website Institucional do Campus Glória	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Glória	ASCOM Campus Glória	Andrêzza de Castro Lima (1794067)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S51	Website Institucional do Campus Itabaiana	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Itabaiana	ASCOM Campus Itabaiana	José Cicero do Nascimento (2267574)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S52	Website Institucional do Campus Lagarto	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações , ...) do Campus Lagarto	ASCOM Campus Lagarto	Demóstenes Rodrigues Varjão (2155498)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
					(1876177)	
S53	Website Institucional do Campus São Cristóvão	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações , ...) do Campus Lagarto	ASCOM Campus São Cristóvão	Natália Gomes Dantas (1778678)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S54	Website Institucional do Campus Tobias Barreto	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Tobias Barreto	ASCOM Campus Tobias Barreto	José Sérgio Filgueiras Costa (2267851)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S55	Website Institucional do Campus Propriá	Fornecer informações institucionais (Notícias, Estrutura Administrativa, Calendário, Licitações ,...) do Campus Propriá	ASCOM Campus Propriá	Joseano Lira Santos (2334709)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S56	Hotsite DTI	Fornecer informações institucionais (Sobre a DTI, Projetos, Atribuições, governança, Estrutura Administrativa, Contato, Documentos, ...) relacionadas a diretoria de tecnologia da informação do Instituto Federal de Sergipe.	DTI	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553) Manuela Iris dos Santos (1087418)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S57	Hotsite NIT	Fornecer informações acerca do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe: - Resolução do NIT, Legislação, Conceitos Fundamentais, Equipe. - Informações sobre Patente, Propriedade Intelectual, Proteção de Cultivares, Desenho Industrial, Modelo de Utilidade, Indicação Geográfica, Marca. - Editais, Formulário e Downloads. - Links para entidades Parceiras e Apoio do NIT.	NIT	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269) Rodrigo Bozi Ferrete (1564850)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S58	Hotsite PRODIN	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Sergipe: - Órgão Vinculados, Estrutura Administrativa, Contato. - PDI, NAEC e GEPLANES. - Documentos Gerais, PRODIN, PDI, PDA e Planejamento.	PRODIN	Silvia Letícia Abreu de Oliveira (1679827) Juciana Karla Melo Lima (1842158)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S59	Hotsite PROGEP	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas: - Guia do Servidor, Concursos, Capacitação, Estrutura Administrativa, Recadastramento de Servidores, Quadro de Pessoal, Remoção Interna, Banco EBTT, Quadro TAE e Legislação.	PROGEP	Diego Rodrigues da Silva Santos (1511390) Elissandra Mota dos Santos Lima (1858336) Paulo Durval Barreto de Araújo (1837133)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S60	Hotsite PROAD	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Administração: - Pregões (2011-2015), Carta-Convite (2011-2015), Concorrência (2011-2015), Cotação Eletrônica (2011-2015), Leilões (2011-2015), Tomada de Preços (2011-2015), Registro de Preços (2011-2015), Contratos (2011-2015), Boletins de Diárias e Passagens, Declaração de Rendimentos dos servidores, modelos de formulários (PCM, SS, ...), normas e manuais desenvolvidos e disponibilizados pela PROAD.	PROAD	Fernando Augusto de Jesus Batista (1596431) Regis Renner Vasconcelos Malta Júnior (180164)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S61	Hotsite PROEN	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Ensino: - Regulamentação de Organização Didática, Informações detalhadas sobre Cursos do IFS, Regulamento de Encargo Docentes, Estrutura Administrativa, Catálogo de Cursos do MEC: Superiores, Técnicos e PROEJA, Calendário Acadêmico, Comissões, PPC, Legislação, Editais, Documentos Internos e Notícias	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Cicera Izabel Ramalho (2759695) Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S62	Hotsite PROPEX	Fornecer informações acerca da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão: - Apresentação, Quem Somos, Editais, Assessoria Internacional, Projeto Editora, IFS Sustentável, Cultura e Arte, Jovem Aprendiz, Polo de Inovação, Documentos (Regulamento de Pesquisa e Extensão, Afastamento de Professor para Capacitação, Material de Consumo e Permanente), Formulários e Notícias.	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S63	Hotsite Publicações	Gerenciar informações sobre eventos, inscrições, submissões de projetos e notícias relacionadas a pesquisa e extensão da instituição.	PROPEX	Ruth Sales Gama de Andrade (1178269)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MEDIA
S64	Hotsite Comunicação	Fornecer informações acerca da coordenadoria de comunicação social e eventos da reitoria: - O que faz o setor de comunicação. - Sala de Imprensa, Manuais e Serviços. - Notícias da comunicação. - Estrutura Administrativa. - Identidade Visual e Formulários de Serviços.	CCSE	Geraldo Bulhões Bittencourt Filho (2155854) Thiago Guimarães Estácio (2843517) Alexsander Acioli Palmeira (0984116)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S65	Hotsite Processos Seletivos e Vestibular	Disponibilizar informações sobre Editais, Cursos, Provas dos processos seletivos do Instituto Federal de Sergipe. Acesso rápido a cartões de identificação, Resultados e Chamadas aos candidatos. Fornecer informações detalhadas acerca de cada curso ofertado pela instituição através de um hotsite específico.	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	ALTA
S66	Hotsite DGB	Fornecer informações acerca da Diretoria Geral de Bibliotecas: - Apresentação, Bibliotecas (Composição do Acervo e Bibliotecas/Campus), Serviços, Biblioteca Virtual, Galeria de Fotos, Missão DGB, Histórico DGB, Regulamento DGB, ABNT Coleções e Notícias	DGB	Kelly Cristina Barbosa (1890903) Salim Silva Souza (1891546)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736) Rafael Oliva de Sousa (1876177)	MEDIA
S67	Webmail Expresso	- Fornecer serviço de Webmail; - Gerenciar Calendário Eletrônico (Agenda); - Administrar Listas de Contatos;	IFS	Fernando Lucas de Oliveira Farias Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553)	Jefferson Gonzaga dos Santos (1668165) Demair de Sá Ramos (1953293)	ALTA
S68	Sistema de Gerenciamento de Atendimento - SGA	Gerenciar filas e fluxo de atendimento na prestação de serviço de atendimento presencial as pessoas. Emitir senhas e chamadas das mesmas através de painéis. Fornecer uma diversidade de informações gerenciais preciosas, através de relatórios, estatísticas e gráficos avançados sobre atendimento de uma unidade, de um grupo de unidades ou de todas elas. Possibilitando obter estatísticas	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Eric Alvim Alcântara Barbosa (1958736)	MEDIA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
		e tempos médios de atendimento por atendente, por período e por unidade, entre outras. Permitir aos gestores planejar, acompanhar, monitorar, otimizar e agilizar o atendimento aos clientes.				
S69	RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências	Gerenciar o cadastro de docentes requerentes da RSC; Disponibilizar documentos relacionados a RSC (Resolução 34/CS/2014, Manual do Avaliador RSC, Termo de Apuração, Declaração de Pagamento, ...) Permite o avaliar proceder com avaliação dos dados enviados pelo requerente da RSC	PROGEP	Jislaine Silva Santos de Menezes (3687385) José Ernestino Maciel Souza (279455) Mônica Lanza Padrão (1669005)	Rodrigo Fontes Cruz (2894266) Fausto Bernard Melo Soares (1643126)	MEDIA
S70	GLPI	Permitir gerenciamento de chamados e suporte a serviços de TI em 1º Nível, utilizando interface web ou e-mail no gerenciamento de comentários e acompanhamento do histórico de ferramenta, além de possuir integração com ferramenta de inventário de hardware e suporte a base de conhecimento, notificação de usuários e escalonamento automático de chamados e integração com SIPAC e SIGRH em algumas funcionalidades.	DTI	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Júlio César Pacheco Ribeiro (2334553) Rickson César da Cruz Silva (1951892)	Carlson Santana Cruz (2157307) Thiago Dias Bispo (3639242)	ALTA
S71	DSpace - Repositório Institucional	Gerenciar o banco de TCCs, monografias, dissertações e teses produzidas pela comunidade acadêmica do IFS	DGB	Kelly Cristina Barbosa (1890903) Salim Silva Souza (1891546)	Carlson Santana Cruz (2157307) Danilo Bezerra da Silva (1944585)	MÉDIA
S72	SIGAA -> Turma Virtual	Disponibilizar uma ferramenta de ensino complementar colocada à disposição dos docentes e discentes, sendo esta um espaço construído para ajudar no aprendizado dos discentes, criando uma extensão da sala de aula no SIGAA. Disponível nos Portais Docente e Discente, permitindo o intercâmbio virtual de informações entre discentes e docentes de uma turma.	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Júlio Cesar Pacheco Ribeiro (2334553) Uendel Santos Batista (2321866) Victor Matheus da Silva (2973470) Rodrigo Fontes Cruz (2894266) Tiago Viana de Souza (2156658)	ALTA
S73	SIGAA -> Médio/Técnico	Atender as necessidades acadêmicas do ensino técnico integrado, subsequente e concomitante através de operações	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Júlio Cesar Pacheco Ribeiro (2334553)	ALTA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
		que otimizem tanto o gerenciamento dos cursos quanto as atividades acadêmicas dos docentes e discentes da instituição		Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Uendel Santos Batista (2321866) Victor Matheus da Silva (2973470) Rodrigo Fontes Cruz (2894266) Tiago Viana de Souza (2156658)	
S74	SIGAA -> Graduação	Auxiliar às atividades intrínsecas a gestão dos cursos de graduação sob todos os aspectos, desde o momento da criação do curso e sua estrutura, bem como gerenciamento de todas as atividades do ciclo acadêmico de cursos, docentes, discentes e equipe pedagógica	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Júlio Cesar Pacheco Ribeiro (2334553) Uendel Santos Batista (2321866) Victor Matheus da Silva (2973470) Rodrigo Fontes Cruz (2894266) Tiago Viana de Souza (2156658)	ALTA
S75	SIGAA -> Mobile	Aplicativo mobile que permite aos discentes e docentes do Instituto Federal de Sergipe que utilizam dispositivos Android e iOS, permitindo rápido acesso às principais funcionalidades disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA	PROEN	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Júlio Cesar Pacheco Ribeiro (2334553) Uendel Santos Batista (2321866) Victor Matheus da Silva (2973470) Rodrigo Fontes Cruz (2894266) Tiago Viana de Souza (2156658)	ALTA
S76	Fórum Institucional	Permitir o envio de proposituras elencadas nesta dimensão do PPI/IFS-2014/2015 que serão submetidas à reavaliação, permitindo a participação de estudantes, professores e técnicos administrativos. Nortear as tomadas de decisão e retroalimentação as políticas de Ensino do IFS		Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Maria Roseneide Santana dos Santos (1089585)	Carlson Santana Cruz (2157307) Danilo Bezerra da Silva (1944585)	BAIXA

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	ÁREA	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO SISTEMA (Área do Negócio)	EQUIPE DE TI	CRITICIDADE
S77	G Suite for Education	Prover solução integrada de colaboração em sala de aula disponibilizando tamanho ilimitado para armazenamento de e-mails e armazenamento ilimitado na nuvem, incluindo os produtos Gmail, Google Drive, Google Sala de Aula, Google Hangouts, Google Site e Google AppsVault	DTI e PROEN	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Thiago Dias Bispo (3639242)	ALTA
S78	Office 365 Education	Fornecer para estudantes e professores acesso a plataforma online com softwares de alta produtividade da suíte office da Microsoft, incluindo os softwares Word, Excel, PowerPoint, Exchange Online, Sharepoint Online e OneNote	DTI e PROEN	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Thiago Dias Bispo (3639242)	ALTA
S79	Microsoft Imagine	Fornecer aos estudantes ferramentas de designer e de desenvolvedor de nível profissional da Microsoft sem custo para prover suporte a educação técnica para fins de aprendizado, ensino e pesquisa, incluindo acesso aos serviços do Azure for Microsoft Imagine, Windows Server 2008 R2, Windows Server 2012 R2 com Update, Desenvolvimento de aplicativos iOS, Android e Windows Phone com Xamarin para Alunos		Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767)	Fernando Lucas de Oliveira Farias (1953308) Thiago Dias Bispo (3639242)	MEDIA
S80	MOOC	Disponibilizar ambiente virtual de aprendizagem, ferramentas Web 2.0 que combinam elementos interativos, com testes, simuladores e fóruns.	PROEN e DEAD	Sandra Costa Pinto Hoentsch Alvarenga (2505767) Saulo Eduardo Galilleo Souza dos Santos (2678453)	Eric Alvim Alcantara Barbosa (1958736)	ALTA

Fonte: DTI

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período

O Plano de Capacitação de Tecnologia e Comunicação do IFS 2015-2019 abrange:

- Capacitações que atendam aos Eixos Temáticos para Capacitação do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - SISP;
- A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI (2013-2015), instrumento de planejamento estratégico do SISP, que definiu como objetivo estratégico: Aprimorar qualitativamente os quadros de pessoal de gestão de TI;
- Planejamento Estratégico Institucional - PEI/IFS (2014 - 2019) que definiu como objetivo estratégico: XXI. Ampliar as atividades de capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades e mapeamento das competências;
- PDTIC elaborado pelo IFS para o período de 2014-2019;
- Sugestões de capacitação feitas pelos servidores de TI, gestores das Coordenadorias Sistêmicas, das CTI's de cada *Campus* e da Diretoria de Tecnologia da Informação.

O documento segue as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica, além do disposto na Portaria GM/MP nº208, de 25 de julho de 2006, na Norma Operacional /SPOA nº04, de 7 de outubro de 2010 e na Norma Operacional /SPOA nº 01, de 24 de fevereiro de 2012.

O Plano de Capacitação de TIC 2015-2019 fora aprovado pelo Comitê Gestor de TI no dia 30/11/2015, DELIBERAÇÃO Nº 04/2015/CGTIC/IFS, disponível através do link: http://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/dti/Documentos/PDTIC/pdti_ifs_fasefinal.pdf.

Quadro 83 – Treinamentos efetivamente realizados no exercício 2016

Nº	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	SERVIDORES CAPACITADOS	INSTITUIÇÃO PROMOTORA
1.	Gestão de Segurança da Informação – NBR 27001 e NBR 27002	02	RNP
2.	Gerenciamento de Serviços de TI	01	RNP
3.	Fundamentos de Governança de TI	01	RNP
4.	Planejamento e Gestão Estratégica de TI	01	RNP
5.	Gerenciamento de Projetos de TI	01	RNP
6.	Planejamento e Projeto de Infraestrutura para Datacenter	01	RNP
7.	Gestão de Contratos de TI	04	ENAP
8.	Elaboração do Plano de Dados Abertos	02	ENAP
9.	Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	01	ENAP
10.	Ética e Serviço Público	01	ENAP
11.	Gestão da Estratégia com uso do BSC	01	ENAP
12.	Introdução à Gestão de Projetos	01	ENAP
13.	Curso de Planejamento, Metodologia de Auditoria e Gestão de Risco no Setor Público	01	IFS e ABOP
14.	Colóquio IFS: Práticas de Gestão Orçamentária dos Institutos Federais	01	IFS
15.	Formação para Gestão e Suporte em Serviços de TI – 1º Nível	22	IFS
16.	I Ciclo de Treinamentos do SIGAA – Administração do Sistema	09	SIG SOFTWARE
17.	I Ciclo de Treinamentos do SIGAA – Ciclo Acadêmico I no SIGAA	07	SIG SOFTWARE
18.	Curso de Formação para Administração dos Recursos dos Programas Educacionais	13	IFS
19.	Desenvolvimento Mobile com Xamarin	14	IFS
TOTAL DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO 2016		84	

Fonte: DTI

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários

Quadro 84 – Força de Trabalho de TI

Força de Trabalho de TI	Total	Reitoria	Campus									
			Aracaju	São Cristóvão	Lagarto	Estância	Gloria	Itabaiana	Socorro	Propriá	Poço Redondo	Tobias Barreto
Quantitativo total da força de trabalho existente (real) em TI. (Lotação de Exercício: 30 TTI + 8 ATI + 2 TE + 10 TLAB + 1PV + 1AA)	53	27	6	4	4	3	2	3		2		1
Quantitativo de servidores / empregados públicos efetivos da carreira de TI da unidade (30 TTI + 8 ATI)	38	20	5	3	1	1	2	3		2		0
Quantitativo de servidores / empregados públicos efetivos de outras carreiras da unidade (2 TE + 10 TLAB + 1PV + 1AA)	14	7	1	1	3	1	0	0		0		1
Quantitativo de servidores / empregados públicos efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0	0	0	0	0	0	0	0		0		0
Quantitativo de servidores / empregados públicos efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0	0	0	0	0	0	0	0		0		0
Quantitativo de estagiários	1	0	0	0	0	0	0	0		1		0
Quantitativo de terceirizados que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado	3	3	0	0	0	0	0	0		0		0
Quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição (1 TTI + 1 ATI)	2	1	1	0	0	0	0	0		0		0

Legenda:

ATI - Analista de Tecnologia da Informação

TLAB - Técnico de Laboratório / ÁREA

TE - Técnico em Eletroeletrônica

TTI - Técnico de Tecnologia da Informação

PV - Programador Visual

AA - Assistente Administrativo

Fonte: DTI

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), órgão do IFS responsável pelo fornecimento de serviços de TI, deve prover os serviços que atendam aos processos administrativos do Instituto, bem como oferecer e manter infraestrutura e serviços às diversas áreas de atuação, tais como: ensino, pesquisa e extensão, além de vários serviços que o IFS disponibiliza para o público em geral. O conjunto desses serviços ofertados pela DTI abrange todas as áreas de atuação do Instituto, o que exige uma gestão aprimorada de sistemas e infraestrutura de TI que garanta a disponibilidade permanente dos serviços.

A implantação de uma Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação, fundamentada nas melhores práticas da biblioteca ITIL – Information Technology Infrastructure Library, compreendendo uma solução que atenda as disciplinas ITIL com gestão e controle de estações de trabalho (Inventário, Distribuição e Atualização de Softwares) e os serviços necessários à sua plena implementação na instituição, está prevista em nosso PDTIC 2014-2019, contudo, a sua consolidação foi reprogramada para 2017-2018.

Como alternativa ao exposto acima e visando maior celeridade e gestão nos chamados recebidos, a DTI passa utilizar GLPI e Readmine, duas soluções de software livre para WEB, que oferecem os seguintes recursos:

- Sistema de Autenticação integrado LDAP que permite aos usuários do novo sistema adotarem o mesmo login e senha já utilizados nos sistemas SIG (SIPAC, SIGRH, SIGPP ou SIGAdmin);
- Notificações dos usuários a cada atualização do chamado, incluindo seu encaminhamento ou alteração de status;
- Possibilidade do usuário avaliar a solução proposta pela equipe de DTI podendo aprovar ou recusar;
- Escalonamento automático dos chamados para equipe de TI de sua unidade, desta forma, o chamado é direcionado automaticamente para CTI de cada campus através da identificação pelo sistema da unidade de lotação do servidor autor do chamado;
- Consulta ao histórico de chamados;
- Pesquisa de Satisfação;
- Possibilidade de Adicionar comentários ao chamado utilizando a interface web ou e-mail;
- Geração de Relatórios Analíticos e/ou sintéticos dos chamados coletados;
- Gestão de Base de conhecimento hierárquico baseados nos chamados encerrados.

Informações acerca do GLPI, READMINE e catálogo de serviços podem ser encontradas nos links abaixo:

- <https://aplicacoes.ifs.edu.br/suporte/>
- <https://aplicacoes.ifs.edu.br/dokuwiki/doku.php?id=sistemas:glpi>
- <https://tarefas.ifs.edu.br/>
- <http://www.ifs.edu.br/catalogos-de-servicos>

Resoluções e Instruções normativas:

- Resolução N° 08/2016/CGTI - Aprova novo Catálogo de Serviços de TI
- Instrução Normativa N° 01/2016/DTI - Dispõe sobre a requisição e o gerenciamento dos serviços de TI no Instituto Federal de Sergipe

Figura 29 – Números de Chamados 2015-2016



Fonte: GLPI v9.1, Janeiro/2017

Figura 30 – Chamados por Grupo – Exercício 2016

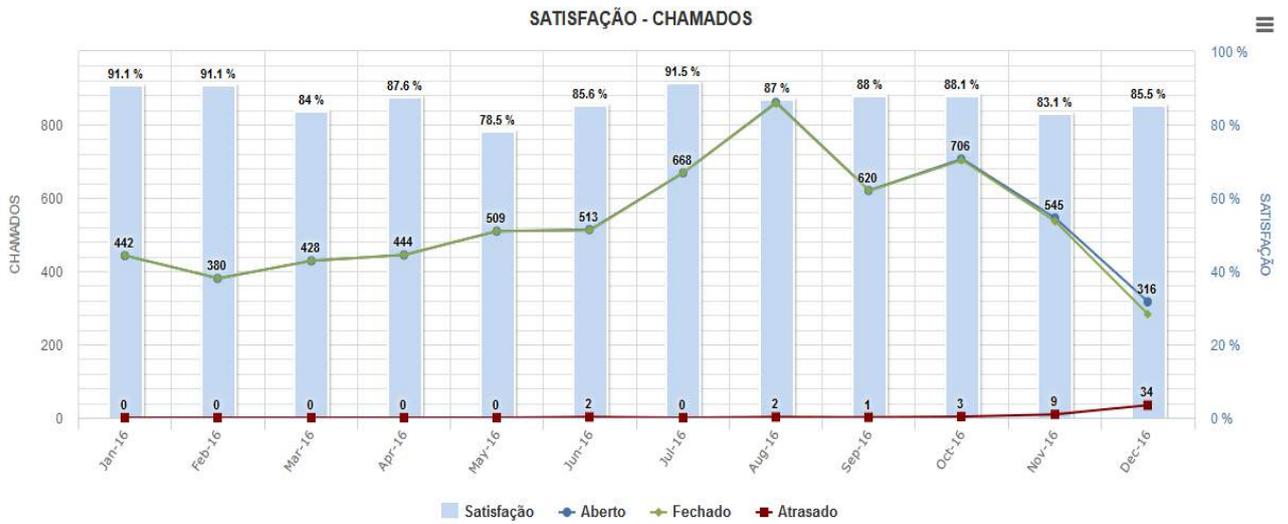
Ator : Requerente Técnico Todos

Show entries Copiar Imprimir Exportar

Grupos	Chamados	Aberto	Solucionado	Fechado	% Fechado
CTI - Aracaju (16)	1072	34	1	1037	96.8 %
CTI - Reitoria (22)	734	0	0	734	100 %
CTI - Glória (18)	733	0	0	733	100 %
CTI - Lagarto (20)	716	0	0	716	100 %
CTI - Itabaiana (19)	677	0	0	677	100 %
Equipe do SIPAC (5)	589	3	0	586	99.5 %
Equipe do Acadêmico (3)	397	5	0	392	98.7 %
DTI - CMSTI (23)	364	0	0	364	100 %
CTI - Estância (17)	328	2	0	326	99.4 %
CTI - São Cristóvão (21)	310	7	1	302	97.7 %
Equipe do SIGRH (4)	300	0	0	300	100 %
CTI - Pronatec (24)	205	1	0	204	99.5 %
CTI - Tobias Barreto (37)	179	0	0	179	100 %
CTI - Propriá (36)	123	0	0	123	100 %
Equipe do SIG (1)	109	1	0	108	99.1 %
Equipe do Website (32)	85	0	0	85	100 %
Equipe CTEL (34)	67	0	0	67	100 %
DTI - COSEG (45)	37	0	0	37	100 %
Equipe do PRAAE (25)	35	0	0	35	100 %
Equipe do GLPI (29)	33	0	0	33	100 %

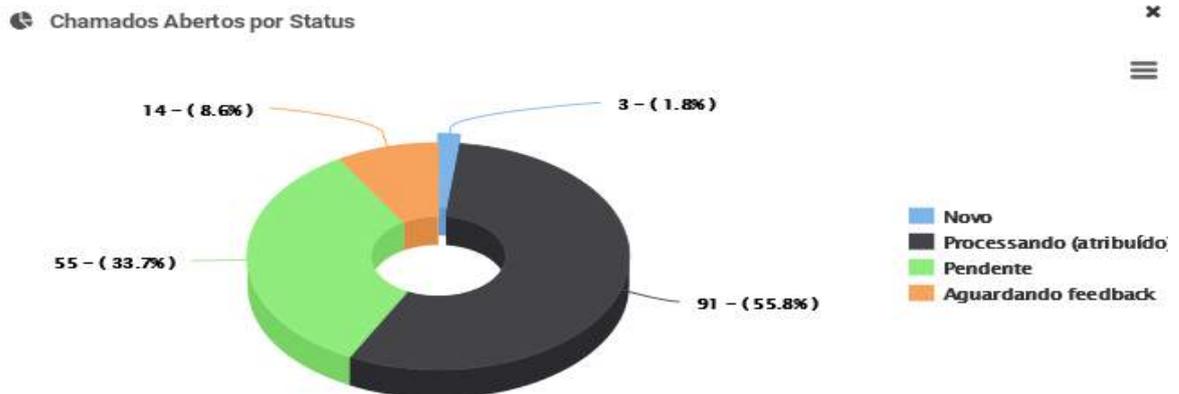
Fonte: GLPI v9.1, Janeiro/2017

Figura 31 – Gráfico Chamados por Grupo – Exercício 2016



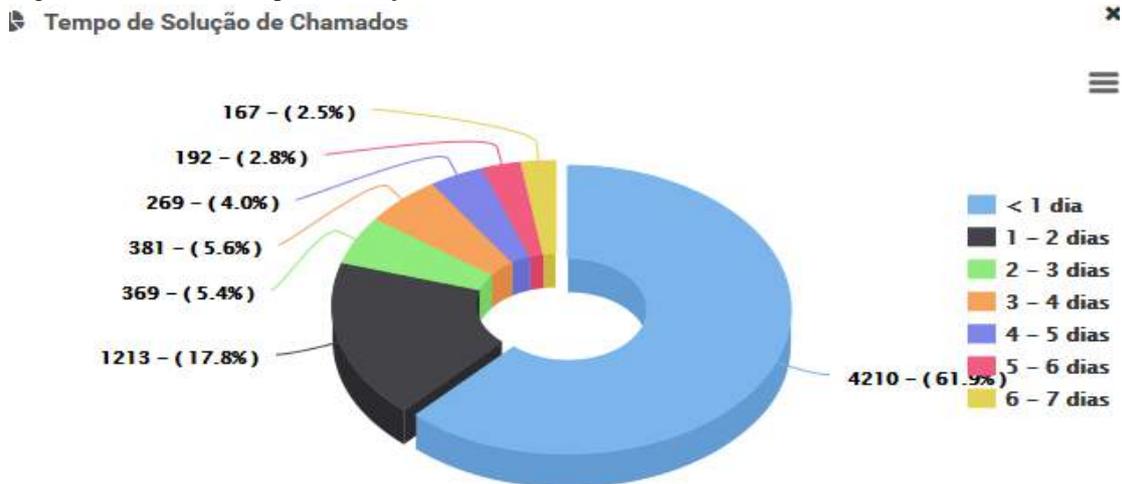
Fonte: GLPI v9.1, Janeiro/2017

Figura 32 – Gráfico Chamados Abertos por Status – Exercício 2016



Fonte: GLPI v9.1, Janeiro/2017

Figura 33 - Gráfico Tempo de Solução de Chamados – Exercício 2016



Fonte: GLPI v9.1, Janeiro/2017

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

Quadro 85 – Objetivos Táticos x Projetos de TI

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados (R\$)	Valores Despendidos (R\$)	Prazo	Observações
Consolidar a Expansão do IFS	Ampliar a velocidade do link de Itabaiana	100%	100%	84.000,00	45.333,16*	Dez/16	Link da RNP de 20Mbps (Sem custos para o IFS) Link Backup BR27 10Mbps
	Ampliar a velocidade do link de Glória	100%	100%	84.000,00	69.560,04*	Dez/16	Upgrade no Enlace da BR27 de 10Mbps para 20Mbps
	Implantação de link redundante para Reitoria, Pronatec e Glória	100%	75%	84.000,00	0,00	Dez/17	Reprogramado para 2017 em virtude do contingenciamento de recursos em 2016 no orçamento da RNP para Campus Glória.
	Elaboração da política de renovação do parque tecnológico do IFS.	100%	20%	-	-	Dez/17	Reprogramado para 2017.
	Elaboração da política de renovação do parque Sistemico/Software do IFS.	100%	20%	-	-	Dez/17	Reprogramado para 2017.
	Implantação de Sistema de Telefonia VOIP	100%	100%	2.500,000	113.854,00	Dez/16	Implantação de Solução open-source baseada em Elastix
	Implantação do sistema de monitoramento e localização dos ativos de rede e de servidores em todos os Campi	100%	50%	-	-	Dez/17	Implantação da solução Zabbix para monitoramento dos servidores ativos de rede e de servidores no Datacenter, pendente integração nos campi
	Integração dos AP's a controladora	100%	100%	-	-	Dez/16	Pendente integração dos campi Tobias Barreto e Glória

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados (R\$)	Valores Desprendidos (R\$)	Prazo	Observações
	Mapeamento da topologia dos servidores de rede e serviços disponíveis na Instituição e suas tecnologias bem como equipe técnica de operação	100%	100%	-	-	Dez/16	Consolidação Reprogramada para 2017
	Implantação dos Serviços de Impressão e Digitalização	100%	100%	129.799,78	129.799,78	Dez/16	Contrato N° 05/2016 "Ilhas de Impressão"
	Renovação do parque tecnológico mediante vencimento das garantias	100%	100%	500.000,00	2.099.500,00	Dez/16	Contrato N° 29/2016 Aquisição de 500 Microcomputadores DELL Optiplex 7040 SFF BTX
	Contratação de Serviços de instalação cabeamento estruturado para Campus Socorro	100%	100%	77.920,00	77.920,00*	Mar/17	Contrato n° 32/2016
	Contratação de Serviços de instalação cabeamento estruturado para Campus Itabaiana	100%	100%	596.259,20	596.259,20*	Mai/17	Contrato n° 32/2016
	Contratação de Serviços de instalação cabeamento estruturado para Campus Lagarto	100%	100%	733.298,00	733.298,00*	Mai/17	Contrato n° 04/2017 Empenhado em 2016
	Renovação de parque sistêmico mediante vencimento das Licenças dos softwares	100%	100%	50.000,00	389.926,67	Dez/16	Contrato n° 28/2016 Licenças Microsoft Contrato n° 22/2016 Licenças CorelDRAW X8 Contrato n° 31/2016 Licenças Adobe CC

Objetivo Tático	Projeto	Previsto	Realizado	Valores Orçados (R\$)	Valores Desprendidos (R\$)	Prazo	Observações
Melhorar Processos de Apoio	Implantação do módulo Graduação do SIGAA	100%	100%	45.000,00	45.000,00	Ago/16	Contrato N° 08/2016
	Implantação do módulo Ambiente Virtual de Aprendizado do SIGAA	100%	100%	28.000,00	28.000,00	Ago/16	Contrato N° 08/2016
	Implantação do módulo Pesquisa do SIGAA	100%	80%	25.894,00	-	Nov/16	Entrada em produção reprogramada para 2017
	Implantação do módulo Produção Intelectual do SIGAA	100%	80%	18.000,00	-	Nov/16	Entrada em produção reprogramada para 2017
	Implantação do módulo Extensão do SIGAA	100%	80%	25.894,00	-	Dez/16	Entrada em produção reprogramada para 2017
	Migração de Dados do sistema Q-Acadêmico para SIGAA	100%	100%	44.483,00	-	Dez/16	Contrato N° 08/2016
Fortalecer a gestão de TI com base nas melhores práticas compartilhadas no SISP	Elaboração da Formalização da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TI	100%	100%	-	-	Jun/16	Aguardando aprovação do CGTI
Garantir a Segurança das Informações	Implantação de solução de antivírus nos campi do IFS	100%	100%	72.000,00	72.000,00	Ago/16	Contrato n° 13/2016 2000 Licenças Kaspersky Endpoint Security for Business SELECT
	Implantação da Storage para consolidação da política de backup	100%	100%	380.000,00	380.000,00	Dez/16	Contrato N° 09/2016
Aperfeiçoar a Governança de TI	Elaboração do PDTIC (Acompanhamento da execução do Plano)	100%	100%	-	-	Dez / 2019	-

Fonte: DTI

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

- Implantação de Solução de Telefonia VoIP Open-source que permitiu ao IFS reduzir em quase R\$ 250mil por ano seus custos com Telefonia e padronizou 100% parque com Telefonia IP através do Elastix, bem como encerramento definitivo de contratos de soluções proprietárias providas pelas empresas SIGMAFONE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Contrato nº 17/2012) e a INSTANT SOLUTIONS TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA – EPP (Contrato nº 46/2013).
- Visando mitigar eventual dependência tecnológica com a empresa ESIG na prestação de serviços técnicos na área de TI para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos Sistemas Integrados de Gestão – SIG (SIGRH, SIPAC, SIGAA e SIGAdmin) no Instituto Federal de Sergipe fora inclusa no contrato nº 08/2016 a cláusula, transcrita abaixo:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Conforme a Instrução Normativa SLTI/MP Nº 4/2010, a empresa contratada deverá capacitar os profissionais da Coordenação de Sistemas da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI por meio da transferência do conhecimento e tecnologias utilizadas no processo de implantação do SIG-UFRN através dos relatórios técnicos gerados. Isto visa manter a continuidade dos serviços em caso de finalização do contrato ou não disposição de recursos financeiros para abertura de novas ordens de serviços.”

5.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 86 – Principais sistemas de informações

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	MANUTENÇÃO		DESENVOLVIMENTO			AVALIAÇÃO DE RISCOS	
			TIPO (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais (R\$)	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento (R\$)	Risco	Medida Mitigadora
1	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC	<p>Informatizar os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). Automatizar os almoxarifados (centrais e setoriais), todo o controle patrimonial, as compras e licitações, o controle de atas e pedidos em registros de preços, o acompanhamento de entrega de empenhos (liquidação), o controle de obras e manutenções de bens imóveis, a aquisição de livros pela biblioteca, as faturas de água e energia, o controle dos contratos e convênios celebrados, o fluxo de processos e documentos eletrônicos, o registro e pagamento de bolsistas, o acompanhamento das despesas com automóveis e combustíveis. Disponibilizar portais de informações para os pró-reitores, para a auditoria interna e para a fundação.</p>	Terceirizada	504.000,00		Não		Redução Orçamentária	Reduzir escopo da demanda
								Falta de conhecimento técnico da CONTRATADA	Cancelar contrato e contratar outra empresa
								Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
								Não cumprimento dos prazos acordados	Aplicar sanções previstas em contrato
								Implantação de módulo defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
								Customização de funcionalidade com requisito faltando	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
								Desenvolvimento de nova funcionalidade fora dos requisitos	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	MANUTENÇÃO		DESENVOLVIMENTO			AVALIAÇÃO DE RISCOS	
			TIPO (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais (R\$)	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento (R\$)	Risco	Medida Mitigadora
									correção do serviço
								Ausência de pessoal suficiente para continuidade do negócio	Contratar via licitação empresa para prestar apoio técnico de TI
								Migração de dados defeituosa	Aplicar sanções previstas em contrato e exigir correção do serviço
2	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH	Informatizar os procedimentos de recursos humanos e planejamento, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, plano de gestão e metas, dentre outro						Alta rotatividade de gestores	Publicação de Portaria ou Instrução Normativa que institua a obrigatoriedade do gestor atual realizar a transferência de conhecimento

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	MANUTENÇÃO		DESENVOLVIMENTO			AVALIAÇÃO DE RISCOS	
			TIPO (Própria/ Terceirizada)	Despesas Anuais (R\$)	(Sim/ Não)	Prazo	Orçamento (R\$)	Risco	Medida Mitigadora
3	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA	Informatizar os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do SIPAC também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações lato sensu, stricto sensu e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).			Sim	Dez/18	372.083,74		par novo gestor da unidade.
4	Q-Acadêmico e Q-Seleção	<p>Sistema para gerenciamento de informações acadêmicas do instituto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de Professores, Alunos, Funcionários, Estagiários e Colaboradores Externos; - Gerenciamento de Diários de Classe, Notas, Faltas, Questionários, Histórico de Empréstimos, entre outros. - Horários de Aula e Reserva online de recursos. - Caixa de Mensagens, Questionários, Matrizes Curriculares, Seleção de FAQs; - Mapa de Notas e Faltas de Todas as disciplinas de 	Terceirizada	275.463,67		Não	Não cumprimento dos prazos acordados	Aplicar sanções previstas em contrato	
							Redução Orçamentária	Reduzir escopo da demanda	

ID	SISTEMA	OBJETIVOS DO SISTEMA	MANUTENÇÃO		DESENVOLVIMENTO			AVALIAÇÃO DE RISCOS	
			TIPO (Própria/Terceirizada)	Despesas Anuais (R\$)	(Sim/Não)	Prazo	Orçamento (R\$)	Risco	Medida Mitigadora
		<p>Alunos de uma turma.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visualizar horário individual, boletim escolar, informações sobre estágio, histórico escolar, material de aula, questionários pelo aluno. - Emissão de declarações, carteiras de identificação, certificados e diplomas. - Gestão avançada de usuário, papéis e permissões; <ul style="list-style-type: none"> - Auditoria de Logs, sessões e exceções; - Configurar e gestão de Censo Superior; - Mapas de Salas e Estatísticas Estrutura do Curso. <ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de Diários de Classe, Diários Entregues, Listagem de Diários, Professores, Funcionários. - Estatísticas por Indicadores, Sexo, Faixa Etária, Forma de Ingresso, ... 						Falta de conhecimento técnico da CONTRATADA	Cancelar contrato e contratar outra empresa
5	Webmail Expresso V3	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer serviço de Webmail; - Gerenciar Calendário Eletrônico (Agenda); - Administrar Listas de Contatos; 	Terceirizada	179.520,00				Descontinuidade da atuação do fornecedor	Realizar nova contratação
								Decretação de recuperação judicial ou falência da empresa CONTRATADA	Prever no edital cláusula de garantia de repasse do código fonte e da transferência de tecnologia
								Atrasos no pagamento dos serviços realizados	Abertura de negociação com a empresa CONTRATADA
								Treinamento técnico insuficiente ou inadequado	Capacitar à equipe técnica

Fonte: DTI

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

De janeiro a meados de julho de 2016, a PROPEX junto com o diretor do Departamento de Projetos Acadêmicos (DPA) fizeram várias visitas a todos os Campi do IFS. Por exemplo, no Campus Aracaju, foram visitadas seis (06) coordenadorias: Coordenação de Segurança no Trabalho (COSSET), Coordenação de Gestão de Turismo (CGT), Coordenação de Hospitalidade e Lazer (COHL), Coordenação de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Coordenadoria de Química (COQUI), Coordenação de Alimentos (COALI), Coordenação de Licenciatura em Química (COLIQUI) e Coordenação de Engenharia Civil (COEC). Nestas visitas, foi ressaltada a importância da adoção de práticas de sustentabilidade dentro das coordenadorias e no IFS em geral. No momento em voga foram distribuídos copos retráteis aos servidores lotados nestas coordenadorias e nas outras coordenadorias de todos os campi.

Foi iniciado no ano de 2016 a confecção do Plano de Gestão em Logística Sustentável do Instituto Federal de Sergipe a partir do que rege o Programa 'IFS Sustentável', presidida pela PROPEX, através do Departamento de Projetos Acadêmicos (DPA). O Plano de Gestão tem como meta envolver todos os setores administrativos e acadêmicos da instituição, numa estrutura multicampi.

Inicialmente, o Departamento de Projetos Acadêmicos redigiu um documento que tem como objetivo desenvolver um conjunto de iniciativas socioambientais pensadas e geridas pelo IFS à promoção do uso racional de recursos e a incorporação de práticas de sustentabilidade na cultura da instituição. Neste documento, também foram listados exemplos de campanhas de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais, além de uma tabela com materiais comuns de natureza sustentável para uma possível aquisição destes materiais através das licitações do Instituto.

Para as demais etapas da elaboração do Plano de Gestão Logística Sustentável serão consideradas as seguintes etapas:

- a) contribuição da comunidade acadêmica do IFS;
- b) contribuições da comissão Gestora a ser criada por Portaria com a participação de representantes dos seguintes setores (PRODIN, PROAD, PROEN, PROPEX, Biblioteca, Licitação, Patrimônio, Comunicação), além da participação de docentes que trabalhem com o tema sustentabilidade e/ou meio ambiente;
- c) Nomeação de comissões locais em cada campus, envolvendo docentes, discentes técnicos administrativos e colaboradores para o desenvolvimento das ações.

O item a) foi finalizado já no ano 2016, estando em processo de consolidação das informações. Além disso, o IFS disponibilizou a versão inicial do Plano de Gestão Logística Sustentável no site da instituição e informou que a comunidade interna e externa poderia contribuir com sugestão para a confecção deste documento. No ano de 2017 o Plano de Gestão Logística Sustentável será concluído.

A publicação do Programa IFS Sustentável está amparada na página da instituição, podendo ser acessado no menu à direita do hot site da Propex ou através do link <http://www.ifs.edu.br/propex/index.php/ifs-sustentavel1>.

O IFS ainda não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas sempre realizou ações pontuais, desenvolvidas pelos servidores com o objetivo de colaborar com a questão sustentável, essa ação despertou interesse em outros servidores que começaram a apresentar projetos de sustentabilidade dentro dos editais dos programas institucionais, a saber, PIBIC e PIBEX dentre outros.

Em paralelo, a instituição preocupada com a importância do tema buscava promover palestras e eventos institucionais, os quais tinham como foco a sensibilização de toda comunidade quanto ao tema Sustentabilidade.

No IFS ainda não ocorre de forma sistemática a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe

o Decreto 5.940/2006. Contudo há projeto para receber descartes de equipamentos eletrônicos e iniciativas inovadoras nos campi.

Há de se considerar que no início do ano de 2014, além da sensibilização, o IFS começou a mobilização efetiva e criou através da portaria nº 1.337 de 05 de junho de 2014, um Programa Socioambiental “IFS Sustentável”, com o objetivo de implantar ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais e financeiros e, que minimizem os impactos ao meio ambiente provocados pelas diversas atividades no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, o qual houve divulgação e sensibilização em todos os campi.

Na busca de ampliar o estímulo, o Instituto convidou a senhora Catarina Selada, da empresa de Portugal para palestra sobre “Cidade Inteligente” e foi publicada a portaria nº 2.608 de setembro de 2015 para trabalhar essa questão, diversos trabalhos foram submetidos no Evento de Cidade Inteligente no Chile e na Costa Rica e aprovados e publicados por docentes do IFS.

Em dezembro de 2016, o IFS através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, a UPC lançou um edital específico visando fortalecer a Sustentabilidade, além de editais de pesquisa, extensão e inovação já existentes, que também viabiliza a Sustentabilidade.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Aracaju**

O Campus Aracaju possui iniciativas na área, atuando na coleta seletiva dos resíduos recicláveis descartados, o qual possui Termo de Compromisso assinado com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju – CARE, CNPJ nº 03.776.659/0001-22, realizado com fundamento no Decreto n.º 5.940/2006. Além disso, o referido campus possui uma Comissão responsável pelo acompanhamento desta atividade, designada pela Portaria nº 0836 de 28 de março de 2014.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Lagarto**

O Campus Lagarto também vem desenvolvendo ações de sustentabilidade, ao instituir comissões de apoio com vistas a verificar a possibilidade de aproveitamento, conserto e avaliação de bens servíveis e a destinação correta de bens inservíveis, visando os aspectos de economicidade e atenção a legislação vigente.

Outras iniciativas vêm sendo adotadas pelo Campus Lagarto, a exemplo da redução do uso de copos descartáveis e sensibilização para redução do consumo de energia elétrica. As figuras a seguir apresentam sensibilização via cartaz-padrão da A3P e banner do projeto Laboratório de Empreendedorismo e Sustentabilidade.

Figura 34 – Sensibilização sobre práticas de sustentabilidade



Fonte: Campus Lagarto

Mensalmente os valores relativos ao consumo de água e energia elétrica do Campus são analisados, como parte do Projeto Esplanada Sustentável no sistema SISPEs (Sistema do Projeto Esplanada Sustentável) de acordo com o art. 2º da Portaria n. 23, de 12 de fevereiro de 2015, direcionado ao gerenciamento de despesas dos órgãos públicos federais.

Observando os valores relativos à energia elétrica percebe-se o aumento do consumo nos meses com maior utilização de equipamentos dos laboratórios devido à demanda das atividades didáticas. Como forma de mitigar estes impactos e de sensibilizar a comunidade interna, os servidores procuram fomentar a adoção de alguns hábitos que propiciam a redução das despesas com energia elétrica e a vida útil dos equipamentos, como desligar os aparelhos e luzes quando não estiver utilizando.

Nota-se também a instalação de postes para captação de energia solar que encontra-se em fase de estudo.

Figura 35 – Poste para aproveitamento de energia solar.



Fonte: Campus Lagarto

Em relação ao consumo de água, alguns projetos de pesquisa de professores procuram otimizar o aproveitamento/reutilização, a exemplo da iniciativa que mensura e reutiliza a água que seria desperdiçada no funcionamento dos aparelhos de ar condicionados.

Figura 36 – Projeto de reaproveitamento de água



Fonte: Campus Lagarto

Iniciativas realizadas no campus também colaboram para o uso racional de materiais de consumo, a exemplo da utilização de copos descartáveis, substituíveis por copos reutilizáveis, o que necessita em grande medida da conscientização da comunidade interna visando à redução do uso de materiais descartáveis.

A falta de coleta seletiva e de cooperativas de reciclagem na cidade de Lagarto configuram-se como obstáculos para implementação de mais iniciativas socioambientais, o que impossibilita a

separação e destinação correta dos resíduos e seu possível aproveitamento até o momento, como indica o Decreto Federal n. 5.940/2006.

A solicitação de trabalhos via internet, utilizando-se sistemas e redes disponíveis também reduzem consideravelmente a produção de trabalhos escolares impressos e apostilas.

A realização de eventos que abordam a temática ambiental também podem ser consideradas como experiências exitosas, por fomentar a reflexão e mudanças positivas neste âmbito.

Figura 37 – Evento “Diálogos ambientais” realizado na semana do meio ambiente/2016



Fonte: Campus Lagarto

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Propriá**

O Campus Propriá não possui, atualmente, uma Gestão ambiental e de sustentabilidade consolidada, mas busca nas pequenas ações mudar este cenário e garantir o desenvolvimento da instituição com práticas menos nocivas ao meio ambiente.

Neste sentido, o campus:

- Faz uso de folhas recicladas e reutiliza o verso das folhas para rascunho;
- Realiza impressões em folha dupla (utilizando frente e verso);
- Iniciou campanha de conscientização do uso racional dos recursos na unidade em 2015, cujos cartazes encontram-se espalhados pelo Campus Propriá.

Como ação para 2017, a unidade conscientizará para a separação das folhas de papel e garrafas para descarte dentre as cooperativas e associações que desejem receber este material para reciclagem.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus São Cristóvão**

O campus São Cristóvão está em processo de chamada pública para contratação de empresa de recolhimento de materiais inservíveis e recicláveis. Como iniciativas, o campus já possui coletores para material reciclável em suas didáticas.

- **Gestão ambiental e sustentabilidade no Campus Tobias Barreto**

No Campus Tobias Barreto busca-se fazer algumas ações diárias e/ou esporádicas para garantir a produção com respeito aos recursos, como por exemplo:

- Conscientização dos servidores para desligar luzes em ambientes vazios;
- Água dos ares-condicionados descartados diariamente na grama da área externa após serem alocados em garrações de água mineral inutilizado devido à validade dos mesmos;
- Apenas uma impressora em funcionamento;
- Conscientização dos servidores para imprimir apenas o material necessário;
- Verificação semanal dos vasos sanitários para evitar vazamentos de água.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços

No IFS os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e na contratação de serviços ou obras no IFS são balizados pelo programa “IFS sustentável”, bem como encontra respaldo na Constituição Federal, na lei 8.112/93, na IN 01/2010 do MPOG e demais legislações correlatas.

As licitações do Campus Aracaju, por exemplo, são realizadas buscando materiais com especificação que possuam selo PROCEL Classe A, que respeitem o meio ambiente, utilizando madeiras de reflorestamento, com baixo consumo de energia e de água. Além da adequada descaracterização de lâmpadas fluorescente e de vapor matálico, evitando o descarte inadequado de gases e substâncias no meio ambiente.

No campus Aracaju do IFS, as licitações são realizadas usando como referência os modelos de editais da AGU – Advocacia Geral da União, os quais são referência e já preveem várias normas de sustentabilidade.

O Campus Aracaju tem também o cuidado de especificar materiais que levam em consideração um baixo consumo de água e de energia elétrica, a exemplo de: lâmpadas tubulares de LED, sensores de presença, ventiladores de paredes. Estes últimos com o objetivo de serem acionados e substituir os aparelhos de ar condicionado splits nos momentos de picos (das 17 às 19:30h).

Além disso, no Campus Aracaju foram adquiridos materiais, como:

- Caixas de água, para instalação em pontos estratégicos, com o objetivo de diminuir a pressão hidráulica na rede de água potável, evitando que em caso de vazamentos se perca grande quantidade de água;
- Torneiras de pressão, com desligamento automático;
- Acionadores de chuveiros com desligamento automático e anti vandalismo.

As obras e serviços de engenharia que o IFS licita através da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos – DIPOP – contemplam requisitos de sustentabilidade desde a formulação de seu edital, ao adotar o formato padrão da AGU. Os termos de referência das licitações também adotam procedimentos como Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC – que, dentre outros aspectos, contemplam a adequada disposição de todos os resíduos gerados nos canteiros de obras do IFS.

Dessa forma, entre outras, as cláusulas contratuais prevêm para as obras:

(...)

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

(...)

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

(...)

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

(...)

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos.

(...)

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas; Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Como praxe, a DIPOP também providencia que todas as obras que licita contem com os devidos protocolos na Administração Estadual de Meio Ambiente de Sergipe – ADEMA/SE – requerendo, ainda na etapa de licitação, as devidas Licenças Prévias e de Instalação de canteiro e, posteriormente ao término das obras, as Licenças de Operação das edificações.

Quanto à oferta de água e energia elétrica, as concessionárias desses serviços são sempre consultadas, anteriormente ao início das obras, acerca da viabilidade de abastecimento.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

No exercício de 2016, os canais de acesso ao cidadão disponibilizados pelo IFS, através de sua Ouvidoria, foram os seguintes: atendimento presencial, carta, telefone, e-mail, sistema e-SIC e sistema SIPAC (módulo de ouvidoria e-OUV).

Destacam-se entre os canais acima o e-SIC, utilizado para pedidos de acesso às informações públicas de responsabilidade deste Instituto Federal, o e-OUV, para as manifestações de elogio, sugestões, reclamações, denúncias e solicitações diversas e por fim, o e-mail, que foi o canal utilizado para atendimentos semelhantes ao e-OUV, mas sem a necessidade de cadastro do manifestante no referido sistema.

- Os dados estatísticos do **e-SIC** são gerados pelo próprio sistema e disponibilizados no seguinte link: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>
- Os dados estatísticos do **e-OUV** são gerados pelo próprio sistema e disponibilizados no seguinte link: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index.html>

No período de 01/01/2016 a 31/12/2016, além das solicitações e manifestações respectivamente do e-SIC e e-OUV, cujos dados estatísticos estão disponíveis online, conforme links acima, foram registrados também em planilhas eletrônicas os dados dos atendimentos feitos por e-mail.

Quadro 87 – Dados dos registros de atendimentos por e-mail

CANAL E-mail						
Tipo de manifestação	Atendimento					Tempo médio das respostas (dias corridos)
	Dentro do prazo	Com prazo prorrogado	Fora do prazo	Sem resposta	Total	
Solicitação	208	0	0	0	208	2,1
Denúncia	2	0	0	0	2	
Elogio	0	0	0	0	0	
Reclamação	9	0	0	0	9	
Sugestão	1	0	0	0	1	
Totalização	220	0	0	0	220	

Fonte: Ouvidoria do IFS

Não houve cadastro de registro para os canais **Carta** e **Atendimento Presencial** por não haver manifestante. Quanto ao canal **Telefone**, não foi possível efetuar os registros, porque não há sistema de gravação das ligações. Acrescenta-se que foram poucos os atendimentos neste canal e quando necessário, os manifestantes foram orientados a cadastrarem suas manifestações no e-OUV.

Houve um aumento significativo no volume de atendimento no ano 2016 em comparação com anos anteriores, o que demonstra uma maior proximidade entre o IFS e os cidadãos.

O agrupamento por tipo de manifestação e a observância do seu teor, naturalmente apontam o caminho a se seguir para melhorar a disponibilização e a gestão da informação. Como também a aproximação entre a Ouvidoria e os diversos setores que integram este Instituto Federal, quer seja pela troca de telefonemas, e-mails, memorandos ou até mesmo visitas *in loco* com a finalidade de humanizar as relações. Há também a preocupação constante de capacitação do ouvidor através de cursos inerentes à área de atuação. Segue exemplo de curso concluído em 2016:

- Gestão e Prática em Ouvidoria (ESAF) – 10 a 12/05/2016.

Há um novo procedimento de dados abertos sendo implantado no Instituto Federal de Sergipe, com o objetivo de otimizar o atendimento da sociedade:

Quadro 88 – Procedimento de dados abertos

Procedimento a ser implantado	Descrição	Custo	Quando
Dados abertos	Disponibilizar para a sociedade uma base de dados abertos em consonância com a Política do Governo Federal	Sem custo	A Comissão de Elaboração do Plano de Dados Abertos do IFS 2017-2018 foi estabelecida com previsão de conclusão em 09/02/2017, podendo ser prorrogada por mais 30 dias

Fonte: Ouvidoria do IFS

6.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao cidadão, elaborada pelo Instituto Federal de Sergipe, visa informar sobre os serviços prestados pelo instituto à sociedade, as formas de acesso a esses serviços, bem como os padrões de qualidade do atendimento. Instituída pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a carta utiliza linguagem simples e compreensível, tornando o compartilhamento das informações um processo descomplicado e transparente.

A Carta de Serviços do Instituto Federal de Sergipe – IFS tem como finalidades: estabelecer compromissos públicos com padrões de qualidade na realização de suas atividades, especialmente de prestação dos serviços e atendimento ao cidadão e ao mercado; Estimular o controle social mediante a adoção de mecanismos que possibilitem a manifestação e a participação efetiva dos usuários na definição e avaliação de padrões de atendimento dos serviços prestados; Garantir o direito do cidadão de receber serviços em conformidade com padrões de qualidade estabelecidos na Carta, a partir de métodos de aferição direta das expectativas sociais; Propiciar a avaliação contínua da gestão e o monitoramento interno e externo do desempenho institucional mediante a utilização de indicadores; Divulgar amplamente os serviços prestados pelo instituto com os seus compromissos de atendimento para que sejam conhecidos pela sociedade; Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública, relativamente a sua competência de bem atender as necessidades fundamentais ordenadas na Constituição Federal.

A Carta é um instrumento de gestão pública democrática voltada para resultados, e, como tal, atende os requisitos de excelência em gestão pública. Esse documento contempla os serviços prestados, estrutura organizacional, formas de ingresso e todas as informações relevantes para empoderar a sociedade de informações básicas sobre o Instituto Federal de Sergipe – IFS.

A carta de serviços do IFS pode ser acessada por qualquer cidadão através da página da instituição na internet, pelo *link* [http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2016/3-mar% C3%A7o/ Carta_de_servico-09-03-16.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2016/3-mar%20C3%A7o/Carta_de_servico-09-03-16.pdf).

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No IFS, para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, existe a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável pela condução do processo de autoavaliação institucional, da sistematização e prestação das informações decorrentes da Avaliação Nacional da Educação Superior e tem principais competências: Avaliar de forma global e integrada as dimensões previstas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), tomando como referencia os seguintes eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Políticas Acadêmicas; Políticas de gestão; Infraestrutura Física.

As informações/coleta dos dados quanto às dimensões avaliadas são obtidas através dos setores específicos do IFS, que se responsabilizam por suas respostas. Além disso, anualmente é encaminhado ao MEC um relatório contendo todas as informações da instituição de ensino, quanto aos eixos avaliados.

O trabalho de autoavaliação também contempla a participação da comunidade acadêmica, técnicos administrativos e sociedade civil, que são convidados a participar de forma voluntária, respondendo aos instrumentos de avaliação da CPA.

A coleta dos dados junto à comunidade é definida em ciclos estabelecidos pela própria instituição, podendo ser feita de forma parcial. O processo de coleta dos dados via questionários do IFS será realizado conforme cronograma definido pela CPA, junto ao setor de TI e Reitoria em março de 2017. Vale resaltar que ocorreu um atraso devido a problemas de demandas na Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), face a migração dos dados dos discentes e docentes para o sistema SIGA-A. Esse fato foi notificado no memorando nº 47/2015 da DTI-REI, que respondeu ao memorando nº 1/2017/CPA/REI.

Outrossim, considerando a Lei nº 10.861/2004 em seu inciso II, a CPA possui autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados do IFS, no qual o MEC é o órgão que acompanha e fiscaliza as CPAs.

No exercício de 2016, a CPA do IFS conduziu o processo de Avaliação Institucional, baseado nos dados disponibilizados pelas avaliações externas do MEC, nos resultados do Enade e nos documentos oficiais, como PDI e Relatório de Gestão, além das informações dadas pelos setores responsáveis por cada eixo da avaliação.

A avaliação interna ou autoavaliação, conforme prevê a legislação em vigor, atende à norma técnica do MEC/INEP/DAES de 17/02/2009, que determina a postagem no sistema e-MEC dos Relatórios de Autoavaliação Institucional, com vistas a subsidiar um crescimento com qualidade e uma prestação de serviços educacionais que atendam aos anseios da comunidade. Nesse trabalho, são detectadas potencialidades e fragilidades visando a oferecer uma ferramenta de apoio à gestão, bem como possibilita mostrar o grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados à sociedade.

A CPA fornecerá aos gestores relatórios com análises quantitativas (estatísticas) e qualitativas, apontando os pontos frágeis e acompanhará as ações da IES no sentido do desenvolvimento com qualidade e responsabilidade da Instituição. O referido Relatório visa a atender aos atos regulatórios do MEC/INEP e estarão disponíveis no exercício de 2017.

A metodologia utilizada na autoavaliação leva em consideração os seguintes aspectos:

a. Levantamento anual da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico-administrativos do Sistema IFS;

b. Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do Sistema IFS, bem como da sociedade civil;

c. Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;

d. Elaboração do relatório parcial;

e. Elaboração do relatório final.

Os relatórios de autoavaliação são de livre acesso através da página do IFS na internet, podendo ser acessados em <http://www.ifs.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/4124-relatorio-cpa>

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

São diversos os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade. Tais informações em sua maioria podem ser acessadas utilizando a internet, no site do IFS (<http://www.ifs.edu.br>), na Seção “Acesso à Informação”, no menu esquerdo. Cada subseção é direcionada a uma página específica, cada qual alimentada pelos setores responsáveis.

O acesso à informação no IFS ocorre de maneira satisfatória, pois o site da instituição oferece diversas formas de acesso à transparência, a exemplo do Boletim de Serviços em que constam portarias, diárias, deliberações do Colégio de Dirigentes e Resoluções do Conselho Superior, corroborando para que a gestão ocorra de forma transparente e acessível a todos (<https://sipac.ifs.edu.br> e <https://sigrh.ifs.edu.br/>).

Outrossim, no site do IFS constam os editais publicados e seus resultados, as Pró-reitorias e diretorias sistêmicas com sua atribuições e ações, acrescentados de uma série de informações que

facilitam a consulta e informação aos discentes, docentes e técnicos administrativos, como também a toda comunidade externa.

Outra ferramenta relevante e de fácil acesso ao cidadão é o portal da transparência do governo federal, que permite a consulta de dados diversos da UPC, principalmente no que diz respeito à transparência na remuneração de servidores.

A instituição tem disponibilizado acesso público às informações referentes à sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, a exemplo dos Relatórios de Gestão (<http://www.ifs.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/4225-relatorios-de-gestao>), Carta de Serviços (http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2015/10-outubro/Carta_de_Servi%C3%A7o_ao_Cidadao.pdf), Ações e Programas (<http://www.ifs.edu.br/acoes-e-programas>).

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Instituto Federal de Sergipe é uma instituição que vem buscando atender a acessibilidade, pois mesmo em momentos nos quais as condições não eram satisfatórias, o IFS já oferecia vagas para deficientes, pois os prédios eram antigos e de difícil acesso. No decorrer dos anos a instituição vem se expandindo e construindo prédios adequados, obedecendo à lei de acessibilidade. Nos prédios com construção antiga busca-se soluções pontuais como salas e setores no térreo, para permitir acesso, além da instalação de elevadores (caso do campus Aracaju).

Preocupados com a responsabilidade social e conscientes da mesma, o IFS participou de uma chamada pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2012 e aprovou o projeto para aquisição de um Centro de Instrutor e Treinador de Cães Guia. Esse centro encontra-se em fase conclusiva, com previsão de inauguração para o mês de março de 2017.

Durante o período de construção desse centro, o IFS vem dialogando com a sociedade, preparando a mesma para o desenvolvimento do projeto, através de ações como: seminários com a comunidade interna e externa, palestras com profissionais da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e instrutores do Centro de Comboriú/Santa Catarina. Nestes encontros a UPC trabalha com a Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Sergipe.

A ação faz parte do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*, que tem o objetivo de implantar centros nas cinco regiões do País, contemplando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe no município de São Cristóvão/SE. Ali o estudante aprenderá a formar cães-guia e deverá desenvolver aptidão para viabilizar o processo de união entre o cão-guia e o deficiente visual.

Além das ações expostas acima, em 2016 foi lançado um edital (que encontra-se em aberto até março de 2017), para seleção de **03 (três)** projetos para o **Programa de Tecnologias Assistiva e/ou Social** submetido por **docentes efetivos do IFS**, com duração de 10 (dez) meses a contar da data de início dos projetos, conforme disposições definidas neste edital, sendo que os docentes efetivos do IFS receberão auxílio financeiro ao projeto, no intuito de garantir a execução exitosa do projeto de pesquisa sobre tecnologias assistiva e/ou social, com a finalidade precípua de desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, bem como produtos, métodos, processos ou técnicas, criados para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado.

Todas as obras e serviços de engenharia que o IFS licita através da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos – DIPOP – contemplam requisitos de acessibilidade universal conforme os preceitos da NBR 9050/2015 – desde a etapa de projeto. Paralelamente, a Dipop tem elaborado projetos para adequar as instalações herdadas pelo IFS que foram construídas anteriormente à adoção de leis brasileiras acerca do tema de acessibilidade, isso porque, anteriormente à publicação da primeira versão da NBR 9050 em 1994, eram esparsas e vagas as diretrizes que deveriam ser adotadas para prover a acessibilidade de espaços públicos.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

No decorrer do exercício os repasses financeiros efetuados mensalmente pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2015, foram muito aquém da necessidade de desembolsos mensais para cumprimento das obrigações adimplidas pelos fornecedores e demais credores, ou seja, as despesas liquidadas, de forma que foi necessária a adoção de critérios de pagamentos priorizando-se as despesas liquidadas que colocassem em risco o funcionamento normal da instituição e/ou cuja falta de pagamento tempestivo implicasse em encargos de mora, tais como, as relativas à locação de mão-de-obra (limpeza, vigilância e de apoio administrativos), serviços de água e esgoto, energia elétrica e telefonia. Por tais razões, não houve possibilidade de se cumprir a ordem cronológica dos pagamentos.

De forma antagonica, os contingenciamentos de gastos mediante a limitação de emissão de empenhos, controlados no SIAFI, não evitavam a assunção de novas despesas necessárias ao funcionamento normal da Instituição, de forma que à medida que novas despesas eram liquidadas mais se aumentava o hiato entre as obrigações a pagar e a disponibilização de recursos financeiros para fazer face àquelas, crescendo, com isto, as cobranças formais e informais por parte dos fornecedores/credores.

7.2 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

As unidades gestoras vinculada à UPC que estão em funcionamento possuem estrutura administrativa própria na qual está inclusa a relativa à gestão financeira e contábil. Apenas as unidades gestoras a seguir não estavam em funcionamento durante o exercício, as quais foram criadas apenas para fins de alocação dos custos de construção às mesmas:

- a) 154626 – INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS POÇO REDONDO;
- b) 154680 – INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão estabelecidos pela NBC-T 16.9, que para o setor público federal estão disciplinadas nas orientações contidas no Manual SIAFI (Assunto 02.03.30), não foram aplicadas adequadamente nas unidades gestoras pertencentes à UPC devido ao fato de que o sistema de patrimônio ainda não tem em seu banco de dados informações coerentes com as existências patrimoniais das diversas unidades gestoras.

Também não se verificou a aplicação em sua plenitude dos procedimentos estabelecidos pela NBC-T 16.10 (avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio), no que tange aos bens móveis, uma vez que os itens encontram-se registrados pelo valor de aquisição e muitos deles com valor irrisório por conta das diversas transformações de moeda ou da desvalorização desta ao longo do tempo.

Objetivando sanar estes problemas a Administração central da UPC abriu o processo 23060.001335/2016-10, com o objetivo de regularizar os registros do sistema de patrimônio mediante levantamento dos bens existentes, sua reavaliação e posterior compatibilização com os registros da contabilidade em cada UG. Com base nas orientações preliminares contidas neste processo foram criadas a Comissão Central na Reitoria e uma comissão local por campus, tendo a primeira o papel de coordenar as atividades desenvolvidas pelas demais, de forma que ao final dos trabalhos sejam sanados os problemas de todas as unidades gestoras.

A previsão inicial foi de que os trabalhos das comissões estariam concluídos até o final do exercício de 2016, porém, devido à complexidade das atividades foram solicitadas e concedidas prorrogações de prazo que adentraram o exercício posterior. A última prorrogação remete a conclusão dos trabalhos para o dia 26/02/2017.

A estimativa de vida útil econômica dos ativos é feita no sistema SIPAC conforme tabela contida na Macro-função 02.03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI. São utilizadas pelo sistema de patrimônio da UPC (SIPAC) as taxas de cálculo definidas na referida Macro-função do Manual SIAFI. Entretanto, deve-se levar em consideração o exposto acima, isto é, o fato de que as informações contidas na base de dados do SIPAC não são confiáveis e estão sendo reavaliadas pela Administração.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido se dá conforme as regras estabelecidas na NBC-T 16.10. Ressalvando-se o que se refere ao imobilizado, em razão do que está exposto nos parágrafos anteriores, donde se conclui que não estão sendo efetivamente realizadas.

A não aplicação integral das referidas NBC T, principalmente no que se refere à falta de confiabilidade nos dados provenientes do sistema de patrimônio, conforme já explanados acima, impede que se conclua que as informações relativas ao resultado contábil apurado pela UPC no exercício refletem adequadamente a realidade do seu patrimônio. Como às informações do SIPAC não são confiáveis e os valores dos saldos contábeis de bens móveis não fecham na maioria das unidades gestoras com os respectivos relatórios patrimoniais (RMB), pode-se afirmar que os saldos contábeis representativos de bens móveis, a respectiva depreciação e o resultado patrimonial daí decorrentes não refletem a situação efetiva do patrimônio da instituição. Este é um dos principais motivos de ressalvas contidas nas declarações dos contabilistas responsáveis pelas diversas unidades gestoras da UPC.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O IFS não possui sistemática de apuração de custos porque não dispõe de ferramentas adequadas para extração de dados dos sistemas SIAFI, SIAPE e SIGPLAN, que permitiriam a estruturação de sistemas de apuração de custos.

A disponibilização destas ferramentas será realizada conforme o Ministério da Educação conclua seus trabalhos de desenvolvimento, considerando o que dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, competindo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Em 9 de março de 2011, a STN publicou a Portaria nº 157 (logo em 24 de outubro do mesmo ano complementada pela Portaria nº 716), que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração federal e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União. Criou-se, então, o SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), um data warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações de custos.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 135, de 23 de janeiro de 2014, expedida por sua Secretaria Executiva, constituiu um grupo de trabalho liderado pelo Órgão Setorial do Sistema de Custos do Ministério da Educação com o encargo de “discutir as diretrizes de implementação do sistema de custos no âmbito do Ministério da Educação” (artigo 1º). Os integrantes deste grupo de trabalho foram designados pela Portaria nº 2 de 26 de maio de 2014, do Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, mas o referido sistema ainda não está em uso.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e as notas explicativas estão disponíveis no anexo 7.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento das Determinações e Recomendações do TCU

Neste tópico serão apresentados os principais números e resultados relacionados às recomendações e determinações emanadas do TCU, consolidando uma visão gerencial de todos os Acórdãos recebidos pela UPC no exercício, bem como a forma de acompanhamento destas deliberações, destacando os Acórdãos decorrentes de julgamento de contas anuais de exercícios anteriores e/ou de cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual.

8.1.1 Visão geral das determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016 foram recebidos pela UPC seis acórdãos do TCU, culminando em nove determinações à UPC que já foram respondidas. Sendo que destas, uma foi atendida e as demais ainda não foram monitoradas pelo TCU, conforme tabela a seguir:

Quadro 89 – Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU

Acórdão	Quantidade	Tipo	Atendimento
0864/2016	1	Determinação	Atendida
0979/2016	2	Determinação	Não monitorada
1006/2016	1	Determinação	Não Monitorada
9719/2016	1	Determinação	Não Monitorada
2521/2016	2	Determinação	Não Monitorada
11849/2016	2	Determinação	Não Monitorada

Fonte: AUDINT

8.1.2 Forma de acompanhamento das deliberações do TCU

Ao longo do exercício de 2016, as deliberações feitas pelo TCU foram acompanhadas na UPC pelo Departamento de Controle e Análise Processual- DCAP/Reitoria e pela Auditoria Interna - AUDINT, por meio do registro em Planilha, com a finalidade de implementar boas práticas de controle, objetivando melhorar o gerenciamento e flexibilidade no acesso às informações dos acórdãos emanados pelo TCU.

8.1.3 Determinações e recomendações de acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores

Os dois quadros a seguir apresentam as deliberações do TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, pendentes de atendimento:

Quadro 90 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.709/2015-1	Acórdão 0979/2016 - Plenário	1.8.1.	Ofício nº 0640/2016/TCU/SECEX-SE, de 16/05/2016	31/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				

Descrição da determinação/recomendação
Apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item II.2.1 do relatório de auditoria à peça 42, p. 6, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Informamos que foi aberto Processo de Sindicância nº 23060.001228/2016-83, com a designação da Comissão de Sindicância Investigativa, publicada no boletim de serviços do IFS pela Portaria nº 1717 de 16 de junho de 2016 e reconduzida pela Portaria nº 2412 de 26 de agosto de 2016, a fim de que fossem apurados os fatos constantes nos Subitens 1.8.1 e 1.8.2 dos ofícios em referência.
Os trabalhos da comissão foram concluídos indicando a abertura de Sindicância Acusatória para vários servidores, bem como Processo Administrativo para devolução ao Erário. O relatório final foi encaminhado a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar, a qual fez uma breve análise e posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal junto ao IFS para análise e parecer jurídico. Empós, será encaminhado ao Gabinete da Reitoria para o julgamento final e abertura de processos de sindicância acusatória com vistas à efetuação de reposição ao Erário.

Fonte: REITORIA

Quadro 91 – TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.2

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.709/2015-1	Acórdão 0979/2016 - Plenário	1.8.2.	Ofício nº 0640/2016/TCU/SECEX-SE, de 16/05/2016	31/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Apure pagamentos a maior de bolsa a servidores do IFS que atuaram no Pronatec Bolsa-Formação, decorrentes do cômputo indevido de horas de trabalho e, se for o caso, providencie, com base no art. 46 da Lei 8.112/90, ressarcimento dos valores correspondentes (item III.1 do relatório de auditoria, peça 42, p.18) e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informamos que foi aberto Processo de Sindicância nº 23060.001228/2016-83, com a designação da Comissão de Sindicância Investigativa, publicada no boletim de serviços do IFS pela Portaria nº 1717 de 16 de junho de 2016 e reconduzida pela Portaria nº 2412 de 26 de agosto de 2016, a fim de que fossem apurados os fatos constantes nos Subitens 1.8.1 e 1.8.2 dos ofícios em referência.				
Os trabalhos da comissão foram concluídos indicando a abertura de Sindicância Acusatória para vários servidores, bem como Processo Administrativo para devolução ao Erário. O relatório final foi encaminhado a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar, a qual fez uma breve análise e posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal junto ao IFS para análise e parecer jurídico. Empós, será encaminhado ao Gabinete da Reitoria para o julgamento final e abertura de processos de sindicância acusatória com vistas à efetuação de reposição ao Erário.				

Fonte: REITORIA

8.1.4 Determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual

Os dois quadros a seguir apresentam determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual. Ocorre que o IFS já apresentou resposta nos termos dos quadros abaixo, porém, não foram monitorados pelo TCU até a presente data.

Quadro 92 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.189/2014-8	3455/2014 - Plenário	9.2.5	Ofício nº 0935/2014-TCU/SECEX-AL, de 12/12/2014	26/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize estudos, tomando por base sua estrutura administrativa e seus objetivos institucionais e operacionais e os riscos a eles inerentes, com vistas a estabelecer a lotação ideal e a real necessidade de recursos humanos de sua unidade de auditoria interna, para que desempenhe de forma econômica, eficiente, eficaz e efetiva suas atribuições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Após estudo juntamente com a AUDINT, foi incluído o art. 7º e seus incisos e art. 80, parágrafo único no regimento interno da AUDINT aprovado pela Resolução nº 29/2015/CS/IFS (Anexo 10);</p> <p>Art. 7º A Unidade de Auditoria Interna do IFS compõe-se da seguinte estrutura administrativa, evidenciada no seu organograma, conforme anexo I: I - Chefia da Auditoria; II - Coordenadoria de Administração e Planejamento; III - Coordenadoria de Execução das Ações de Controle; IV - Coordenadoria de Acompanhamento das Ações de Controle; V - Equipe Técnica; VI - Equipe de Apoio.</p> <p>Art. 80 A Auditoria Interna funcionará de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi. Parágrafo único. É facultada à Reitoria a implantação de estruturas nos Campi do IFS considerando as particularidades quanto à localização geográfica em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.</p> <p>Ademais, destacamos ainda o art. 39 do Regimento Interno do IFS, alterado pela Resolução nº 31/2015/CS/IFS (em seu Anexo 7):</p> <p>Art. 39 A organização geral dos Campi do Instituto Federal de Sergipe compreende:</p> I - Direção Geral; II - Departamentos Administrativos e de Ensino; III - Gerências Administrativas e de Ensino; IV - Coordenadorias Administrativas e de Ensino; V - Auditor Interno, quando couber.				

Fonte: PROGEP

Quadro 93 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.189/2014-8	3455/2014 - Plenário	9.2.6	Ofício nº 0935/2014-TCU/SECEX-AL, de 12/12/2014	26/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize melhorias nas instalações físicas ocupadas por sua Auditoria Interna, proporcionando um ambiente adequado à realização de suas atividades, assim como um espaço suficiente para alocação dos servidores, manuseio de documentos, arquivamento de papéis de trabalho, realização de reuniões, dentre outras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme memorando eletrônico nº 13/2015-DEPROJ (Anexo 11), a nova sede administrativa, em construção, prevê a alocação da AUDINT com a estrutura adequada para a realização de suas atividades. Os demais Campi onde há Auditor Interno em sua lotação já se manifestaram quanto à existência de estrutura adequada à consecução das atividades de auditoria.				

Fonte: REITORIA

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As recomendações feitas pelo OCI são acompanhadas na UPC pela AUDINT, Reitoria, Pró-Reitoria, Diretorias de Campi e Diretorias Sistêmicas, com o auxílio do Sistema Monitor, o qual passou a ser utilizado no decorrer do exercício 2016, possibilitando aos gestores o acesso aos relatórios com as recomendações e encaminhamento de manifestações, além de permitir o acompanhamento das análises destas manifestações pelo OCI.

No exercício 2016, o OCI emitiu 03 (três) relatórios de auditoria destinados ao IFS, os quais resultaram em um total de 17 (dezesete) recomendações, das quais 04 (quatro) foram atendidas, 03 (três) canceladas e 10 (dez) encontram-se pendentes de análise pelo OCI, conforme quadro 80:

Quadro 94 – Visão gerencial das recomendações do OCI

Identificação do Relatório de Auditoria	ID do Sistema Monitor	Posicionamento da CGU
201412878	158722	Atendida
	158723	Atendida
201505077	158719	Cancelada
	158718	Atendida
	158717	Cancelada
	158716	Atendida
	158715	Cancelada
	158714	Atendida
201601456	164416	Monitorando
	164425	Monitorando
	164417	Monitorando
	164424	Monitorando
	164419	Monitorando
	164418	Monitorando
	164423	Monitorando
	164420	Monitorando
	164421	Monitorando
	164422	Monitorando

Fonte: AUDINT

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

A unidade não possui setor dedicado a apurar responsabilidade por dano ao Erário, nem sistema informatizado específico para processar apurações de responsabilidade por dano ao Erário.

A PROGEP do IFS trata, exclusivamente, de processo de reposição ao erário de valores recebidos indevidamente pelos servidores, adotando o trâmite da Orientação Normativa n.º 05/2013, do Ministério do Planejamento.

Em relação aos danos apurados em processo administrativo, os dados são encaminhados à autoridade superior, que por sua vez determina à PROGEP que proceda com os descontos em folha de pagamento se for aplicável a servidor público ou para emissão de GRU nos demais casos.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

Apesar da UPC não ter instituído formalmente a utilização de cronograma de pagamentos de obrigações, sempre se buscou efetuar estes de acordo com a data de liquidação da despesa. Entretanto, em razão dos recebimentos insuficientes dos repasses financeiros mensais provenientes do MEC, não foi possível durante o exercício financeiro em referência o cumprimento rigoroso da ordem cronológica das obrigações a pagar. Foi necessária a adoção de critérios de prioridades, no qual se privilegiou forçosamente o pagamento de contas relativas aos serviços tidos como essenciais ao funcionamento das atividades fins e meios das unidades do IFS.

Assim, os pagamentos de faturas de água, energia elétrica, telefonia e das que envolviam o fornecimento de mão de obra terceirizada (vigilância, limpeza e serviços de apoio) foram muitas vezes priorizados, em detrimento de outras que, mesmo mais antigas, traziam menos riscos operacionais à Instituição.

Outro ponto de priorização refere-se às faturas de contratos quando já se aproximava de noventa dias de inadimplência, uma vez que poderia resultar no direito da contratada abandonar a prestação de serviço, conforme norma de licitação.

Diante da insuficiência dos repasses financeiros mensais por parte do MEC, a PROAD – Pró-reitoria de Administração – da UPC passou a adotar uma planilha eletrônica para a priorização dos sub-repasses feitos às UG. A sistemática de utilização da planilha passa inicialmente pelo recebimento das demandas das UG, inclusive da Reitoria, para que tais informações sejam consolidadas na planilha da PROAD e então sejam definidos, por classificação eletrônica conforme as prioridades instituídas (informalmente), os valores que serão repassados a cada unidade gestora, inclusive com a indicação de quais créditos estão sendo priorizados. Assim, garantiu-se que a priorização de pagamentos fosse feita no âmbito geral do IFS.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não há no âmbito do IFS contratos passíveis de revisão dos contratos vigentes, considerando que não há contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

Os contratos de obras e serviços de engenharia sob a gestão da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS (DIPOP) e abaixo relacionados, vigentes no ano de 2016, e iniciados posteriormente à vigência da Lei nº 12.546/2011, alterada pela Lei nº 13.161/2015, estão em acordo com a legislação:

a) Contrato nº 47/2013.

Objeto: Complementação/ conclusão da construção do campus do município de Itabaiana/SE.

Contratada: Macedo Engenharia Ltda. (CNPJ 13.947.494/0001-68)

b) Contrato nº 06/2016

Objeto: Construção da 1ª etapa do campus de Tobias Barreto/SE.

- Contratada: Camel Empreendimentos e Construções Ltda. (CNPJ 05.325.897/0001-47)
- c) Contrato nº 07/2016
 Objeto: Construção da 1ª etapa do campus de Poço Redondo/SE
 Contratada: Duarte e Melo Engenharia Ltda (CNPJ 03.967.590/0001-14)

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A publicidade que o IFS realiza é amparada no princípio da publicidade dos atos, tendo com isso firmado contrato com a Imprensa Nacional e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para fins de publicidade legal:

- a) **Imprensa Nacional** (Contrato nº 03/2015)
 Vigência: 19/06/2015 a 19/16/2020*
 Valor: R\$ 250.000,00
 *foi realizado novo contrato em decorrência do valor estimado não refletir a execução.
 Contrato nº 20/2016.
 Vigência: 08/11/2016 a 08/11/2021.
 Valor: R\$ 1.000.000,00
- b) **Empresa Brasil de Comunicação S.A.** (Contrato nº 07/2013)
 Vigência: 04/02/2013 a 03/02/2018
 Valor: R\$ 120.000,00

Quadro 95 – Despesas com publicidade legal

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	12363208020RL0028	R\$ 324.000,00	R\$ 242.952,34
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: DELC/PRODIN

8.7 Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 96 – Demonstração da Conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em Química	1102012	Aracaju	Atendido	Site: www.ifs.edu.br/proen; Coordenadorias de Registro Escolar; Coordenadorias de Curso
Licenciatura em Matemática	1072457	Aracaju	Atendido	Site: www.ifs.edu.br/proen; Coordenadorias de Registro Escolar; Coordenadorias de Curso
Licenciatura em Física	1181132	Lagarto	Atendido	Site: www.ifs.edu.br/proen; Coordenadorias de Registro Escolar; Coordenadorias de Curso

Fonte: PROEN

9 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958-1994

A Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe – FUNCEFETSE, criada em 24 de setembro de 2001, é pessoa jurídica de direito privado, instituição sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sob CNPJ 04.727.374/0001-64, desenvolve ações no âmbito do ensino (elaboração de conhecimentos), pesquisa (inovação tecnológica) e extensão (prestação de serviços à comunidade), constituída por pessoas jurídicas, Instituidores, que têm uma atuação local, regional e em todo o território nacional.

A FUNCEFETSE tem como principal Missão o apoio à educação, à inovação tecnológica e fomentar ações educativas e de extensão, objetivando o desenvolvimento tecnológico local, regional e o crescimento sustentável do Estado de Sergipe.

A FUNCEFETSE desenvolve suas atividades tendo como objetivos:

- Apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão, de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico do IFS, na condição de Instituição Federal de Ensino Superior apoiada nos termos da lei;
- Promover a prestação de serviços de pesquisa e extensão, visando o progresso científico e tecnológico, mediante celebração de contratos e/ou convênios, conforme o caso, com pessoas jurídicas de direito público e privado, de capital nacional ou estrangeiro;
- Promover o treinamento e a capacitação de pessoal especializado, permitindo a plena consecução dos objetivos que se propõe;
- Colaborar com entidades que realizem trabalhos em sua linha de atuação;
- Criar e desenvolver centros de desenvolvimento de tecnologia, em parceria com instituições públicas e privadas;
- Desenvolver e empreender programas, ações, projetos e atividades, inclusive aquelas de natureza infra-estrutural, que levem a uma melhoria de condições do IFS.

Conforme o estatuto social, a FUNCEFETSE goza de autonomia administrativa e financeira nos termos da lei, podendo estender suas atividades a todo território nacional, bem como associar-se a instituições nacionais e estrangeiras.

No quadro 83, estão disponíveis as Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais junto à Fundação:

Quadro 97 – Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Apoio à educação e ao desenvolvimento tecnológico de Sergipe - FUNCEFETSE						
CNPJ:		04.727.374/0001-64						
Página na Internet:		-						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Nº	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado

01	Extensão	6000.0069430.11.4	Convênio	Fomentar a formação dos alunos dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe – IFS I , estimular o desempenho dos alunos, reduzir a evasão escolar e despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Bicombustíveis, por meio da aplicação dos recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento prevista nos contratos de concessão, por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos – PFRH	21/11/11	20/11/16	6.807.557,00	0,00
02	Extensão	6000.0079797.12.4	Convênio	Fomentar a formação dos alunos dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe - IFS II , estimular o desempenho dos alunos, reduzir a evasão escolar e despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Bicombustíveis, por meio da aplicação dos recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento prevista nos contratos de concessão, por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos – PFRH	21/03/13	20/03/18	8.500.800,00	1.275.120,00
03	Extensão	033/2013	Termo de parceria	Celebrado entre o Instituto Votorantim e a Fundação de Apoio À Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico de Sergipe – FUNCEFETSE. Tem por objetivo a alocação de recursos financeiros necessários a execução do Projeto Oiteiro de Flores, que visa fomentar o comércio local de flores tropicais dando suporte técnico aos agricultores	07/01/13	07/01/17	951.443,00	19.415,80
04	Extensão	2600.0091225.14.4	Contrato	Desenvolver ações para o fortalecimento do turismo de base comunitária no Povoado Ilha Mem de Sá em Itaporanga D’Ajuda/SE	12/09/14	12/09/16	294.742,66	117.897,07
Totais							16.554.542,66	1.412.432,87

Fonte: FUNCEFETSE

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, REINALDO SANTOS OLIVEIRA JÚNIOR, CPF nº 814.464.035-72, Chefe do Departamento de Licitações e Contratos/DELC, exercido na Reitoria do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju, 30/01/2017

Reinaldo Santos Oliveira Júnior
CPF 814.464.035-72
Chefe do Departamento de Licitações e Contratos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Anexo 2 - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe** estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Aracaju, 03 de fevereiro de 2017.

Diego Rodrigues da Silva Santos
CPF 015.823.415-40
Pró Reitor de Gestão de Pessoas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Anexo 3 - Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró Reitoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Aracaju, 03 de fevereiro de 2017.

Diego Rodrigues da Silva Santos
CPF 015.823.415-40
Pró Reitor de Gestão de Pessoas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Anexo 4 - Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2017

Silvia Letícia Abreu de Oliveira
CPF 719.499.255-87
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

Anexo 5 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Informações sobre a Conformidade Contábil da UGE do SIAFI
Contador Responsável: CELSO TAVARES DOS SANTOS

a) IFS/Reitoria

Quadro 98 – Ocorrências de restrição na Reitoria

Denominação completa (UG)		Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE/REITORIA		158134
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		3
RESSALVAS		54
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	Por falha operacional o responsável pelo registro da conformidade não se atentou para o fato de que os movimentos de ajustes contábeis feitos nos dias 04 e 07/01/2017 no SIAFI2016 deviam ter sido objeto de conformidade. Entretanto, conforme orientação da Setorial de Contabilidade do MEC, o responsável pela Conformidade Contábil declarou no campo Observação da Conformidade de Gestão o seguinte: “OS REGISTROS FEITOS NOS DIAS 04 E 05/01/17 (SEM CONFREG) ATENDERAM AOS OBJETIVOS DO ITEM 2.2 DO MANUAL SIAFI MACROFUNÇÃO 020314”.
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	Apesar de ter sido criada comissão para a regularização dos registros patrimoniais e reavaliação dos bens móveis, como explicitado no tópico “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos”, a comissão não concluiu o trabalho dentro do exercício.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	Conforme esclarecido no tópico “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos”, os registros de bens no sistema de patrimônio não estão condizentes com a realidade, razão pela qual foi criada comissão para levantamento e reavaliação dos bens móveis. Somente após a conclusão dos trabalhos da referida comissão que deve culminar com a compatibilização das informações patrimoniais (sistema de patrimônio) com a realidade dos bens existentes, para que sejam feitos os ajustes contábeis necessários.

Fonte: DCF/Reitoria

b) IFS/Campus Aracaju

Quadro 99 – Ocorrências de restrição no Campus Aracaju

Denominação completa (UG)		Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS ARACAJU		158393
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		02
RESSALVAS		44
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	Foi constituída uma comissão através da portaria nº 2133, de 08 de agosto de 2016, cujos trabalhos estão em andamento, que tem por objetivo levantamento e reavaliação patrimonial dos bens móveis tangíveis e intangíveis do IFS/Campus Aracaju.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	A falta de conclusão com resultado da comissão de inventário, constituída pela portaria 2133, ainda não foi possível realizar os ajustes para conciliação dos saldos, entre RMB e SIAFI.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ	Como os saldos patrimoniais constantes no RMB e SIAFI não estão conciliando, existe uma constante evolução incompatível entre os saldos da Depreciação do Ativo Imobilizado.
773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	Transferência de recursos orçamentário e financeiros, através da 2016NC000009 e 2016PF000006 no valor de R\$ 30.795,00 TERMO EXEC. DESCENT: 684605, para UG 158155/26435 – INSTITUTE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. A pendência independe de ações do UG do IFS, apesar de ter sido feito cobrança por mensagem no SIAFI, que não fora atendida até o fechamento do exercício.

Fonte: Campus Aracaju

c) IFS/Campus Estância

Quadro 100 – Ocorrências de restrição no Campus Estância

Denominação completa (UG)		CÓDIGO DA UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS ESTÂNCIA		152426
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		5
RESSALVAS		28
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO

315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	Apesar de constar na conformidade contábil a falta de conformidade de registro de gestão, os documentos foram cuidadosamente avaliados e atenderam aos objetivos do item 2.2 do manual SIAFI 020314.
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	Embora já tenha sido montada uma comissão para realizar a compatibilização dos saldos o tempo disponível não fora hábil para conclusão dos trabalhos.
634	SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Embora já tenha sido montada uma comissão para realizar a compatibilização dos saldos o tempo disponível não fora hábil para conclusão dos trabalhos.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Embora já tenha sido montada uma comissão para realizar a compatibilização dos saldos o tempo disponível não fora hábil para conclusão dos trabalhos.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	Embora já tenha sido montada uma comissão para realizar a compatibilização dos saldos o tempo disponível não fora hábil para conclusão dos trabalhos.

Fonte: Campus Estância

d) IFS/Campus Nossa Senhora da Glória

Quadro 101 – Ocorrências de restrição no Campus Nossa Senhora da Glória

Denominação completa (UG)		Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS GLÓRIA		152420
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		7
RESSALVAS		43
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	Entrei em contato de forma verbal com a COALP do Campus e informei o prejuízo causado pela falta/atraso na entrega dos relatórios.
315	FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO	Entrei em contato de forma verbal com o Coordenador de Protocolo e ressaltai a importância de registrar a conformidade de registro de gestão de forma correta e tempestiva.
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX. NAO CONFERE C/RMA	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus

		Glória, de acordo com a Portaria nº 2135 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS as Restrições 603, 634, 640, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/ INTANG/OUTROS	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Glória, de acordo com a Portaria nº 2135 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS as Restrições 603, 634, 640, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Glória, de acordo com a Portaria nº 2135 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS as Restrições 603, 634, 640, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEPRECIACÃO ATIVO IMOBILIZADO	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Glória, de acordo com a Portaria nº 2135 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS as Restrições 603, 634, 640, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.

Fonte: Campus Nossa Senhora da Glória

e) IFS/Campus Itabaiana

Quadro 102 – Ocorrências de restrição no Campus Itabaiana

Denominação completa (UG)	Código da UG
INTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS ITABAIANA	152430
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO	
TIPO DE OCORRÊNCIA	QUANTIDADE
ALERTAS	6
RESSALVAS	4
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	Ausência de registro da conformidade de registro de gestão por perda do prazo de realização, conforme item 3.1.4 da macrofunção 020314. No entanto, os registros contábeis efetuados nesses dias de ausência, atendem o item 2.2 dessa mesma macrofunção.
634	FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	O Sistema Integrado de Patrimônio e Contratos (SIPAC) utilizado pelo setor de Patrimônio e Almoxarifado do Campus Itabaiana não gera relatórios sobre a avaliação de bens móveis, intangíveis, pois não há implantação do módulo que permita produzir as devidas informações contábeis.
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZADO.	No setor de Patrimônio e Almoxarifado, não havia servidor responsável pela geração dos relatórios no Sistema Integrado de Patrimônio e Almoxarifado (SIPAC), exceto no último trimestre quando esses passaram a ser gerados automaticamente. Dessa forma, sugere-se que não há fidedignidade nos saldos da depreciação do ativo imobilizado até que se faça o inventário patrimonial e sejam realizados os devidos ajustes.

Fonte: Campus Itabaiana

f) IFS/Campus Lagarto

Quadro 103 – Ocorrências de restrição no Campus Lagarto

Denominação completa (UG)		Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO		158394
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		3
RESSALVAS		31
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Aguardando posição de inventário para ajustes
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	Sistema de cálculo funcionando parcialmente e sem condições de acompanhar evolução adequada. Comissão designada para levantamento patrimonial para regularização está atuando.

Fonte: Campus Lagarto

g) IFS/Pronatec

Quadro 104 – Ocorrências de restrição no Pronatec

Denominação completa (UG)		Código da UG
INTITUTO FEDERAL DE SERGIPE / PRONATEC		152883
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		9
RESSALVAS		15
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA X RMB	Até meados de 2016, tínhamos um Colaborador Externo que efetuava a transferência de bens, emitia relatório RMA X RMB (SIPAC). No entanto, após a sua saída, ficamos sem substituto. Medidas estão sendo tomadas, inclusive com treinamento de novo Colaborador Externo para que fatos dessa natureza não ocorram no Exercício de 2017.
315	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO	Até meados de 2016, tínhamos um Colaborador Externo que efetuava a transferência de bens, emitia relatório RMA X RMB (SIPAC). No entanto, após a sua saída, ficamos sem substituto. Medidas estão sendo tomadas, inclusive com treinamento de novo Colaborador Externo para que fatos dessa natureza não ocorram no Exercício de 2017.
634	FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG	Para esta restrição, providências estão sendo tomadas, inclusive com a criação de uma Comissão Central para levantamento do Inventário Patrimonial e a reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), conforme Portaria nº 2379/16. Dessa forma, após a finalização dos trabalhos, espera-se que a presente restrição seja solucionada.
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO	Foi criada uma Comissão a partir da Portaria 2379/16, com intuito de levantar, reavaliar e regularizar os bens móveis patrimoniais, visando conciliar os saldos entre SIPAC X SIAFI, trabalhos em andamento.

Fonte: Pronatec

h) IFS/Campus Propriá

Quadro 105 – Ocorrências de restrição no Campus Propriá

Denominação completa (UG)		Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS PROPRIÁ		154681
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		

TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		1
RESSALVAS		19
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Propriá, de acordo com a Portaria nº 2138 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Propriá, de acordo com a Portaria nº 2138 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.

Fonte: Campus Propriá

i) IFS/Campus São Cristóvão

Quadro 106 – Ocorrências de restrição no Campus São Cristóvão

Denominação completa (UG)	Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	158392
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO	
TIPO DE OCORRÊNCIA	QUANTIDADE
ALERTAS	10
RESSALVAS	55
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	Registros contábeis de ajustes de encerramento do exercício de 2016, realizados nos dias 2 a 5 de JAN/2017, que por desconhecimento operacional e por não apresentar a restrição no mês DEZ/2016, deixaram de ser registradas. No entanto, os fatos contábeis atendem o item 2.2, do MANUAL SIAFI 020314.
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	Ausência de avaliações dos bens patrimoniais, no aguardo de atos de gestão, superior administrativa, que possa oferecer suporte para providências correccionais de natureza contábil.
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	As desconformidades dos registros dos bens patrimoniais lançados no RMB em relação aos registrados no SIAFI são decorrentes de exercícios anteriores que estão à espera de atos de gestão, superior administrativa, que possa oferecer suporte para providências correccionais de natureza contábil.

Fonte: Campus São Cristóvão

j) IFS/Campus Tobias Barreto

Quadro 107 – Ocorrências de restrição no Campus Tobias Barreto

Denominação completa (UG)		Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS TOBIAS BARRETO		154679
OCORRÊNCIAS DE RESTRIÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO		
TIPO DE OCORRÊNCIA		QUANTIDADE
ALERTAS		8
RESSALVAS		27
DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS NÃO SANADAS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO 2016		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA DE NÃO REGULARIZAÇÃO
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG.	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Tobias Barreto, de acordo com a Portaria nº 2140 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.

315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO.	No que concerne à ausência de Conformidade de Gestão, as ocorrências verificadas se deram por conta de intermitências na Internet do Campus, contudo, já foram adotadas providências junto à CTI para a minimização do problema.
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	Para regularizar as inconsistências relacionadas ao patrimônio foi criada uma Comissão Central de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis), sob Portaria nº 2379 de 26 de Agosto de 2016, e Comissão Local de Levantamento do Inventário Patrimonial e Reavaliação de Bens Móveis (Tangíveis e Intangíveis) do Campus Tobias Barreto, de acordo com a Portaria nº 2140 de 08 de Agosto de 2016. Espera-se que após a finalização dos trabalhos destas Comissões e das demais Comissões Locais dos Campi IFS a Restrição 634, 642 e as outras relacionadas ao patrimônio e as atribuições da comissão, que por ventura existam, possam ser sanadas.

Fonte: Campus Tobias Barreto

Anexo 6 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Quadro 108 – Declaração do contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE			158134
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Os saldos contábeis de bens móveis não conferem com os RMB das diversas UG da UPC. Ou seja, existem divergências entre os dados financeiros registrados nos balanços patrimoniais das diversas unidades gestoras e os correspondentes valores dos bens móveis registrados pelos setores de patrimônio nos RMB, em decorrência de inconsistências entre as existências físicas e os registros do sistema de controle de patrimônio da UPC, os quais não dão confiabilidade suficiente para respaldar os necessários ajustes contábeis. Assim, conclui-se que os registros de depreciação, nas UG que os fizeram, por se basearem em cálculos realizados pelo sistema de patrimônio, não representam a realidade patrimonial da entidade.</p> <p>b) Saldos contábeis representativos de estoque em almoxarifado não conferem com os RMA nas UG 152426 (Campus Estância), 152420 (Campus Glória), 152883 (Pronatec), conforme declarado pelos respectivos responsáveis contábeis.</p> <p>c) Falta de inventário de bens imóveis, moveis e de estoques, que deveria ter ocorrido em todas as UG mensurando as existências no final do exercício e servido para a realização da respectiva conciliação contábil.</p> <p>d) Falta de processo de reavaliação/redução ao valor recuperável de bens do ativo permanente, com persistência de alguns bens registrados a valores irrisórios e/ou a valor de aquisição (custo histórico).</p> <p>Esta declaração congrega as emitidas por cada um dos contabilistas responsáveis pelas UG do Órgão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Aracaju	Data	7 de fevereiro de 2017
Contador Responsável	CELSO TAVARES DOS SANTOS	CRC n°	3648 – CRC/SE

Fonte: DCF/Proad

Anexo 7 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 109 – Balanço financeiro – ingressos e dispêndios



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 07/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	601.677,76	516.789,71	Despesas Orçamentárias	243.743.670,61	222.407.044,37
Ordinárias	279.048,46	247.178,70	Ordinárias	48.615.493,75	53.685.493,93
Vinculadas	324.484,98	270.532,39	Vinculadas	195.128.176,86	168.721.550,44
Educação	33.433,91	1.711,56	Educação	164.774.337,91	134.801.181,11
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	291.051,07	268.820,83	Seguridade Social (Exceto RGPS)	30.055.405,23	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.855,68	-921,38	Operação de Crédito	-	33.569.223,61
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	298.433,72	351.145,72
Transferências Financeiras Recebidas	299.847.966,62	249.945.375,89	Transferências Financeiras Concedidas	51.737.495,13	35.566.409,78
Resultantes da Execução Orçamentária	230.763.693,56	204.272.678,26	Resultantes da Execução Orçamentária	21.641.022,49	17.158.003,37
Repasse Recebido	209.146.521,07	187.114.674,89	Repasse Concedido	23.850,00	-
Sub-repasse Recebido	21.617.172,49	17.158.003,37	Sub-repasse Concedido	21.617.172,49	17.158.003,37
Independentes da Execução Orçamentária	69.084.273,06	45.672.697,63	Independentes da Execução Orçamentária	30.096.472,64	18.408.406,41
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	64.784.267,75	42.073.794,66	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	29.782.420,27	18.159.516,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.300.005,31	3.598.902,97	Movimento de Saldos Patrimoniais	314.052,37	248.890,26
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	32.470.799,39	37.553.694,70	Despesas Extraorçamentárias	39.898.774,44	28.008.073,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.531.682,92	10.184.269,29	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12.384.300,85	4.988.467,01
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	30.584.260,81	27.097.417,31	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.124.422,54	22.799.577,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	354.855,66	220.029,12	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	381.086,31	220.029,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	51.978,98	Outros Pagamentos Extraorçamentários	8.964,74	-
Demais Recebimentos	-	51.978,98	Demais Pagamentos	8.964,74	-
Saldo do Exercício Anterior	5.694.970,34	3.660.638,09	Saldo para o Exercício Seguinte	3.235.473,93	5.694.970,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.694.970,34	3.660.638,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.235.473,93	5.694.970,34
TOTAL	338.615.414,11	291.676.498,39	TOTAL	338.615.414,11	291.676.498,39

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

Quadro 110 – Receitas e despesas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	370.022,00	370.022,00	601.677,76	231.655,76
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.292,00	2.292,00	7.869,88	5.577,88
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.292,00	2.292,00	7.869,88	5.577,88
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	6.329,00	6.329,00	1.891,40	-4.437,60
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	305.861,00	305.861,00	274.434,50	-31.426,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	305.861,00	305.861,00	274.434,50	-31.426,50
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	55.540,00	55.540,00	317.481,98	261.941,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	55.540,00	55.540,00	4.128,67	-51.411,33
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	277.919,09	277.919,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	35.434,22	35.434,22
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 07/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	370.022,00	370.022,00	601.677,76	231.655,76
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	370.022,00	370.022,00	601.677,76	231.655,76
DÉFICIT	-	-	243.141.992,85	243.141.992,85
TOTAL	370.022,00	370.022,00	243.743.670,61	243.373.648,61
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	202.904.860,00	216.587.916,00	216.816.762,82	207.630.856,60	206.957.036,08	-228.846,82	
Pessoal e Encargos Sociais	155.782.106,00	172.328.359,00	171.047.269,18	171.047.269,18	170.998.532,86	1.281.089,82	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	47.122.754,00	44.259.557,00	45.769.493,64	36.583.587,42	35.958.503,22	-1.509.936,64	
DESPESAS DE CAPITAL	21.019.416,00	25.879.416,00	26.926.907,79	5.528.553,20	4.670.690,80	-1.047.491,79	
Investimentos	21.019.416,00	25.879.416,00	26.926.907,79	5.528.553,20	4.670.690,80	-1.047.491,79	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	223.924.276,00	242.467.332,00	243.743.670,61	213.159.409,80	211.627.726,88	-1.276.338,61	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
07/02/2017

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	223.924.276,00	242.467.332,00	243.743.670,61	213.159.409,80	211.627.726,88	-1.276.338,61
TOTAL	223.924.276,00	242.467.332,00	243.743.670,61	213.159.409,80	211.627.726,88	-1.276.338,61

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.697.654,36	10.544.095,91	7.355.241,63	7.330.284,94	4.532.930,08	2.378.535,25
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.697.654,36	10.544.095,91	7.355.241,63	7.330.284,94	4.532.930,08	2.378.535,25
DESPESAS DE CAPITAL	31.025.537,90	16.553.321,40	19.794.137,60	19.794.137,60	13.264.886,76	14.519.834,94
Investimentos	31.025.537,90	16.553.321,40	19.794.137,60	19.794.137,60	13.264.886,76	14.519.834,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	34.723.192,26	27.097.417,31	27.149.379,23	27.124.422,54	17.797.816,84	16.898.370,19

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	172.559,30	9.014.129,69	9.015.046,99	42.503,06	129.138,94
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.022.522,04	2.022.522,04	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	172.559,30	6.991.607,65	6.992.524,95	42.503,06	129.138,94
DESPESAS DE CAPITAL	235.660,96	3.458.388,27	3.369.253,86	6.349,65	318.445,72
Investimentos	235.660,96	3.458.388,27	3.369.253,86	6.349,65	318.445,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	408.220,26	12.472.517,96	12.384.300,85	48.852,71	447.584,66

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
07/02/2017

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	181.823.593,72	151.208.609,20	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.823.593,72	151.208.609,20

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	3.235.499,41	5.727.937,07	PASSIVO FINANCEIRO	49.487.646,91	79.536.823,34
ATIVO PERMANENTE	178.588.094,31	145.480.672,13	PASSIVO PERMANENTE	46.887,16	19.785,99
			SALDO PATRIMONIAL	132.287.059,65	71.651.999,87

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	31.739.410,13	23.809.439,54	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	86.488.977,01	107.544.499,53
Execução dos Atos Potenciais Ativos	31.739.410,13	23.809.439,54	Execução dos Atos Potenciais Passivos	86.488.977,01	107.544.499,53
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.628.815,27	6.962.139,64	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	24.080.237,26	16.815.814,34	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	6.642.075,26	6.264.720,26
Direitos Contratuais a Executar	30.357,60	31.485,56	Obrigações Contratuais a Executar	79.846.901,75	101.279.779,27
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	31.739.410,13	23.809.439,54	TOTAL	86.488.977,01	107.544.499,53

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.018.344,62
Recursos Vinculados	-40.233.802,88
Educação	-42.194.236,64
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-85.459,74
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.045.893,50
TOTAL	-46.252.147,50

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

Quadro 112 – Balanço financeiro – Fluxos de caixas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	25.374.585,85	22.648.677,37
INGRESSOS	300.804.500,04	250.734.173,70
Receitas Derivadas e Originárias	601.677,76	516.789,71
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	7.869,88	4.817,92
Receita Agropecuária	1.891,40	4.505,00
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	274.434,50	227.329,20
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	317.481,98	280.137,59
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	300.202.822,28	250.217.383,99
Ingressos Extraorçamentários	354.855,66	220.029,12
Transferências Financeiras Recebidas	299.847.966,62	249.945.375,89
Demais Recebimentos	-	51.978,98
DESEMBOLSOS	-275.429.914,19	-228.085.496,33
Pessoal e Demais Despesas	-199.811.132,45	-170.994.832,25
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-32.572.675,87	-30.340.534,51
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-167.032.374,58	-140.626.227,74
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-206.082,00	-28.070,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
07/02/2017

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-23.491.235,56	-21.304.225,18
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-23.491.235,56	-21.304.225,18
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-52.127.546,18	-35.786.438,90
Dispêndios Extraorçamentários	-381.086,31	-220.029,12
Transferências Financeiras Concedidas	-51.737.495,13	-35.566.409,78
Demais Pagamentos	-8.964,74	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-27.834.082,26	-20.614.345,12
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-27.834.082,26	-20.614.345,12
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.493.429,78	-18.228.341,57
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.340.652,48	-2.386.003,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
07/02/2017

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.459.496,41	2.034.332,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.694.970,34	3.660.638,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.235.473,93	5.694.970,34

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

Quadro 113 – Balanço financeiro – Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMISSÃO
07/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	135.718.833,63	-	-	135.718.833,63
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-242.554,46	-	-	-242.554,46
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-3.789,60	-	-	-3.789,60
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-2.088.118,70	-	-	-2.088.118,70
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	133.384.370,87	-	-	133.384.370,87

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	133.384.370,87	-	-	133.384.370,87
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-2.202.115,56	-	-	-2.202.115,56
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	2.384,81	-	-	2.384,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	47.982.565,22	-	-	47.982.565,22
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	246.344,06	-	-	246.344,06
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	179.413.549,40	-	-	179.413.549,40

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

Tabela 4 – Balanço financeiro – Variações patrimoniais quantitativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 07/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	327.199.923,89	265.039.438,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Económico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	284.195,78	236.652,12
Venda de Mercadorias	1.891,40	4.505,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	282.304,38	232.147,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	307.513.766,15	257.469.522,90
Transferências Intragovernamentais	299.847.966,62	249.945.375,89
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.665.801,53	7.524.147,01
Valorização e Ganhos e/ Ativos e Desincorporação de Passivos	19.084.477,98	7.053.125,55
Reavaliação de Ativos	6.446.212,99	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	7.802.218,39	175.635,76
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.836.046,60	6.877.489,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	317.481,98	280.137,59
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
07/02/2017

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÉRGIPÉ - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	317.481,98	280.137,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	279.217.358,67	267.127.556,06
Pessoal e Encargos	147.665.267,69	133.240.221,94
Remuneração a Pessoal	114.582.902,78	104.475.702,25
Encargos Patronais	22.905.576,38	21.187.304,94
Benefícios a Pessoal	10.176.788,53	7.577.214,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.495.952,17	30.166.010,90
Aposentadorias e Reformas	24.819.236,14	22.971.603,11
Pensões	7.667.402,59	7.156.680,49
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.313,44	37.727,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30.580.969,53	30.598.359,23
Uso de Material de Consumo	1.759.373,20	1.634.810,81
Serviços	23.315.548,57	25.081.598,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.506.047,76	3.881.950,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	36.205,90	21.940,93
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	36.205,90	21.940,93
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	58.318.727,68	43.024.370,17
Transferências Intragovernamentais	51.737.495,13	35.566.409,78
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.581.232,55	7.457.960,39
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.669.289,48	22.309.581,68
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	15.410,50
Incorporação de Passivos	2.283.659,97	5.734.855,92
Desincorporação de Ativos	385.629,51	16.559.315,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	52.547,67	37.599,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46.761,11	34.845,82
Contribuições	5.786,56	2.753,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.398.398,55	7.729.472,51
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.398.183,79	7.675.926,08
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	214,76	53.546,43
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	47.982.565,22	-2.088.118,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Fonte: DCF/Tesouro Gerencial

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Balanço Patrimonial

1.1 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.772.689,99 relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar.

Apresentamos, a seguir, tabela segregando essas obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 5 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Circulante	1.772.689,99	7.461.129,45	-76,24
Nacionais	1.772.689,99	7.461.129,45	-76,24
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Não Circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)	0,00	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Total	1.772.689,99	7.461.129,45	-76,24

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

A totalidade das obrigações a pagar se referem aos fornecedores nacionais, todos classificados no curto prazo (passivo circulante). Ou seja, não há registro de obrigações com fornecedores estrangeiros, nem tampouco no passivo não circulante.

Na tabela a seguir apresentamos as obrigações com fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2016, por Unidade Gestora contratante. Cabe destacar que o item Contas a Pagar Credores Nacionais, que apresenta o saldo em aberto de R\$ 1.772.689,99, representa a totalidade a ser pago a fornecedores no órgão (todo IFS).

Tabela 6 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2016	AV (%)
UG 1: 158134/26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	830.614,10	46,86
UG 2: 158392/26423 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS S. CRISTOVÃO	464.006,81	26,18
UG 3: 152426/26423 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ESTÂNCIA	227.985,38	12,86
UG 4: 152883/26423 INST. FED. DE SERGIPE/PRONATEC	114.390,66	6,45
UG 5: INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS PROPRIÁ	59.181,90	3,34
Demais Unidades Gestoras Vinculados ao INST. FED. DE SERGIPE	76.511,14	4,32
Total	1.772.689,99	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

A UG 1: 158134/26423 INST. FED. DE SERGIPE/REITORIA é responsável por 46,86% do total a ser pago. O montante de R\$ 830.614,10 em aberto em 31/12/2016 está apresentado na conta

21.311.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais (R\$ 826.878,59) e na conta 21.312.04.00 - CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS – INTRA OFSS (R\$ 3.735,51).

Na tabela apresentada a seguir relacionamos os cinco fornecedores com valores mais significativos em aberto, na data base de 31/12/2016, relativos ao órgão INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Dentre esses fornecedores, o montante mais expressivo está registrado na UG 158134 - INST. FED. DE SERGIPE/REITORIA, referente ao fornecedor CNPJ: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA (19,35% do total das obrigações), tendo por objeto obras e serviços de engenharia.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	31/12/2016	AV (%)
Fornecedor A: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA	343.113,31	19,35
Fornecedor B: 05325897000147 - CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA	209.893,27	11,84
Fornecedor C: 01162250000190 - RGM CONSTRUCOES LTDA	149.995,19	8,46
Fornecedor D: 07161619000127 – EDU .B. ENG. & CONST. LTDA - EPP	139.692,07	7,88
Fornecedor E: 03967590000114 - DUARTE & MELO ENG. LTDA – EPP	113.041,05	6,38
Demais fornecedores do Instituto Federal de Sergipe	816.955,10	46,09
Total	1.772.689,99	100,00 %

Fonte: SIAFI, 2016.

Os fornecedores **A, B, C, D e E** representam 53,91% do total a ser pago. Sendo este total referente a obrigações com contratos de obras de expansão e modernização. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Fornecedor A: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA. Refere-se a obrigações a pagar que estão apresentadas na conta 213110400 – Credores Nacionais a Curto Prazo, a ser pago pela unidade gestora contratante – 158134 INST. FED. DE SERGIPE/REITORIA . Cabe ressaltar que tais valores são oriundos de processos registrados em RPP que estão aguardando análise e decisão administrativa e/ou judicial para seu pagamento efetivo ou desincorporação do compromisso.

(b) Fornecedor B: 05325897000147 - CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA, referente ao **contrato nº 06/2016** (obra de construção da 1ª etapa do campus de Tobias Barreto - SE), **contrato nº 15/2014** (Obra De Implantação Do Sistema De Abastecimento De Água Do Ifs/Campus São Cristóvão) e **Contrato nº 12/2016** (Construção dos prédios de alojamentos feminino e masculino, posto médico e guarita do campus São Cristóvão).

(c) Fornecedor C: 01162250000190 – RGM CONSTRUCOES LTDA. Refere-se ao CONTRATO NUMERO: 00001/2015, objeto: Construção Do Centro De Treinamento De Cães-Guia Do Campus São Cristóvão. O valor total está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais a Curto Prazo.

(d) Fornecedor D: 07161619000127 – EDU .B. ENG. & CONST. LTDA – EPP, Referente Ao Contrato N. 10/2016, Construção Do Acesso Pavimentado, Passeios E Urbanização A Didática Do Campus São Cristóvão. VIGENCIA 01/08/2016 A 27/07/2017.

(e) Fornecedor E: 03967590000114 - DUARTE & MELO ENG. LTDA – EPP, referente ao contrato nº 07/2016 - construção da 1ª etapa campus Poço Redondo/SE.

1.2 – Provisões

Em **31/12/2016**, o IFS - Órgão 26423, não apresentou saldo relacionado a provisão. Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, referente ao quarto trimestre do exercício de 2016 em relação a dezembro de 2015. $[AH = (2016/2015) - 1] * 100$.

Tabela 8 – Provisões – Composição

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisões a Curto Prazo	0,00	150.941,02	-100%
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	150.941,02	-100%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

• Provisões a Curto Prazo

Não há registro de saldos em contas do grupo de provisões no órgão. Cabe informar que o valor de R\$ **150.941,02** registrado no item provisões a curto prazo, na conta 21711.01.00 - PROVISAO PARA INDENIZACOES TRABALHISTAS, em **31/12/2015**, estava incorretamente classificado. Desta forma, o mesmo foi analisado e reclassificado para o item correto (21311.04.00 - contas a pagar credores nacionais), em 2016.

Tabela 9 – Provisões a Curto Prazo - por Unidade Gestora

	31/12/2016	AV (%)
Sem informações		
Total		

Fonte: SIAFI, 2016.

Tabela 10 – Provisões a Curto Prazo – Discriminação

	31/12/2016	31/12//2015	AH (%)
Provisão Riscos Cíveis a Curto Prazo			
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00	150.941,02	-100%
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo			
Outras Provisões a Curto Prazo			
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo			
Provisão para Serviços de Terceiro			
Total	0,00	150.941,02	-100%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016

• Provisões a Longo Prazo

Não há registro no órgão.

Tabela 11 – Provisões de Longo Prazo por unidade gestora

	31/12/2016	AV (%)
--	------------	--------

Total

Fonte: SIAFI, 2016.

Tabela 12 – Provisões a Longo Prazo – Composição

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo			
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo			
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo			
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo			
Outras Provisões a Longo Prazo			
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo			
Total			

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

1.3. Obrigações Contratuais

Em **31/12/2016**, o Órgão possuía um saldo de **R\$ 79.846.901,75** relacionados a obrigações contratuais, referentes a parcelas de contratos em execução no fim do exercício de 2016, a serem executadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir estão segregadas essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Composição

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Aluguéis	2.514.122,65	3.932.992,21	-36,08
Fornecimento de Bens	3.281.832,99	1.347.982,73	143,46
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0%
Seguros	346.815,64	172.299,12	101,29
Serviços	73.704.130,47	95.826.505,21	-23,09
Total	79.846.901,75	101.279.779,27	-21,16

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a **Contratos de Serviços** que representam **92,31%** do total das obrigações assumidas pelo Órgão até 31/12/2016.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a relação de Unidades Gestoras contratantes com os valores mais expressivos na data base de 31/12/2016.

Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2016	AV (%)
UG 1: 158134 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE (REITORIA)	32.967.181,26	41,29
UG 2: 158393 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU	22.395.665,03	28,05
UG 3: 158392 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS SAO CRISTOVAO	12.006.003,68	15,04
UG 4: 152426 INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ESTANCIA	3.264.043,79	4,09
UG 5:152883 INST. FED. DE SERGIPE/PRONATEC	3.092.721,05	3,87
Demais Unidades Gestoras vinculadas ao IFS	6.121.286,94	7,67
Total	79.846.901,75	100,00%

Fonte: SIAFI 2016.

As Unidades Gestoras 1 e 2 são responsáveis por 69,34% do total contratado. As demais Unidades Gestoras, vinculados ao INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, possuem 30,66% do montante total registrado.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 05 (cinco) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

	31/12/2016	AV (%)
Contratado A: CONSTRUTORA JJ LTDA – 32813263000106	16.058.858,50	20,11
Contratado B: CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA - 05325897000147	10.592.382,02	13,27
Contratado C: DUARTE & MELO ENG LTDA – 03967590000114	6.381.155,97	7,99
Contratado D: SACEL- SERV. DE VIG. E TRANSP – 16207888000178	6.058.326,28	7,59
Contratado E: ERICK LIMA M MENDONCA – EPP – 07044888000103	4.125.205,37	5,17
Demais contratos do IFS	36.630.973,61	45,87
Total	79.846.901,75	100,00%

Fonte: SIAFI, 2016.

Os contratados A, B, C, D e E representam 54,13% do total a ser pago, conforme descrição a seguir:

(a) Contratado A: CONSTRUTORA JJ LTDA – 32813263000106

Contrato 11/2014, objeto: construção da primeira etapa dos prédios administrativo, da biblioteca e do auditório do campus Aracaju, do IFS.

- Início do contrato: 15/10/2014. Data término: 15/01/2017.
- Valor contratado: R\$ 29.144.526,80

- Valor em execução: R\$ 16.058.858,50

(b) Contratado B: CAMEL EMPREEND. E CONST. LTDA – 05325897000147

Contrato nº 06/2016, Objeto: Construção da 1ª etapa do campus de Tobias Barreto/SE.

- Vigência: 29/08/2016 a 17/11/2018 (810 dias).
- Valor de contratação: R\$ 4.233.837,71.

Contrato nº 12/2016, Objeto: Construção dos alojamentos feminino e masculino, do posto médico e da guarita do campus de São Cristovão.

- Vigência: 19/09/2016 a 11/06/2018 (630 dias)
- Valor de contratação: R\$ 6.696.524,94.

Contrato nº 15/2014, objeto: Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do campus São Cristovão

- Vigência: 27/10/2014 a 13/02/17. Valor da contratação: R\$ 1.434.452,52.
- Valor contratado: R\$ 4.233.837,71 + 6.696.524,94 + 1.434.452,52 = R\$ 12.364.815,17
- Valor em execução: R\$ 10.592.382,02

(c) Contratado C: DUARTE & MELO ENG LTDA – 03967590000114

Referente ao Contrato nº 07/2016 – Construção da 1ª etapa do Campus Poço Redondo.

- Vigência: 05/09/2016 a 24/11/2018.
- Valor contratado: R\$ 6.590.410,35
- Valor em execução: R\$ 6.381.155,97

(d) Contratado D: SACEL – SERV DE VIG LTDA – 16207888000178

Prestação, em regime de empreitada por preço unitário, de serviço de vigilância armada, nas dependências do IFS, em suas diversas unidades gestoras contratantes, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 114 – Contratado D

Número do contrato	Data de início	Data de término	Valor
13/2016	27/09/2016	26/09/2017	R\$ 692.351,52
02/2016	01/08/2016	31/07/2017	R\$ 84.956,88
11/2016	01/08/2016	31/07/2017	R\$ 1.199.485,44
04/2016	01/08/2016	01/08/2017	R\$ 353.667,36
11/2016	01/08/2016	31/07/2017	R\$ 195.443,76
03/2016	01/08/2016	31/07/2017	R\$ 202.291,44
14/2014	26/11/2014	25/11/2017	R\$ 5.049.065,98
05/2014	25/09/2014	24/09/2017	R\$ 1.398.178,70
01/2013	14/01/2013	13/01/2017	R\$ 1.267.870,45
02/2012	04/05/2012	04/05/2017	R\$ 1.322.542,66
TOTAL			R\$ 11.765.854,19

Fonte: DCF

- Valor contratado: R\$ 11.765.854,19
- Valor em execução: R\$ 6.058.326,28

e) Contratado E: ERICK LIMA M MENDONCA – EPP – 07044888000103

Contratação de serviços de apoio administrativo que serão prestados nas condições estabelecidas nos termos de referências de cada contrato (anexo I do edital), executados nas dependências do IFS, em cada unidade gestora contratante, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 115 – Contratado E

Número do contrato	Data de início	Data de término	Valor
61/2016	17/12/2016	16/12/2017	R\$1.299.964,83
11/2014	17/12/2014	16/12/2017	R\$4.032.600,98
06/2014	17/12/2014	17/12/2017	R\$1.520.283,24
02/2014	16/12/2014	16/12/2017	R\$ 297.977,57
14/2014	15/12/2014	14/12/2017	R\$4.211.999,97
TOTAL			R\$ 11.362.826,59

Fonte: DCF

- Valor contratado: R\$ 11.362.826,59
- Valor em execução: R\$ 4.125.205,37

1.4 – Ativo Circulante - VPD Pagas Antecipadamente – BP

Este item apresentou um aumento de 329,62%, comparando-se com o exercício anterior. No entanto sua participação no ativo é de somente 0,04% (R\$ 70.263,91). A variação é decorrente de novas aquisições e apropriações de seguros (seguro veicular para os veículos do órgão) e assinaturas e anuidades (biblioteca virtual, softwares e revistas).

1.5 – Ativo Imobilizado - Depreciação e Amortização de Bens Móveis

A variação ocorrida neste grupo está explicitada nas notas explicativas referentes à VPD.

1.6 - Ajustes de Exercícios Anteriores - PL – BP

O aumento apresentado nesta conta foi de 692,95% (R\$ 1.953.386,99), comparando-se com o exercício anterior (R\$ 246.344,06). A variação decorreu da análise e aplicação das macrofunções 021141 – Ajuste de Exercícios Anteriores e 021140 – Reconhecimento de Passivos, as quais não estavam sendo aplicadas em sua totalidade e conformidade no exercício de 2015. Os registros decorreram de vários processos de reconhecimento de dívida de exercícios anteriores (folha de pessoal e contratos em geral), onde o fato gerador havia ocorrido em exercícios pretéritos.

1.7 – Passivo Exigível – BP

Neste grupo houve uma variação percentual negativa de -86,48% (R\$ 2.410.044,32), comparando-se com o exercício anterior (R\$ 17.824.238,33), em virtude da liberação de recursos necessários aos pagamentos das obrigações do órgão, pela setorial financeira do MEC, dentro do exercício (mormente nos meses de novembro e dezembro), fato não ocorrido em 2015.

1.8 – Amortização de Bens intangíveis

A variação ocorrida neste grupo está explicitada nas notas explicativas referentes à VPD.

2. Demonstração das Variações Patrimoniais

2.1 – Outras VPD

Este item apresentou uma redução de 4,28% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 7.398.398,55, em 2016. No entanto, o item representa apenas 2,26% do total das VPD. O valor registrado refere-se, em quase todo o seu total, a despesas com bolsas de estudos no país (conta 39411.01.00), que importou em R\$ 6.985.679,63, decorrente de pagamento de bolsas e auxílios a estudantes do IFS.

2.2 – Outras VPA

Este item apresentou aumento de 13,33% em relação ao exercício de 2015, totalizando R\$ 317.481,98. Entretanto, representa apenas 0,1% do total das VPA. Os valores maiores registrados no grupo são os referentes à conta 49961.02.00 – Restituições, correspondente a R\$ 277.569,12, que provem de reposição ao tesouro em folha pagamento de pessoal; e à conta 49991.01.00 – VPA Decorrente de Fatos Geradores Diversos (R\$ 35.473,19).

2.3 – Depreciação e Amortização de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis.

Neste item houve um aumento de 41,84% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 5.506.047,76. Este fato decorreu da aplicação de procedimentos pela administração objetivando atender ao disposto na macrofunção do Manual SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão. Cabe ressaltar que os valores da depreciação dos bens móveis registrados no SIAFI são baseados em relatórios mensais emitidos pelo sistema de controle patrimonial (SIPAC) utilizado pelas unidades gestoras do IFS, cuja base de dados não é confiável, isto é, não representa a real situação patrimonial da Instituição. Razão pela qual a Administração da Reitoria adotou processo específico com a criação de comissões em cada unidade gestora e uma comissão central que coordena o levantamento patrimonial para conciliação com os registros do SIPAC e consequentes ajustes contábeis em todas as unidades gestoras.

2.4 – Reavaliação do Ativo Imobilizado

Neste item foi realizado um registro de reavaliação no valor de R\$ 6.446.212,99 na conta 46111.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis, através do sistema *SpiuNet*, conforme a 2016NL800004 da UG 158394 – IFS/Campus Lagarto. Não existiram outros registros nas contas que compõem o item, no entanto, cabe ressaltar que existe comissão em curso (Portaria 2.379, de 23/08/2016) designada para apuração do inventário patrimonial e reavaliação de bens móveis (tangíveis e intangíveis) no órgão, devendo atender aos preceitos do PCASP e da NBC T 16.10, dentre outras normas legais.

2.5 – Transferências Financeiras Recebidas (VPD – DVP)

Neste item houve um aumento de 45,47% em relação a 2015, que representa 15,81% das VPD. Os valores registrados originaram-se de transferências intragovernamentais, com a seguinte composição:

- 0,05% referente a repasse para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte decorrente de Termo de Execução Descentralizada, objetivando a formação de servidores (Mestrado Profissional em Administração Pública);
- 41,78% referentes a sub-repasses concedidos às unidades gestoras do órgão; e
- 58,17% referentes a transferências concedidas para pagamento de restos a pagar às mesmas UG.

2.6 – Transferências Financeiras Recebidas (VPA – DVP)

Este item apresentou um aumento de 19,97% em relação a 2015, sendo o que deteve o maior percentual no total das VPA. 69,75% das transferências são de repasse recebido (conta 45112.02.00); 7,21% são de sub-repasse (conta 45112.03.00) e 23,94% referem-se às transferências recebidas independente da execução orçamentária – Intra OFSS (conta 45122.00.00), para pagamento de restos a pagar. O aumento é reflexo da execução financeira com novas obrigações, tais como: pagamento de reajuste salarial (agosto/16), contratação de novos servidores e aquisições de novos investimentos (obras e equipamentos) para atender ao Programa de Expansão e de Modernização do IFS.

2.7 Pessoal e Encargos (VPD – DVP)

Este grupo apresentou aumento relevante de 10,83% no período, sendo sua participação no total das VPD de 45,13%. A variação decorreu do aumento da folha de pagamento (agosto/2016) e contratação de novos servidores, em virtude do programa de expansão do órgão.

2.8 Ganhos com Incorporação de Ativos (VPA – DVP)

Este item apresentou uma variação aumentativa de 4.342,27% em relação ao período anterior (2015), sendo o item de maior variação no exercício. O valor apresentado decorreu de processo de inventário de bens móveis (na Reitoria) e registro de imóveis de uso especial pelos campi Itabaiana e Poço Redondo, resultante do Programa de Expansão do IFS.

3. Balanço Orçamentário

3.1 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar não processados

O Órgão apresenta em aberto o montante de **R\$ 16.898.370,19** inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2016, inscritos e reinscritos.

Conforme apresentado no quadro abaixo, do saldo em aberto, **98,09%** pertencem ao orçamento do próprio órgão, enquanto que **1,91%** provem do orçamento de outros órgãos.

Quadro 116 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos: origem do orçamento executado

Órgão	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
IFS	57.651.251,38	8.932,69	25.010.249,32	16.066.202,60	16.574.799,46	98,09
DEMAIS	4.169.358,19	16.024,00	2.114.173,22	1.731.614,24	323.570,73	1,91
TOTAL	61.820.609,57	24.956,69	27.124.422,54	17.797.816,84	16.898.370,19	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Inscritos' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

O quadro a seguir mostra a composição dos restos a pagar no IFS por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de **85,92%** do saldo em aberto se referem ao grupo Investimentos.

Quadro 117 – Restos a Pagar não Processados (inscritos e reinscritos) por grupo de despesa.

Grupo de Despesa	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
Pessoal e enc. sociais						
Outras desp. correntes	14.241.750,27	24.956,69	19.794.137,60	4.532.930,08	2.378.535,25	14,08
Investimentos	47.578.859,30		7.730.284,94	13.264.886,76	14.519.834,94	85,92
Inversões financeiras						
TOTAL	61.820.609,57	24.956,69	27.124.422,54	17.797.816,84	16.898.370,19	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Inscritos' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Conforme apontado no quadro abaixo, **72,67%** do montante inscrito e reinscrito dos restos a pagar não processados foram executados em 2016, restando somente **27,33%** a serem pagos nos próximos exercícios. Sendo que as Unidades Gestoras 154679, 154681 e 158394, executaram 100% dos seus restos a pagar não processados (pagos + cancelados).

A UG 158392 – Campus São Cristóvão executou o maior montante, sendo pagos R\$ 7.277.862,79 e cancelados R\$ 7.370.548,31, totalizando R\$ 14.648.411,10.

No entanto, considerando somente os pagamentos, a UG que mais executou foi a 158393 – Campus Aracaju, apresentando o valor de R\$ 11.375.486,96.

Já a UG 158134 – IFS/REITORIA foi a unidade que apresentou o maior saldo pendente de execução no final de 2016, sendo registrado o valor de R\$ 12.955.323,29.

Quadro 118 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar não Processados

UG	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	% Executado	% A executar
158134-IFS/REITORIA	19.751.118,24	6.400,00	3.424.570,77	3.371.224,18	12.955.323,29	34,41	65,59
158392- C S CRISTOVÃO	15.592.934,74	3.654,00	7.277.862,79	7.370.548,31	944.523,64	93,94	6,06
158393-C. ARACAJU	14.548.650,68	49,85	11.375.486,96	780.372,29	2.392.791,43	83,55	16,45
152430-C. GLORIA	4.376.278,57		227.729,69	4.135.136,72	13.412,16	99,69	0,31
152426-C. ITABAIANA	2.739.029,27		2.123.407,04	90.240,56	525.381,67	80,82	19,18
158394-C. LAGARTO	1.809.298,78		910.397,93	898.900,85	0,00	100,00	0,00
152883-PRONATEC	1.653.411,84	14.020,00	1.062.893,38	576.498,46	14.020,00	99,15	0,85
152420-C. ESTANCIA	968.931,32	832,84	419.439,68	496.573,64	52.918,00	94,54	5,46
154679-C. TOBIAS BARERETO	213.174,95		181.012,51	32.162,44	0,00	100,00	0,00
154681-C. PROPRIÁ	167.781,18		121.621,79	46.159,39	0,00	100,00	0,00
TOTAL	61.820.609,57	24.956,69	27.124.422,54	17.797.816,84	16.898.370,19	72,67%	27,33%

Fonte: Tesouro Gerencial

O alto saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados no IFS se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Desse modo, conforme explicitado no quadro abaixo, a maior parcela do saldo de restos a pagar não processados constantes no IFS é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Quadro 119 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados

	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
RPNP total no IFS	61.820.609,57	24.956,69	27.124.422,54	17.797.816,84	16.898.370,19	100%
Exceções do Art. 68, § 3º, II, Dec.93.872/86	57.682.859,12	22.552,69	23.994.451,29	16.994.332,35	16.694.075,48	98,79
financiados com recursos da Manut. E Desenv. do Ensino (FONTE 0112)	57.682.859,12	22.552,69	23.994.451,29	16.994.332,35	16.694.075,48	
RPNP Total no IFS (-) Exceções do Decreto	4.137.750,45	2.404,00	3.129.971,25	803.484,49	204.294,71	1,21

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Gerencial

Percebe-se, portanto, que **98,79%** do saldo de restos a pagar inscritos no IFS se referem a valores excetuados pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86.

Com relação ao atraso na execução dos restos a pagar, o cancelamento de valores inscritos em exercícios anteriores e à sobra de saldos irrisórios em empenhos, solicitamos da administração as explicações, que foram repassadas com o seguinte teor:

1 – EXPLICAÇÃO SOBRE O CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

“Há de se considerar é que o Instituto não possui, até o momento, instrumentos normativos que definam os procedimentos a serem adotados pelas unidades gestoras na condução dos restos a pagar, o que, possivelmente, tenha gerado as inconsistências. Contudo, faz-se necessário frisar que está sendo construída Instrução Normativa, por comissão nomeada pela Portaria nº 3412 de 01 de dezembro de 2016, que tem como finalidade a regulamentação dessa matéria no âmbito do IFS.

Foi aberto pela PROAD o processo de nº 23060.002077/2016-81, objetivando o levantamento e análise dos Restos a Pagar não Processados da UG 158134. O levantamento foi feito pela DCF e anexado ao processo em 26/10/2016. Em 08/11/2016, foi enviado à PROAD o Memorando Eletrônico nº 51/2016-DCF/PROAD ao qual foi anexada a Mensagem SIAFI 2016/1642223 (ANALISAR E REGULARIZAR SALDOS ALONGADOS DE RP), para que fosse feita a análise demandada pelos gestores da Reitoria e demais UG do IFS. No memorando salientamos que "Apesar de o relatório gerencial anexo somente contemplar empenhos inscritos até 2013, a gestão de RP deve abranger todos os exercícios. Neste sentido, a PROAD abriu o processo 23060.002077/2016-81, em relação à UG 158134 - Reitoria, para que os gestores informem quais

os empenhos devem permanecer inscritos e quais devem ser baixados. Os dirigentes dos campi devem ser orientados a procederem da mesma forma." Este memorando foi anexado ao citado processo a pedido da DCF.

A PROAD seccionou o relatório retirado do Tesouro Gerencial conforme orientado na mensagem supracitada por unidade administrativa demandante da despesa relativa aos empenhos listados, para que estas definissem sobre a possibilidade de cancelamento ou manutenção do resto a pagar de cada NE. De posse das respostas dadas pelos gestores, foram feitos os cancelamentos dos RP autorizados. Algumas NE foram mantidas por falta de segurança quanto à possibilidade de seu cancelamento e da repercussão que poderia ocorrer pelo possível cancelamento indevido. O processo será devolvido à PROAD para que as gestões prossigam no sentido de somente ficarem inscritos os RP que realmente tenham algum motivo para isto."

2 - EXPLICAÇÃO SOBRE O ATRASO NA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR.

"Um dos fatores é a falta de acompanhamento por parte dos demandantes de despesas atrelada à falta de controle administrativo, e principalmente à falta de norma interna sobre o tema, o que já está sendo suprido pela Administração."

3 - EXPLICAÇÃO SOBRE A SOBRA DE SALDOS IRRISÓRIOS EM EMPENHOS.

"Um dos fatores é a falta de acompanhamento por parte dos demandantes de despesas atrelada à falta de controle administrativo, e principalmente à falta de norma interna sobre o tema, o que já está sendo suprido pela Administração."

- **Execução Orçamentária dos Restos a Pagar Processados**

O Órgão apresentou em aberto o montante de **R\$ 447.584,66** inscritos em restos a pagar processados em 31/12/2016.

O quadro abaixo apresenta o valor inscrito no início do exercício, sendo executados 96,53% (pagos e cancelados) até o quarto trimestre de 2016, restando apenas 3,47% a executar nos próximos exercícios.

Quadro 120 – Restos a Pagar Processados inscritos – Percentual Executado

Órgão	RPP Inscrito	Pagos	Cancelados	A Pagar	% Executado	% A executar
IFS	12.880.738,22	12.384.300,85	48.852,71	447.584,66	96,53%	3,47%
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.880.738,22	12.384.300,85	48.852,71	447.584,66	96,53%	3,47%

Fonte: Siafi 2016

Conforme tabela demonstrada abaixo, seis Unidades Gestoras executaram o total de seus restos a pagar processados (158393, 158392, 152430, 154681, 152420 e 154679) em 2016.

A UG 158134 – IFS/Reitoria foi a que apresentou maior saldo em aberto no fim do exercício, tendo executado somente 91,57% do saldo de restos a pagar processados. No entanto, 98,84% do total em aberto se referem a três (três) empenhos de contratos de obra de construção civil (R\$ 404.072,92), onde os pagamentos ainda não puderam ser executados, pois estão em processos judiciais e demais análises administrativas.

Quadro 121 – Restos a pagar processados inscritos (Executados x A executar) – Por UG

UG	Inscritos	Pagos	Cancelados	Total a executar	Total executado	% Executado	% A executar
158134-IFS/REITORIA	4.849.804,33	4.430.535,42	10.437,77	408.831,14	4.440.973,19	91,57	8,43
152883-IFS/PRONATE C	2.561.253,25	2.528.120,15	17.148,80	15.984,30	2.545.268,95	99,38	0,62
158393-C. ARACAJU	2.305.873,45	2.305.503,19	370,26	0,00	2.305.873,45	100,00	0,00
158392-C. S. CRISTOV	1.537.767,60	1.532.086,03	5.681,57	0,00	1.537.767,60	100,00	0,00
152426-C. ESTANCIA	446.509,14	430.400,52	15.164,55	944,07	445.565,07	99,79	0,21
158394-C. LAGARTO	417.035,60	395.210,45	0,00	21.825,15	395.210,45	94,77	5,23
152430-C. ITABAIANA	268.013,80	267.964,04	49,76	0,00	268.013,80	100,00	0,00
154681-C. PROPRIÁ	222.884,07	222.884,07	0,00	0,00	222.884,07	100,00	0,00
152420-C. GLORIA	177.813,30	177.813,30	0,00	0,00	177.813,30	100,00	0,00
154679-C. TOBIAS BA	93.783,68	93.783,68	0,00	0,00	93.783,68	100,00	0,00
TOTAL	12.880.738,22	12.384.300,85	48.852,71	447.584,66	12.433.153,56	96,53	3,47

Fonte: Siafi 2016

• **Receitas Correntes**

Foi previsto arrecadação de receitas próprias em um total de R\$ 370.022,00 e realizada efetivamente R\$ 601.677,76, obtendo-se um resultado positivo de realização de 162,61% (excesso de arrecadação na ordem de 62,61% das receitas estimadas). O resultado é composto pelas seguintes receitas:

Quadro 122 – Receitas correntes

DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	REALIZAÇÃO (R\$)
Receita Patrimonial	2.292,00	7.869,88
Receita Agropecuária	6.329,00	1.891,40
Receitas de Serviços	305.861,00	274.434,50
Outras Receitas Correntes	55.540,00	317.481,98
TOTAL	370.022,00	601.677,76

Fonte: SIAFI 2016

• **Movimentação Orçamentária (descentralização de créditos recebidos)**

No exercício foram recebidas descentralizações orçamentárias correspondentes a R\$ 58.094.134,15. Deste total, quase 100% (R\$ 57.503.701,15) foram recebidos do MEC para aplicação em despesas correntes e de capital. O restante (R\$ 590.433,00) foi oriundo da Unidade Orçamentária 49201 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para aplicação em despesas correntes relativas ao TED firmado entre as UO objetivando atender despesa do PRONERA.

- **Receitas Correntes – Excesso de Arrecadação**

Houve excesso de arrecadação de receitas correntes no item Receita Patrimonial (aluguéis de imóveis do órgão) da ordem de 343,36%, uma vez que foi estimado o recebimento de R\$ 2.292,00, porém executado o valor de R\$ 7.869,88. Ressalte-se que ocorreu arrecadação de receitas correntes não previstas na LOA que contribuíram significativamente para o resultado de excesso de arrecadação do período, que foram:

- R\$ 277.919,09 – Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.
- R\$ 35.434,22 – Demais Receitas Correntes.

- **Receitas Correntes – Frustração de Receitas**

Houve frustração de arrecadação de receitas correntes nos itens Receitas de Serviços, Receitas Agropecuárias e de Multas Administrativas, sendo executado somente 89,73%, 29,88% e 7,43%, respectivamente.

4. Balanço Financeiro

4.1. Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários não estão previstos na lei do orçamento, sendo compostos, no órgão, pelos saldos das inscrições de Restos a Pagar não Processados, Restos a Pagar Processados e depósitos restituíveis e valores vinculados. No exercício de 2016, houve uma redução significativa dos valores dos RPP (R\$ 1.531.682,92) em relação ao que ocorreu em 2015 (R\$ 10.184.269,29), em decorrência de liberação de recursos por parte da Setorial Financeira do MEC, mormente nos dois últimos meses do exercício. Já na inscrição de restos a pagar não processados houve aumento de pouco mais que 12% em relação ao exercício anterior. Os ingressos extraorçamentários representam 9,59% do total dos ingressos do órgão em 2016.

4.2. Despesas Extraorçamentárias

As despesas extraorçamentárias executadas em 2016 tiveram aumento de 43,45% em relação ao exercício de 2015. Isto decorreu de recebimento de maior volume de recursos liberados pelo MEC dentro do próprio exercício (mormente nos dois últimos meses), o que possibilitou o pagamento de despesas inscritas em RPNP e RPP. A participação total das despesas extraorçamentárias nos dispêndio da unidade foi de 11,78%.

4.3. Receitas Orçamentárias

Ocorreu um aumento de 16,43% na execução das receitas orçamentárias do exercício (R\$ 601.677,76) em relação ao ocorrido em 2015; sendo que 12,89% do total dos ingressos se referem a receitas orçamentárias ordinárias, enquanto que 19,94% são relativas a receitas vinculadas. Os ingressos provenientes de receitas orçamentárias representam apenas 0,18% (R\$ 601.677,76) do total dos recebimentos do órgão, dos quais a maior parte decorreu de transferências financeiras recebidas (R\$ 299.874.966,62) e da inscrição dos restos a pagar não processados e processados (R\$ 32.470.799,39).

4.4. Despesas Orçamentárias

Na execução das despesas orçamentárias do órgão no exercício de 2016 (R\$ 243.743.670,61), ocorreu um aumento de 9,59% em comparação com 2015 (R\$ 222.407.044,37). -9,46% deste resultado referem-se a despesas ordinárias e 15,65% a despesas vinculadas (educação, seguridade social e outros recursos vinculados). Os dispêndios com despesas orçamentárias representam a maior parcela no órgão, correspondendo a 71,98%, (R\$ 243.743.670,61) do total de R\$ 338.615.414,11.

4.5. Transferências Financeiras Recebidas

Os ingressos referentes às transferências financeiras recebidas tiveram um aumento de 19,97% no exercício em relação ao de 2015. É o item que apresenta a maior participação no total dos ingressos, com 88,55%. O grupo é composto pelos Ingressos Resultantes da Execução Orçamentária – Repasses e Sub-repasses (R\$ 230.763.693,56) – e dos Ingressos Independentes da Execução Orçamentária – Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar e movimentação de saldos patrimoniais (R\$ 69.084.273,06).

4.6. Transferências Financeiras Concedidas

Os dispêndios referentes às transferências financeiras concedidas tiveram um aumento de 45,47% em relação a 2015. Este item apresenta participação no total dos dispêndios da ordem de 15,28%. O grupo é composto pelos dispêndios resultantes da execução orçamentária (Repasses e Sub-repasses – R\$ 21.641.022,49) e dos independentes da execução orçamentária (Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar e Movimentações de Saldos Patrimoniais – R\$ 30.096.472,64)

4.7. Transferências Financeiras Recebidas

Os ingressos referentes às transferências financeiras recebidas tiveram aumento de 19,97% em relação ao exercício anterior. É o item que apresenta maior participação no total dos ingressos, com 88,55% de participação. O grupo é composto pelos ingressos resultantes da execução orçamentária – repasses e sub-repasses (R\$ 230.763.693,56) e dos independentes da execução orçamentária – transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e movimentação de saldos patrimoniais (R\$ 69.084.273,06).

Aracaju, 08 de fevereiro de 2017.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA
REITOR

CELSO TAVARES DOS SANTOS
CONTADOR/IFS (Reitoria)
CRC/SE 3.648/O